



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

**AVALIAÇÃO
DO PROGRESSO
DO BRASIL
NO VINTENHO
REVOLUCIONÁRIO
(1964-1983)**

GLYCON DE PAIVA



Nº 716
NOV/DEZ-84

COM A CADERNETA DE POUpança você sempre sai

Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



324153

290637

v.71, n.716, nov. 1984. BFD

Caderneta de Poupança.
Quem poupa conquista o que a vida tem de melhor.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1985: Cr\$ 21.000,00

— PAGAMENTO:

- Em cheque Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: 283-3030



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1985: Cr\$ 21.000,00

— PAGAMENTO:

- Em cheque Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: 283-3030





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

AVALIAÇÃO DO PROGRESSO DO BRASIL NO VINTENHO REVOLUCIONÁRIO (1964-1983) – Professor Glycon de Paiva	5
SEGURANÇA NACIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – Prof. Berilo Ramos Barba,	23
O DIREITO DO MAR E OS INTERESSES DO BRASIL – C. Alte Múcio Piragibe Ribeiro de Bakker	43
GEOPOLÍTICA DO CONFRONTO – Professora Therezinha de Castro	85

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

COMANDOS EM FACE DE NOVA REALIDADE – Ten Cel Carlos Alberto Martins de Castro	33
YOM KIPPUR, UMA GUERRA REGIONAL NA ERA ATÔMICA – Coronel Flávio Acuan Souto	103

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, ESTUDOS SOCIAIS

O COMBATE DE VENDA GRANDE EM 1842 – Professor Celso Maria de Mello Pupo	115
A DEFESA DAS FRONTEIRAS TERRESTRES (1750-1780) – General Francisco de Paula e Azevedo Pondé	153

ECONOMIA, FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO

BNH ANALISA MEDIDAS PARA RECUPERAR SFH – <i>Informe Especial</i>	133
--	-----

INFORMAÇÕES

LIVROS	139
REGISTROS	145
SEÇÃO DO IHGMB	147
	153

A DEFESA NACIONAL Nº 716
Rio de Janeiro – Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Tesouros: BENITOOLIO MINGON, ESTEVÃO SÁTIO DE CARVALHO Y J. DE SOUSA NEVES

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

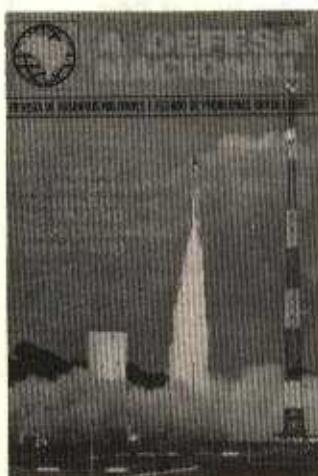
Grupo mantenedor: Bernardo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza-Bols (treze), Francisco de Paula Cláude, Mário Cesarini, Lígia e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Euclydes Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

NOSSOS ANUNCIANTES

CADERNETA DE POUPAN-	2 ^a Capa
SUL BRASILEIRO	3 ^a Capa
FURNAS	4 ^a Capa

CAEEB	4
METALÚRGICA SANTO AN-	
GELO LTDA	32
ALPARGATAS	40/41
CPRM	42
BIBLIEIX	174/175



NOSSA CAPA

O foguete Sonda IV é a base do Véículo Lançador de Satélite (VLS), que em 1989 colocará em órbita o primeiro satélite brasileiro a ser lançado do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão.

Para construir o maior foguete já fabricado inteiramente no Brasil o Centro Técnico Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, sediado em São José dos Campos, São Paulo, desenvolveu tecnologia que foi transferida para empresas privadas brasileiras, capacitando-as a melhor disputar com seus produtos no mercado internacional.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu

Diretor-Secretário: Cel Aldílio Sarmento Xavier

Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes

Diretor Tesoureiro: Ten Cel Walter Soares Vieira

Conselheiros: Cel Celso José Pires

Cel José Fernando Maya Pedrosa

Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Ayrton L. Bragança Tourinho de Bittencourt

Cel Lino Palha de Castro

Ten Cel Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu

Redator-Executivo: Cel Aldílio Sarmento Xavier

Coordenação Editorial: José Livio Dantas

Conselho Editorial: Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis

Cel R/1 Virgílio da Veiga

Cel Claudio Moreira Bento

CF José Correia de Sá e Benevides

Professor Jorge Boaventura

Floriano Serpa

Publicidade: Raimundo dos Santos Pereira

Expedição:

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) Cr\$ 21.000,00 p/1985

Exterior: US\$ 50.

Número avulso - Cr\$ 5.000,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25

20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Quando a sua indústria queima óleo combustível, está queimando muito mais do que o seu dinheiro...



São divisas que não mais retornam ao Brasil, causando dificuldade ao padrão de vida do nosso povo. Já tão afetado pelos sucessivos reajustes cambiais, com reflexos contínuos nos preços de combustíveis.

Mas o governo tem a receita: fazer uso, ao máximo, de fontes alternativas de energia, amplamente encontradas em nosso País.

O Modelo Energético Brasileiro, proposta vitoriosa do Ministério das Minas e Energia, elegeu para cada derivado do petróleo um sucedâneo.

E o substituto-eficaz para o óleo combustível é o Carvão Energético — o Carvão Mineral do qual, em reservas medidas, inferidas e indicadas, temos cerca de 23 bilhões de toneladas, só na região sul.

Com o firme e decidido apoio do Governo do Presidente João Figueiredo, a utilização do Carvão Energético torna corpo e avança cérebro, substituindo o óleo combustível nos segmentos industriais catalogados como prioritários pelo MME, quais sejam:

— as indústrias cimenteiras — as que mais consomem

óleo combustível —, siderúrgicas, petroquímicas, têxteis, papel, celulose, cerâmica, secagem de grãos, não ferrosos e usinas termoelétricas.

Mas em que pesa o aumento do consumo de carvão nos últimos dois anos, é necessário que o empresariado nacional prestigie mais largamente essa fonte energética, 100% brasileira, proporcionando assim maior economia e mais empregos à mão-de-obra nacional.

Em 1981, a CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, responsável pela comercialização do carvão, por determinação do Ministério das Minas e Energia, forneceu 5,2 milhões de toneladas de carvão energético a mais 950 consumidores. E, em 1987, de acordo com as metas estabelecidas pelo Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, a produção nacional de carvão energético será de 11,5 milhões de toneladas, o equivalente a 80 mil barris/dia de petróleo.

A CAEEB dispõe de uma eficiente rede de Entrepótos, estrategicamente localizados, para um adequado atendimento aos consumidores de Carvão Mineral.

***Agora explique por que sua indústria prefere
continuar queimando óleo?***



CAEEB

COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA



AVALIAÇÃO DO PROGRESSO DO BRASIL NO VINTENHO REVOLUCIONÁRIO (1964-1983)

GLYCON DE PAIVA

No vintenho revolucionário o Brasil engajou-se num esforço meritório sem precedentes. Conseguiu-se muito. Mas houve um exagero ao se tentar enquadrar sua vastidão em prazo exíguo, com recursos deficientes. Hoje, o País acha-se numa encruzilhada sem saída.

AS MODIFICAÇÕES DO BRASIL NO VINTENHO 1964-1983

Nos vinte anos da Revolução o Brasil cresceu enquadrando-se nos limites abaixo:

a) A capacidade instalada de energia hidráulica passou de 6,3 milhões de KW para 36,9 milhões, aumento de mais de trinta milhões de KW, o que corresponde à média de 1,5 milhão de KW por ano. Acredita-se ter sido no intervalo considerado o maior aumento de potencial elétrico em todo o Mundo;

b) A produção de aço alçou-se de 2,8 milhões de toneladas por ano para 14,6 milhões, isto é, um acréscimo de capacidade anual de produção alcançando 590.000 to-

neladas de aço no período em média (12,6% ao ano);

c) A produção de automóveis passou de 174.126 unidades por ano para 896.282, aumento superior a cinco vezes;

d) Subiu a produção de petróleo próprio de 98 mil barris para 339.000, incremento de três vezes no período;

e) A exportação anual do Brasil alçou-se de 1,4 bilhão de dólares, em 1963, para 21,9 bilhões, em 1983, quase dezesseis vezes. Pela primeira vez, predominaram, na pauta de exportações, bens manufaturados vendidos ao mundo desenvolvido.

Em resumo, e condensando a matéria:

Em 1964, o País contava 75 milhões de habitantes que desfrutavam renda *per capita* em torno de

400 dólares, integrando um PIB de 30 bilhões de dólares. Vinte anos após: 1984, são cifras homólogas:

— *População*: 125 milhões de habitantes;

— *PIB*: 250 bilhões de dólares, ou dois mil dólares *per capita* aproximadamente, reduzidos, entretanto, nestes anos de crise, para cerca de 1.800 dólares.

No período encarado, o brasileiro médio enriqueceu de 400 dólares até 1.800, mais de quatro vezes. A população nacional cresceu de 60% no vintenro, acrescendo-se de 50 milhões de indivíduos. Apesar disso, enriqueceu-os com mais de 1.000 dólares, *per capita*.

A produção agrícola cresceu de 38 milhões de toneladas por ano, essencialmente grãos, para 55 milhões; a produção mineral anual, de 400 milhões de dólares, para quase 8 bilhões. Multiplicou-se em valor a produção industrial 3,5 vezes.

Esse inigualável resultado viu-se depois prejudicado pelo sonho do Brasil *Grande Depressa*, fundado em construções ciclópicas com dinheiro emprestado (*Itaipu, Ferrovia do Aço, Tucuruí, Usinas Atômicas etc.*), levantados por ocasião do brutal incremento de preço do petróleo.

Torna-se o País, entretanto, e em face do esforço, a oitava ou nona potência industrial do mundo, imediatamente seguido da China, Espanha e Áustria. É, hoje, o maior país industrial entre os subdesenvolvidos, em número de 125.

Alicerçamos essa matéria com

as transcrições abaixo de conferência do General Meira Mattos, sob o título *Ideário da Revolução de 31 de março de 1964*:

“Em 31 de Março de 1964, explica o General Meira Mattos, um grupo de brasileiros civis e militares, apoiados pela grande maioria do povo, tomou uma decisão corajosa e implantou um novo regime político.”

Passaram-se vinte anos de esforços na reconstrução do País.”

“Não se pode deixar de reconhecer, continua o General, que os 20 anos da Revolução substancialmente transformaram as dimensões deste país e alçaram à escala dos problemas.”

“Traduziu o propósito o caldeamento de aspirações que vinham robustecendo através dos anos e que haviam estimulado os movimentos militares dos anos 20, a Revolução de 30, a restauração democrática de 1945 e que, diante da situação de caos paralisante e da ameaça comunista-socializada dos anos 1962, 1963 e princípios de 1964, se reacenderam no coração dos patriotas.”

“Desembocavam em duas grandes caudais: abrir espaço ao impulso irresistível de construir um Brasil-Nação que correspondesse às imensas potencialidades de seu povo e de seu território; garantir a vocação brasileira de viver democrático, com ordem e progresso”.

— “Em que pesem dificuldades econômico-financeiras dos últimos três anos, finaliza Meira Mattos, não se pode ignorar que, no balanço destes últimos vinte anos, o

País revelou impulso de desenvolvimento que impressionou aos mais renomados analistas internacionais do assunto."

Cabe-nos, agora, acertar os erros que inevitavelmente acompanharam o esforço gigantesco. Convém rapidamente relembrá-los, definindo traços essenciais dos cinco governos que se sucederam no período e muito fizeram pelo sucesso do vintenro revolucionário.

GOVERNOS CASTELO BRANCO E COSTA E SILVA, DE CINCO ANOS, SOB EXECUÇÃO FINANCEIRA DE OTÁVIO BULHÕES, ROBERTO CAMPOS E DELFIN NETO

a) — Reerguimento financeiro do Brasil desde a situação inflacionária de 1964 (95%) até a de 1969 e além (25%);

b) — Criação de gigantesco sistema político social sob o comando do BNH e do FGTS, substituindo com vantagem o imenso obstáculo anterior traduzido na estabilidade no emprego do trabalhador;

c) — Criação do útil mas perigoso mecanismo da correção monetária.

GOVERNO MÉDICI (QUASE SETE ANOS)

Prosseguimento da luta pela recuperação financeira do País. A inflação, no fim do Governo atingiu 18%. A dívida externa aproximou-se de 12 bilhões de dólares enquanto as reservas nacionais excediam 6 bilhões.

Caracterizou-se pelo desenvolvimento intenso de aproveitamento da energia hidráulica em todo o país. As taxas de crescimento do produto constituíram seqüência de valores altos, superiores a 10% ao ano, chegando a 14% em um deles. Completou-se, assim, nesse Governo, e com muito sucesso, o esforço de onze anos de regime revolucionário de 1964, justificando-o plenamente.

GOVERNO GEISEL E FIGUEIREDO (NOVE ANOS)

Esses dois governos sucessivos muito trabalharam, mas optaram pelo perigoso rumo de desenvolvimento de grande porte ainda que sob regime inflacionário.

Obras gigantescas foram empreendidas, ainda não terminadas, incapazes, portanto, de cooperar na receita nacional com aportes próprios para amortizar proporcionalmente pesadíssimos compromissos assumidos. Verticalmente, subiu a inflação de 18%, em 1974, para a assustadora cifra atual de 220%.

As imensas obras, hoje acham-se em final de execução. Absorveram quase cinqüenta bilhões de dólares de empréstimo, infelizmente negociados com taxas de juros flutuantes, incluindo gigantesco programa de usinas atômicas contratadas na Alemanha e que cuja realização apenas se resume, e mal, em uma unidade única suprindo energia de que temos sobra.

Assim, o propósito construtivo amplamente demonstrado pelos dois últimos governos foi muito superior às nossas possibilidades fi-

nanceiras, situação que piorou com o surgimento do clima de altas taxas de juros variáveis com a conjuntura.

Tudo isso nos encaminhou para a atual situação do Brasil de maior devedor do Mundo, com escassas possibilidades de resgate de seus compromissos.

É esse o problema a ser resolvido na medida do possível pelos

governos que estão por vir até o fim do século.

Insere-se a seguir, ampla lista informativa das variações havidas no vintenho, de modo a completar dados anteriormente supridos para orientar-se quanto ao mérito e demérito do esforço do vintenho revolucionário, e assim julgá-lo, com segurança e conhecimento.

OUTRAS VARIAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA NO VINTENHO 1963-1983

ITENS	Situação em 1963	Situação em 1983	Cifras de variação no intervalo
<i>Dados Demográficos</i>			
População (milhões de habitantes)	77.521	127.500	60%
Urbanização (%)	43	68	50%
Expectativa de vida (anos)	55	63	9%
Taxa de crescimento demográfico (%)	3,0	2,2	<i>Queda de oito décimos</i>
Aumento percentual de água municipal tratada	30	80	266%
PNB (bilhões de US\$)	26	290	14,5 vezes
<i>Dados Energéticos</i>			
Potência instalada (MW)	4.480	35.000	9 vezes
Potência em instalação (MW)	1.000	16.000	16 vezes
Energia elétrica produzida (1.000 Gwh)	28	160	6 vezes
Energia elétrica consumida (1.000 Gwh)	23	140	6 vezes
Reservas de petróleo (milhões de barris)	320	1.900	6 vezes
Consumo de petróleo (1.000 B/D)	327	1.000	3 vezes
Capacidade de refino (1.000 B/D)	300	1.400	5 vezes
Importação de petróleo (1.000 B/D)	208	660	3 vezes
Custo de petróleo importado (1.000 B/D – milhões de US\$)	176	6.800	39 vezes
Produção de petróleo (1.000 B/D)	98	340	3 vezes

ITENS	Situação em 1963	Situação em 1983	Cifras de variação no intervalo
Carvão vapor (milhões de toneladas)	2	4	2 vezes
Carvão metalúrgico (milhão t.)	0,8	1	

Produção de Metais e de Fertilizantes nos limites do vintenro

	Situação em 1963	Situação em 1983	Multiplicador da produção no intervalo
Aço (1.000 t)	2.800	18.000	6
Alumínio (1.000 t)	17,6	340,0	20
Ouro (quilograma)	4.105	50.000	12
Estanho (toneladas)	2.084	12.000	6
Zinco (toneladas)	—	104.000	—
Chumbo (toneladas)	15.643	35.000	2
Cobre (toneladas)	10.000	114.000	10
Níquel (toneladas)	—	9.500	—
Petroquímica (1.000 t)	150	2.500	17
Fertilizantes (1.000 t)	546	1.462	3
Hematita (milhão t)	11,2	100,0	9
Manganês (1.000 t)	1.250	2.100	2

Produção Industrial

Navios (tonelagem de deslocamento)	42.800	200.000	5
Automóveis (unidades)	174.126	800.000	5
Cimento (milhões t)	4,85	25,0	5
Papel (1.000 t)	595	1.506	3
Aviões (números)	—	128	—

Comércio Exterior

Exportação (milhões de US\$)	1,4	21,9	15
Importação (milhões de US\$)	1,4	15,4	11
Exportação de Minério de Ferro (milhões de toneladas)	8,2	70,0	9
Frota Mercante (milhões de TPB)	1.440	9.000	6
Manganês (milhar de toneladas)	840	1.000	—

Comunicações

Telefones (milhões de aparelhos)	1	10	10
Telex (mil aparelhos)	—	52	—
Municípios com telefone	—	3.500	—
Municípios com DDD	—	2.500	—

	Situação em 1963	Situação em 1983	Multiplicador da produção no intervalo
Transportes			
Automóveis (milhões)	0,3	9,6	32
Ferrovias (1.000 km)	32	29	Redução
Rodovias pavimentadas (1.000 km)	19	75	3,9
Produção Agrícola			
Grãos (milhões de toneladas)	19,4	55,0	2,8
Capacidade de armazenamento (milhões de toneladas)	5	57	10
Ensino Superior			
Universitário (1.000)	124	1.300	10
Finanças			
Dívida Externa Bruta (bilhões de US\$)	2,1	91,1	43 vezes
Taxa de Inflação da Moeda (%)	74	211	2,8
Crianças de 07 a 14 anos em escola (milhões)	5	9	1,8
Habitações financiadas BNH (mil unidades)	<100	4.200	42 vezes

OBSERVAÇÃO FINAL

Mostram os números, de maneira incontestável, enorme progresso material no País nas duas últimas décadas. Foi o Brasil o segundo país do mundo em desenvolvimento econômico depois do Japão. Importa dizer que, para realização dessa tarefa, nos apoiamos perigosamente sobre a poupança alheia, cerca de 60 bilhões de dólares em termos reais.

No Exterior adquirimos equipamentos pesados para ampliação de quatro usinas siderúrgicas e para instalação de mais três usinas; dois pólos petroquímicos; metalurgia de alumínio, de cobre, de zinco e de níquel.

Solicitamos empréstimos para incremento de obras como hidrelétricas, rodovias, portos, telecomunicações, saneamento e habitações.

O equipamento da Nação, enfim, multiplicou-se no intervalo por quatro vezes, e mais, quando concluirem certas grandes obras ainda pendentes.

E por isso que o período de dezembro/73 até dezembro/78 evidencia assim maior ênfase no endividamento externo em toda História brasileira:

Endividamento Externo de 1973 a 1978 (Governo Geisel)

Anos	Montante da Dívida Externa Bruta (Bilhões de US\$)	Montante da Dívida Externa Líquida do Brasil (Bilhões de US\$)
1973	12.571	6.155
1974	17.166	11.897
1975	21.171	17.131
1976	25.985	19.442
1977	32.037	24.781
1978	43.510	31.615

A dívida externa aumentou no período acima de 25,46 bilhões de dólares (1973-1978), sendo 18,379 bilhões de dólares para cobrir déficits da Balança Comercial.

A partir de janeiro de 1979, a situação nacional piorou com o segundo aumento do petróleo e da taxa de juros da dívida (de que 70% são sensíveis à variação da taxa). As taxas de empréstimo orçavam por 10,5% no início de 1980, para subir até 21% ao ano em início de 1971, reduzida depois para 11% em 1982. Atualmente é tendência aumentá-la para 13,5% até o fim do ano, para atender ao grande déficit do Orçamento Federal Americano.

O pagamento do Serviço da Dívida Externa vem obedecendo ao seguinte esquema:

	Juros (Bilhões de US\$)	Amortização (Bilhões de US\$)
1978	2,6	3,0
1979	4,2	3,5
1980	6,3	5,0
1981	9,2	6,2
1982	11,3	6,9
1983	12,0	

Em virtude do esforço pelo grande desenvolvimento econômico verificado nessas duas últimas décadas não foi possível estendê-lo ao desenvolvimento social.

O povo em geral, baixou de padrão de vida a partir de 1980, caindo a produção industrial e o PIB assim:

	PIB	Produção Industrial
1980	+ 7,9%	
1981	- 1,0% (queda)	
1982	+ 1,4%	11% (queda)
1983	- 3,3% (queda)	

As informações finais são estimativas, em bilhões de dólares, dos dispêndios imensos com o brutal esforço da completação da infra-estrutura nacional, propósito divisado por Geisel e prosseguido por Figueiredo, a saber e em números aproximados:

— Hidrelétricas 70
— Siderúrgicas 26
— Rede de Telecomunicações . 15
Total 111 bilhões de dólares

Esse esforço, desproporcional em tempo reduzido, radicalmente esgotou as finanças da Nação. Vai demorar a terminação dessas obras para daí encetar seu aproveitamento e criar benefícios novos para amortizar inversões.

Tudo se apresenta hoje como se Geisel tivesse desejado em seu período de governo que se completasse o esquema estrutural do Brasil. Desse jeito, obras enormes foram lançadas mas não completadas. Nenhuma delas entrou em operação plena, embora uma ou outra disso esteja próximo.

O brutal erro de apreciação criou o desconforto da hora atual embora reconheçamos as desusadas proporções do esforço inacabado.

CARACTERÍSTICAS DO BRASIL E DO BRASILEIRO

Aspectos Positivos

População: 127 milhões de habitantes (1983)

Área: 8,5 milhões km²

Produto: 255 bilhões de dólares (50% de serviços; 35% da indústria e 15% da agricultura)

Posição Internacional: Nono lugar (Estados Unidos da América; Japão; Rússia; Alemanha; França; Inglaterra; Canadá; Itália; Brasil).

O Brasileiro: Simples, bom, trabalhador, boa pessoa, fácil de conduzir, desejoso de aprender, muito atrasado e pouco habilitado, vocabulário reduzido, desinteressado de reação.

Tamanho do País: O quinto país mais extenso do Mundo (Rússia, Canadá, China, Estados Unidos e Brasil)

Recursos Naturais: Solo, sol, água, floresta, fauna, minerais metálicos e o terceiro potencial hidráulico mundial — 210 milhões de quilowatts.

Dispõe o País de segurança interna e externa e de continuidade de propósitos nacionais;

Representação política avançada nos propósitos mas muito imperfeita na aplicação.

Aspectos Negativos

Dificuldades: Inflação alta; dívida externa alta; balanço de pagamentos negativo; Dívida interna substancial e crescente; inércia reativa do Governo e do povo perante o desfecho.

Pobreza de combustível fóssil;

Excesso de população urbanizada repleta de deslocados de guerra ecológica aí favelados.

Síntese de males humanos

Gente demais ao lado de pou-

cos recursos humanos, esses, freqüentemente de qualidade discutível. O país sofre com 28 milhões de indigentes.

OBSERVAÇÃO

Os grupos de países constantes das tabelas, participam do produto mundial em número de quatro, nas seguintes proporções:

	Fração do PNB mundial
A) Trinta países desenvolvidos praticamente titulares da riqueza mundial com participação global de	79,1%
B) Seis países ainda subdesenvolvidos, mas de produto individual bem superior a 100 bilhões de dólares, entre os quais e principalmente Brasil, México e China	10,2%
C) Trinta e seis países subdesenvolvidos, de renda individual superior a 10 bilhões de dólares mas inferior a 100 .. .	9,2%
D) Oitenta e quatro países restantes, todos muito pobres, com produtor nacional bruto individualmente inferior a 10 bilhões de dólares.	1,5%
TOTAL	100,0%

Vê-se, pelo demonstrativo acima, que em futuro mais ou menos próximo, apenas três países do grupo B têm possibilidade de inscrição entre países desenvolvidos, o Brasil inclusive e o México, este talvez em primeiro lugar. A China também poderá participar dessa

evolução, dependendo dos resultados da sua política atual de *filho único por família*, capaz de reduzir-lhe, nas próximas décadas, a imensa população de hoje à fração dela.

Já o grande restante do Mundo, oitenta e quatro países faturam rendas tão baixas que afastam qualquer possibilidade de promoção na escala do desenvolvimento a nível mais alto.

Essa afirmação é tanto mais verdadeira quanto mais populosos são os países muito pobres e cujo rápido crescimento bloqueia-lhes definitivamente o futuro.

Nessas condições, não parece vantajosa a política de presença brasileira na universalidade de países do Mundo, senão que mais conveniente resumi-la, com mais interesse e presença a cerca de 30 países desenvolvidos, ou com possibilidade de sé-lo nos anos do futuro próximo.

Classificação dos Países Desenvolvidos

O faturamento anual dos 156 países do Mundo atingiu, em 1982, 13.800 bilhões de dólares. Isso corresponderia, supondo-o igualmente repartido pelos 4.600 milhões de habitantes da Terra, renda anual individual de 3.000 dólares.

A repartição pelos habitantes do faturamento mundial entretanto, longe acha-se de paridade. Isso jamais acontecerá. Assim, países há como a Suíça ou a Suécia, cujos habitantes fruem renda anual da ordem de 14.000 dólares, cinco vezes maior que a média supra. De

outro lado, mais de cem países entre os 156, experimentam renda individual da ordem de aproximadamente 200 dólares por ano, isto é, menos de 2% da renda de um suíço ou de um sueco médio ou setenta vezes menor.

Cumpre observar que apenas trinta países entre os 156, dispõem de quase 80% do total da renda mundial, mais de 10 trilhões de dólares, o que lhes empresta renda média per capita da ordem de 9.300 dólares, cerca de trinta vezes a renda da grande fração humana mais pobre, integrante do Terceiro Mundo. Todavia a renda pode baixar a menos de 6.000 dólares na Rússia. A renda pode baixar sem perda de status de desenvolvido, a 4.000 ou 4.500 dólares.

Mesmo entre os 30 países, ditos desenvolvidos, verifica-se que a renda dos mais ricos deles, Suíça ou Suécia, e a renda dos menos ricos, Espanha, Rumânia, Polônia e outros, intercala-se redução de pelo menos três vezes da renda máxima desse grupo.

A inclusão de um país ao grupo dos países desenvolvidos exige assim renda mínima de 4 a 4.500 dólares por habitante, importância dupla da renda do brasileiro médio.

Entre nós, a renda individual do paulista aproxima-se do limite acima. Como um todo, o Estado de São Paulo é desenvolvido. Dessa condição aproximam-se os estados sulinos, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como Mato Grosso do Sul.

Esse nível de região desenvolvida refere-se, pois, a cerca de 45 milhões de brasileiros da porção

temperada do país, a qual ocupa 15% da extensão nacional. Todo o restante do país vivendo em quase 7 milhões de quilômetros quadrados é caracteristicamente subdesenvolvido, exceção de alguns núcleos urbanos. A limitada margem de oferta de recursos naturais do Nordeste brasileiro, parece obstáculo definitivo à futura inclusão cabal do Brasil entre os desenvolvidos.

Muito abaixo desse nível de renda de povo desenvolvido acha-se

NÍVEIS DE RENDA DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

(Faturamento anual: 10.962 bilhões de dólares)

Agrupando-se os países do Mundo pelo nível de renda nacional deles, verifica-se apresentaram-se

assim a grande metade dos brasileiros principalmente nordestinos, cujo desejável enriquecimento progressivo para alcançar nível de desenvolvimento significativo vê-se constantemente ameaçado pela violenta redução do aumento de renda face ao incremento da despesa com a natalidade rapidamente crescente.

Estabelece-se assim um intolerável feed-back de pobreza assentada sob crescimento exagerado populacional.

os trinta países desenvolvidos sob os seguintes níveis:

Classificação	Países	Renda nacional (bilhões de dólares)	População (milhões de habitantes)	Renda per capita US\$
<i>Países ricos e muito ativos.</i>	Estados Unidos	3.200	260	12.300
<i>Mais de 100 milhões de habitantes</i>	URSS	1.400	260	5.400
	Japão	1.100	110	10.000
		5.700	630	
		(52% do total)	(54,2%)	
<i>Países ricos mas de população entre 30 a 100 milhões de habitantes</i>	Alemanha Federal	700	61	11.470
	Frânce	630	53	11.890
	Inglatera	610	56	10.890
	Itália	420	52	8.070
	Canadá	400	30	11.800
		2.780	252	
		(25% do total)	(21,7%)	
<i>22 Países desenvolvidos mas de população menor</i>	Noruega, Suécia, Finlândia, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Tchecoslováquia, Polónia, Roménia, Irlanda, Espanha, Portugal, Grécia, Israel, Líbano, Hong-Kong, Cingapura, Austrália, África do Sul, Argentina, Uruguai e Nova Zelândia	Renda do Grupo III: 2.502 (23% do total)	População do Grupo: 280 (24%)	- 8.935
		(Renda nacional total dos 30 países desenvolvidos)	População desenvolvida (quarta parte da humanidade)	
		10.962 bilhões de dólares)	1.162	10.962
				1.162
				- 8.443 como renda desenvolvida média

Note: A renda média dos 30 países desenvolvidos media-se por 8.443 dólares, com um mínimo em torno de 4.000 dólares em seis países: Irlanda, Espanha, Portugal, Grécia, África do Sul, Argentina e Uruguai. Quatro Estados do Sul do Brasil (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com cerca de 40 milhões de habitantes, poderiam encenar a terceira coluna se se países fossem.

Lista ordenada de 24 países de maior PNB, dos quais seis (entre parêntesis) ainda não desenvolvidos (Em Bilhões de US\$)

1 - U.S.A.	3.188		
2 - URSS	1.800		
3 - JAPÃO	1.228	6.216	
4 - Alemanha Ocidental	748		
5 - França	680		
6 - Grã-Bretanha	630	2.058	
7 - (China)	480		
8 - Itália	473		
9 - Canadá	358		
10 - (Brasil)	297		
11 - (México)	217	1.825	
12 - Espanha	196		
13 - Polônia	193		
14 - (Índia)	191		
15 - Holanda	168		
16 - Austrália	163		
17 - Alemanha Oriental	144		
18 - (Arábia Saudita)	141		
19 - Suécia	135		
20 - Suíça	115		
21 - Tchecoslováquia	109		
22 - (Irã)	105		
23 - Bélgica	104		
24 - Argentina	83	1.847	
			11.946

Nota: Dos seis países subdesenvolvidos, apenas três parecem orientar-se para o desenvolvimento, na ordem: México, Brasil e mais remotamente China.

PARECER FINAL

O Vintenro Revolucionário de 1964-1983 abraçou cinco períodos do Governo da República. A presidência desses períodos foi sucessivamente preenchida pelas figuras nacionais dos generais Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

Já a Presidência do Brasil, imediatamente anterior à Revolução, permaneceu pouco mais de dois anos. Viu-se envolvida por importante movimento político calculado, objetivando estabelecimento, entre nós, de uma república de esquerda, que se dizia sindicalista.

O povo, como um todo, reagiu ao propósito, preocupado com o

destino da ordem e do capitalismo no Brasil. Foi principalmente ativa a resistência do meio empresarial à tentativa da esquerda. Organizaram-se grupos de reação que estudaram os problemas de Governo, e a planificação de meios, de modo a resistir aos propósitos, que se corporificaram durante o período do Presidente Goulart.

O mais importante centro desses grupos de estudos foi o extinto IPES — *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais*, financiado pelas empresas. Sua história é bem conhecida em virtude de publicações que posteriormente o revelaram em toda a sua latide.

Acumulou o IPES grande número de estudos sobre os problemas do Governo do Brasil, sucessiva e posteriormente postos à disposição do regime revolucionário então estabelecido, como reação ao movimento de Goulart. Muitos desses estudos foram integrados nas decisões do Governo Revolucionário relativos ao estabelecimento das novas diretrizes para o Governo do País.

Trata pois a presente exposição de uma avaliação atual dos resultados nacionais da Revolução de Março de 1964, encarada sob o ângulo de desenvolvimento econômico do Brasil, descritos como a seguir.

O Brasil de 1964 acusava um PIB de 30 bilhões de dólares relativo a uma população nacional de 75 milhões de pessoas com aproximadamente 400 dólares de renda média *per capita*.

Já a cifra homóloga de hoje (1984) refere-se a um Brasil de 250 bilhões de dólares para população de 130 milhões de pessoas, sob renda média de 1.920 dólares, quase cinco vezes maior. Ocorreu enorme acréscimo populacional no intervalo de vinte anos (50 milhões de pessoas); também, importante perda de renda entre 1980 e 1983, Governo Figueiredo, estimada em 30 bilhões de dólares ou 240 *per capita*.

Cresceu a renda nacional *per capita* 4% no Governo Castelo; nesse governo, a taxa de inflação de Goulart de 94% baixou para 38%.

No curto Governo Costa e Silva a economia cresceu de 8% para alcançar-se, sob inflação de 25%. No sucessivo Governo Médici, a taxa de desenvolvimento galga o nível médio de 12% sob inflação final de 15%. Caiu depois, a 6%, em média, no Governo Geisel, sob um regime de inflação crescente até o nível de 50%, reduzida depois a 35% no final desse Governo.

No Governo Figueiredo decresceu o desenvolvimento do país a menos 3% sob regime de inflação velozmente montante em torno de 220% ao ano, sob a qual vivemos.

Ao receber o Governo de Médici, em 1974, Geisel tinha pela frente dois caminhos, um dos quais cumpria escolher:

- a) Extinguir a correção monetária criada pelo Governo Castelo aproveitando a baixa taxa inflacionária de 17% para efetivá-la sem danos irreparáveis à economia de cada um;

b) Liquidar, em seu Governo, a dívida externa do Brasil, da ordem de pouco mais de 6 bilhões de dólares para conseguirmos a situação de país sem dívidas e sem inflação, condição certa de desenvolvimento seguro e rápido.

Sob esse proceder se teria criado situação inigualável de limpeza monetária e de independência externa.

O caminho alternativo entretanto foi preferido, o qual objetivava:

Aproveitar a excelente situação financeira do Governo Médici para realização de um gigantesco plano final de natureza infra-estrutural, que retirasse o Brasil do subdesenvolvimento uma vez por todas. Esse plano abrangia pelo menos duas gigantescas usinas hidrelétricas — Itaipu e Tucuruí; uma enorme usina siderúrgica (Aço Minas) e um esforço final para construção da Ferrovia do Aço de Minas Gerais até o mar e um parque de usinas átomo-elétricas do qual uma delas foi construída.

Essas imensas obras seriam construídas com empréstimos externos e se concluiriam no final do Governo Geisel, entrando imediatamente em serviço para satisfação imediata do gigantesco compromisso financeiro assumido com elas.

Não foi possível enquadrar a conclusão das obras de Geisel; nem mesmo completamente no período sucessivo de Figueiredo. Essa situação perdura passados cinco anos do final do Governo Geisel. Os empréstimos solicitados pelo seu Governo para a realização das obras alcançam hoje cifras su-

periores a várias dezenas de bilhões de dólares, constituindo parcela essencial dos nossos compromissos externos, os quais hoje orçam por mais de 90 bilhões de dólares. Essa cifra, a maior do mundo como dívida externa, merece ser comparada com os 6 bilhões da dívida final do período Médici.

Cumpre relatar que um Governo de reconstrução nacional, como o de Castelo, acresceu a renda *per capita* de 4,5%; durante seu exercício foi reduzida a inflação, como vimos, de 90% para 38%. Sob o Governo Costa e Silva, a taxa de desenvolvimento *per capita* alçou-se de 8% ao ano, e reduziu-se a inflação a 25%. No Governo Médici, a taxa de desenvolvimento galhou o nível de 12% em média, enquanto se reduziu a taxa inflacionária a 17%. Já no Governo Geisel, o País desenvolveu-se a taxa de 7% ao ano, enquanto a inflação galgava, em dois anos, o nível de 49%, posteriormente reduzida a 35%.

No atual Governo, a taxa de desenvolvimento tornou-se negativa de 3% ao ano; cresceu a inflação ao nível atual de 220%.

Esta é a delicada situação sob a qual nos encontramos e vamos permanecer por alguns anos por termos insistido na tentativa de conseguir de uma vez situação definitiva de país desenvolvido, na esperança de que um gigantesco programa pudesse ser realizado em prazo curto.

Os próximos Governos se acharão presos à solução desse gravíssimo problema por muito tempo.

Em suma, e para terminar, no Vintenro Revolucionário corajosamente nos engajamos em excitante e meritório esforço de intensidade jamais experimentada no Brasil. Muito conseguimos. Exageramos, todavia, o propósito final ao tentar enquadrar sua vastidão em prazo exíguo e sob evidente deficiência de recursos.

Achamo-nos, por isso, hoje, em

encruzilhada sem saída. Enquanto tentamos buscar rumos para, de alguma maneira, retornar caminhos, geometricamente cresce o custo dos financiamentos até então obtidos. Os serviços exigidos não podem entretanto ser atentidos por obras inacabadas, algumas, ao que parece, mal pensadas.

Que Deus nos perdoe e nos ajude. Amém.

ANEXO

Produto Nacional Bruto dos 156 Países do Mundo em 1982, em Bilhões de US\$

1. 30 Países Desenvolvidos ordenados pelo PNB decrescente:

E.U.A.	3.188,03	
URSS	1.800,00	
JAPÃO	1.228,43	6.216,46
Alemanha Ocidental	748,48	
França	680,00	
Grã-Bretanha	629,52	2.058,00
Itália	472,00	
Canadá	358,00	830,80
Espanha	196,68	
Polônia	193,90	390,58
Holanda	168,51	
Austrália	163,50	
Alemanha Oriental	144,25	
Suécia	134,83	
Suíça	115,20	
Tchecoslováquia	108,90	
Bélgica	104,27	939,46
Áustria	91,60	
Dinamarca	77,52	
Venezuela	72,48	
Noruega	66,24	
Finlândia	51,88	359,72
Rumênia	38,06	
Hungria	36,96	
Nova Zelândia	27,24	
Israel	23,39	
Irlanda	21,00	

Avaliação do Progresso do Brasil no Vinteno Revolucionário (1964-1983)

Cingapura	11,30
Luxemburgo	6,96
Islândia	3,04
	167,95
	10.962,97

Note: 25 países capitalistas e 5 países comunistas. Participação dos países desenvolvidos no produto mundial 79,1%

2. 120 Países Subdesenvolvidos ordenados pelo PNB decrescente:

a) Superior a 100 Bilhões de US\$ (6 países)

China	450,00
Brasil	297,00
México	217,44
Índia	191,89
Arábia Saudita	141,10
Irã	105,14
	1.402,57

b) Entre 100 e 50 Bilhões de US\$ (7 países)

Argentina	82,67
Indonésia	79,32
África do Sul	77,81
Coréia do Sul	69,07
Nigéria	66,88
Turquia	64,45
Grécia	50,04
	490,24

c) Entre 50 e 40 Bilhões de US\$ (6 países)

Iugoslávia	47,63
Bulgária	44,48
Formosa	44,11
Paquistão	43,26
Filipinas	43,16
Argélia	42,94
	265,58

d) Entre 40 e 30 Bilhões de US\$ (7 países)

Colômbia	39,90
Tailândia	38,64
U. Emirados Árabes	35,52
Iraque	34,26
Chile	33,70
Kuwait	32,07
Líbia	30,13
	244,22

e) Entre 30 e 20 Bilhões de US\$ (5 países)

Portugal	28,08
Egito	26,03

Avaliação do Progresso do Brasil no Vinteno Revolucionário (1964-1983)

Malásia	25,73	
Marrocos	21,72	
Peru	20,16	121,72

Participação no produto mundial dos seis países subdesenvolvidos

(*) 10,2%

f) Entre 20 e 10 Bilhões de US\$ (11 países)

Cuba	19,95	
Coréia do Norte	19,32	
Síria	15,48	
Equador	13,45	
Uganda	12,70	
Bangladesh	12,68	
Sudão	12,50	
Uruguai	11,71	
Vietnã	11,55	
Tunísia	10,28	
Costa do Marfim	10,03	149,65*

g) Inferior a 10 Bilhões de US\$ (84 países)

Guatemala	9,35	
Quênia	8,16	
República Dominicana	7,29	
Camarões	7,16	
Catar	6,85	
Zaire	6,84	
Birmânia	6,70	
Bolívia	6,62	
Gana	6,32	
Tanzânia	5,92	
Trinidad-Tobago	5,62	
Paraguai	5,89	
Zimbábwe	5,75	
Omã	5,74	
Costa Rica	5,54	
Afeganistão	5,32	
Etiópia	4,62	
Sri Lanka	4,54	
Zâmbia	4,44	
Jordânia	4,30	
El Salvador	4,20	
Angola	4,07	
Panamá	3,90	

(*) Participação no produto mundial dos 36 países b, c, d, e e f, com
produto superior a 10 bilhões de dólares

9,2%

Avaliação do Progresso do Brasil no Vinteno Revolucionário (1964-1983)

Niger	3,56
Gabão	3,51
Iêmen	3,50
Líbano	3,29
Senegal	3,29
Madagascar	3,19
Nicarágua	3,10
Jamaica	3,05
Papua-Nova Guiné	3,00
Honduras	2,79
Albânia	2,60
Chipre	2,59
Tuvalu	2,52
Nepal	2,38
Moçambique	2,07
Alto Volta	1,84
Guiné	1,82
Barein	1,80
Malavi	1,78
Haiti	1,70
Mongólia	1,67
Benin	1,48
Bahamas	1,47
Togo	1,36
Fiji	1,36
Congo	1,34
Malta	1,30
Ruanda	1,26
Serra Leoa	1,26
Suriname	1,22
Iêmen do Sul	1,19
Burundi	1,15
Maurício	1,14
Camboja	1,04
Botsuana	1,04
Barbados	0,97
Libéria	0,84
Mauritânia	0,83
Gâmbia	0,75
República Centro Africana	0,70
Somália	0,70
Chade	0,68
Guiana	0,67
Suazilândia	0,50
Láos	0,44
Djibuti	0,42
Lesoto	0,37

Avaliação do Progresso do Brasil no Vinteno Revolucionário (1964-1983)

Guiné-Bissau	0,24
Ilhas Salomão	0,22
Navru	0,20
Belize	0,19
Butão	0,18
Guiné-Equatorial	0,15
Antígua	0,12
Ilhas Comores	0,12
Mali	0,12
Santa Lúcia	0,10
Seychelles	0,10
Cabo Verde	0,08
Dominica	0,06
Granada	0,01
	217,56
Participação dos 84 países (g) subdesenvolvidos, englobadamente, de PNB inferior a dez bilhões de dólares	1,5%



O Professor Glycon de Paiva, engenheiro, economista, é um dos maiores especialistas do Brasil em demografia. O presente artigo é uma conferência pronunciada em 08-08-1984 na Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro.



SEGURANÇA NACIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

Berilo Ramos Borba

Neste Trabalho, procura-se analisar a importância da segurança nacional para o bem-estar da nação e, de modo especial, dos cidadãos. Busca-se identificar a interrelação entre a segurança nacional, a ciência e a tecnologia. Descreve-se o papel da universidade face à ciência e à tecnologia. Finalmente, procura-se expor a nova orientação seguida pela Universidade Federal da Paraíba com vistas a contribuir para o desenvolvimento regional e nacional.

A expressão "segurança nacional" aparece, hoje, como um conceito profundamente estigmatizado, sobretudo, quando se procura ligar a segurança nacional a um determinado contexto político-ideológico. Todavia, quando se aprofunda o estudo deste conceito ou a realidade mesma que ele traduz, pode-se detectar que a segurança nacional representa uma condição essencial tanto para o bem-estar da nação como dos cidadãos, em particular.

Embora o conceito seja parcialmente verdadeiro, a segurança nacional não poderá ser vista, apenas, como a capacidade que tem o Estado de garantir a sua soberania,

no âmbito das relações internacionais, e a ordem interna, no que diz respeito à Constituição e às leis.

A análise mais aprofundada do conceito de segurança nacional parece mostrar outra dimensão igualmente importante desta realidade. Sem dúvida, a segurança nacional representa, antes de tudo, uma condição social imprescindível para o desenvolvimento harmônico e pleno da pessoa humana como um todo e da nação como uma comunidade humana mais ampla.

Segundo o Comandante RALPH E. WILLIAMS, da Marinha Americana, a segurança nacional deve ser conceituada, antes de tudo, como uma condição social, algo que os

líderes nacionais crêem ser necessário para o bem-estar contínuo da nação como, por exemplo, a soberania nacional, um sistema de governo que assegure as liberdades públicas e uma economia basicamente livre.¹

Na conceituação de RALPH E. WILLIAMS, a segurança nacional aparece como uma condição social necessária para o bem-estar contínuo da nação. É evidente que esta condição deverá ser assegurada pelo Estado, enquanto instituição social e política a serviço da nação, e pela participação e apoio de todos os cidadãos. A manutenção desta condição, segundo o citado autor, é um processo contínuo e incessante. Não basta, apenas, alcançar um determinado grau de segurança nacional. Ela deve ser buscada permanentemente, na paz ou na guerra, nos tempos de bonança ou de intransqüilidade.²

Segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), os motivos para que uma nação não possa desfrutar de segurança, podem ser de ordem material, cultural e moral. Entre os motivos de ordem material alinharam-se, entre outros, a escassez de recursos, como deficiências de industrialização e dificuldades financeiras. Entre os motivos de ordem cultural, ressalta a ignorância em diversos setores, inclusive, quanto à participação esclarecida dos cidadãos nos processos político e cultural do país. E, no campo moral e espiritual, procura a ESG apresentar, como motivos, a insegurança generalizada entre as nações e entre as próprias

comunidades nacionais onde as tensões sociais colocam em confronto gerações, classes, ideologias, bens materiais e espirituais.³ Da análise deste conceito não se pode limitar a segurança nacional apenas à manutenção da defesa externa e da ordem interna da nação.

Para se eliminarem as causas da insegurança e proporcionar, aos cidadãos, condições de realização dos seus desejos e aspirações, em consonância com os objetivos nacionais, é preciso que se estabeleçam as pré-condições indispensáveis ao desenvolvimento econômico, social e político da nação.

No campo material, é necessário que se crie a infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento. Sem energia, sem estradas, sem vias de comunicação, sem a organização dos setores básicos da economia, torna-se impossível manter um nível adequado de prosperidade e ocupação que assegure, a cada cidadão, condições normais de trabalho, moradia, transporte, educação, saúde e lazer.

O desemprego, a marginalização social, as injustiças sociais, as desigualdades gritantes existentes na sociedade são focos permanentes de tensão que põem em constante perigo, não apenas a realização das pessoas, mas também a própria segurança da nação. Segundo o Presidente Médici "a segurança de uma comunidade não prospera na desigualdade entre os homens, na floração de privilégios, na injustiça social, nem na desagregação de raças e gerações".⁴

A própria segurança nacional depende diretamente do fortaleci-

mento deste campo material que, além de proporcionar os meios de proteção, assegura a base para a sobrevivência econômica e social dos cidadãos.

No campo cultural é imprescindível vencer a ignorância e proporcionar uma participação mais ativa de cada cidadão na construção do futuro da nação. Enquanto perdurarem a ignorância, o analfabetismo, o desconhecimento e a apatia em relação aos grandes objetivos nacionais, permanecem abertas as chagas da inseurança nacional.

A educação é a base do desenvolvimento. Ela não somente rompe com os liames da ignorância que escraviza o homem aos ditames da natureza, da miséria, da doença, como também torna cada pessoa mais produtiva e capaz de participar de maneira consciente da vida nacional. A mistificação ideológica, a manipulação política, a mobilização demagógica encontram presa fácil entre pessoas ignorantes e incultas. A miséria, a doença e a marginalização social medram mais frequentemente entre aqueles que não tiveram acesso aos benefícios da educação.

A educação é a alavanca do desenvolvimento nacional. É impossível se fazer uma grande nação sem investir maciçamente na educação do seu povo. Países como os Estados Unidos, Japão, Alemanha, dentre outros, são hoje grandes potências mundiais porque, durante anos a fio, vêm investindo muito em educação.

Uma nação se realiza, em sua plenitude, pela participação livre

e consciente de todos os cidadãos na sua construção. Um povo educado, participativo, produtivo e patriótico é a maior segurança que tem uma nação de se manter soberana e livre. Ao contrário, uma nação pobre, ignorante, inoperante, dependente, facilmente, se torna presa das pressões e antagonismos vindos de fora, pondo em risco permanente a soberania e a sua segurança interna.

A educação é um reforço à segurança nacional, não apenas enquanto torna o cidadão mais participativo e capaz de influir no futuro da nação, mas enquanto, pelo processo cumulativo dos conhecimentos, vai aumentando o patrimônio cultural e tecnológico, tornando a nação cada vez mais independente da importação de tecnologias que são indispensáveis ao seu desenvolvimento. No mundo moderno, o potencial defensivo de um país encontra-se em proporção direta ao seu potencial técnico-científico. Onde houver dependência tecnológica, há, também, dependência econômica e, consequentemente, dependência maior do sistema internacional. No campo da defesa, nenhuma nação, hoje em dia, poderá se defender sozinha. "A defesa tem que ser necessariamente associativa".⁵ Todavia, quanto mais forte e independente for o país, mais adequadamente ele poderá realizar os seus objetivos nacionais.

No campo moral e espiritual, onde prevalecem os confrontos entre gerações, classes sociais, ideologias, nações, é importante, para a

manutenção da segurança nacional, uma ação permanente, visando a eliminar ou mitigar as tensões sociais.

Como foi visto acima, grande parte destas tensões é resultante da falta de condições adequadas de trabalho, habitação, transporte, ocupação, educação e saúde. Por outro lado, a falta de educação escolar, por conseguinte, a ignorância torna os cidadãos presa fácil da ação de mistificadores, manipuladores de massas e demagogos, que procuram alimentar as tensões sociais em proveito próprio. Ainda: as injustiças sociais, as desigualdades gritantes entre pessoas, classes, regiões são fontes geradoras de focos de desagregação social que põem em risco a segurança individual e coletiva.

Sem respeito às leis, às liberdades individuais e coletivas, aos valores fundamentais da convivência humana, é impossível a vida em sociedade. O fortalecimento de um povo e, por consequência, de uma nação, está condicionado à obediência aos ditames da razão, traduzidos em valores morais e espirituais que regem as relações de convivência entre pessoas, comunidades, nações.

SEGURANÇA NACIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A segurança nacional, tomada no seu sentido mais estrito ou na sua acepção mais ampla, guarda grande relação com a ciência e a tecnologia. O conceito de ciência e de tecnologia aqui utilizado, diz respeito à utilização de método

rigoroso na busca ou na aplicação de conhecimentos sistematizados.

Na moderna sociedade em que os padrões de produção exigem a utilização, em grande escala, de conhecimentos técnico-científicos, uma nação para ser forte e desenvolvida terá de fazer uso intensivo de ciência e de tecnologia.

Mesmo considerando-se, segundo a expressão do General Eisenhower, a segurança nacional como um estado de prontidão organizada para fazer face a uma agressão do exterior, faz-se necessário uma rápida e efetiva mobilização da opinião pública, de homens treinados, de engenheiros bélicos provados e também de indústrias essenciais, todos integrados no mais eficiente instrumento de defesa armada.⁶

Talvez, uma das mais importantes lições tiradas da recente guerra das Malvinas tenha sido a de que venceu a guerra quem teve maior superioridade técnica. A guerra moderna é feita com aplicação de conhecimentos técnico-científicos em, praticamente, todos os setores. A corrida armamentista parece indicar que o poderio militar de um país é diretamente proporcional à sua superioridade técnica. Qualquer que seja o tipo de armas a ser utilizado num conflito, sejam armas atômicas, químicas, biológicas, radiológicas ou psicológicas, faz-se necessário um domínio completo da ciência e da tecnologia em, praticamente, todas as áreas do conhecimento humano.

Se se considera a segurança nacional como condição social indis-

pensável ao bem-estar de cada cidadão e da nação como um todo, também, neste sentido, é imprescindível a utilização, em larga escala, da ciência e da tecnologia. Quaisquer países que desejem oferecer melhores condições de vida à sua população, terá de substituir os métodos tradicionais de produção, por padrões técnico-científicos capazes de aproveitar, de maneira adequada, toda a sua potencialidade econômica e elevar a produtividade dos diversos setores.

Segunda o testemunho do Professor Ernesto Bergman do Instituto Científico Weizman:

"O importante hoje para os países pobres de indústria e energia é transformar a economia agrícola em economia industrial. É o que temos feito em Israel e é o que precisa fazer o Brasil. Através da ciência estamos dotando Israel de todas as condições necessárias para a absorção dos grupos humanos que para lá se dirigem, criando novas condições de vida, onde antes tudo era deserto. Lá estamos estudando as bactérias para transformar os produtos agrícolas em matérias-primas para a indústria. Através de fermentação e outros processos, transformamos o óleo de rícino, extraído da mamona, em matéria plástica muito superior ao nylon. Com açúcar e com amido fabricamos gasolina para avião e borracha sintética. Como maior parte de Israel é deserto e, portanto, não possui água, conseguimos transformar

a água salgada do mar em água doce própria para a irrigação e fertilização do solo arenoso..., assim vamos praticando uma agricultura científica com objetivos industriais. Fabricamos gasolina e sub-produtos do petróleo, sem possuímos este mineral. Assentamos o nosso progresso e a nossa riqueza, tipicamente, na ciência e será através dela que conquistaremos um lugar de projeção no mundo."

O Brasil, um país infinitamente maior do que Israel e com riquezas naturais ilimitadas, poderá fazer, a exemplo daquele país, com uso da ciência e da tecnologia modernas, uma verdadeira revolução em todos os campos das atividades produtivas.

AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E O SEU PAPEL GERADOR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Embora a instituição universitária no Brasil seja muito jovem, (a Universidade de São Paulo (USP) ainda está completando seus 50 anos), já conta com uma expressiva folha de serviços prestados à ciência e à tecnologia no país. De início, contribuiu para a transferência de conhecimentos tecnológicos oriundos de países mais desenvolvidos, depois passou a criar a tecnologia indispensável ao desenvolvimento brasileiro.

Nenhuma instituição nacional apresenta, hoje, no país, maior potencial posto a serviço da pesquisa científica e tecnológica do que a

Universidade brasileira. Ela conta, em seus quadros, com dezenas de milhares de pesquisadores em todas as áreas de conhecimento, formados no país ou nas melhores universidades do exterior. O acervo de que dispõe a universidade em termos de conhecimentos científicos, laboratórios, equipamentos, é inigualável, quando comparados, a outras instituições nacionais. Certamente o país conta, em suas universidades, com um potencial imenso em termos de ciência e de tecnologia. Sem dúvida, a independência tecnológica brasileira terá de ser alcançada pela utilização adequada e racional deste potencial oferecido pelas universidades brasileiras.

Se se considera, ontem como hoje, a contribuição prestada pela universidade ao desenvolvimento do país, pode-se verificar que este potencial já é largamente utilizado. Apenas, para exemplificar, pode-se lembrar a decisiva contribuição que a universidade brasileira tem dado à modernização da agricultura, da indústria e dos serviços essenciais. Trabalho realizado pela Universidade Federal de Viçosa conseguiu aumentar, consideravelmente, a produtividade de soja. Somente esta pesquisa feita naquela universidade tem contribuído significativamente para aumentar o volume das exportações brasileiras, trazendo milhões de dólares de divisas para o país. Outros exemplos poderiam ser citados.

Em relação às forças armadas, começou cedo a colaboração técnico-científica. Ninguém desconhece o auxílio que a USP, já no

seu nascidouro, trouxe à Marinha de Guerra do Brasil, durante a II Guerra Mundial. Esta cooperação tem continuado e, hoje, se concretiza através de inúmeros convênios existentes entre a Marinha e as universidades brasileiras. Também, em relação a outras armas, o mesmo poderia ser dito. O auxílio da universidade está presente na fabricação de aviões, de navios, de tanques e de modernas armas que se produzem na indústria nacional.

O Brasil já venceu algumas batalhas do seu desenvolvimento. A montagem da infra-estrutura em termos de energia, de telecomunicações, de estradas e vias de comunicação, a modernização do sistema de transportes, o desenvolvimento de setores como mecânico, eletro-eletrônico e da informática colocam a nossa indústria a par dos conhecimentos existentes no mundo moderno. Certamente, isto não se faria sem a contribuição decisiva da universidade brasileira. Também, no setor terciário, tem havido uma grande contribuição. Graças ao esforço de ensino e pesquisa, já se oferecem, no país, serviços tão bons quanto no exterior, em quase todos os ramos do conhecimento humano.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E SUA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NACIONAL

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem adotado, como orientação permanente de suas atividades de ensino, pesquisa e ex-

tensão, a identificação dos problemas que lhe estão mais próximos e a busca de soluções técnico-científicas para resolvê-los. Com esta filosofia de ação tem-se tornado uma universidade cada vez mais engajada no seu meio e tem contribuído, de alguma maneira, para o desenvolvimento regional e nacional.

Através dos seus cursos de graduação e de pós-graduação, quase sempre centrados numa linha de pesquisa sobre problemas regionais e através dos seus trabalhos de extensão e pesquisa calcados sobre necessidades fundamentais da comunidade, vem respondendo, de maneira cada vez mais crescente, às carências do desenvolvimento da região.

Seria impossível, no âmbito deste trabalho, citar todas as linhas de pesquisa ou de extensão, ou mesmo descrever a contribuição que cada uma delas poderá representar para a solução dos problemas regionais ou nacionais. Serão analisados, aqui, apenas alguns que parecem mais relevantes para o desenvolvimento da região ou do país.⁵

Na área da energia alternativa, a UFPB tem-se destacado como pioneira na região, na pesquisa da energia solar, de biomassa e eólica. No campo da energia solar, podem-se identificar, entre outras contribuições os resultados obtidos em relação a coletores solares planos que se destinam à dessalinação de água para consumo de pequenas comunidades, ao aquecimento de água para fins domésticos ou industriais; à secagem de

grãos, massas e frutos. Na área da energia de biomassa, destacam-se as pesquisas do biogás cujos biogestores estão, hoje, disseminados na zona rural; e na produção de álcool hidratado, com ênfase no aproveitamento do "vinhoto" e do "bagaço" como ração animal e adubo orgânico. Na área da energia eólica, tem-se procurado desenvolver, além da produção de instrumentos para medição de parâmetros ligados ao setor, atualmente importadas, o aperfeiçoamento de "cataventos" como alternativa energética para a zona rural.

Na área de alimentos, a UFPB, vem sobressaindo-se pela pesquisa sobre o aproveitamento racional de frutos tropicais, leite e carne. Os resultados alcançados têm sido difundidos, não apenas junto a 50 indústrias paraibanas que recebem assistência técnica do Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos (NUPPA), como também a nível nacional.

Na área de produtos naturais, tem procurado a universidade paraibana dar sua contribuição, quer na identificação de novos fármacos, quer no campo da biotecnologia ou da fabricação de medicamentos. Através do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LFT), tem contribuído para a difusão da tecnologia farmacêutica em várias universidades do país.

No campo das ciências agropecuárias, são inúmeras as pesquisas desenvolvidas, visando a dar apoio técnico-científico à agricultura e à pecuária da região. Entre outros trabalhos, podem-se citar as pes-

quisas em relação à agricultura de sequeiro, às plantas xerófilas, à adaptação de plantas exóticas como jojoba, guaiule e algarova, na região do semi-árido. Em relação à pecuária, podem-se registrar as pesquisas com vistas à melhoria de rebanhos de caprinos, ovinos e bovinos à adaptação de espécies exóticas como o gado "sindi", bem como à preservação de espécies em extinção.

Na área da engenharia florestal, pode-se destacar a preocupação da UFPB quanto a uma avaliação do potencial florestal existente na região, visando preservá-lo, bem como quanto à adaptação de plantas exóticas capazes de criar uma nova cobertura vegetal e proporcionar alimento para os rebanhos.

No campo das engenharias elétrica, mecânica e agrícola, destacam-se importantes trabalhos de pesquisa visando a criar uma tecnologia mais adequada à nossa realidade. Protótipos de equipamentos eletrônicos como aparelhos transmissores de som, micro-computador, taxímetro digital, entre outros, e de implementos agrícolas para cultivo da terra ou para irrigação já foram patenteados e estão sendo passados para fabricação por indústrias nacionais.

Nas áreas de couros e tanantes, tem a UFPB desenvolvido uma tecnologia para o setor que, anteriormente, dependia de tecnologia importada. Através do Curtume Escola (PROCURT), tem dado assistência técnica especializada a cerca 38 curtumes existentes entre Bahia e Maranhão.

Na área dos recursos minerais, tem a universidade paraibana dado uma significativa contribuição ao Estado na pesquisa e na difusão de novas técnicas de exploração de minérios, bem como tem contribuído para a modernização dos gabinetes existentes na região.

São, igualmente, relevantes seus estudos e pesquisas voltados para as Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. Destacam-se seus trabalhos junto às comunidades, nas áreas da educação, da saúde, do artesanato, da cultura popular, enfim, que representam um esforço de integração da universidade com a comunidade.

Vê-se, pelo que se acha expresso acima, que a UFPB tem consciência do seu papel, como instituição universitária, em relação ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural da Região e do País.

A Universidade Federal da Paraíba, como as suas congêneres brasileiras, tem dado uma contribuição significativa no campo da ciência e da tecnologia, colocando-as a serviço do bem-estar social e da promoção da pessoa humana a que visa, em última análise, a Segurança Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RALPH E. WILLIAMS em Segurança Nacional e a Política Militar in US NAVAL INSTITUT PROCEEDINGS, citado pela Revista da Escola Superior de Guerra, nº 1, Vol. 1, dez/1983, p. 12.
2. Idem et ibidem.
3. _____ Manual dos Ciclos — Biênio 1975-75 — Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, p. 199.
4. Op. cit., p. 205.
5. Op. cit., p. 202.

6. — citado pelo Prof. Ernesto Luis de Oliveira Junior in Segurança Nacional, Desenvolvimento Nacional e Ensino. Revista da Escola Superior de Guerra, nº 2, Vol II, abril/84, p. 29.
7. Op. cit., p. 38.
8. Universidade Federal da Paraíba – Catálogo Geral de Pesquisa – 1983 – João Pessoa, 1984.



O Professor Berilo Ramos Borba, natural de São João do Cariri, PB, tem os cursos superiores de Teologia (Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma), Filosofia (Pontifícia Universidade Católica do Recife, PE), Sociologia e, pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, o Mestrado de Administração Pública. Ex-Reitor da Universidade Federal da Paraíba, é atualmente professor de Modelo Administrativo e de Administração dos Cursos de Graduação e Mestrado da UFPB.



COMANDOS EM FACE DE NOVA REALIDADE

Carlos Alberto Martins de Castro

"Eis que surge do mar forte mão de aço que arranca as sentinelas alemãs dos seus postos."

Winston Churchill, 1942

INTRODUÇÃO

No dia 2 de abril de 1982, pela manhã, o mundo foi surpreendido com a notícia da invasão das ilhas Malvinas (Falklands), por forças argentinas. Em consequência, apoiada por amplo noticiário, oral e plástico, a opinião pública mundial oscilou, durante setenta e quatro dias, de ingleses para argentinos, e vice-versa, na conformidade dos editoriais, entrevistas ou reportagens. Na área militar, paralelamente, os eventos foram acompanhados a níveis de baixas, equipamentos, táticas e técnicas.

Em 16 de maio, informava, em Londres, um porta-voz do Ministério da Defesa: "no primeiro ataque por terra a posições militares

argentinas no Arquipélago das Malvinas, Comandos de elite da Grã-Bretanha lançaram ontem uma ofensiva contra uma pista de aterragem, na ilha de Pebble (Borbon, para os argentinos) destruindo onze aviões e um grande depósito de munições."

Este fato materializou, em território latino-americano, as estimativas de diversos estudiosos que, até a data, pregavam a organização de Unidades constituídas por militares profissionais, capazes de executar ações não convencionais, em todos os tipos de Teatro de Operações: "os Comandos". Ante a dimensão continental do Brasil, e as características especiais da América do Sul, o emprego das unidades de Comandos têm, para nós, especial significação.

HISTÓRICO

No século I, a.C., quando os Judeus deslocavam-se através do deserto, em busca da "terra prometida", Gedeão, filho de Joaz, da família de Ezri, criou o método de seleção e treinamento das unidades especiais — seletividade, rígido preparo físico, adestramento intensivo e prática em terrenos variados — que, com pequenas transformações, é empregado, ainda, em nossos dias. Os guerreiros por ele treinados, realizaram um ataque noturno, contra vasto acampamento das Madianitas e Amalecitas, que na ocasião fustigavam "o povo de Deus", conseguindo, por meio de surpresa, terror e mobilidade, infligir fragorosa derrota às superiores forças do inimigo.

Com o correr dos séculos a técnica foi sendo desenvolvida, mudando de nome, na conformidade do terreno, ou da força empregada. Ao início do século XX, quando os ingleses envolveram-se na "guerra dos Boers", enfrentaram pequenas unidades, amplamente flexíveis e agressivas, que exigiram grande esforço para serem controladas. Tais unidades eram chamadas de Comandos, nome de origem espanhola, utilizado pelos colonos ao designarem suas aguerridas frações.

Coube ao TC Dudley Clark, durante os sombrios dias da retirada de Dunquerque, consolidar os ensinamentos históricos e utilizá-los contra o inimigo, cuja linha costeira se estendia até à extremidade norte da Noruega. As novas Uni-

dades, constituídas de elementos altamente selecionados, armadas e equipadas para atacar de surpresa, e retrair sob pressão, tornaram-se o pesadelo das sentinelas alemãs, podendo surgir do mar, inesperadamente, causando caos e destruição.

Na África, o SAS (Special Air Service) e o LDRG (Long Desert Range Group) aperfeiçoaram a metodologia do reconhecimento de área, busca de alvo, infiltração, resgate e condução de fogos.

A Guerra das Malvinas, último conflito com características tradicionais, demonstrou o grau de perfeição atingido pelos Comandos ingleses, assim como, o reconhecimento de sua eficiência na guerra convencional.

As ações de comandos não ficaram restritas aos ingleses, particularmente, nos anos do pós-guerra. Otto Skorzeny, alemão, passou à História como o "Capitão que raptou Mussolini", graças à audaciosa operação realizada para resgatá-lo do alto do Gran Sasso.

Os Sírios, em 1973, durante a "guerra do Yom Kippur", conquistaram o observatório do Monte Hermon empregando cento e vinte Comandos helitransportados. O ataque realizou-se ao término da "preparação", sendo inclusive, um helicóptero destruído no ar. Após sistemática limpeza da área o objetivo foi mantido apesar dos repetidos ataques da Brigada Galani. Em 1978, a base naval palestina de Dahar El Burj foi atacada por Comandos israelenses, que, empregando elementos do Exército e

Marinha, destruíram grande parte de suas instalações.

Nomes como Vaagso, Saint Nazaire e Mogadício, são lembranças dos sucessos; todavia, Boulogne le Touquet e Dasht-e-Kavir, servem como exemplos de que nem tudo foi realizado a contento.

Não é conveniente, entretanto, encerrar este breve relato sem nos referirmos à experiência brasileira, e a uma das ações dos argentinos nas Malvinas. Ao final do século passado, quando o território sul-americano foi maculado pelo sangrento conflito que envolveu Argentina, Paraguai e Uruguai, coube ao tenente Floriano Peixoto a execução das primeiras "ações", organizadas, de comandos, por elementos do Exército Brasileiro. Armando com foguetes "à congreve" os lanchões São João e Garibaldi, assim como, o rebocador Uruguai, o jovem artilheiro atacou as linhas de suprimento do TC Antônio de la Cruz Estigarribia — que invadia a província do Rio Grande do Sul — dificultando o Apoio Administrativo e impedindo a ligação com a coluna do major Duarte, que progredia pela margem argentina. A atuação da esquadilha foi tão marcante que forçou o inimigo a deslocar uma bateria de artilharia para as margens do Paraná, não conseguindo com tal manobra afastar os brasileiros, que deslocavam os fogos do Uruguai e inquietavam a cavalhada. O tenente Floriano não conseguiu deter o invasor no Touro Passo, mas retardou, em muito, o avanço sobre Uruguaina.

Na Argentina, no conflito en-

cerrado sob condições adversas, foram empregados três grupos de Comandos, na tomada das Malvinas. Deveriam ser conquistados, simultaneamente, o quartel da guarnição, em Moody Brock, a residência do governador Rex Hunt, e o rádio farol, no cabo San Felipe. Os grupos destinados aos dois primeiros objetivos foram transportados pelo destroier *Santíssima Trindade*, e o último por submarino.

O quartel foi ocupado no alvorecer do dia 2 de abril de 1982, não havendo combate face à ausência dos ingleses. O ataque à casa do governador iniciou às 06:00 hs, e terminou por volta das 09:00 hs. Nesse local a resistência foi maior, pois a guarda fora reforçada.

O rádio farol foi conquistado dentro do planejado. Sem experiência anterior, no emprego de Comandos, os argentinos executaram ataques coordenados, empregando forças combinadas e lançando-as de diferentes tipos de transporte. Com tais ações a técnica desenvolvida em Campo de Mayo, durante a década de setenta, mostrou ser tão acurada, quanto a referida perícia do oponente.

DEFINIÇÕES

Comandos

São denominados "COMANDOS" os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, especialmente treinados, armados e equipados para participar de missões, com características especiais, que

ra-ar, e o crescente emprego dos radares táticos, estão reduzindo, paulatinamente, o valor da cobertura aérea. É lícito, pois, admitir-se que, caso não sejam desenvolvidos sensíveis sistemas de proteção às aeronaves, haverá, no curto prazo, relativa vantagem para a Defesa Aérea da Área.

Assim, torna-se cada vez mais duvidoso que as operações em larga escala, empregando amplo apoio aéreo, possam ser executados no futuro próximo. Os últimos conflitos demonstraram que as ações ofensivas são — vantajosamente realizadas — por Batalhões e Regimentos que podem realizar penetrações nas retaguardas inimigas, executando ações decisivas. Tal situação agravou-se com a detonação da Bomba de Neutrons, que surgiu como elemento determinante no fracionamento das forças em confronto, na redução da amplitude das Áreas de Apoio Logístico, disseminando-as pelo campo de batalha, e, na vulnerabilidade dos meios de toda ordem, sujeitos a "ações parceladas", violentas e de curta duração, de difícil contenção e neutralização.

Nas frentes a serem guarnecidas pela Infantaria e Cavalaria, o emprego dos meios motorizados e blindados permitirá a rápida mudança de dispositivo, o deslocamento das linhas de contato e reservas. Tais movimentos, todavia, reduzindo as perdas em caso do eventual uso dos artefatos atômicos, poderão congestionar as vias de transporte, limitar a área de operações, e restringir a segurança

das Unidades, ante o imperativo capital; a rapidez. Isto ocorrendo, abre-se vasto campo ao emprego de Comandos que poderão inflingir pesadas perdas ao inimigo e que se projetam no quadro apresentado como uma resposta, não apenas em termos Estratégicos mas, no plano tático, possibilitando aos planejadores, alternativas para a manutenção de ofensiva, da manobra e da flexibilidade.

Ambiente Continental

Ante as crescentes crises econômicas e políticas das Nações do Continente, julgamos ser improvável a realização de guerras de grande envergadura. Não afastamos, todavia, o emprego do meio para solucionar divergências internacionais ou amenizar a situação política interna, de Nações com problemas econômicos e atritos de fronteira.

A inexistência da Arma Nuclear e as facilidades de aquisição de armamento no mercado mundial, nos induzem a concluir que os possíveis conflitos que aqui venham a ocorrer, serão de características tradicionais mas, que, procurarão explorar as deficiências da ONU, tradicionalmente dividida pelos votos das pequenas Comunidades. Não consideramos a ação da OEA (Organização dos Estados Americanos) e do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), por julgarmos que terão sua intervenção seriamente prejudicada pelas divergências internas, historicamente conhecidas. Assim, o atacante buscará realizar rápida

penetração no território desejado, alargará a brecha e aguardará a mediação internacional; a nação agredida, por não possuir, provavelmente, uma força militar suficientemente adestrada e equipada para reagir de imediato, procurará retardar o inimigo, evitando sua penetração em grande profundidade. Se for possuidora de recursos humanos, técnicos e econômicos, após um curto período, passará à ofensiva e retomará seu território. Caso isto não ocorra, ou, se a ação internacional for mais rápida, principalmente quando esta estiver interessada em parte da área conquistada ou em seus recursos, é lícito admitir-se que ao invadido restará apenas aceitar a divisão do território submerso.

Não deixam de ser verdadeiras as afirmações anteriores, se considerarmos que o atacante venha a desenvolver suas ações com o adversário alertado e em condições de reagir. Isto ocorrendo, a amplitude das frentes e a redução dos eixos, forçarão a luta em áreas definidas e a busca de vantagens locais.

Se admitirmos como verdadeiras as digressões acima, e alocarmos tudo a uma análise dos aspectos geográficos das áreas operacionais do continente sul-americano, iremos concluir que serão realizadas operações de pouca profundidade ao longo dos eixos, em largas frentes, com grandes vazios entre os elementos empregados e vulnerabilidade dos eixos de comunicações e suprimento. Tais características voltam a valorizar o emprego dos "COMANDOS", que poderão

conquistar vitórias decisivas em toda a profundidade do campo de batalha e favorecer a conquista do objetivo final.

CONCLUSÕES

Todos os conflitos, até hoje vividos por nosso sofrido mundo terrestre, trouxeram ensinamentos marcantes ao homem, à tecnologia e a Doutrina Militar. A Guerra das Malvinas (Falklands), graças à disparidade dos meios empregados e às potencialidades do vencedor, foi decisiva para o teste de novos armamentos e análise das "alianças".

Entre a eficácia dos novos mísseis, o preciso deslocar da aviação de decolagem vertical, o estonteante emprego dos radares e sensores eletrônicos, e a mortífera ação dos submarinos nucleares, o Homem destacou-se como peça básica, vencendo a lama, o frio, a técnica, o vento, a política e o cansaço.

Em meio ao ensurdecedor ruído dos combates, a ansiedade, incerteza, angústia e solidão da expectativa, figuras esguias deslocaram-se em busca de observatórios favoráveis, tomando posições para precisos ataques noturnos. Os Comandos ingleses ou argentinos, realizaram, sem dúvida, missões importantes, no reduzido conflito. Conhecemos alguns detalhes das ações britânicas, filtrados em meio à guerra psicológica. Admitimos a ação argentina, por conhecermos a dedicação de seus soldados. Os combates terminaram. A paz não retornou à América Latina. Os

longos anos sem guerras, a sonolência dos acordos, a confiabilidade e os alinhamentos foram postos em instabilidade.

É preciso que os pensadores vejam no conflito todas as implicações estratégicas admissíveis, determinando as variáveis do novo relacionamento internacional.

Não devemos esquecer, contudo, um novo fator — considerado, até aqui, como impulsividade e anseio da juventude — os COMANDOS, uma peça mortífera, barata, hábil, flexível, disponível, com aplicação não ofensiva e na defesa territorial. Chegamos ao tempo e à hora de uma nova realidade.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- FOLEY, Charles. Comando Extraordinário. Rio, Nova Fronteira, 1954.

- BRADLEY, Omar Nelson. História de um Soldado. Rio, Bibliex, 1958.
- EISENHOWER, Dwight D. Cruzada na Europa. Rio, Bibliex, 1958.
- MCINNIS, Edgar. História da II Guerra Mundial. Edição Globo, 1958.
- COWLES, Virgínia. O Major Fantasma. Edição Flamboyant, 1964.
- EME. História do Exército Brasileiro. Brasília, EME, 1972.
- FLAMANTE, Marc. Os Comandos, Edição Ulisséia, 1974.
- YONG, Peter. Comandos Soldados Fantasmas, Edição Renes, 1975.
- HERZOG, Chaim. A guerra do Yom Kipur, Rio, Bibliex, 1977.

Artigos

- HOOD, Burton F. A incursão do Gran Sasso, Military Review, 1959.
- HOFFMAN, Curt. O Campo de Batalha no Próximo Decênio. Definição de uma Política de Defesa. Defesa Nacional, 1978.

O Tenente-Coronel de Infantaria Carlos Alberto Martins de Castro serve atualmente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Resende, RJ.



O DIREITO DO MAR E OS INTERESSES DO BRASIL

Mucio Piragibe Ribeiro de Bakker

1. INTRODUÇÃO

O novo Direito do Mar, resultante da Convenção aprovada pela III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, estabelece a estrutura de nova ordem jurídica internacional para o uso do mar, consentânea com a atual conjuntura política, estratégica, econômica, social e tecnológica do mundo contemporâneo.

Em sua lenta elaboração, foram tratados e debatidos todos os grandes problemas com os quais se confronta a Comunidade Internacional contemporânea: desde os relacionados com as necessidades básicas, como alimentos, matérias-primas e energia, até os que dizem respeito à corrida armamentista, incluindo ciência e tecnologia, comunicações, informática, comércio, gerência de recursos, pesquisa científica, política de transportes

e proteção do meio ambiente marinho.

Foram mais de 8 anos e mais de 11 Sessões de difíceis negociações, até a Sessão Final, que teve lugar na Baía de Montego, Jamaica, de 6 a 10 de dezembro de 1982, e que coroou todo um processo de trabalho, no qual a Comunidade das Nações conduziu, com raro brilhantismo, as discussões e debates sobre uma lista de temas dos mais variados e controversos. O resultado final, isto é, a Convenção representa, assim, a solução de equilíbrio, a resultante de várias tendências que foram levadas à Conferência, envolvendo os vários conceitos que foram surgindo, em face das novas dimensões sobre o uso do mar que, desde o final do século passado, já podiam ser vislumbradas. Ela constitui, ainda, o marco inicial para a exploração dos oceanos, do seu solo e subsolo, dentro

da ordem jurídica internacional, inclusive das áreas marítimas fora das jurisdições dos Estados, já consideradas patrimônio comum da humanidade.

O presente trabalho tem um duplo propósito: o primeiro, dar uma idéia, ainda que muito sucinta, da evolução do Direito do Mar, desde os primórdios da civilização até os dias atuais, que culminaram com a nova Convenção aprovada, ressaltando seus aspectos mais importantes e significativos; o segundo, chamar a atenção do Brasil para a necessidade inadiável de ocupar a área marítima que lhe foi destinada pela Convenção, cujas dimensões atingem mais de 4 milhões de quilômetros quadrados, no sentido de habilitá-lo à exploração dos recursos do mar, em especial daqueles que compõem as três necessidades básicas de qualquer Estado: alimentos, matérias-primas e energia.

No mundo de hoje, em que o oceano constitui a última fronteira a ser explorada e para onde convergem todos os grandes interesses internacionais, a recente Lei do Mar representa, em síntese, a nova ordem jurídica que possibilitará, provavelmente, a ocupação do mundo oceânico de maneira mais racional e mais humana, sem a divisão entre ricos e pobres, entre fracos e fortes, a qual certamente levaria o mundo à desintegração pela fome e pela violência.

2. HISTÓRICO

O mar, em todas as épocas, sempre teve decisiva influência sobre

os povos, constituindo-se em fator de capital importância para a sua sobrevivência e desenvolvimento.

Todos os povos que exerceram o poder, além de seus próprios territórios, usaram o mar e o dominaram sucessivamente, através dos séculos, para poderem influir sobre a vida de outros povos, de acordo com seus interesses. Fenícios, gregos, cartagineses, romanos e, mais tarde, genoveses, venezianos, portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, principalmente, progrediram e engrandeceram suas respectivas nações, enquanto foram capazes de utilizar o mar como instrumento indispensável à sua economia, ao seu desenvolvimento e à sua segurança.

O Direito do Mar, conjunto de regras jurídicas que disciplinam o seu uso, foi sendo então consolidado, através dos séculos, sempre com o propósito de conciliar e proteger os interesses das nações marítimas. Desde os tempos mais antigos, já se observava a necessidade de se prover o uso do mar com um regime jurídico. Atenas, por exemplo, arrendava certas áreas marítimas para a exploração do sal ou pesca, enquanto os romanos exigiam para si a proteção à navegação, o combate à pirataria e a polícia das costas e dos portos. Roma e Cartago, por outro lado, celebraram um tratado que estabelecia áreas de navegação específicas para suas respectivas nações. A destruição de Cartago, posteriormente, levou os romanos a considerarem o Mediterrâneo como o "Mare Nostrum", exercendo completo domínio sobre aquele mar,

como um simples corolário do seu poder.

Apesar dessas incursões dos antigos no processo de formação do Direito do Mar, é somente no período medieval que o uso do mar começa a ter uma base jurídica mais consensual, em consequência de inúmeros atos e ações que ocorreram naquela época, sobretudo entre as cidades marítimas da Península Itálica, que dominavam todo o comércio com o Oriente e com o Norte da África. Desse modo, começam a ser normal que um Estado defendesse suas rotas marítimas e a navegação em suas costas contra os piratas e outras ofensas praticadas no mar. Além desses fatos, precursores da noção jurídica de Mar Territorial, outros passaram a ser considerados e, conjuntamente, serviram para consolidar a idéia de propriedade sobre áreas marítimas. O surgimento da pesca como atividade econômica, a cobrança de impostos sobre a navegação, a coleta de taxas para garantir-a contra a pirataria, são os exemplos mais evidentes.

As relações criadas pelo desenvolvimento da navegação, do comércio e da pesca geraram direitos que, de início, foram afirmados por atos unilaterais dos Estados. Assim é que Veneza reivindicou soberania sobre o mar Adriático; Gênova e Pisa pretendiam, do mesmo modo, direitos sobre o mar da Ligúria. O Piemonte passou a cobrar um imposto a toda embarcação que navegassem a distâncias menores que cem milhas de suas costas. Alguns Estados passaram a

tomar medidas sanitárias em relação a navios que chegavam do Oriente. A legislação da Noruega excluía os estrangeiros da pesca costeira. A Dinamarca e Suécia declararam soberania sobre o Báltico. A Escócia apreendia qualquer barco estrangeiro que pescasse a menos de vinte e oito milhas de suas costas e a Inglaterra, já no século XII, estabelecia que o mar pertencia ao rei da Inglaterra. E muitos outros exemplos poderiam ser citados.

Com a época das grandes navegações, portugueses e espanhóis, inicialmente, depois ingleses, pretendiam exercer direitos exclusivos sobre vastas porções do oceano, à semelhança dos que exerciam sobre os seus respectivos territórios. Portugal, em 1534, procurou basear seus alegados direitos em fundamentos técnicos. Assim, afirmava El-Rei D. João II: "Os mares que todos devem e podem navegar são aqueles que sempre foram sabidos por todos e comuns a todos, mas os outros, que nunca foram sabidos, nem parecia que se podiam navegar e foram descobertos com tão grandes trabalhos por mim, esses não." A Inglaterra, sob Elizabeth I, no século XVI, pretendia ter como seu todo o mar, das costas da Noruega às costas da Espanha e, depois, passou a arrogar-se o direito de conceder licenças de pesca no mar do Norte, o que a levou a conflito com a Holanda. Em 1565, Phillippe II da Espanha reivindicava soberania sobre a porção de mar limitada pelo alcance visual, aproximadamente 14 milhas.

A rivalidade entre a Inglaterra e a Holanda, na disputa pelo comércio marítimo, fez com que Grotius, advogado dos Países Baixos, lançasse, em 1609, a tese de "Mare Liberum", contrapondo-se ao conceito de "Mare Clausum", citado por Selden, em que se apoiava a Inglaterra. Já se notava, a partir de então, uma tendência a se fixar o território marinho, não mais na base de uma distância prefixada arbitrariamente, mas em função de alguma realidade física, como insinuava a tese de Grotius, que afirmava que o Mar Territorial deveria ir até onde, de terra, sobre ele se pudesse efetivamente exercer jurisdição. Coube, no entanto, a Cornelius Van Bynkershoek, em 1702, formular o princípio que haveria de certo modo prevalecer. Em sua obra intitulada "De Dominio Maris Dissertatio", dizia ele: "Terrae potestas finitur ubi finitur armorum vis", isto é, o poder de terra termina onde termina o poder das armas. De acordo com esse princípio, a posse de uma faixa de mar litorânea só deveria ser considerada até onde ela pudesse ser garantida de terra firme, ou seja, até onde alcançasse o tiro de canhão, pois, até esse limite ele poderia efetivamente se fazer respeitar. Esse critério, entretanto, demorou a ser aceito como norma geral, o que somente veio a ocorrer a partir da segunda metade do século XVIII, quando o alcance do tiro de canhão foi fixado em 3 milhas marítimas, conforme sugestão feita por Galiani em sua obra "Dei Doveri Dei Principi Neutrali" (1782). Como observação complementar,

datam ainda do final do século XVIII os antecedentes da Zona Contígua, definida como a área de mar que se segue ao Mar Territorial, sobre a qual os Estados ribeirinhos não são soberanos, mas exercem alguns direitos.

Dessa maneira, chegou-se ao século XIX com a noção de Mar Territorial, bem como a de Zona Contígua, consolidadas na prática internacional. Os tratados que vão sendo celebrados entre os Estados, sobretudo sobre a pesca, vão uniformizando a regra das 3 milhas, como limite máximo do Mar Territorial e, no final do século, aparecia ainda a tendência de se estender o poder jurisdicional dos Estados, sobre assuntos alfandegários e fiscais, principalmente, a uma zona além do Mar Territorial, que seria a Zona Contígua.

O Brasil aderiu, durante muito tempo, à norma das 3 milhas. A aceitação brasileira desse limite tornou-se tradicional. Não parece ter resultado de um ato deliberado, função dos interesses marítimos nacionais. Essa adesão encontra-se referida em documento de 1850, que é apenas uma Circular de nº 92, do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os Regulamentos das Capitanias dos Portos, em suas edições de 1934, 1935 e 1940 seguem o mesmo critério. Durante a Primeira Guerra Mundial é ainda uma Circular do Ministério das Relações Exteriores aos Ministérios da Marinha e da Guerra e aos Governos dos Estados que reafirma continuar inalterada a regra das 3 milhas. O Código de Pesca de 1938 (Decreto-lei nº 794) fixou a

zona costeira de pesca em 12 milhas, mas isso não veio alterar o conceito básico do mar de 3 milhas.

Esse quadro jurídico, entretanto, foi sendo gradativamente afetado pela Revolução Tecnológica, que abriu novas e importantes perspectivas para o uso do mar, com substanciais e significativas repercussões sobre as atividades marítimas tradicionais.

3. NOVAS PERSPECTIVAS PARA O USO DO MAR

Se há pouco menos de cem anos atrás, as nações ainda não exploravam o petróleo de suas Plataformas Continentais; os nódulos polimetálicos constituíam curiosidade científica; a exploração dos recursos vivos do mar, em escala industrial, era quase inexistente; e o homem ainda não tinha atingido profundidades muito maiores do que 50 metros; atualmente, com o desenvolvimento da ciência oceanográfica, cujo nascimento pode ser caracterizado pela expedição do "Challenger", de 1872-1875, com o correspondente avanço tecnológico e com a invenção e aperfeiçoamento de submersíveis capazes de mergulhar a profundidades bem maiores do que 1.000 metros, o mar adquiriu novas dimensões e surge efetivamente como a última fronteira, a abranger mais de 70% da superfície da Terra, e no qual os recursos vivos, minerais e energéticos existem em escala nunca antes imaginada pelo homem.

As inúmeras possibilidades da Oceanografia permitem não apenas explicar a origem da Terra,

mas talvez a origem da própria vida que, indubitavelmente, se iniciou nos mares. Por outro lado, pesquisas já levadas a efeito vieram comprovar a existência de montanhas de lama e sedimentos, a milhares de metros de profundidade, contendo percentagem ainda imprevisível de metais estratégicos, como manganês, ferro, cobre, zinco e até ouro e prata, em consequência tanto de resíduos acumulados durante longos períodos de tempo, quanto da ação de fontes hidrotérmicas existentes no fundo dos mares, a grandes profundidades.

Se sempre foi grande e conhecida a possibilidade de utilização da oferta alimentar proveniente do oceano, é muito mais recente e mais espetacular o crescimento da produção mineral de origem marinha. A produção de petróleo, proveniente de poços marítimos, quadruplicou entre 1960 e 1973, data em que já representava 18% da produção mundial. A partir de então e até 1979, essa participação passou a 20%, embora tivesse havido um aumento da ordem de 50% na produção marítima. Por outro lado, uma das mais fascinantes possibilidades de exploração de recursos minerais nos oceanos reside, entretanto, nos nódulos polimetálicos, que são corpos de forma quase esférica, de cor enegrecida e de tamanho e peso variáveis. Os recursos minerais que poderiam ser obtidos desses nódulos representariam certamente dezenas de anos de reservas de manganês, níquel, cobre e cobalto.

Podemos afirmar que o desenvolvimento das possibilidades do uso do mar surgiu, ainda mais espetacularmente, com a Revolução Científica que rompeu o átomo, criou a engenharia genética e conquistou o espaço exterior. As perspectivas de emprego da tecnologia resultante dessa Revolução, nos oceanos, sem dúvida acarretará uma "Revolução Marítima" que, no dizer do Presidente François Mitterand, fará parte da 3^a Revolução Industrial. A física nuclear, a tecnologia espacial e de satélites, a bio-engenharia, a micro-eletrônica e suas aplicações à ciência de computadores, assim como a informática e a ciência e tecnologia marinhas são os maiores componentes dessa 3^a Revolução Industrial, que está transformando as sociedades industriais e afetando profundamente as relações entre as nações desenvolvidas e as em processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento das ciências marinhas tem inclusive alterado o nosso conhecimento da evolução do planeta Terra. A descoberta das placas tectônicas e da deriva continental, temas por si mesmos fascinantes, veio também acarretar consequências econômicas. Nas regiões oceânicas onde o solo do mar está se abrindo, metais e minerais afluem pelas rachaduras do manto terrestre, o que nos permite antever o nascimento da mineração do fundo dos mares, como novas formas industriais. De outra parte, o novo conhecimento da dinâmica do solo oceânico e a tecnologia desenvolvida na sua comprovação e verificação vieram alterar

o mapa petrolífero do mundo. Sabe-se hoje que existe mais petróleo e gás sob o leito dos oceanos do que em terra, e sabe-se também como localizá-lo, em regiões cada vez mais afastadas da costa e em áreas cada vez mais profundas.

Em face dessas novas perspectivas de uso do mar, do seu solo e subsolo, os Estados passaram então a tomar conhecimento de suas dimensões econômicas as quais, por sua vez, começaram a influenciar definitivamente os antigos conceitos de segurança e defesa. Descobre-se ainda que os recursos vivos não são inesgotáveis, ao contrário do que se pensava; que a sua exploração racional é uma necessidade vital para o Estado costeiro; que a antiga regra das 3 milhas é absolutamente insuficiente para protegê-los; que as novas técnicas de exploração podem resultar em devastação e destruição do equilíbrio ecológico; e que o grupo diferente de desenvolvimento dos Estados permite que uns poucos explorem indevida e abusivamente recursos que naturalmente deveriam pertencer a todos.

Por conseguinte, torna-se necessário que a atitude humana em relação ao mar sofra fundamentais alterações. Até o presente, o uso do mar tem sido feito livre e predatoriamente, sem o gerenciamento adequado e sem a preocupação de preservação dos seus recursos naturais. Além desses aspectos, outros fatores impõem a necessidade de se regulamentar o uso do mar, de uma maneira global, como o dramático aumento da população mundial e o consequente au-

mento da demanda dos alimentos deles originários; o crescimento industrial em todos os continentes; a concentração da população nas áreas costeiras, o aumento da extração de petróleo e gás das Plataformas Continentais; a intensificação da navegação e o emprego de navios de tonelagem cada vez maior, inclusive com propulsão nuclear; e o crescente uso de substâncias químicas, com significativa proporção lançada aos oceanos. A cada dia, uma nova perspectiva de conflito poderá ocorrer na competição pelo uso do mar, conflito que nenhum país poderá enfrentar sozinho. De outra parte, existe uma constante interação entre os vários usos do mar: exploração dos recursos do seu leito poderá afetar o uso das águas sobrejacentes, e vice-versa; atividades nas áreas internacionais e nas áreas nacionais costeiras adjacentes poderão afetar umas as outras. O mar, com a atmosfera que o cobre, constitui um imenso e grandioso ecossistema cujas interações requerem ações e perspectivas integradas, com especial atenção ao meio ambiente marinho.

Foram essas novas possibilidades as responsáveis no âmbito internacional, por um rosário de reuniões e conferências levadas a efeito na tentativa de harmonização das múltiplas e divergentes reivindicações dos diversos países, sobre seus usos, posses e direitos. Em essência, estavam em jogo interesses econômicos, políticos e militares, influenciados basicamente por problemas de segurança e desenvolvimento, binômio que, inde-

pendente de acepções, é a meta que todos os países desejam alcançar. Tais perspectivas, que só depois da Segunda Guerra Mundial começaram a ser visualizadas em sua plenitude, vieram impor uma nova disciplina jurídica que, finalmente, foi consubstanciada na nova Lei do Mar, resultante da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, oficialmente encerrada em 10 de dezembro de 1982, na Baía de Montego, Jamaica.

4. EVOLUÇÃO DO DIREITO DO MAR – NOVOS CONCEITOS

O Direito do Mar, por conseguinte, "formou-se lentamente ao longo dos séculos, pela sedimentação de fatos e costumes na prática da navegação, da guerra e da pesca; nos choques de interesses nacionais; na expansão de Impérios; na longa elaboração jurisdicional das grandes potências; na contribuição silenciosa e variada de eminentes juristas." Entretanto, antes do término da primeira metade do século, dois novos conceitos vieram se juntar às velhas regras jurídicas sobre o uso do mar, constituindo-se em fatos de relevo nas transformações por que passou o Direito do Mar: o de Plataforma Continental e o de exclusividade de pesca, além do Mar Territorial tradicional (Clovis Ramalhete, em seu Parecer de 30/12/69).

Esboçado vagamente desde o princípio do século, o conceito de Plataforma Continental se afirmou a partir da pioneira proclamação

do Presidente Truman, dos Estados Unidos, em 1945, quando este reivindicou a posse de recursos econômicos da Plataforma Continental ao longo das costas americanas. A apropriação da Plataforma Continental por uma nação em ato de soberania e a pronta aceitação desse ato pelo Direito Internacional levaram outras nações a fazerem idênticas proclamações, inclusive sobre mares territoriais e espaços aéreos. Assim, inúmeros países também afirmaram seus direitos sobre a continuação geológica de seus respectivos territórios, estendida sob as águas do mar adjacente, inclusive o Brasil, que, pelo Decreto nº 28.840 de 1953, declarava integrada ao território nacional a plataforma submarina que borda o continente e ilhas, tendo como limite máximo a profundidade de 200 metros.

Cerca de dois anos após a "Proclamação Truman", em 1947, Chile e Peru, através de respectivos atos unilaterais, aumentavam para 200 milhas a largura de suas águas territoriais, incluindo o solo e subsolo subjacentes, com o propósito de preservar para os seus nacionais os inúmeros recursos pesqueiros de suas águas costeiras. A atitude chilena e peruana foi logo seguida pelo Equador e, mais tarde, por Costa Rica (1948), El Salvador (1950), Honduras (1951), Nicarágua (1965), Argentina (1966), Panamá (1967), Uruguai (1969) e, finalmente, pelo Brasil, através do Decreto-lei nº 1.098 de 1970. Já por essa época, havia ocorrido um generalizado emprego de atos unilaterais de Estados, distendendo

sua faixa marítima adjacente. Deve ser lembrado que medida semelhante, embora provisória, havia sido tomada logo após o início da Segunda Guerra Mundial, quando os países americanos estabeleceram em torno das Américas uma "Zona de Segurança" de 200 milhas, com a finalidade de controlar o tráfego marítimo dentro dessa área.

Anteriormente à Segunda Guerra Mundial, em 1930, havia sido convocada uma Conferência, em Haia, com o propósito de formular princípios gerais que consolidassem a ordem jurídica então vigente para o uso do mar e que não logrou ratificar a regra das 3 milhas como extensão universalmente aceita para a largura do Mar Territorial.

Por outro lado, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1941, a Comissão Interamericana de Neutralidade fazia aprovar uma recomendação que estendia para 12 milhas as águas territoriais dos países marítimos americanos. Entretanto, tal recomendação, por carecer de regulamentação internacional, em um mundo conturbado pela guerra, não provocou maiores consequências.

Em 1949, as Nações Unidas iniciaram trabalhos que visavam a codificação das normas aplicadas pelos Estados, em matéria de uso do mar. Mais tarde, em 1952, o Comitê Jurídico Interamericano proclamava o direito de cada Estado de "fixar uma zona de proteção, controle e aproveitamento econômico, até uma distância de 200 milhas marítimas." Seis anos

depois, em 1958, então já sob o impacto das transformações que se processavam na ordem jurídica, foi convocada para Genebra a 1^a Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que culminou com o estabelecimento de quatro Convenções, a seguir indicadas, mas que não pôde definir a extensão do Mar Territorial, por absoluta falta de consenso.

- Convenção sobre o Mar Territorial e Zona Contígua;
- Convenção sobre a Plataforma Continental;
- Convênio sobre o Alto-Mar;
- Convenção sobre a Pesca e Conservação dos Recursos Vivos do Alto-Mar.

Os países desenvolvidos, tradicionalmente defensores da regra das 3 milhas, não cederam terreno ante a pressão dos países em desenvolvimento e a Conferência não logrou estabelecer nenhum acordo sobre a largura do Mar Territorial. A esta Conferência compareceram 86 Estados e foram produzidos os primeiros instrumentos legais de âmbito internacional relativos ao uso do mar. Embora não conseguisse contemplar em seu texto a extensão do Mar Territorial, ficou implícito que tal extensão poderia ser estabelecida por ato unilateral de cada Estado. Entretanto, como a Conferência concluiu com êxito as quatro Convenções sobre o Direito do Mar, decidiu-se que ela não deveria encerrar seus trabalhos sem tentar de novo obter uma fórmula susceptível de conciliar o assentimento de todos em torno da questão da extensão do Mar Territorial. Assim, optou-se pela convo-

cação de uma segunda Sessão da mesma Conferência, que passou a ser a 2^a Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

A 2^a Conferência das Nações Unidas ocorreu dois anos depois, em 1960, também em Genebra, e resultou em novo insucesso nas negociações que tratavam da largura do Mar Territorial, culminando, consequentemente, com o malogro da Conferência. Duas proposições centralizaram as atenções dessa Conferência: uma da União Soviética, que propunha a fixação do Mar Territorial até o limite de 12 milhas, sendo assegurado, aos Estados que estabelecessem limites inferiores a essa distância, uma faixa adicional de zona de pesca exclusiva, de modo que, no conjunto, não fosse ultrapassado o limite de 12 milhas. A outra dos Estados Unidos e Canadá, que estabelecia um Mar Territorial de 6 milhas, facultando aos Estados o estabelecimento de uma zona de pesca exclusiva a partir do limite exterior do Mar Territorial, no máximo de 6 milhas.

Um aspecto tornou-se claramente visível durante os trabalhos dessa Conferência: é que, de um lado, formaram as potências industrializadas, pleiteando larguras de Mar Territorial tão pequenas quanto possíveis, até um máximo de 12 milhas; do outro, as nações em desenvolvimento, procurando, a todo custo, fazer valer suas posições no sentido de manter áreas mais extensas a salvo das investidas das grandes potências. Mas, de qualquer forma, a 2^a Conferência sepultou definitivamente a regra ju-

rídica das 3 milhas, em face do impacto econômico, científico, tecnológico, político e estratégico das novas dimensões do mar, sobretudo das perspectivas de exploração dos recursos do solo e subsolo marinho.

Acompanhando, embora lentamente, a evolução dos conceitos internacionais sobre o assunto, o Brasil desde 1930, favorecia um Mar Territorial mais amplo que o de 3 milhas, mas sem tomar nenhuma atitude concreta sobre a matéria. Isto só veio a ocorrer bem mais tarde, em 1966, quando pelo Decreto-lei nº 44, de 18 de novembro, a largura do Mar Territorial brasileiro foi estendida para 6 milhas e, três anos depois, em 1969, pelo Decreto-lei nº 553, de 15 de abril, para 12 milhas. Entretanto, como já dito anteriormente, o Brasil, em 1970, acompanhando a tendência geral que se observava na América Latina, ampliou o seu Mar Territorial para 200 milhas.

Por outro lado, um fato de significativo relevo ocorreu por essa época, mais precisamente na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1967, quando o Embaixador de Malta propunha uma ação internacional para regular o uso dos mares e oceanos e para assegurar que sua exploração fosse feita apenas para fins científicos e em benefício de toda a humanidade. A proposta do Embaixador de Malta, depois de vários estudos e debates no "Comitê para os Fundos Marinhos", criado com tal objetivo, resultou na Resolução nº 2.749 sobre a "Declaração de Princípios que Regulam os Fundos Marinhos

e Oceânicos e seu Subsolo fora dos Limites de Jurisdição Nacional", adotada pela XXV Assembléia Geral das Nações Unidas, em 17 de dezembro de 1970. Por tal Resolução ficou consagrado junto à Comunidade das Nações o princípio básico de que todo o fundo do mar e dos oceanos, seu leito, subsolo e águas sobrejacentes constituem patrimônio comum da humanidade. (Os itens constantes da Resolução nº 2.749, que representa o Anexo nº 1 deste trabalho, foram todos eles, em sua essência, incorporados ao novo Direito do Mar).

Os trabalhos do "Comitê para os Fundos Marinhos" produziram importantes resoluções que, posteriormente, foram consolidadas na Resolução 2.749: a primeira, que aprovou a célebre "Moratória", estabelecia que os fundos marinhos não seriam explotados antes de conseguida a sua regulamentação; a segunda, denominada "Declaração de Princípios", ratificava a proposição do Embaixador de Malta, Arvid Pardo, isto é, os fundos marinhos, além das jurisdições nacionais, constituem patrimônio comum da humanidade; e a terceira, convocava uma nova Conferência para "tratar do estabelecimento de um regime eqüitativo que inclua um sistema internacional para a zona e para os recursos do leito do mar e do fundo oceânico e de seu subsolo fora dos limites de jurisdição nacional,"

A Resolução nº 2.749 foi aprovada por 108 votos a favor, nenhum contra e 14 abstenções. Entretanto, a Resolução que determi-

nou a convocação de nova Conferência foi aprovada também por 108 votos a favor mas com 7 contrários (dos países socialistas) e 6 abstenções. Curiosamente, o Bloco Socialista manifestou-se contrário à convocação do que viria a ser a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

A aprovação da Resolução 2.749, dentro da Comunidade Internacional das Nações, pode ser considerada como sendo a primeira grande vitória obtida pelos países em desenvolvimento, em busca de uma nova ordem jurídica para o uso do mar.

Na realidade, a argumentação do Embaixador de Malta para declarar o espaço oceânico fora das jurisdições nacionais, como patrimônio comum da humanidade, baseava-se essencialmente em dois aspectos: primeiro, que o conceito de "liberdade do alto-mar" constituía um conceito negativo, pois, implicava em ausência de soberania e, consequentemente, de gerenciamento; segundo, que esse conceito, enquanto aparentemente ensejava uma igualdade para todas as nações, atualmente, favorecia apenas uns poucos Estados, os quais detinham a capacidade e a tecnologia para explorar tais espaços oceânicos. Por outro lado, a aceitação do conceito de "Patrimônio Comum da Humanidade", aplicado ao espaço oceânico, gerou cinco consequências principais: primeira, a não-apropriação: o patrimônio comum pode ser usado mas não constitui propriedade de ninguém; segunda, um sistema de gerenciamento, no qual todos

os usuários são partes; terceira, uma ativa participação, não apenas nos benefícios financeiros, mas também naqueles derivados do gerenciamento e da transferência de tecnologia; quarta, a conservação do espaço oceânico apenas para fins pacíficos; e finalmente, a quinta, que é a preservação desse espaço para as gerações futuras. A segunda e terceira consequências alteram substancialmente a atual estrutura das relações entre as nações ricas e pobres e o tradicional conceito de ajuda para o desenvolvimento.

Por essa época, vinha ocorrendo a emancipação política de antigas colônias, incentivadas pelas Nações Unidas, que se transformaram no principal foro de reivindicações políticas e econômicas dos países em desenvolvimento, agrupados desde 1964, no ativo Grupo dos 77 (aí incluído o Brasil), que constituiu o que se chamou o Terceiro Mundo.

O desafio lançado por esses países às regras clássicas do Direito do Mar, principalmente através de reivindicações de soberania sobre extensas faixas marítimas, levaram as grandes potências a não reconhecerem tais reivindicações, principalmente por suas repercussões nos campos estratégico e econômico. Efetivamente, ao ser estendida a soberania dos Estados ribeirinhos sobre amplas faixas de mar, reduziu-se a área de alto-mar e, consequentemente, reduziu-se a área onde são exercidas as liberdades tradicionais de navegação e sobrevo, afetando a mobilidade das forças navais e aeronavais, o que

é fundamental na estratégia das grandes potências marítimas; de outro lado, as reivindicações de soberania sobre extensas faixas de mar impediram a continuação da pesca tradicionalmente efetuada por embarcações estrangeiras nessas faixas de mar, gerando inúmeros conflitos, como são exemplos os ocorridos entre o Brasil e a França (Guerra da Lagosta), entre os Estados Unidos e o Peru, entre os Estados Unidos e o Equador, entre o Reino Unido e a Islândia, etc., além de outros atritos menores provocados pelas frotas pesqueiras da União Soviética e do Japão, transformando assim os mares e oceanos em fonte geradora de conflitos, com reais perspectivas de criar situações perigosas para a paz mundial.

As normas tradicionais do Direito do Mar, apoiadas nas Convenções de Genebra de 1958, portanto, não dispunham mais dos instrumentos jurídicos necessários a regular todo o complexo surgido em consequência de novos elementos e interesses sobre o uso do mar. A Organização das Nações Unidas (ONU), então, sob pressão dos novos Estados asiáticos e africanos, estimulados pelo pioneirismo dos latino-americanos, concluia assim, em 1970, pela falência das Convenções de Genebra e decidia convocar para 1973 uma nova Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, com a finalidade de estudar e elaborar um documento, fundamentado em princípios equitativos, que consolidasse em instrumento jurídico internacional, a regulamentação,

entre outros, dos seguintes temas principais:

- Pesquisa, exploração e exploração em áreas marítimas, fora dos limites de jurisdição nacional;
- Plataforma Continental;
- Mar Territorial e Zona Contígua;
- Pesca e preservação dos recursos vivos do alto-mar;
- Proteção do meio marinho;
- Pesquisa científica.

Por outro lado, também em 1970, dois novos acontecimentos importantes vieram ressaltar, ainda mais, a necessidade da elaboração de um instrumento jurídico internacional, plenamente adaptado a todas essas transformações que vinham se processando nas relações entre os Estados e nas perspectivas de uso do mar:

- a aprovação do tratado que bania a colocação de armas nucleares e outros artefatos de destruição em massa, no fundo dos mares e oceanos; e
- a ênfase que foi dada à necessidade de adoção de medidas capazes de proteger o meio ambiente marinho, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, realizada em Estocolmo.

Assim, diante dessa conjuntura, chegava-se à 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que viria a se constituir na maior conferência internacional de toda a história da humanidade.

5. NOVO DIREITO DO MAR — ASPECTOS PRINCIPAIS DA CONVENÇÃO APROVADA

Precedidos de alguns anos por reuniões de uma Comissão Prepa-

ratória, no dia 3 de novembro de 1973, em Nova York, na sede da Organização das Nações Unidas, foram iniciados os trabalhos da 1^a Sessão da 3^a Conferência sobre o Direito do Mar, onde chegou-se a um acordo sobre os procedimentos básicos que seriam adotados durante as futuras Sessões da Conferência.

A 2^a Sessão ocorreu em Caracas, em 1974, onde efetivamente tiveram início os trabalhos significativos da Conferência. Naquela oportunidade, formaram-se praticamente três grupos básicos, que passaram a negociar a extensão do Mar Territorial:

- o territorialista, que defendia o Mar Territorial de 200 milhas, onde o Estado exercia total soberania;

- o patrimonialista ou zonista, conceitos quase semelhantes, divergindo ligeiramente sobre o grau de competência que o Estado costeiro exercia sobre o chamado Mar Patrimonial ou Zona Econômica, faixa que ia de 12 até 200 milhas. As competências relacionavam-se com o aproveitamento dos recursos, controle da pesquisa científica e da poluição; e

- o conservador, que reunia as potências marítimas tradicionais, as quais defendiam a manutenção do "status quo".

Por outro lado, quanto à exploração dos fundos marinhos, fora das áreas de jurisdição nacional, existiam dois grupos:

- o primeiro, defendia a criação de uma Autoridade Internacional para administrar os recursos do

mar, a qual operaria mediante o fornecimento de concessões;

- o outro, advogava um mecanismo mais forte, que teria poderes, inclusive, para exercer as atividades de exploração através de uma Empresa Internacional.

Assim, a Comunidade das Nações iniciava um trabalho excepcional, que se prolongaria por mais de 11 Sessões e por mais de 8 anos até a sua Sessão Final, no sentido de estruturar uma nova ordem jurídica para os mares e oceanos, codificando-a em um novo Direito do Mar, plenamente adequado às condições políticas, sociais, econômicas e tecnológicas do mundo atual.

As atividades da 3^a Conferência foram distribuídas por 3 Comissões, nas quais todos os Estados participantes possuíam delegados. A primeira Comissão, coube o tratado do regime e mecanismo para a exploração dos fundos marinhos, além das áreas de jurisdição nacional; à segunda, coube deliberar sobre o limite e natureza das áreas de jurisdição nacional, afi incluído a largura do Mar Territorial; e à terceira, coube a tarefa de se pronunciar sobre a preservação do meio marinho, a pesquisa científica e a transferência de tecnologia. Coube, portanto, à 2^a Comissão negociar o tema mais controvertido naquela oportunidade, o da largura do Mar Territorial.

De outra parte, dois novos conceitos já haviam sido desenvolvidos, separadamente, a partir de 1970: um na América Latina, o de Mar Patrimonial; o outro na África, o de Zona Econômica. Tais

conceitos eram bastante semelhantes e consistiam essencialmente no reconhecimento de que o Estado costeiro tinha necessidade de exercer direitos mais amplos sobre as zonas adjacentes às suas costas até o limite de 200 milhas. Entretanto, esses direitos deveriam ser, quase que exclusivamente, de natureza econômica, relacionada com a exploração dos recursos aí existentes, mantendo-se nos demais casos, especialmente com relação à navegação e às outras liberdades, um regime semelhante ao do alto-mar.

Os países territorialistas, em face desta nova realidade, entenderam que seria melhor aceitar, como base de negociações, os novos conceitos que, na Conferência, tendo em vista a sua semelhança, foram integrados em uma única proposição, que passou a chamar-se de Zona Econômica Exclusiva (ZEE). O conceito do Mar Territorial de 200 milhas, entretanto, foi mantido apenas como limite para os entendimentos em curso, uma vez que não haveria condições de se obter aprovação sobre ele.

No decorrer das discussões sobre a ZEE, os participantes foram formando os seus grupos de opinião. Assim, os Estados com indústria de pesca bem desenvolvida e, portanto, com atividade econômica forte neste setor, relutavam em aceitar restrições ao seu direito de pescar em áreas que consideravam como alto-mar e que passariam a ser abrangidas pela ZEE. De outra parte, um grupo de países sem litoral, ao qual se juntaram outros em situação especial, cons-

tituiu o que se chamou o grupo de "países em situação geograficamente desfavorecida." Tais países alegavam que a ZEE de 200 milhas iria diminuir a área de alto-mar, a qual, como patrimônio comum da humanidade, também lhes pertencia. Sugeriam que as ZEE, ao invés de serem nacionais, fossem regionais, nas quais eles também pudessem ter o direito de participação. Após longas negociações e acalorados debates, em que foram levados em consideração os vários interesses em jogo, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) destacou-se como a solução de equilíbrio e foi aprovada por ampla maioria, constituindo-se, assim, em nova figura jurídica do Direito Internacional. Ela assegurou aos Estados costeiros direitos de soberania sobre todos os recursos vivos e não vivos existentes no subsolo, leito e águas sobrejacentes do fundo do mar até 200 milhas, haja ou não plataforma geológica em toda essa extensão.

O estabelecimento da ZEE representou, portanto, uma grande conquista dos países em desenvolvimento e veio demonstrar sua excepcional capacidade de negociação, pois, todos os direitos na área econômica estabelecidos pelo Mar Territorial de 200 milhas foram mantidos na ZEE, mas agora com a vantagem de existir amparo no Direito Internacional e apoio da Comunidade das Nações.

Por outro lado, com o nascimento da ZEE, limitou-se a extensão do Mar Territorial, segundo os conceitos atuais de plena soberania, a 12 milhas, seguindo-se

uma Zona Contígua de até 12 milhas, isto é, ela não poderá se estender além de 24 milhas marítimas, contadas a partir da linha de base utilizada para medir a extensão do Mar Territorial.

Com relação à Plataforma Continental, também após exaustivas negociações, foi estabelecido seu novo conceito jurídico: "a Plataforma Continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além de seu Mar Territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até a borda exterior da Margem Continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do Mar Territorial, nos casos em que a borda exterior da Margem Continental não atinja essa distância."

O problema agora era, portanto, estabelecer o critério de fixação da borda exterior da Margem Continental, para que se pudesse, posteriormente, determinar a extensão da Plataforma Continental. Neste sentido, os debates em plenário, de um modo geral, ocorreram em torno de três proposições: uma, apresentada pelo grupo de nações árabes; outra, pela União Soviética; e a terceira, pela República da Irlanda. A proposição dos árabes sugeria que a Plataforma Continental fosse limitada em 200 milhas, pois, assim, estariam resguardados os interesses petrolíferos de suas nações. A fórmula soviética apresentava dois critérios: um, em função exclusiva da distância, que limitava a Plataforma Continental

em 300 milhas; o outro, combinava distância com profundidade, isto é, limitava a Plataforma Continental a uma distância de 60 milhas, mas além da isóbata de 2.500 metros. A proposta soviética, evidentemente, buscava a proteção de seus interesses, no que se refere ao estabelecimento de ilhas artificiais, de instalações e estruturas submarinas e, ainda, no que diz respeito à pesquisa científica. A sugestão dos irlandeses foi de que a extensão da Plataforma Continental viesse a ser determinada em função da espessura sedimentar dos fundos dos mares, de modo a abranger todo o Talude e a Elevação Continental.

A solução final acordada foi resultante da combinação das propostas soviéticas e irlandesas. Assim, o limite da borda exterior da Margem Continental, sempre que a mesma se estender além das 200 milhas das linhas de base a partir das quais se mede a extensão do Mar Territorial, seria então determinado, em linhas gerais, por um dos seguintes critérios alternativos.

— sessenta milhas marítimas a partir do pé do Talude Continental; ou

— uma linha unindo pontos onde a espessura da camada de sedimentos fosse, pelo menos, 1% da distância desses pontos ao pé do Talude Continental.

Depois de determinado o limite da borda exterior da Margem Continental, que passa a ser a Margem Continental Jurídica, o critério final estabelecido para fixar o limite exterior da Plataforma Continental, que passa a Plataforma

Continental Jurídica, deveria recair em um dos casos abaixo:

- 100 milhas marítimas a partir da isóbata de 2.500 metros; ou
- 350 milhas marítimas da linha de base a partir de onde se conta o Mar Territorial.

O diagrama adiante mostrado contém um gráfico dos critérios alternativos.

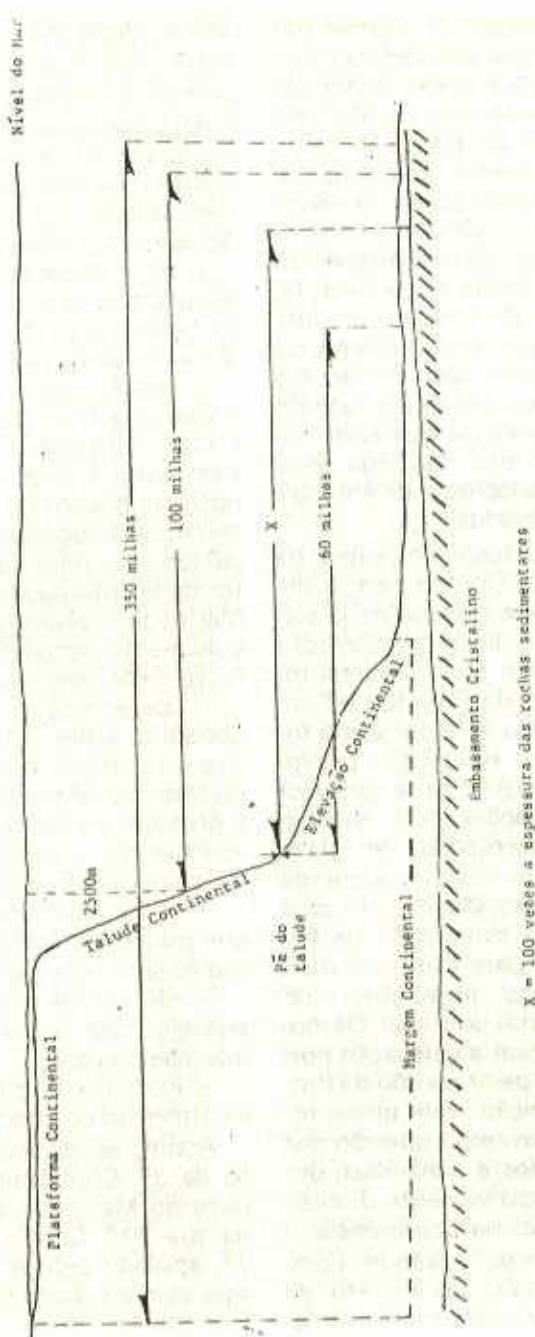
A Convenção aprovada estabeleceu ainda que os Estados costeiros ao determinarem a extensão de suas respectivas Plataformas Continentais deveriam submetê-la à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), a fim de que tal extensão, uma vez ratificada, possa ter amparo legal e, em consequência, ser aceita pela Comunidade das Nações. A apresentação à mencionada Comissão deverá conter informação sobre todos os dados utilizados para a determinação do limite da Plataforma, que verificará se os critérios aprovados pela Convenção foram atendidos.

Além desses aspectos, a Convenção estabeleceu que as ilhas rochosas que não podiam servir à habitação humana ou que não tinham vida econômica própria, não teriam Zona Econômica Exclusiva, nem Plataforma Continental.

O Alto-Mar seria o espaço marítimo não sujeito a qualquer jurisdição nacional, onde se exerceriam as tradicionais liberdades regulamentadas, favorecendo a todos os Estados. O leito e o subsolo marinhos sob regime internacional, constituiriam a Zona, e os seus recursos minerais *in situ* já são con-

siderados patrimônio comum da humanidade.

Conforme a Convenção, as atividades de exploração e exploração da Zona seriam organizadas, realizadas e controladas pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Aliás, foi no tema "Fundos Marinhos e Oceânicos" que houve a maior concentração de elementos de negociação. Os países desenvolvidos, possuidores de avançada tecnologia no campo das atividades de pesquisa, exploração e exploração das regiões abissais e, por conseguinte, aptos a promover uma nova era de colonização — a do fundo dos mares — detinham considerável poder para impor um acordo global que legitimasse suas atividades. A iminência da exploração dos recursos dos fundos marinhos e a repercussão que tal atividade teria sobre o mercado dos recursos minerais e, consequentemente, sobre as economias dos países exportadores, foi fator decisivo para que os países em desenvolvimento exercessem considerável esforço, através do voto, para conseguir inverter tal situação. Realmente, quando se iniciou a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o número de Estados pertencentes às Nações Unidas tinha praticamente dobrado. Assim, a maioria dos votos, na Assembléia Geral, pertencia agora às nações pobres da Ásia, África e América Latina, as quais queriam participar da elaboração da nova Lei do Mar, de acordo com os interesses de todos os povos do mundo e não apenas para servir aos interesses de uns poucos países



ricos e poderosos. O clamor por uma nova ordem econômica internacional estava a ponto de ser ouvido e o novo Direito do Mar não poderia deixar de atendê-lo, como uma de suas partes, das mais importantes e significativas. O mecanismo de concessões de ambos os lados permitiu que se atingisse, em 1980, uma solução de equilíbrio, na forma de um Projeto de Convenção informal, mas sobre o qual dificilmente poderiam ser aceitas novas emendas, tanto em face do inter-relacionamento dos assuntos, quanto em virtude do longo processo de negociações e de entendimentos já efetuados.

Entretanto, logo no início da 10ª Sessão da Conferência, a delegação dos Estados Unidos, já sob a orientação da Administração Reagan, quando todos esperavam a formalização do Projeto de Convenção, resolveu solicitar a sua total revisão. Tal solicitação provocou veementes protestos de quase todas as delegações, pois, isso significaria a interrupção, em plena fase final, de um longo processo de concessões e negociações, no qual se procurava a elaboração de um texto jurídico para o uso do mar, cuja excepcional importância requeria o consenso universal. Os motivos que levaram a delegação norte-americana a pedir revisão do Projeto de Convenção eram quase todos relacionados com a questão dos fundos marinhos e oceânicos, um dos temas exaustivamente discutidos e negociados na Conferência.

Posteriormente, havendo completado a revisão do Projeto de Convenção, o Governo norte-ame-

riano declarava, em janeiro de 1982, que sua delegação estava pronta a reiniciar as negociações, interrompidas em março de 1981. Declarava ainda que, nessas negociações, os Estados Unidos deveriam buscar um tratado que atendesse aos seguintes propósitos:

— não impedisse a exploração de qualquer recurso mineral do leito oceânico profundo, para atender a demanda nacional e mundial;

— assegurasse o acesso nacional a esses recursos pelas atuais e futuras "entidades qualificadas", com vistas a aumentar a segurança norte-americana de abastecimento, evitando a monopolização dos recursos pelo setor operativo da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e promovendo o desenvolvimento econômico pela exploração desses recursos;

— determinasse o mecanismo decisório sobre o regime dos fundos marinhos e oceânicos, o qual pudesse satisfatoriamente refletir e proteger os interesses políticos e econômicos e as contribuições financeiras dos Estados-Partes;

— não considerasse emendas que pudessem entrar em vigor sem a aprovação dos Estados-Partes;

— não abrisse precedentes indesejáveis para outras organizações internacionais; e

— excluisse a participação dos movimentos de libertação nacional.

Assim, as negociações no âmbito da 3ª Conferência sobre o Direito do Mar puderam continuar e na sua 11ª Sessão, o Grupo dos 77, apoiado pelo Bloco Socialista, agiu com o propósito de fazer uma Convención, mesmo sem que o

consenso fosse atingido, em face da necessidade de se esvaziar os efeitos das legislações unilaterais, que já vinham sendo baixadas por alguns países de importância no cenário internacional (Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Reino Unido), e também de se evitar um possível impasse, o que poderia levar a Conferência a novos adiamentos. Do conjunto dos entendimentos realizados, houve concessões de ambas as partes. Cederam os países desenvolvidos no reconhecimento da Autoridade Internacional e no da transferência de tecnologia para essa Autoridade; cederam os países em desenvolvimento ao admitirem a exploração paralela à da Autoridade Internacional e a regulamentação que protege os investimentos efetuados em atividades pioneiras relacionadas com os nódulos polimetálicos, antes da Convenção entrar em vigor.

De acordo com a Convenção aprovada, portanto, as atividades de exploração e exploração na Zona seriam organizadas, realizadas e controladas pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. A efetivação da exploração ou exploração dos nódulos polimetálicos realizar-se-ia segundo os processos abaixo indicados:

- pela Empresa International, isoladamente ou em associação com países em desenvolvimento, que ratificassem a Convenção;
- pelos Estados-Partes, empresas estatais e pessoas naturais ou jurídicas que tivessem a nacionalidade dos Estados Partes;
- por empresas efetivamente

controladas pelos Estados-Partes ou por seus nacionais, desde que patrocinadas pelos referidos Estados;

- por qualquer agrupamento dos modos anteriores, observados os requisitos previstos na Convenção.

Cada solicitação de reserva de área para exploração de nódulos polimetálicos, encaminhada à Autoridade International, abrangeia uma área não necessariamente contínua, de modo a permitir duas explorações de mineração, em partes de igual valor comercial estimado e perfeitamente delimitadas. Após o exame dos dados constantes da solicitação e sua consequente aprovação, a Autoridade International designaria a parte que ficaria reservada exclusivamente para a exploração feita através de sua Empresa, isoladamente ou em associação com países em desenvolvimento; na outra parte seriam exercidas as atividades do solicitante. É isto o que caracteriza o chamado "sistema paralelo de exploração".

Por outro lado, o sistema de proteção aos investimentos pioneiros, conforme Resolução nº 2 anexa à Convenção, além de limitar as atividades da Empresa International, e protelar o início de funcionamento do sistema paralelo, concede posição privilegiada às empresas nacionais, multinacionais ou estatais dos seguintes países: Bélgica, Canadá, França, Itália, Índia, Japão, Holanda, Estados Unidos, República Federal da Alemanha, Reino Unido e União Soviética. Como atividades pioneiras con-

siderou-se todas aquelas de relevante importância para a localização das concentrações de nódulos polimetálicos, análises de composição e estimativas dos depósitos, com a determinação da viabilidade técnica e econômica da exploração. A cada investidor pioneiro seria alocada uma área, não excedendo 150.000 quilômetros quadrados, na qual as atividades de exploração e futura exploração realizar-se-iam sob determinadas condições. Foram considerados como investidores pioneiros os seguintes países ou entidades:

— França, Japão, Índia e União Soviética, ou empresa estatal de cada um desses Estados, ou uma pessoa natural ou jurídica que possua a nacionalidade ou seja efetivamente controlada por cada um desses Estados, ou ainda seus nacionais, desde que o Estado seja signatário da Convenção, e que diretamente ou através de empresa estatal ou pessoa natural ou jurídica tenha gasto, antes de 1º de janeiro de 1983, um mínimo de 30 milhões de dólares (calculado em dólares constantes e relativos a 1982) em atividades pioneiras, com nunca menos de 10% daquele total aplicado na localização, prospecção e avaliação de uma área pioneira;

— Quatro entidades, cujos componentes sejam pessoas naturais ou jurídicas que possuam a nacionalidade ou sejam efetivamente controladas por um ou mais Estados — Bélgica, Canadá, Estados Unidos, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido e República Federal da Alemanha — ou por seus nacio-

nais, desde que o, ou os Estados controladores, sejam signatários da Convenção e que a entidade considerada tenha gasto, antes de 1º de janeiro de 1983, a mínima quantia já referida acima, com os mesmos propósitos, inclusive com relação ao montante das despesas efetuadas no mar;

— qualquer Estado em desenvolvimento, signatário da Convenção, ou qualquer entidade estatal ou pessoa natural ou jurídica que possua a nacionalidade de tal Estado, ou que por ele seja efetivamente controlada ou por seus nacionais, ou qualquer agrupamento dos precedentes, que antes de 1º de janeiro de 1985 tenha gasto a mínima quantia mencionada anteriormente, com os mesmos propósitos, inclusive com relação ao montante das despesas efetuadas no mar.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, resultante dos trabalhos da 3ª Conferência, foi então aprovada pelo voto, em 30 de abril de 1982, juntamente com quatro Resoluções. O resultado da votação foi o seguinte:

— a favor, 130 Estados, entre eles o Brasil;

— contra, 4 Estados: Estados Unidos, Venezuela, Turquia e Israel;

— abstenção, 17 Estados: Reino Unido, Espanha, Holanda, Itália, República Federal da Alemanha e o Bloco Socialista, liderado pela União Soviética.

As quatro Resoluções aprovadas, juntamente com a Convenção,

versaram sobre os seguintes assuntos:

— Resolução nº 1 — tratava do estabelecimento da Comissão Preparatória para a entrada em funcionamento da Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar;

— Resolução nº 2 — tratava da regulamentação dos investimentos preparatórios em atividades pioneiros, na mineração dos nódulos polimetálicos, antes da Convenção entrar em vigor;

— Resolução nº 3 — tratava dos direitos e interesses dos povos cujos territórios ainda não obtiveram plena independência ou o "status" de governo próprio reconhecido pela ONU, ou que, ainda, encontravam-se sob dominação colonial; e

— Resolução nº 4 — tratava da participação na Convenção, como observadores, dos Movimentos de Libertação Nacional.

A nova Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ficou então composto de um Preambulo, de 17 Partes, algumas divididas em Seções e Subseções, perfazendo um total de 320 Artigos, e de 9 Anexos. Os assuntos aos quais se referem as Partes, Seções, Subseções e Anexos encontram-se relacionados no Anexo nº 2 ao presente trabalho.

A delegação norte-americana, ao justificar, em 30 de abril de 1982, o seu voto contrário à aprovação da Convenção, afirmava que assim procedia porque a Convenção não satisfizera plenamente a nenhum dos objetivos dos Estados

Unidos, com vista à mineração dos fundos marinhos e oceânicos. Dizia ainda que tal decisão era tomada com "particular peso", mas o fazia por "razões de profunda convicção de princípios" e apresentava as cinco principais causas para a atitude dos Estados Unidos, as quais, resumidamente eram:

— as restrições à participação de forças econômicas básicas no mercado de minerais, restrições estas que iriam impedir o desenvolvimento das atividades de mineração marinha;

— as vantagens e privilégios concedidos à Empresa Internacional, considerados discriminatórios em relação às empresas dos Estados Unidos e às empresas privadas, de um modo geral, além de não estar assegurado o acesso de futuras empresas mineradoras qualificadas, as quais, necessariamente, deveriam promover o desenvolvimento econômico;

— a elaboração dos dispositivos da Convenção, relacionados com as atividades de mineração dos fundos marinhos e oceânicos, sem a participação proporcional dos Estados mais afetados por eles;

— a consideração de emendas à Convenção que poderiam ser postas em vigor, afetando um Estado, sem o seu consentimento; e

— os precedentes impróprios criados pela Convenção.

Ainda, justificando o seu voto, a delegação norte-americana procurava explicar o que chamara de três "concepções erradas" e que, segundo ela, tiveram origem durante as negociações:

- os Estados Unidos não estavam tentando anular o tratado básico;
- o Governo norte-americano não visava unicamente a proteção dos interesses de uns poucos negócios dos Estados Unidos; e
- o Governo norte-americano tinha consistentemente afirmado que cada parte do Tratado deveria ser satisfatória e muitos países pensaram que, por causa dos dispositivos relacionados com as águas territoriais e a ZEE, que atendiam a outros interesses nacionais dos Estados Unidos, o Governo norte-americano deveria eventualmente aceitar os termos insatisfatórios a respeito da mineração do leito oceânico profundo.

A delegação da União Soviética, embora se abstendo de votar, considerava a aprovação da Convenção um acontecimento oportuno. Posteriormente, a agência oficial do Governo soviético afirmava que a Conferência fora bem sucedida ao redigir uma Convenção a qual, embora não atendesse plenamente aos interesses de todos os Estados, ao menos, não estava em conflito com os interesses de ninguém. Criticava a posição assumida pelos Estados Unidos, por não ter "de maneira alguma se esforçado pelo desenvolvimento de uma cooperação equitativa entre os Estados, na exploração e uso dos recursos do mundo oceânico".

A delegação venezuelana, por sua vez, explicava que votara contrariamente à aprovação da Convenção, por se opor às suas cláusulas sobre a delimitação das áreas marinhas e submarinas entre Es-

tados com costas opostas e adjacentes. A delegação turca, da mesma forma, também não concordava com esses dispositivos, que considerava prejudiciais aos interesses vitais de seu país (disputas com a Grécia, em relação ao mar Egeu). Por outro lado, a delegação israelense protestava contra a cláusula que permitira a um movimento de libertação nacional, como a Organização para a Libertação da Palestina, assinar a Ata Final da Conferência.

Com relação a seu voto a favor da Convenção, a delegação japonesa afirmava que o Japão não se sentira satisfeito com os dispositivos relacionados com o leito marinho, entretanto, observava que, se a Conferência não tinha conseguido produzir uma Convenção que obtivesse o consenso geral, ao menos a Comunidade das Nações tivera a oportunidade de se manifestar contra o progressivo aumento da desordem nos mares. A delegação japonesa afirmava ainda que o Japão continuaria a estudar a situação antes de tomar uma decisão final, como assinar e ratificar a Convenção.

Aliás, muitos países que votaram a favor ou se abstiveram, incluindo a França, Alemanha Ocidental, Reino Unido e União Soviética, disseram que seu voto não prejudicaria uma futura decisão de assinar ou não a Convenção. Quanto à posição dos Estados Unidos, o próprio Presidente Reagan formalmente anunciou, em julho de 1982, que os Estados Unidos não assinariam a Convenção sobre o Direito do Mar, devido às obje-

ções de seu Governo às limitações que ela impunha à futura mineração dos fundos marinhos. Em seu pronunciamento, o Presidente Reagan afirmava que a revisão do Projeto de Convenção procedida por seu Governo, permitira reconhecer que ele continha "muitas realizações positivas e bastante significativas", mas que, as seções relacionadas com a mineração do leito oceânico não atingiram os objetivos dos Estados Unidos. Observava, ainda, que os países que se opuseram ou se abstiveram de votar, em 30 de abril, eram numericamente poucos, mas que somados representavam mais de 60% do produto nacional bruto do mundo e eram os responsáveis por mais de 60% das contribuições recolhidas às Nações Unidas.

Ainda, com relação aos problemas de mineração dos fundos marinhos e oceânicos, a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos, a França e o Reino Unido assinaram um acordo específico, em Washington, em setembro de 1982, comprometendo-se a resolver, por meio de consultas, qualquer discordância que possa ocorrer entre os consórcios formados para a mineração dos fundos marinhos, submetidos as leis de seus respectivos países, assim como, a entender-se mutuamente, antes da emissão de qualquer autorização para as operações de mineração do leito oceânico. Com esse acordo, os países europeus se reservaram o direito de ratificar a Convenção.

Além dos aspectos que anteriormente já foram motivo de comentários especiais, as principais carac-

terísticas da nova Convenção são apontadas nas linhas que se seguem:

— os Estados costeiros deverão exercer soberania sobre seus Mares Territoriais, cuja extensão não deverá ultrapassar 12 milhas marítimas; porém, os navios estrangeiros terão permissão para a "passagem inocente" através dessas águas, desde que tal passagem não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro e seja efetuada de acordo com a Convenção e as demais normas do Direito Internacional;

— os navios e aviões de todos os países terão permissão para o trânsito através dos estreitos usados para a navegação internacional, observados os dispositivos da Convenção e as normas internacionais sobre o assunto;

— Os Estados costeiros terão direitos de soberania sobre uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 200 milhas, no que se refere a recursos naturais e certas atividades econômicas, além de certo tipo de jurisdição sobre pesquisa científica e preservação ambiental. Na ZEE, todos os Estados gozarão de liberdades regulamentadas para a navegação, sobrevôo, lançamento de cabos, construção de tubulações submarinas e outros usos do mar internacionalmente legítimos, relacionados com estas liberdades. Os Estados interiores e aqueles com características especiais terão direito de participar, numa base equitativa, da exploração de uma parte dos excedentes dos recursos vivos das ZEE de Estados ribeirinhos da mesma sub-região ou re-

gião, tendo em conta os fatores econômicos e geográficos pertinentes de todos os Estados interessados e de acordo com as disposições da Convenção previstas para o assunto;

— os Estados costeiros exercerão direitos de soberania sobre suas respectivas Plataformas Continentais (partes nacionais do leito oceânico), para efeitos de exploração e exploração dos recursos naturais ali encontrados e nenhum outro Estado poderá empreender as ditas atividades sem o expresso consentimento de tais Estados, independente de ocupação real ou fictícia. Os direitos de soberania sobre a Plataforma Continental não alteram o "status" legal do mar ou do espaço aéreo sobre ela. Os Estados costeiros deverão dividir com a Comunidade Internacional uma parcela do rendimento obtido pela exploração do petróleo e de outros recursos de qualquer parte de suas respectivas Plataformas, além de 200 milhas marítimas;

— todos os Estados farão uso do tradicional direito de navegação, sobrevôo, pesquisa científica e pesca em alto-mar. Eles deverão adotar medidas para o gerenciamento e conservação dos recursos vivos, inclusive em cooperação com outros Estados;

— os Estados interiores deverão ter acesso ao mar e deverão fazer uso da liberdade de trânsito através do território dos Estados limítrofes, por todos os meios de transporte;

— a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos possuirá, co-

mo órgãos principais, uma Assembléia, constituída por todos os Estados — Partes da Convenção, um Conselho, composto de 36 Membros, e um Secretariado, que compreende um Secretário-Geral e o pessoal que a Autoridade possa necessitar. Disporá ainda de uma Empresa, órgão por intermédio do qual a Autoridade exercerá as funções que lhe forem atribuídas pela Convenção;

— os Estados serão recomendados a usar dos melhores meios à sua disposição para prevenir e controlar a poluição marinha, qualquer que seja a sua origem. O texto da Convenção definiu quais as categorias de Estados que seriam responsáveis pela prevenção da poluição e pela punição dos poluidores, particularmente das poluições ocasionadas por navios. Os Estados também serão considerados responsáveis por danos causados, em virtude do não cumprimento de suas obrigações internacionais com relação ao combate à poluição marinha e serão solicitadas a cooperar, de modo global e regional, na formulação de regras e de padrões de proteção ambiental, obrigando-se a promover assistência técnica para o desenvolvimento regional nessa área;

— toda a pesquisa científica marinha na ZEE e na Plataforma Continental estará sujeita à autorização do Estado costeiro respectivo. Entretanto, tal Estado será obrigado a conceder autorização a outros Estados, se as pesquisas pretendidas tiverem propósitos pacíficos ou satisfizerem a outros critérios definidos pela Conven-

ção. O Estado costeiro poderá negar a permissão para as pesquisas solicitadas ou determinar a sua interrupção, mas sempre sob as circunstâncias definidas pela Convenção. Em caso de ocorrer um desentendimento sobre o assunto, o Estado responsável pelas pesquisas poderá requerer ao Estado costeiro a submissão do assunto a uma arbitragem de conciliação, conforme os dispositivos da Convenção;

— os Estados serão obrigados a promover o desenvolvimento e a transferência da ciência e da tecnologia marinhas "segundo modalidades e condições eqüitativas e razoáveis". Isto poderá ser feito com a devida atenção aos legítimos interesses dos estados possuidores, dos fornecedores, assim como dos recebedores de tecnologia;

— os Estados deverão procurar resolver suas disputas e desentendimentos sobre a interpretação ou aplicação dos dispositivos da Convenção, sempre por meios pacíficos. Quando julgado necessário, eles terão ainda quatro opções: um Tribunal Internacional para o Direito do Mar, a ser estabelecido pela Convenção; a já existente Corte Internacional de Justiça; a arbitragem; e os procedimentos especiais de arbitragem; essas duas últimas, previstas nos Anexos VII e VIII da Convenção;

— a Convenção entrará em vigor 12 meses após a data de depósito do sexagésimo instrumento de ratificação ou adesão; e

— o Secretário-Geral das Nações Unidas será considerado o deposi-

tário da Convenção e das emendas à mesma.

A adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e sua abertura para assinatura, em dezembro de 1982, representaram o ponto culminante, talvez, do mais significativo e bem sucedido esforço coletivo da Comunidade das Nações, nos últimos tempos. A Convenção veio significar, na realidade, uma grande vitória das Nações Unidas e um grande passo dado em direção à paz, à justiça e ao progresso de todos os povos do mundo. Por quase uma década, a maioria das nações dedicou suas atenções e esforços na discussão e negociação de um Tratado, o qual fosse amplamente aceitável e que também respondesse às aspirações de todos os Estados, independente de seus estágios de desenvolvimento, através de uma Conferência que reuniu mais de 160 Estados, e cujo excepcional trabalho permitiu a regulamentação das atividades humanas sobre uma área superior a 70% da superfície da Terra. A Convenção, já assinada por mais de 130 Estados, constitui talvez o mais importante feito das Nações Unidas, desde que a sua Carta foi promulgada, marcando indubitavelmente, o início de uma nova era nas relações internacionais.

A nova Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, até o presente, ainda não entrou em vigor.

6. REFLEXOS SOBRE A SITUAÇÃO DO BRASIL

Durante os trabalhos da Con-

venção, a delegação do Brasil, em nenhum momento, abandonou formalmente a sua posição de país "territorialista", mas, em negociações informais, agiu no sentido de aceitar a validade e a utilidade de uma Convenção de caráter universal que, pelo menos, iria garantir aos Estados ribeirinhos direitos integrais sobre a utilização e exploração dos recursos do mar, seu solo e subsolo, em uma faixa adjacente ao litoral de cerca de 200 milhas marítimas.

No Brasil, a Plataforma Continental e o Mar Territorial incluem-se entre os bens da União, conforme o Artigo 4º, respectivamente itens III e VI, da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

A definição do Mar Territorial, com largura nunca superior a 12 milhas, assim como o novo conceito de Plataforma Continental, irão provocar sensível alteração na legislação interna de muitos Estados, que vierem a ratificar a nova Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Na atual legislação brasileira o Mar Territorial tem a largura de 200 milhas marítimas (Decreto-lei nº 1.098, de 30 de março de 1970). Portanto, todos os recursos naturais desta imensa faixa de mar já se encontravam sob a completa jurisdição nacional, embora sem generalizado reconhecimento internacional. Quando o Brasil ratificar a Convenção, o que certamente deverá ocorrer, o Mar Territorial do país será reduzido para uma faixa com a largura de 12 mi-

lhias, ficando a zona adjacente, até a distância de 200 milhas náuticas, como Zona Econômica Exclusiva (ZEE), de generalizado reconhecimento internacional, porém com a soberania nacional abrangendo apenas a exploração, exploração, conservação e ordenamento dos recursos naturais. Assim, considerando-se o aspecto especificamente econômico, o Brasil pouco tem a perder com a redução da largura do seu Mar Territorial, que é compensada pela ZEE. As reais perdas nacionais corresponderão aos recursos naturais encontrados nas águas, no solo e subsolo marinhos, em distâncias que variam de 12 a 200 milhas náuticas, em torno das suas ilhas oceânicas, despovoadas ou sem vida econômica própria.

Por outro lado, face o novo conceito de Plataforma Continental, a legislação nacional sobre o assunto também terá de ser revisada. Pela nova Convenção, a Plataforma Continental poderá atingir até a distância de 350 milhas da linha base a partir da qual se conta a largura do Mar Territorial, incluindo toda a Margem Continental, o que compensará, em face da extensão do litoral brasileiro, as perdas das áreas marinhas em torno de suas ilhas despovoadas ou sem vida econômica própria. Além disso, como a base do Talude Continental é área importante para futura exploração petrolífera, por causa das reservas recuperáveis ali existentes, pela nova Convenção, estando o Talude incluído na Plataforma Continental, quase todos os potenciais de petróleo e gás ma-

rinhos permanecerão sob a jurisdição nacional.

Uma outra vantagem da ratificação da Convenção, por parte do Brasil, é que o país poderá ter acesso aos recursos minerais internacionais, participando da exploração dos fundos marinhos e oceânicos fora das áreas de jurisdição nacional, com vistas ao suprimento das futuras necessidades nacionais, em matérias-primas minerais, principalmente, de cobre, níquel e cobalto, extraídos dos nódulos de manganês. Assim, o Brasil poderá fazer parte do grupo que receberá tecnologia de mineração marinha, da mesma forma que poderá participar das atividades de exploração da Empresa a ser criada pela Autoridade Internacional. Aliás, o acesso aos mencionados recursos minerais se tornaria mais fácil de ser atingido pela associação com os consórcios privados já constituídos e que já se encontram em plena atividade. Nesse sentido, haveria necessidade de se ampliar a participação brasileira no Programa Avançado de Perfuração Oceânica (AODP), empreendimento de caráter internacional que apoiará o levantamento dos recursos minerais dos oceanos e no qual, o Brasil, no final do ano de 1983, foi admitido na qualidade de observador. Ademais, por não ser conveniente para o Brasil permanecer alheio às novas tecnologias de exploração dos nódulos polimetálicos, aguardando o início das atividades da Autoridade Internacional, haveria também a possibilidade do país tentar a condição de investidor pioneiro, usando-se a perspectiva oferecida

aos países em desenvolvimento. Os antecedentes nacionais relacionados com atividades pioneiras poderiam ser os trabalhos desenvolvidos pelo Projeto REMAC — Reconhecimento Global da Margem Continental Brasileira — nos anos de 1972 a 1980. Nesses trabalhos, houve localização e coleta de nódulos polimetálicos em bacias oceânicas adjacentes à costa brasileira, principalmente entre as passagens abissais de São Paulo e do Rio Grande.

Atualmente, existem quatro consórcios internacionais, formados com o propósito de efetuar a mineração dos nódulos em escala comercial, além de dois programas nacionais (França e Japão) e de atividades desenvolvidas pela China, Índia e União Soviética:

- Kennecott Consortium — estabelecido em janeiro de 1974 e formado por empresas americanas, inglesas, canadenses e japonesas;

- Ocean Mining Associates (OMA) — estabelecido em maio de 1974 e formado por empresas americanas, belgas e italianas;

- Ocean Management Incorporated (OMI) — estabelecido em fevereiro de 1975 e formado por empresas americanas, alemãs (RFA), canadenses e japonesas;

- Ocean Minerals Company (OMCO) — estabelecido em novembro de 1977 e formado por empresas americanas e holandesas;

- Association Française pour l'Etude et la Recherche de Nodules (AFERNOD) — programa nacional francês, estabelecido em 1974 e formado pelo Centre National pour l'exploitation des

Océans (CNEXO), Commissariat à l'Energie Atomique (CEA), Société Métallurgique de Nickel (SMN) e Chantiers de France — Dunkerque;

— Deep Ocean Minerals Association (DOMA) — programa nacional japonês, estabelecido em março de 1974 e formado por uma associação entre a indústria e o governo, com a participação de 39 empresas privadas;

— China — desde 1976 vem efetuando levantamento e pesquisas em áreas dos fundos marinhos internacionais, com o propósito de identificar e avaliar os depósitos de nódulos polimetálicos;

— Índia — desde 1980 vem efetuando cruzeiros de pesquisa no Oceano Índico, havendo alta prioridade para os estudos de mineração e processamento de nódulos, inclusive com relação aos aspectos de viabilidade econômica;

— União Soviética — o interesse soviético pela mineração dos fundos marinhos internacionais começou em 1963, intensificando-se na década de 70, com a coleta e processamento de amostras dos nódulos.

O conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico já alcançados no estudo e pesquisa da mineração dos fundos oceânicos indicam que já se encontram perfeitamente identificados os principais depósitos de nódulos polimetálicos que serão explotados pela primeira geração de projetos mineradores, assim como já estão praticamente resolvidos as técni-

cas de processamento e os problemas metalúrgicos de recuperação dos metais contidos nos referidos nódulos. As atuais preocupações se relacionam apenas com os aspectos econômicos e operativos, em vez de problemas referentes à capacidade técnica. Entretanto, a realização prática, em alto nível técnico e em escala comercial, da mineração dos fundos oceânicos estima-se que só será atingida no início da próxima década, quando então as atuais condições dos mercados de manganês, níquel e cobalto, principalmente, poderão ser alteradas de modo bastante significativo.

A nova Convenção ressalta a necessidade de determinação, pelo Estado ribeirinho, do limite exterior de sua Plataforma Continental, quando esta se estender além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do Mar Territorial. Uma vez determinado o traçado do limite exterior da Plataforma Continental, as informações pertinentes deverão ser submetidas à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), estabelecida de conformidade com o Anexo II, com base em representação cartográfica correta. Os limites da Plataforma Continental determinados pelo Estado costeiro, em atendimento às recomendações da CLPC, serão definitivos e obrigatórios. A determinação dos limites da Plataforma Continental brasileira, em face de seu novo conceito jurídico, será a tarefa básica e inadiável a ser empreendida pelo país, com vistas a lhe permitir o efeti-

vo exercício de soberania sobre a nova extensão submersa do seu território.

No que se refere à utilização dos recursos biológicos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), a Convenção recomenda que o Estado ribeirinho deve ter por objetivo a utilização ótima desses recursos, fixando, para isso, as capturas permitíveis dos estoques existentes. A determinação dos níveis ótimos de captura exigirá amplo e minucioso levantamento biológico da ZEE brasileira, que abrange uma área marítima de cerca de três milhões de quilômetros quadrados, tarefa, por conseguinte, gigantesca e para a qual o Brasil deverá se preparar com urgência. De outra parte, uma vez determinados aqueles níveis, caso o Brasil não esteja capacitado a usá-lo totalmente em benefício próprio, deverá ceder a outros Estados o excedente de sua captura, mediante acordo ou outros ajustes, conforme previsto pela Convenção. O atendimento das recomendações da Convenção, relativas à conservação e utilização dos recursos vivos na ZEE, exigirá do Brasil, não só, um notável esforço de pesquisa em biologia marinha e em oceanografia, mas também, uma acentuada ampliação na sua capacidade de exploração de tais recursos, o que talvez requeira uma reestruturação completa dos organismos nacionais responsáveis por tais atividades.

O incremento das atividades e das perspectivas do uso do mar e do seu solo e subsolo, com apoio no excepcional patrimônio jurídico consubstanciado na nova Conven-

ção sobre o Direito do Mar, indubitavelmente, estão alterando gradativamente e de modo significativo, a visão mundial dos problemas marítimos, prevendo-se o início de uma nova ordem econômica internacional, quando a exploração dos recursos do mar, sobretudo dos recursos minerais, atingirem a escala comercial e passarem a repercutir no mercado internacional. É indispensável, portanto, que o Brasil se integre nessa nova visão, modificando totalmente o tipo de convivência que até agora tem mantido com o meio oceânico em que se acha inserido, de modo a poder participar decisivamente da exploração e exploração dos recursos do mar, inclusive nas áreas marítimas sob jurisdição internacional.

7. AÇÃO GOVERNAMENTAL

O Brasil ocupa uma posição estratégica ímpar no Atlântico Sul. É o único país cuja fronteira marítima é voltada para os dois segmentos do Atlântico, fisicamente definidos pelo estreitamento existente entre os Salientes do Nordeste Brasileiro e do Noroeste Africano, passagem marítima natural para o Atlântico Norte.

O Atlântico Sul, antes uma área marítima de relativa importância estratégica, atualmente, passou a focalizar as preocupações das grandes potências marítimas, em face da vulnerabilidade e limitações dos canais de Panamá e Suez, que induziram uma ampla reformulação do tráfego marítimo mundial e do posicionamento de suas rotas principais, entre as quais sobressaem

as que contornam o Cabo da Boa Esperança, para o acesso ao Índico, e as que passam pelo Cabo de Horn ou pelo Estreito de Magalhães, para o acesso ao Pacífico. É, portanto, o Atlântico Sul a via marítima por onde afluem as crescentes necessidades de insumos básicos e de petróleo por parte dos países industrializados e de uma ponderável parcela de bens de toda espécie para as trocas comerciais, indispensáveis ao crescimento da economia mundial.

O desenvolvimento crescente do comércio exterior brasileiro exigirá, certamente, uma expansão proporcional das atividades marítimas. Por outro lado, a exploração e a exploração dos recursos do mar, notadamente dos recursos minerais, como os hidrocarboretos (petróleo), e dos biológicos, como a pesca, farão aumentar as atividades nacionais relacionadas com o uso do mar, deslocando, cada vez mais, os interesses econômicos do país para as áreas oceânicas, especialmente para o Atlântico Sul, que constitui um espaço vital para o Brasil e em relação ao qual o país ocupa posição privilegiada.

As necessidades de coordenação e de implementação das atividades relacionadas com os recursos do mar levaram o Governo brasileiro a criar, em 1974, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), presidida pelo Ministro da Marinha, e reestruturada, em 1979, com o estabelecimento de uma secretaria específica (SECIRM). Em 1980, com a aprovação das Diretrizes Gerais para a Política Nacional para os Recursos

do Mar (PNRM), como um desdobramento da política para o setor, constante do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT), foi possível a elaboração do I Plano Setorial para os Recursos do Mar (I PSRM), para o período de 1982-1985, que representa o primeiro esforço concreto para a exploração dos recursos do mar, mas de nível ainda sensivelmente modesto para as necessidades nacionais e ressentindo-se de dificuldades e carências de toda a ordem.

O simples conhecimento da existência de recursos pesqueiros inexplorados nas águas adjacentes ao litoral brasileiro faz antever o pouco aproveitamento dos recursos vivos no país, consequente das carências do setor pesqueiro, a serem superadas através da pesquisa e da ação ordenada. Ao mesmo tempo, verifica-se que o setor do pessoal ligado às atividades de exploração dos recursos do mar ressentir-se de várias deficiências, sendo talvez a mais grave, a falta de perspectiva que tais atividades ainda oferecem no Brasil, onde são sempre encaradas em termos de baixa prioridade, o que, por sua vez, gera também outras deficiências como, por exemplo, as que se verificam no setor do apoio oceanográfico, onde se pode registrar a quase inexistência de material técnico de origem nacional e a total falta de meios flutuantes modernos e adequados aos trabalhos de pesquisas no mar, situação inadmissível para um país como o Brasil, de uma extensão litorânea da ordem de 8.000 km e com uma

área marítima adjacente de mais de 4 milhões de quilômetros quadrados. Constitui exceção a esse quadro, apenas, o trabalho que vem sendo desenvolvido, aliás com muito sucesso, diretamente pela Petrobrás, na pesquisa de novas fontes de hidrocarbonetos.

A diversidade dos assuntos relacionados com as atividades marítimas nacionais e as necessidades de harmonização e coordenação de tais atividades, através de uma política específica para o setor, motivou, em 1983, a criação da Comissão Marítima Nacional (COMANA), também presidida pelo Ministro da Marinha e secretariada pela SECIRM, cumulativamente. Tal Comissão elaborou a Política Marítima Nacional (PMN), aprovada pelo Presidente da República, por Decreto de 25 de janeiro de 1984, na qual a PNRM constitui apenas uma política setorial.

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) é constituída de representantes dos seguintes Ministérios: Marinha, Relações Exteriores, Transportes, Agricultura, Educação e Cultura, Indústria e Comércio, Minas e Energia e Interior; da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Todos esses órgãos têm competências e atribuições relacionadas com a execução da PNRM. Por sua vez, a Comissão Marítima Nacional (COMANA), que é a Comissão de mais alto nível ligada às atividades marítimas, possui ações a realizar através dos seguintes setores: rela-

ções internacionais, transportes marítimos, construção naval, pesquisa e desenvolvimento, recursos do mar, pessoal, segurança e outras diversas; com atribuições de tarefas distribuídas pelos seguintes Ministérios: Marinha, Relações Exteriores, Fazenda, Transportes, Agricultura, Educação e Cultura, Trabalho, Indústria e do Comércio, Minas e Energia e Interior; pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN); e pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores existe ainda a Comissão Interministerial sobre a Exploração e Utilização do Fundo dos Mares e Oceanos (CIEFMAR), instituída em 1968, e desativada por ocasião do início da 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Possivelmente, tal Comissão deverá voltar a funcionar regularmente, em face dos dispositivos da nova Convenção relacionados com o assunto.

No que diz respeito às relações e cooperação internacionais, inúmeros organismos têm competências sobre assuntos marítimos e a participação do Brasil, em cada um deles, constitui parte integrante da PMN:

- a Organização das Nações Unidas (ONU) — por meio do Escritório para o Direito do Mar e do Setor de Economia e Tecnologia Oceânicas, que apoiam a Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar;

— a Organização Marítima Internacional (IMO) — por meio do transporte marítimo, segurança da navegação e poluição produzida por navios;

— a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) — por meio do Comitê de Pesca;

— a Organização Meteorológica Mundial (OMM) — por meio do Programa de Pesquisa Global da Atmosfera (GARP) e do relacionamento com a Atmosfera Global dos Oceanos Tropicais (TOGA);

— a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), no âmbito da Organização das Nações Unidas, para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) — por meio de vários programas científicos sobre os oceanos;

— a Organização Hidrográfica Internacional (OHI) — por meio da cartografia náutica e da batimetria dos oceanos;

— O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) — por meio de programas de prevenção, controle e combate à poluição marinha;

— a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) — por meio do Comitê de Transportes Marítimos;

— a Comissão Internacional da Baleia (IWC) — por meio do controle da captura de cetáceos.

Poder-se-ia mencionar ainda os vários acordos bilaterais existentes, notadamente sobre transportes marítimos, pesca e pesquisa científica, e também as Convenções de caráter multilateral, das

quais o Brasil é signatário. Acrescem a esse quadro as implicações advindas, recentemente, com o ingresso do país como Membro Consultivo do Tratado da Antártica e suas atividades no Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), as quais têm íntimo relacionamento com a política externa e com a política marítima nacionais.

A diversidade de atribuições e a variedade de órgãos envolvidos dão uma idéia da abrangência da política Marítima Nacional (PMN) e da complexidade de sua execução, principalmente considerando os vários órgãos de escalões inferiores, muitos deles autônomos e colegiados, com responsabilidade nas ações a serem desenvolvidas. De outra parte, tanto a CIRM quanto a COMANA são presididas pelo Ministro da Marinha, que tem responsabilidades maiores com as atribuições específicas do seu Ministério, da mesma forma que os vários representantes dos órgãos que compõem tais Comissões. Ressalta-se ainda a ampla faixa de atuação do Ministério das Relações Exteriores no âmbito da PMN, fora portanto de sua competência específica, a qual tenderá a se acentuar, cada vez mais, à medida que o esforço de desenvolvimento nacional for se deslocando para os oceanos. Além disso, tal esforço irá provocar, inevitavelmente, repercussões significativas sobre as atribuições do Ministério da Marinha, especificamente no que se refere à construção de um Poder Naval condizente com essa nova realidade.

A necessidade e a urgência de

integrar ao esforço de desenvolvimento nacional a área marítima adjacente ao litoral do país, que lhe foi atribuída em consequência da nova Convenção sobre o Direito do Mar, assim como de tornar mais ágil a participação brasileira na exploração e exploração dos fundos marinhos e oceânicos, fora dos limites de jurisdição nacional, e, ainda, de permitir uma atuação mais efetiva e eficaz dos vários setores relacionados com as atividades marítimas em geral, não têm sido atendidas, com a prioridade requerida por sua excepcional importância, pela atual estrutura nacional responsável por tais atividades, em que pesem os esforços desenvolvidos pelos vários órgãos componentes do sistema, especialmente pela CIRM, através da sua Secretaria, a SECIRM, na execução do I PSRM e do PROANTAR, que também se encontra sob sua responsabilidade, e pelas Universidades e instituições de pesquisas que deles participam.

7. CONCLUSÕES

As perspectivas de utilização dos recursos do mar encontram-se atualmente enriquecidas e amparadas pelo vasto patrimônio jurídico gerado pela 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, consubstanciado na Convenção aprovada em 30 de abril de 1982.

As necessidades de alimentação para uma população em constante expansão, assim como de matérias primas e energia para a manutenção e ampliação de toda a ativi-

dade econômica mundial, necessidades estas fundamentais para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de todos os povos, somente poderão ser atendidas através da exploração dos recursos encontrados nas áreas marinhas do planeta, inclusive no seu solo e subsolo. Desse modo, o mar ocupará, indubitavelmente, e cada vez mais, uma posição de relevo na vida dos povos e, particularmente, na do Brasil que dispõe agora, com apoio no novo Direito do Mar, de uma área marítima que atinge mais de quatro milhões de quilômetros quadrados, ou seja, mais da metade de suas terras emersas. Diante dessa realidade e do relativo vazio que ainda reina no Atlântico Sul, em termos de exploração dos seus recursos, cabe ao Brasil, por sua posição geográfica, aceitar o desafio do mar que lhe é veementemente apresentado. A busca de recursos, sobretudo alimentares e minerais, é parte substancial da resposta a esse desafio. Além disso, o desenvolvimento e a segurança do país exigem a pesquisa imediata, na área marítima brasileira, com vistas à exploração e exploração, de fontes alternativas de minerais e matérias primas, de modo a manter a demanda do parque industrial brasileiro e as necessidades da vida econômica da nação, substituindo as fontes existentes em território nacional que forem se aproximando do estado de esgotamento ou de exaustão, ou, ainda, preservando estas fontes como reservas estratégicas, para uso em situações de emergência.

A nova situação jurídica criada

pela nova Convenção sobre o Direito do Mar condiciona o exercício da jurisdição sobre a Plataforma Continental à caracterização da Margem Continental que a limita. Essa determinação requer uma atuação multidisciplinar, envolvendo o conhecimento da geologia do solo marinho, e deve ser feita em um prazo de 10 anos, além de estar submetida à apreciação de um grupo técnico de alto nível. Na realidade, o exercício pelo Brasil da soberania sobre os fundos marinhos que lhe couberem, fora da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), exige a delimitação da Margem Continental, tarefa que deverá ser realizada, provavelmente, nos próximos anos e que constituirá mais um desafio no cenário marítimo nacional.

Da mesma forma, a otimização do uso dos recursos biológicos da ZEE, conforme recomendação da Convenção, deverá requerer um amplo e minucioso levantamento das espécies marinhas existentes na ZEE brasileira e uma sensível ampliação da capacidade nacional de exploração desses recursos, tarefas de notável complexidade e magnitude e para as quais o Brasil deverá se preparar com a devida urgência.

A Política Marítima Nacional (PMN) e a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) contêm as diretrizes principais que devem orientar os esforços brasileiros em direção à plena utilização do mar e à realização prática de suas potencialidades. Entretanto, para isso, existem ainda no Brasil

diversas limitações a serem superadas, inclusive estruturais.

Ressente-se o país de uma opção política definida, que permita incluir o uso do mar entre as ações prioritárias governamentais, com vistas a possibilitar a integração à vida nacional, da área marítima que lhe foi outorgada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a exemplo do que ocorreu com outras regiões brasileiras, em tempos atrás.

Indubitavelmente, o deslocamento das atividades econômicas e técnico-científicas para o mar e as responsabilidades que advirão para o país em decorrência da atuação nacional nesse campo, fundamental para a sobrevivência da nação como país soberano, irão requerer, talvez a curto prazo, o estabelecimento de um órgão executivo específico e de nível adequado, que possa responder por toda a ação coordenadora e implementadora de tais atividades, cuja execução deverá ser, cada vez mais, desenvolvida por organizações civis: Universidades, instituições científicas e empresas nacionais, com o propósito de permitir que o conhecimento científico obtido nesse campo resulte em um desenvolvimento tecnológico, que beneficie técnica e economicamente as organizações nacionais. A Marinha, por sua presença tradicional e indispensável nessa área, deve estar preparada não para conduzir o processo, mas, eventualmente, para articulá-lo, quando não houver quem o faça ou, ainda, para servir de elemento catalisador ou apoiador dos esforços a serem de-

senvolvidos, como o vem fazendo há muito tempo, mas, evidentemente, sem prejuízo da contribuição específica e insubstituível que lhe será cada vez mais exigida no campo da Segurança, especialmente em face das novas possibilidades de conflito que poderão surgir, devido à expansão da presença humana nos oceanos. Da mesma forma, o Ministério das Relações Exteriores, que também participará do processo, sobretudo nos aspectos que vierem a interferir com as suas atribuições específicas.

Finalmente, caberá ao Governo brasileiro, através do Congresso Nacional, decidir ou não pela ratificação da Convenção sobre o Direito do Mar. Certamente, o Brasil a ratificará, obtendo, assim, o apoio jurídico indispensável à ocupação da área marítima que lhe foi atribuída, a qual, entretanto, só se tornará realidade, se a nação tiver competência para efetivá-la; competência que não dependerá apenas da vontade do seu povo, nem da própria vocação marítima nacional, que constitui consequência essencial da sua posição geográfica e formação histórica, mas sobretudo da clarividência e antevista de suas elites e de seus estadistas.

ANEXO I

(*Tradução do Autor – Não Oficial*)

RESOLUÇÃO 2.749 (XXV)
17 de Dezembro de 1970

DECLARAÇÃO DE PRINCIPIOS
QUE REGULAM OS FUNDOS

MARINHOS E OCÉNICOS E SEU SUBSOLO, FORA DOS LIMITES DE JURISDIÇÃO NACIONAL.

Adotada por 108 votos a favor, nenhum contra, com 14 abstenções.

A Assembléia Geral, recordando as suas Resoluções 2.340 (XXII), de 18 de dezembro de 1967, 2.467 (XXIII), de 21 de dezembro de 1968 e 2.574 (XXIV), de 15 de dezembro de 1969, concernente à área (zona) referida no título.

Afirmado que é uma área (zona) dos fundos marinhos e oceânicos e seu subsolo, fora dos limites de jurisdição nacional, cujos limites precisos ainda estão para ser determinados,

Reconhecendo que o regime legal existente para o alto-mar não fornece regras suficientes para regular a exploração da área (zona) oceânica e a exploração dos seus recursos,

Convencida que a área (zona) deverá ser reservada exclusivamente para fins pacíficos e que a sua exploração e a exploração dos seus recursos deverá ser efetuada em benefício de toda a humanidade,

Acreditando que é essencial a aplicação de um regime internacional à área (zona) e seus recursos, incluindo um mecanismo internacional apropriado que deverá ser estabelecido tão logo seja possível,

Tendo em mente que o desenvolvimento e o uso da área (zona) e de seus recursos devem ser entendidos como um processo de manter um desenvolvimento saudável da economia mundial e um crescimento equilibrado do comércio in-

ternacional, e ainda de minimizar qualquer efeito econômico adverso causado pela flutuação de preços de materiais básicos resultantes de tais atividades,

Solenemente declara que

01. Os fundos marinhos e oceânicos e seu subsolo, fora dos limites de jurisdição nacional (daqui em diante referidos como a área [zona]), assim como os recursos da área (zona) constituem patrimônio comum da humanidade.

02. A área (zona) não estará sujeita à apropriação por nenhum processo, seja por Estados ou pessoas, naturais ou jurídicas, e nenhum Estado poderá reivindicar ou exercer soberania ou direitos de soberania sobre qualquer de suas partes.

03. Nenhum Estado ou pessoa, natural ou jurídica, poderá reivindicar, exercer ou adquirir direitos com relação à área (zona) ou seus recursos, que sejam incompatíveis com o regime internacional a ser estabelecido e com os princípios desta Declaração.

04. Todas as atividades concorrentes à exploração e exploração dos recursos da área (zona) e outras atividades relacionadas deverão ser governadas pelo regime internacional a ser estabelecido.

05. A área (zona) estará aberta ao uso exclusivamente para fins pacíficos a todos os Estados, sejam costeiros ou sem acesso ao mar, sem discriminação, de acordo com o regime internacional a ser estabelecido.

06. Os Estados deverão atuar na área (zona) de acordo com os princípios e as regras do Direito Inter-

nacional que forem aplicáveis, incluindo a Carta das Nações Unidas e a Declaração de Princípios do Direito Internacional referente a Relações de Amizade e Cooperação entre Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas, adotada pela Assembléia Geral, em 24 de outubro de 1970 (RES. 2.625 [XXV]), no interesse da manutenção da paz e segurança internacionais e na promoção da cooperação internacional e do mútuo entendimento.

07. A exploração da área (zona) e a exploração de seus recursos deverão ser efetuadas em benefício de toda a humanidade, independente de ser interior ou costeira a localização geográfica dos Estados, e tomando em consideração especial os interesses e as necessidades dos países em desenvolvimento.

08. A área (zona) deverá ser reservada exclusivamente para fins pacíficos, sem prejuízo de qualquer medida que tenha sido ou possa vir a ser acordada sobre o contexto das negociações internacionais empreendidas no campo do desarmamento, a qual possa ser aplicável a uma extensa área. Um ou mais acordos internacionais deverão ser concluídos tão logo seja possível, com vistas a efetivamente implementar tal princípio e a constituir um passo adiante, na exclusão dos fundos marinhos e oceânicos e seu subsolo da corrida armamentista.

09. Com base nos princípios desta Declaração, um regime internacional aplicável à área (zona) e seus recursos, incluindo um mecanismo internacional apropriado à

efetivação deste dispositivo, deverá ser estabelecido, através de tratado internacional de caráter universal, geralmente acordado. O regime deverá, *inter alia*, contribuir para o desenvolvimento seguro e regular da área (zona) e de seus recursos, assim como para o seu gerenciamento racional, permitindo ainda as oportunidades de expansão de tais atividades e assegurando uma distribuição equitativa aos Estados dos benefícios derivados dessas atividades, com particular consideração aos interesses e necessidades dos países em desenvolvimento, sejam tais países inteiros ou costeiros.

10. Os Estados deverão promover a cooperação internacional na pesquisa científica, exclusivamente para fins pacíficos:

a) pela participação em programas internacionais e incentivando a cooperação na pesquisa científica entre o pessoal de diferentes países;

b) através da efetiva publicação dos programas de pesquisa e da disseminação dos resultados das pesquisas, pelos canais internacionais; e

c) pela cooperação em medidas de fortalecimento da capacidade de pesquisa dos países em desenvolvimento, incluindo a participação de seus nacionais em programas de pesquisas.

Nenhuma dessas atividades poderá constituir base legal para qualquer reivindicação com respeito a qualquer parte da área (zona) ou de seus recursos.

11. Com referência às atividades na área (zona) e em conformi-

dade com o regime internacional a ser estabelecido, os Estados deverão tomar as medidas adequadas e deverão cooperar na adoção e implementação de regras, padrões e procedimentos internacionais para, *inter alia*:

a) a prevenção da poluição e contaminação, e de outras agressões ao ambiente marinho, incluindo o litoral, e de toda a interferência com o equilíbrio ecológico do ambiente marinho; e

b) a proteção e conservação dos recursos naturais da área (zona) e a prevenção de danos à flora e à fauna do ambiente marinho.

12. Em suas atividades na área (zona), incluindo aquelas relacionadas com os seus recursos, os Estados deverão ter a devida consideração aos direitos e interesses legítimos dos Estados costeiros, na região de tais atividades, assim como aos de outro qualquer Estado, que possam ser afetados pelas referidas atividades. Consultas deverão ser mantidas com o Estado costeiro, com respeito às atividades relacionadas com a exploração da área (zona) e com a exploração dos seus recursos, com vistas a evitar interferências nos aludidos direitos e interesses.

13. Nada aqui poderá afetar:

a) o "status" legal das águas sobrjacentes à área (zona) ou do espaço aéreo acima das mencionadas águas; e

b) os direitos do Estado costeiro, em relação a medidas para prevenir, atenuar ou eliminar grave e iminente perigo ao seu litoral ou as relacionadas influências da poluição ou ameaças consequentes

ou, ainda, outras ocorrências agressivas resultantes de, ou provocadas por, qualquer atividade na área (zona), sujeita ao regime internacional a ser estabelecido.

14. Cada Estado deverá ter a responsabilidade para garantir que as atividades na área (zona), incluindo as relacionadas com os seus recursos, atividades essas empreendidas por organizações governamentais ou entidades não governamentais ou, ainda, por pessoas sob sua jurisdição ou atuando em seu interesse, serão efetuadas em conformidade com o regime internacional a ser estabelecido. A mesma responsabilidade se aplica a organizações internacionais e seus Membros, para as atividades empreendidas por tais organizações ou em seu interesse. Os danos causados por essas atividades estarão sujeitos a resarcimento.

15. As Partes envolvidas em qualquer disputa relacionada com as atividades na área (zona) e com seus recursos deverão resolver tal disputa através das medidas mencionadas no Artigo 33 da Carta das Nações Unidas, e esse procedimento regulamentando as disputas poderá ser motivo de acordo no regime internacional a ser estabelecido.

ANEXO II

SUMÁRIO DA CONVENÇÃO

PREÂMBULO (com vários Considerandos)

PARTE I – INTRODUÇÃO (Termos utilizados e âmbitos de aplicação).

PARTE II – MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA:

Seção 1 – Disposições Gerais.

Seção 2 – Limites do Mar Territorial.

Seção 3 – Passagem Inofensiva (Inocente) pelo Mar Territorial:

Subseção A – Normas Aplicáveis a Todos os Navios.

Subseção B – Normas Aplicáveis a Navios Mercantes e Navios de Estado Utilizados Para Fins Comerciais.

Subseção C – Normas Aplicáveis a Navios de Guerra e a Outros Navios de Estado Utilizados Para Fins Não Comerciais.

Seção 4 – Zona Contígua.

PARTE III – ESTREITOS UTILIZADOS PARA A NAVEGAÇÃO INTERNACIONAL:

Seção 1 – Disposições Gerais.

Seção 2 – Passagem em Trânsito.

Seção 3 – Passagem Inofensiva (Inocente).

PARTE IV – ESTADOS ARquipéLAGOS.

PARTE V – ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA.

PARTE VI – PLATAFORMA CONTINENTAL.

PARTE VII – ALTO MAR:

Seção 1 – Disposições Gerais.

Seção 2 – Conservação e Gestão dos Recursos Vivos (Biológicos) do Alto Mar.

PARTE VIII – REGIME DAS ILHAS.

PARTE IX – MARES FECHADOS OU SEMI-FECHADOS.

PARTE X – DIREITO DE ACESSO AO MAR E A PARTIR DO MAR DOS ESTADOS SEM LITORAL E LIBERDADE DE TRÂNSITO.

PARTE XI – A ÁREA (ZONA):

Seção 1 – Disposições Gerais.

Seção 2 – Princípios que regem a Área (Zona).

Seção 3 – Aproveitamento dos Recursos da Área (Zona).

Seção 4 – A Autoridade.

Subseção A – Disposições Gerais.

Subseção B – A Assembléia.

Subseção C – O Conselho.

Subseção D – O Secretariado.

Subseção E – A Empresa.

Subseção F – Recursos Financeiros da Autoridade.

Subseção G – Estatuto Judiciário, Privilégios e Imunidades.

Subseção H – Suspensão do Exercício de Direitos e de Privilégios dos Membros.

Seção 5 – Solução Conflitos (Controvérsias) e Pareceres Consultivos.

PARTE XII – PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Seção 1 – Disposições Gerais.

Seção 2 – Cooperação Mundial e Regional.

Seção 3 – Assistência Técnica.

Seção 4 – Controle em Contínuo (Monitoreamento) e Avaliação Ecológica.

Seção 5 – Regras Internacionais e Legislação Nacional para Prevenir, Reduzir e Controlar e Poluição do Meio Marinho.

Seção 6 – Execução.

Seção 7 – Garantias.

Seção 8 – Áreas Cobertas de Gelo.

Seção 9 – Responsabilidade (e Obrigações).

Seção 10 – Imunidade Sobremana.

Seção 11 – Obrigações Contraiadas em Virtude de Outras Convênios sobre Proteção e Preservação do Meio Marinho.

PARTE XIII – INVESTIGAÇÃO (PESQUISA) CIENTÍFICA MARINHA:

Seção 1 – Disposições Gerais.

Seção 2 – Cooperação Internacional.

Seção 3 – Realização e Promoção da Investigação (Pesquisa) Científica Marinha.

Seção 4 – Instalação e Equipamento de Investigação (Pesquisa) Científica no Meio Marinho.

Seção 5 – Responsabilidade (e Obrigações).

Seção 6 – Solução de Conflitos (Controvérsias) e Medidas Provisórias.

PARTE XIV – DESENVOLVIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA MARINHA:

Seção 1 – Disposições Gerais.

Seção 2 – Cooperação Internacional.

Seção 3 – Centros Nacionais e Regionais de Investigação (Pesquisa) Científica e Tecnológica Marinha.

Seção 4 – Cooperação entre Organizações Internacionais.

PARTE XV – SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CONTROVÉRSIAS):

Seção 1 – Disposições Gerais.

Seção 2 – Procedimentos Compulsórios Conducentes a Decisões Obrigatorias.

Seção 3 – Limites e Exceções à Aplicação da Seção 2.

PARTE XVI – DISPOSIÇÕES GERAIS.

PARTE XVII – DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I – ESPÉCIES ALTA-MENTE MIGRATÓRIAS.

ANEXO II – COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL.

ANEXO III – DISPOSIÇÕES BÁSICAS RELATIVAS À PROSPECÇÃO, EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO (EXPLOTAÇÃO).

ANEXO IV – ESTATUTO DA EMPRESA.

ANEXO V – CONCILIAÇÃO.

ANEXO VI – ESTATUTO DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR.

ANEXO VII – ARBITRAGEM.

ANEXO VIII – ARBITRAGEM ESPECIAL.

ANEXO IX – PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.

BIBLIOGRAFIA

- BAKKER, Mucio Piragibe Ribeiro de. *A Política Nacional para os Recursos do Mar*. Revista Marítima Brasileira, 3º trimestre, 1983, p. 42-55.
- BAKKER, Mucio Piragibe Ribeiro de. *Mar Territorial e Soberania Marítima*. Panorama do Poder Marítimo. Biblioteca do Exército e Serviço de Documentação da Marinha, Editores. Rio de Janeiro, 1972.
- BAKKER, Mucio Piragibe Ribeiro de. *O Plano Setorial para os Recursos do Mar: Um Desafio e uma Esperança*. Conferência proferida na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, set. 1981.
- BAKKER, Mucio Piragibe Ribeiro de. *Voltando ao Problema do Mar Territorial Brasileiro*. Revista Marítima Brasileira, 4º trimestre, 1969, p. 92-99.
- BASTOS, CMG Alex Hennig. *Mar Territorial Brasileiro*. Panorama do Poder Marítimo. Biblioteca do Exército e Serviço de Documentação Geral da Marinha, Editores. Rio de Janeiro, 1972.
- BOMPET, CF Marco Antônio Gonçalves. *Recursos Minerais do Mar – Aspectos Legais do Aproveitamento dos Recursos Minerais do Mar*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, jun. 1982.
- BORGESE, Elizabeth Mann. *The New Law of The Sea*. Development, Rome, 1983.
- CÂMARA, V. Alte Ibsen de Gusmão. *O Pensamento Estratégico Brasileiro – Projeção de Nossa Maritimidade na Estratégia Nacional*. Política e Estratégia. São Paulo, out-dez. 1983, Vol 1 – nº 1, p. 164:174.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR (CIRMI). *Política Nacional Para os Recursos do Mar (PNRM) – Diretrizes Gerais*. Brasília, 1980.
- GUIMARÃES, Luiz Felipe de Macedo Soares. *Os Interesses Marítimos do Brasil*. Brasília, jul. 1984.
- KAUFMAN, Raymond e GREENWALD, Richard J. *Manganese Nodule Mining – Technical Progress and Jurisdictional Uncertainty*. Oceanology International. Brighton, UK., 72. mar. 1972.
- KEESING'S. *International Developments – Other Topics*. Volume XXIX. jan. 1983.
- MONDIN, Tito. *Mar Territorial*. Revista de Informação Legislativa. Brasília, jul-dez. 1967.
- MONDIN, Tito. *Plataforma Submarina*. Revista de Informação Legislativa. Brasília, out-dez. 1968.
- MOORE, J. Robert. *Oceanografia – Perspectivas Introducción*. Selecciones de Scientific American. Madrid, 1975.

16. MOREIRA, CF Hermes Eduardo. *Os Resultados da III Conferência sobre o Direito do Mar e suas Implicações sobre a Marinha*. Brasília, 1982.
17. MOREIRA DA SILVA, V. Alte Paulo de Castro. *Usos do Mar*. Brasília, 1978.
18. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Versão em Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe)*. Montego Bay, dez. 1982.
19. PAIVA, Melquiades Pinto. *O Direito do Mar e a Administração dos seus Recursos Naturais – Um Enfoque Brasileiro*. Rio de Janeiro, nov. 1982.
20. PARDO, Arvid. *A New Order for the Oceans. South*, The Third World Magazine. London, may. 1984.
21. PARDO, Arvid. *The Common Heritage of Mankind*. Development. Rome, 1983.
22. POHL, Reynaldo Galindo. *The Settlement of Disputes in the Convention on the Law of the Sea*. Development. Rome, 1983.
23. RAMALHETE, Clóvis. *Parecer sobre o Direito dos Estados à Distinção do seu Mar Territorial ante as Normas Vigentes da Convenção de Genebra (1958) e outras do Direito Internacional*. Mar Territorial, Tomo II. Brasília, s.d.
24. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT) – Recursos do Mar – 1980/1985*. Brasília, 1980, p. 73:74.



O Contra-Almirante Mucio Piragibe Ribeiro de Bakker, além dos cursos regulares de formação de oficiais da Marinha, tem os seguintes: Tática Anti-Submarino para Oficiais de Quarto, Aperfeiçoamento de Hidrografia e Navegação, Básico de Comando da Escola de Guerra Naval, Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, Curso Superior de Guerra Naval e Curso Superior de Guerra. Ex-Professor de Cartografia-Matemática do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, é membro da Sociedade Brasileira de Cartografia. Representou a Marinha do Brasil na X Conferência Naval Interamericana Especializada de Diretores de Escolas de Guerra Naval (Newport, EUA, 1980). É autor das seguintes obras: "Cartografia – as Projeções Usuais", "Cartografia – Construção da Carta Náutica" e "Cartografia – Noções Básicas". Ex-Diretor da Escola de Guerra Naval, exerce atualmente as funções de Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Brasília, DF.

POR QUE ANUNCIAR EM “A DEFESA NACIONAL”?

A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:

- Ela circula em todos os Estados do Brasil e no Exterior;
- Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais leitores que o número regular de seus assinantes;
- Depois de lida, ela constitui fonte permanente de informações. Sendo uma revista de estudo de problemas brasileiros e que também focaliza os mais palpitantes temas militares, políticos, econômicos e sociais da atualidade internacional, ela é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas simplesmente noticiosas.
- Circula num meio ponderável de capacidade aquisitiva e de poder decisório.

Anuncie em A DEFESA NACIONAL. São 72 anos de serviços prestados ao Brasil, às Forças Armadas e ao progresso nacional.



**A DEFESA
NACIONAL**

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias - térreo, Praça Duque de Caxias, 25
Tel. 283-3030 - CEP 20.455 - Rio de Janeiro - R.J.



GEOPOLÍTICA DO CONFRONTO

Therezinha de Castro

"Todo Soberano que conte com forças terrestres tem apenas uma mão; no entanto, todo aquele que possua também uma Marinha tem as duas mãos"

(Pedro, o Grande-Czar da Rússia)

INTRODUÇÃO

Na Geopolítica do Confronto os papéis que a Rússia e os Estados Unidos vêm representando dentro da bipolaridade, no âmbito das Relações Internacionais, se encontram amplamente afetados pelo posicionamento que as referidas super-potências ocupem no mapa mundial.

Na atualidade, embora as superpotências se venham dedicando à conquista do espaço aéreo, encontram-se ainda muito dependentes das massas oceânicas; consequentemente, o acesso ao mar é dos posicionamentos mais favoráveis em face da Geopolítica do Confronto. Por isso, no jogo de xadrez mundial, um posicionamento que permita exercer toda influência possível sobre as vias de passagem é a meta das super-potências.

CENÁRIO DE DUAS GUERRAS

As duas guerras mundiais foram para o nosso século XX agentes essenciais de transformação por terem revolucionado profundamente as relações de forças entre os Estados, dosando níveis de poder e concorrendo para que se reestruturasse toda uma hierarquia.

A Primeira Guerra Mundial, ao lado do movimento das minorias étnicas, esboçava todo um contexto de crescimento do nacionalismo; trazia em seu bojo a anulação gradativa do regime monárquico, num confronto geopolítico que tornava vitorioso o sistema republicano. Tais perturbações afetaram sobremodo os Balkans e Estados Danubianos, concorrendo, dentro da geopolítica do confronto, para o desequilíbrio do poder.

Com Carlos I preferindo renunciar ao exercício de suas funções, proclamava-se, em novembro de 1918, a república na *Austria-Hungria*. Em contrapartida, o *Tratado de Saint Germain* (setembro de 1919) reduzia o antigo e vasto império dual a um conglomerado de formações geopolíticas, meros expedientes da História. No cenário de um *Grande Estado* surgiam *Pequenos Estados* com esse Tratado reconhecendo a independência dos povos eslavos.

A *Sérvia* unificava a família eslava do sul — sérvios, croatas e eslovenos, formando a *Iugoslávia*, paradoxalmente sob forma de monarquia. Em face da geopolítica do confronto implantava-se no norte uma república com capital em Praga, antigo ideal dos tchecos, tornado realidade com a *Tchecoslováquia*. Finalmente, além de restituir à *Polônia* (que ressurgia no mapa), os territórios que lhe subtraíra durante as partilhas, a *Austria* perdia também a *Hungria* que tinha sua independência reconhecida pelo *Tratado de Trianon* (1920).

Contribuindo ainda mais para o desequilíbrio do poder, a *Turquia*, verdadeira metrópole do Império Otomano, já vinha desde o século XIX perdendo o seu predomínio nos Balkans. A Grécia dera o primeiro passo tornando-se independente em 1822;* a partir de 1859 a *Rumânia* tornava-se praticamente independente ficando ligada à Turquia apenas pelo pagamento de pequeno tributo. Chegava depois a vez da *Bulgária* erigir-se em Principado autônomo (1878); enquanto

a *Albânia* e a *Sérvia*, esta acrescida de territórios austriacos, só conseguiam suas respectivas independências depois da Primeira Guerra Mundial.

No entanto, no período de entre-guerras tanto os países danubianos quanto os balkânicos continuaram a viver dentro do subdesenvolvimento e, consequentemente, dependentes do próprio imperialismo europeu. Enquanto Mussolini cobiçava regiões além do Adriático, na geopolítica do confronto as grandes interferências estiveram a cargo das extremas direitas ligadas a Hitler e das extremas esquerdas manobradas por Stalin.

Nessa região de países pequenos e fracos se encontraria, pois a fagulha que provocaria a Segunda Guerra Mundial. É que os Balkans, apresentando um relevo predominantemente montanhoso, contribuíram para o *cantonalismo geopolítico* anulando na área um caráter típico comum. Aí, onde inexiste a unidade religiosa, linguística e cultural, surgiram novos Estados das ruínas de antigos impérios. Restaria como traço comum apenas a experiência histórica da sujeição a diferentes potências estrangeiras; tudo consequência também de seu posicionamento peculiar no ponto de encontro do

* Coindentalente este ano marca a entrada do Brasil unido como nação independente para o concerto das nações; e o mau desfecho da Conferência de Guayaquil, no qual o entendimento Bolívar-San Martín concordava para o afastamento do bloco hispano-americano. O Império do Brasil nascia assim rodeado por várias pequenas repúblicas.

Ocidente e Oriente, eterno foco de uma geopolítica de confronto. Daí Bismarck em 1897 haver profetizado que "alguma loucura nos Balkans acabaria por deflagrar um conflito mundial". E foi justamente aí, na cidade de Serajevo, que em virtude do assassinato do herdeiro do trono austríaco, se desencadearia a Primeira Guerra Mundial.

Aí estava exatamente o "*Cinturão do Diabo*" de Haushoffer, com base no "*espaço vital*" de Ratzel e no "*destino manifesto*" esposado por Kjellen; era justamente essa área que propiciaria o domínio de toda a Europa, do Báltico até os Balkans, que levaria Hitler à grande empresa expansionista que deixara bem clara em "*Mein Kampf*", desencadeando a Segunda Guerra Mundial.

Mas Hitler perderia a guerra e esse "*Cinturão do Diabo*", de importância geoestratégica, passaria a ser dominado pela Rússia que o transformou na sua "*Cortina de Ferro*". (Mapa 1) Surgia assim a barreira defensiva para o imenso espaço terrestre russo; barreira que, no entanto, haveria de se transformar no complemento terrestre para as Frotas do Mar do Norte, do Báltico e Negro, visto que Gorshkov classifica a Marinha como "*Auxiliar Fiel do Exército*". (Mapa 2)

CONFRONTO LESTE-OESTE

Se a Rússia saísse como vencedora perante a ideologia de direita de Hitler, teria que se confrontar com

seu aliado na Segunda Grande Guerra e agora rival, o líder do chamado mundo capitalista, os *Estados Unidos*. Formar-se-ia então na *geopolítica do confronto um eixo leste-oeste*.

Os Balkans, faixa-tampão entre eslavos e germânicos, seriam, através dos séculos, objeto de pressões militares e demográficas, numa geopolítica de confronto não só por parte de poderosos vizinhos como também da interferência direta de outras nações. Seu status geopolítico atual fora decidido pelos ainda então Aliados nas reuniões de Yalta e Potsdam (1945).

Num eixo leste-oeste haviam se formado, coincidentemente, tanto a Rússia quanto os Estados Unidos. Só que a primeira instalada no ativo foco de decisões políticas do mundo de então, enquanto a segunda no flanco pacífico da retaguarda — a América.

A porção europeia da Rússia contigua à "*Cortina de Ferro*", além do Glacial Ártico, é banhada pelos mares Báltico, Negro e Cáspio. (Mapa 1) Mas, como União Soviética é, através da Sibéria, também asiática, banhada então pelo Pacífico.

Na Ásia, como que para *atenuar a continentalidade*, estão dispostos nas fímbrias vários arquipélagos, alternadamente em arcos côncavos e convexos, mantendo certo paralelismo com o litoral. Nesse contexto, no litoral siberiano do Pacífico, num enlace continental-ilhas formaram-se grandes mares secundários entre os quais



o da China, o do Japão e o de Okhotsk.*

Entre o Arquipélago Japonês, a Ilha de Sakalina e as Kurilas situam-se os *Estreitos de La Perouse ou Soya e o de Tsushima*, pontos de estrangulamento para a Frota Soviética do Pacífico, na geopolítica do confronto. A mesma geopolítica que põe frente a frente as duas super-potências atuais, no prolongado saliente de dois grandes avanços peninsulares — para o sul, representado pela Península do Kamtchatka, para o leste a Península de Chukches ou de Bhering. Aí, pois, o Kremlin se defronta com três grandes barreiras formadas pela China, Japão e Estados Unidos. (Mapa 2)

Estrangulamento Norte e Oeste

Com um desenvolvimento longitudinal de 3.700 km, destes apenas 500 km se encontram parcialmente livres do gelo no litoral do Oceano Glacial Ártico, pertencente à Rússia. Para contrabalançar esse estrangulamento determinista da natureza, após a Segunda Guerra Mundial o Kremlin conseguiu transformar o Báltico praticamente num lago russo, onde o país passou a possuir cerca de 1.500 km.

Numa etapa preliminar de chegada ao Mediterrâneo, sonho que a Rússia alimenta desde Catarina II, o Kremlin passou a possuir no Mar Negro a metade de seu litoral,

avaliado em 2.500 km. Detém ainda a quase totalidade do Mar Cáspio, escapando-lhe apenas pequeno trecho no sul, que banha território iraniano. (Mapa 1)

Assim, no Norte e no Oeste as grandes limitações básicas para a Marinha Soviética são sem dúvida alguma o gelo e os pontos naturais de estrangulamento natural dos Estreitos.

Da fronteira com a Noruega, no oeste, até o Mar de Bhering no leste, vivem, acima do Círculo Polar Ártico, cerca de 17 milhões de soviéticos; destes, cerca de um milhão está na geoestratégica Península de Kola, cujo desenvolvimento militar, sem dúvida alguma, muito deve ao mundo ocidental.

Foram os ingleses que animaram o Czar Nicolau II a concentrar forças em Murmansk durante a Primeira Guerra Mundial. Mas, foi durante a Segunda Guerra Mundial que esse porto se tornou ainda mais importante quando os nazistas venciam os vacilantes exércitos comunistas. Foi então que Murmansk se transformou no ponto de abastecimento através do qual os Estados Unidos enviavam aos seus aliados russos munições, aviões, tanques, etc. Hoje, Murmansk dispõe de poderosíssimo arsenal de guerra pronto a entrar em combate contra os Estados Unidos e seus aliados da OTAN. Aí se encontra a Frota do Mar do Norte, a mais poderosa formação da Marinha russa, igualada apenas pela Frota do Pacífico, mas ultrapassando as Frotas do Báltico e do Mar Negro. (Mapa 2)

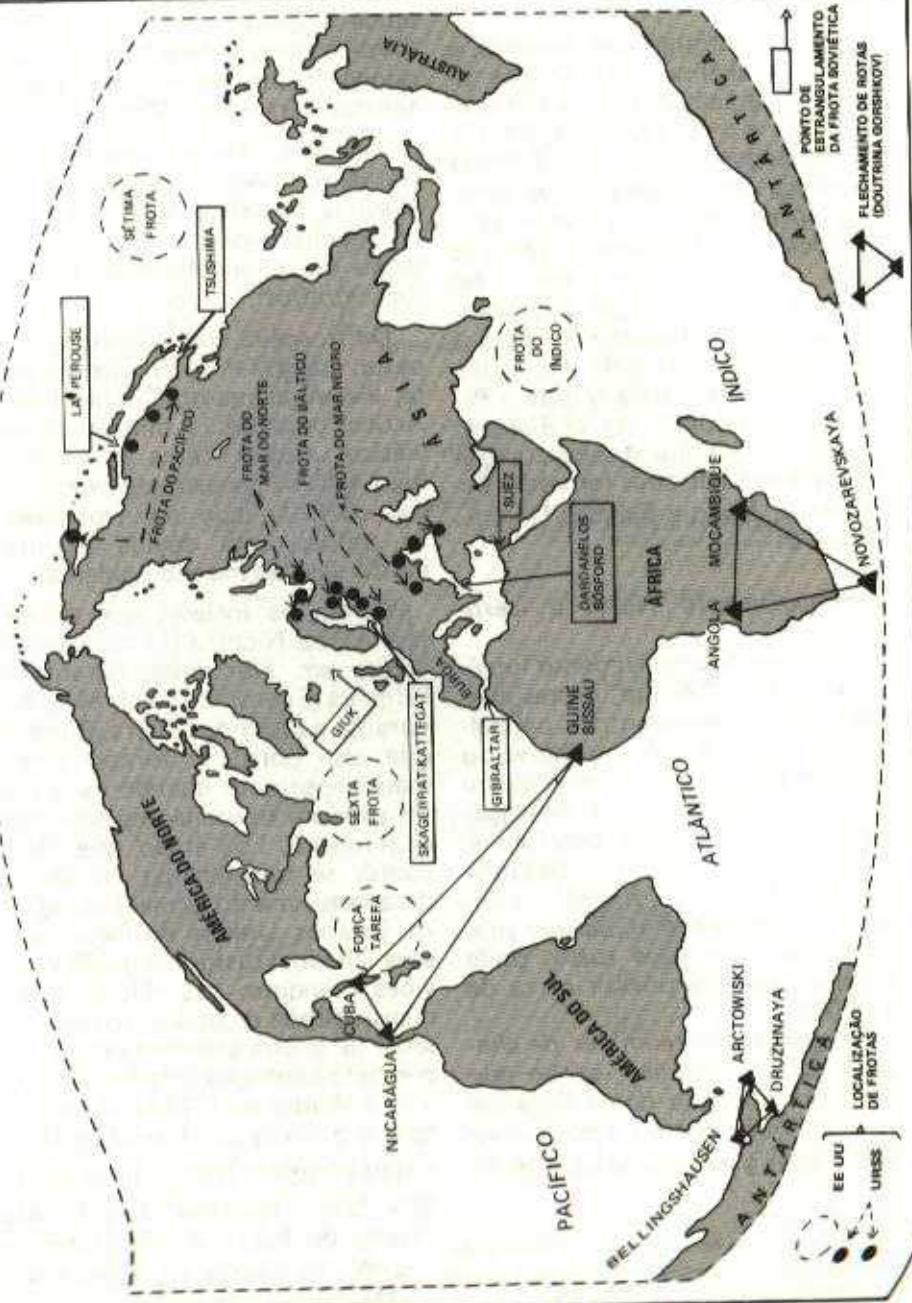
* Para maiores detalhes vide — "Sibéria: de Mackinder a Andropov" — A Defesa Nacional n.º 711, janeiro/fevereiro de 1984.

GEOPOLITICA DO CONFRONTO

Org. por
Thereseinha de Castro

262

Geopolítica do Confronto



É a *Corrente do Golfo*, que torna essa região vital para a Rússia; quando suas águas quentes, procedentes do Caribe, atingem o Ártico, mantêm abertos os canais que sem elas estariam congelados. E é justamente esse acesso natural ao alto-mar a *chave da estratégia soviética no Atlântico-Norte*. Consequentemente, a expansão militar na Península de Kola vem sendo acompanhada com grande interesse pelo Kremlin; em abril de 1984 ficou demonstrada toda a extensão desse poderio, quando cerca de 100 de seus navios surgiram ao largo da costa norueguesa, nas maiores manobras já realizadas no Atlântico-Norte pela Rússia.

E enquanto desse reduto a OTAN se vê ameaçada pela Rússia, destaca-se na geopolítica do confronto o *Mar do Norte* com seus 571.910 km², banhando a Inglaterra, Península Escandinava e Países Baixos. Aí se encontram as *limitações para os soviéticos em pontos de estrangulamentos formados pelos Estreitos de Skagerrat, Kattegat, Oresund ou Sund, Grande e Pequeno Cinturão* que comunicam os mares do Norte e Báltico. (Mapa 3)

Atravessando o Skagerrat, braço de mar estreito entre a Dinamarca e a Noruega, atinge-se o Kattegat e daí o Báltico através de três Estreitos ou Sunds. O Pequeno Cinturão (Lille Bælt) entre a costa oriental da Península da Jutlândia e a Ilha de Fionia, assemelha-se, em alguns pontos, a um rio caudaloso dada a impetuosidade de sua corrente. O Grande Cinturão (Store Bælt) é o mais largo e mais pro-

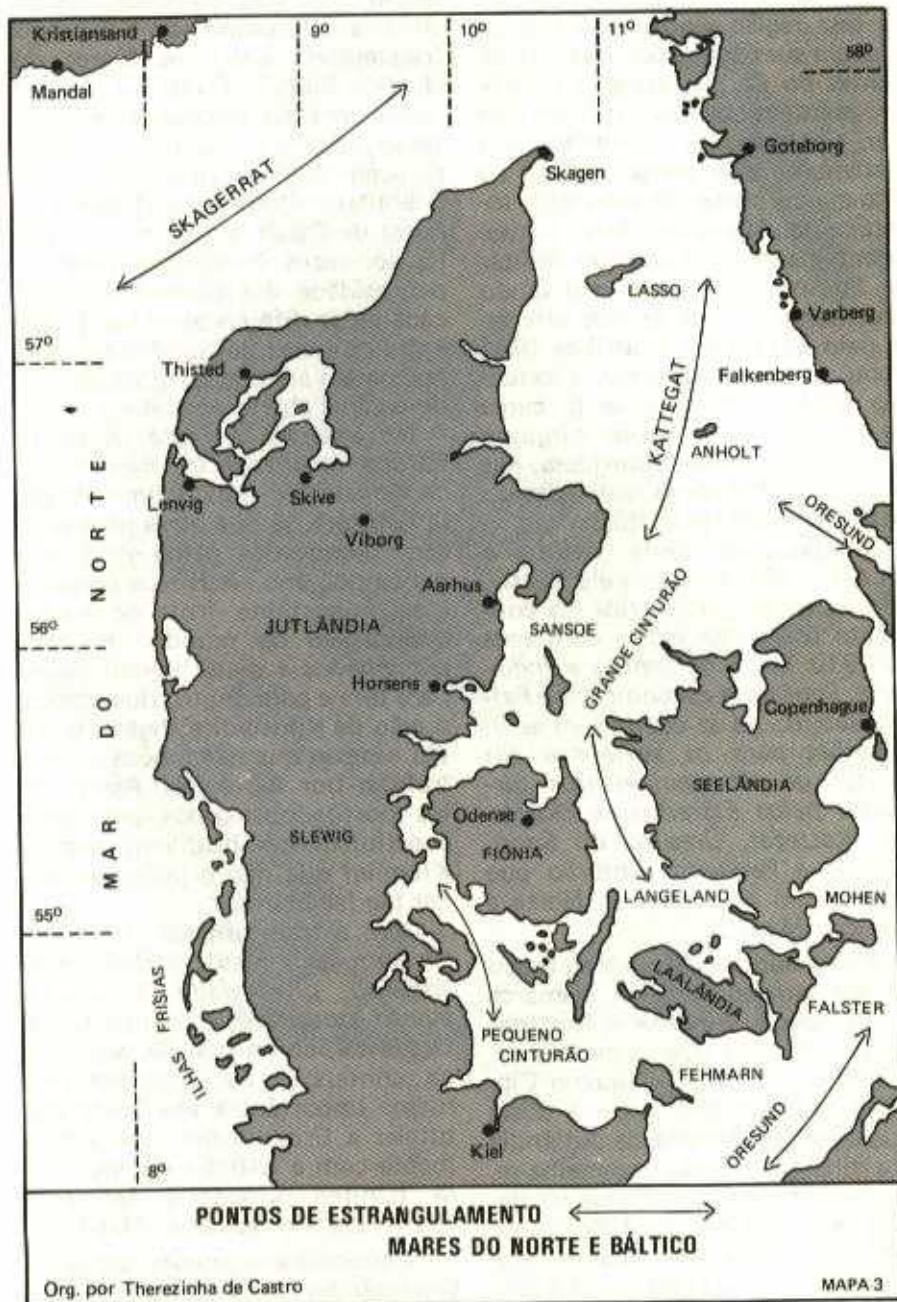
fundo dos três Estreitos, muito embora o Oresund seja a via mais frequentada entre os Mares do Norte e Báltico. Constitui esse Estreito uma das artérias de mais intenso comércio mundial em comparação com o que ocorre em Gibraltar, Dardanelos-Bósforo e Passo de Calais. Embora se congele, por vezes, é naveável pela imprevisibilidade das correntes provocada pelas diferenças de salinidade entre os mares Báltico-Norte; estas costumam arrastar os gelos deixando o canal aberto ao tráfego.

No entanto, a *Frota Russa do Báltico localizada na Base Naval de Konstadt e Riga*, é limitada pela natureza, já que esses portos ficam bloqueados pelos gelos três meses por ano. A Rússia possui a mais importante frota de navios quebra-gelo do mundo, que impulsionados a diesel abrem canais para fora e para dentro dos portos; o gelo de Konstadt e Riga se torna tão espesso que caminhões podem trafegar por sobre eles. Assim, esses portos obstruídos pelo gelo constituem um problema para o Kremlin que não o pode solucionar tão facilmente.

Com a transformação do Báltico num lago russo, a Dinamarca adquiriu privilegiado posicionamento geoestratégico para o Bloco Ocidental, como bastião avançado na contenção ao expansionismo russo. Importância duplicada por tutelar a Groenlândia, que, juntamente com a Islândia e a Inglaterra (United Kingdom) forma o GIUK, bastião recuado. (Mapa 2)

A importância geoestratégica da Groenlândia seria ressaltada no

Geopolítica do Confronto



ínicio da Segunda Guerra Mundial quando esta ilha mostrou seu posicionamento privilegiado, no sentido inverso da rota marítima dos vikings. Após entrar para a OTAN, embora haja sofrido pressão para não fazê-lo, por parte da Rússia, a Dinamarca concordou em assinar o Acordo de 27 de abril de 1951 com os Estados Unidos. Por este acordo, invocando questões de defesa mútua, a Marinha Dinamarquesa permitiu o estabelecimento de bases estadunidenses na Groenlândia. A posição excepcional de Thule transformou-se numa espécie de plataforma giratória aero-polar; isto porque os grandes centros industriais da Ásia, Europa e América do Norte estão a menos de 5.000 km deste centro. Por outro lado, os Estados Unidos instalavam a chamada Base Norte no nordeste da Groenlândia, distando 500 km do Arquipélago russo de Spitzbergen, e a 1.000 km da Ilha Rodolfo, no Arquipélago também soviético de Francisco José. Consequentemente ficou comprovado o excelente posicionamento do escudo de gelo formado pela Groenlândia como base de alerta, interceptação e partida em qualquer emergência que ponha em perigo a defesa do Ocidente.

A Islândia constitui-se numa zona de transição entre o Atlântico e o Glacial Ártico e, como ilha mais ocidental da Europa, é ponte para a América através da Groenlândia. A Islândia domina por seu posicionamento o Atlântico-Norte; daí a grande vitória dos Estados Unidos quando conseguiram que esse país-ilha aderisse à OTAN, cedendo-lhe

em caráter permanente a base militar de Keflavik.

Estrangulamento Sul

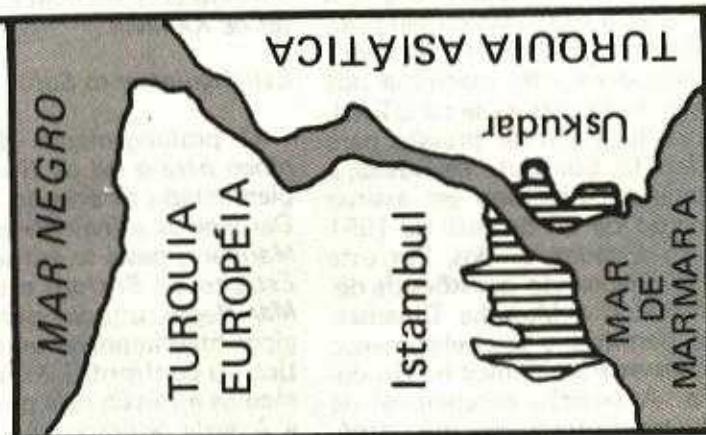
O prolongamento do Mediterrâneo para o sul da Rússia é complementado através do Estreito de Dardanelos atingindo-se o Mar de Marmara; passa-se em seguida pelo Estreito de Bósforo e se chega ao Mar Negro, um dos pontos nevrálgicos mais importantes na geopolítica do confronto. Aí, através dos séculos a Rússia teve que enfrentar a Áustria, a França e a Inglaterra, as potências do século XIX, que sempre impediram o sonho russo de pôr as mãos sobre Dardanelos e Bósforo, obtendo assim uma saída para um mar quente, o Mediterrâneo.

Fimda a Segunda Guerra Mundial não conseguiu a Rússia derrotar a Convenção de Montreux,* substituindo-a, como desejava, por um Pacto de Defesa Comum dos Estreitos, que, em nome da boa vizinhança, levasse a Turquia a entregar-lhe uma base no Bósforo. Justamente esse Estreito que põe a frente Instambul e Uskadar, que unindo os mares Negro e de Marmara, com 30 km de comprimento e largura, variando dos 900 aos 4.000 metros, separa a Ásia da Europa. (Mapa 4)

Sem obter esse posicionamento geoestratégico contentou-se a Rússia

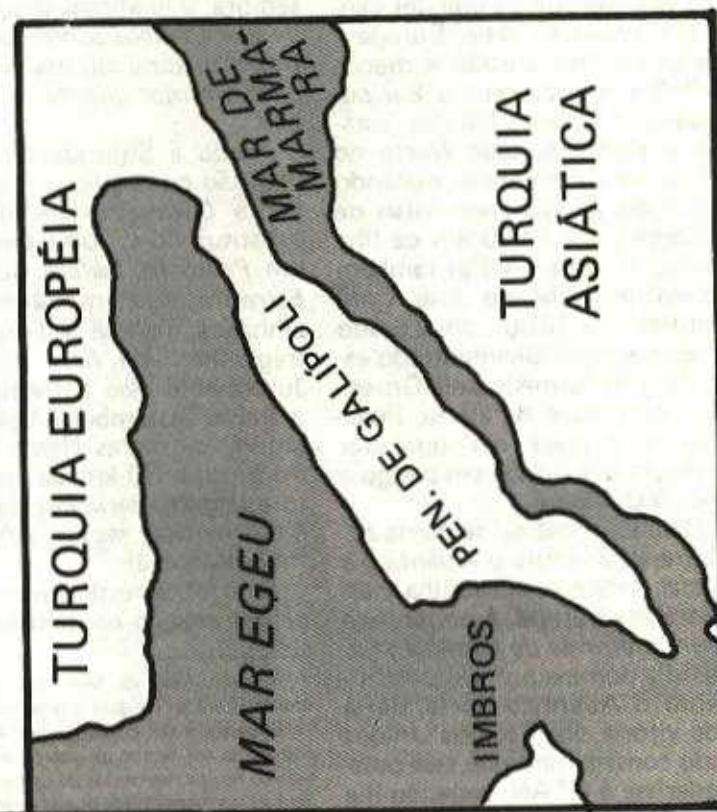
* A Convenção de Montreux (1936) reconheceu para a Turquia o direito de fortificar os Estreitos e ter, consequentemente, o poder sobre eles em tempo de guerra; muito embora para os navios mercantes de todas as potências tenha sido reconhecida por aí a livre passagem.

BÓSFORO



MAPA 4

DARDANELOS



Org. por Therezinha de Castro

sia com a transformação da Bulgária e da Rumânia em países-satélites que lhe dão predominância no Mar Negro, onde não há o problema de gelos. (Mapa 1)

Consequentemente os estreitos turcos, com a Turquia na OTAN, Gibraltar* e Suez restringem a facilidade de acesso da Rússia aos Oceanos Atlântico e Índico, constituindo-se, pois, em poderosas chaves de segurança para o Ocidente.

Estrangulamento Leste

Em sua expansão para a Ásia, não bástava ao governo de Moscou o posicionamento de Vladivostok, fundado em 1860, porto que fica bloqueado pelos gelos durante o inverno. Por isso, pressionando a China, conseguiu a Rússia, com a Estrada de Ferro da Mandchúria (1896) atingir dois anos depois Porto Arthur, e obter a sua tão desejada saída para um mar livre no Pacífico.

Na geopolítica do confronto, esse expansionismo teve sua fase de bloqueio por parte do Japão; após a Guerra Russo-Japonesa, com o Tratado de Portsmouth de 5 de setembro de 1905, essa área passava para a esfera de domínio do governo de Tókio.

Após a Segunda Guerra Mundial, em face do *absenteísmo ocidental* e inepto legado da chamada

Doutrina Roosevelt ou "Política da Porta Aberta", a Rússia pôde, com a derrocada do Japão, transformar essa área num foco de tensão internacional, onde tem ação permanente a Sétima Frota, numa ativa geopolítica de confronto, por parte dos Ocidentais, auxiliados pelos Estreitos de La Perouse ou Soya e de Tsushima que estrangulam a passagem da Frota Soviética do Pacífico localizada em Vladivostok e Petropavlovsk, portos bloqueados pelo gelo durante vários meses por ano.

CONCLUSÃO

Com Moscou "porto de sete mares" — Báltico, Branco, Kara, Negro, Azov, Cáspio e Aral, — a configuração geoestratégica mundial pode ser analisada através da Rússia dominando o Bloco Oriental, dotada de vasto espaço terrestre em zona compacta da Eurásia.

Sabendo-se que a Europa nada mais é do que uma península da Ásia, a Rússia procura, no maior dos continentes, com projeções para o nordeste, sudeste e sudoeste, valer-se de seu posicionamento para, através desses apêndices tentaculares, se estender ou se aproximar da América por Bering, da Austrália por Malaca e trampolins formados pelo Arquipélago de Sonda, como ainda através da África, banhada pelo Índico e Atlântico.

Esse Poder Terrestre porém, se vê bloqueado em pontos nevrálgicos, já que os mais importantes estreitos, autênticas "portas marítimas", se encontram com o grupo

* Reclamado pela Espanha, tal como as Malvinas pela Argentina, esse penhasco entre a Europa e a África domina a entrada do Mediterrâneo nas mãos da Inglaterra, que é peça importante da OTAN.

de nações que integra o Bloco Ocidental. Conseqüentemente observa-se que, na geopolítica do confronto, o *Bloco Ocidental forma o apêndice periférico através de autêntica talassocracia em oposição a geocracia soviética.*

E se a Eurásia se encontra defendida por pontos de estrangulamento, impõe-se ao Kremlin a geoestratégia do envolvimento pelo sul através dos mares quentes. Daí a tática do *flechamento de rotas** pregado por Mahan, estrategista dos Estados Unidos, e seguido por Gorshkov, que desde 1956 se tornou o principal arquiteto da nova e afirmativa Marinha Soviética.

Como além do gelo, o outro inimigo do expansionismo marítimo russo são as distâncias, para vencê-las, bem como aos pontos de estrangulamento, vem a Doutrina Gorshkov se valendo dos vasos comunicantes geográficos interoceânicos formados pela Passagem do Cabo (Atlântico-Índico) e Estreito de Drake (Atlântico-Pacífico).**

Com a Doutrina Gorshkov em vigor, a Rússia passou, dentro da continuidade e estabilidade geoestratégica, a forjar a sua maior fortaleza, buscando seus objetivos e valendo-se sempre dos erros e dissensões entre os Ocidentais. Isto porque na geopolítica do confronto valem dois pesos e duas me-

didas — o sistema democrático descentralizador dos Ocidentais levando desvantagem ante o sistema conservador centralizado manejado pelo Kremlin.

Consequentemente as tendências do balanço militar tendem bem mais para o Pacto de Varsóvia do que para a OTAN. Em face da descentralização de poder, a OTAN procurou sempre compensar a sua inferioridade quantitativa com a superioridade qualitativa, muito embora não tenha conseguido firmar-se de modo decisivo ante o Pacto de Varsóvia, de estrutura militar uniforme com o monopólio da Rússia.

Para Gorshkov a Rússia é uma nação continental cujo destino dependerá do mar. E se a base terrestre foi implantada, compete à geoestratégia naval a iniciativa de um desdobramento avançado.

Estabelecendo comércio com vários países africanos e latino-americanos, a Marinha de Guerra russa age em plena época de paz. É que segundo Gorshkov "o Poder Naval deve ser orientado no sentido de assegurar condições favoráveis para alicercear o comunismo". Em face da geopolítica do confronto "os imperialistas estão transformando o oceano mundial numa vasta plataforma de lançamento para mísseis balísticos, submarinos e aviões embarcados apontados para a União Soviética e para os países da Comunidade Socialista, que em comparação com a terrestre eles consideram menos perigosa para seus países".

Para Gorshkov, ao construir um vasto Poder Terrestre, os czares fo-

* Para maiores detalhes vide — "Antártica: suas Implicações" — A Defesa Nacional, nº 702, julho/agosto de 1982.

** Para maiores detalhes vide — "O Cone Sul e a Conjuntura Internacional" — A Defesa Nacional, nº 712 — março/abril de 1984.

ram derrotados pelas Marinhas inglesa-francesa (1853), enquanto os japoneses esmagavam os russos em 1904-05. O czarismo pagou por essa deficiência da qual o comunismo devia se livrar para fazer frente à guerra fria, na intrincada geopolítica do confronto. Para Gorshkov, pois, a doutrina do Poder Terrestre inviolável da Rússia nada mais é do que uma tática dos Ocidentais para afastar o país do Poder Marítimo. País detentor da maior fronteira marítima, Gorshkov aponta-lhe o mar como "destino manifesto".

Quer fazendo singrar seus navios de guerra, sobretudo para "portos amigos" de Cuba, Nicarágua, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, quer através de sua imensa frota pesqueira, quer através dos AGI*, os chamados navios de coleta de inteligência, que da Antártica vasculham o Atlântico de norte a sul, o Kremlin desafia o Ocidente nos mares. Assim, para vencer as distâncias ou pontos de estrangulamento, a principal missão naval soviética vem sendo a deterrência que Gorshkov define como "frotas contra terras".

Embora surgisse debilitada ao final da Segunda Guerra Mundial, a Rússia, com base no seu posicionamento defensivo, saiu fortalecida com a derrota da Alemanha e do Japão; daí haver conseguido amputar o território japonês obtendo a Sakalina e as Kurilas, bem

como tornar-se a detentora dos destinos de seus vizinhos da "Cortina de Ferro" que o nazismo procurara anexar. Consequentemente, a unificação da Alemanha não interessa ao Kremlin; e, na geopolítica do confronto, iria representar-lhe como saldo negativo a independência que os Aliados deram à parte ocidental, transformando-a na República Federal da Alemanha. Assim sendo, como se vê no enunciado do preâmbulo do Pacto de Varsóvia de 14 de maio de 1955, a mobilização do Oriente se impunha por ter sido a Alemanha Ocidental integrada "ao bloco norte-atlântico, o que aumenta o perigo de uma ameaça à segurança nacional dos Estados pacíficos". Para o Kremlin, pois, o ingresso da Alemanha Ocidental na OTAN bem como sua transformação em nação independente era uma grande ameaça ao Poder Terrestre russo-europeu.

Levando-se em conta a tese de Mackinder, embora não tenha a Rússia todo o "Heartland" sob seu domínio em face da exclusão da Alemanha Ocidental, o Kremlin controla boa parte da "Ilha Mundial"; enquanto na geopolítica do confronto o Bloco Ocidental detém o domínio da periferia formada pelo "Crescente Interno Marginal". E nesse contexto, no relacionamento leste-oeste a Europa Ocidental e a China são as extremidades vitais do continente europeu que o Kremlin gostaria de dominar.

Embora desarticulados da OTAN, a China e o Japão, no Extremo Oriente, são os grandes obs-

* A mesma sigla do Ano Geofísico Internacional, que a partir de 1957-58 passou a estudar cientificamente a Antártica, trazendo a Rússia para o Índico e setores meridionais do Atlântico e Pacífico.

táculos do Kremlin no Pacífico, donde a melhor alternativa russa encontrar-se ao sul através do "Crescente Externo Insular". Daí ser fundamental a penetração russa no Oriente Médio, a manutenção da instabilidade no Golfo Pérsico, o status de vulnerabilidade no Mar Vermelho, bem como o forte apoio que o Kremlin vem dando à Síria, Líbia e Argélia. A materialização desse vasto projeto geoestratégico poria em perigo o "soft-underbelly", ou o "ventre macio" da Europa Ocidental. É fato que a penetração russa no Oriente Médio vem se dirigindo a alvos isolados, porém de importância geoestratégica nos flancos de países pró-occidentais.

Enquanto não se materializa esse projeto, a Rússia, através da Doutrina Gorshkov de facilidades navais, impõe a sua Marinha de Guerra no âmbito oceânico com forças aerotransportadas capazes de intervir em áreas longínquas, não contiguas ao território soviético.

Para a manutenção dessa frota, trata a Rússia de obter "glacis defensivos" que permitam o envolvimento pelo sul através do Índico-Atlântico, conquistando as simpatias do Laos e do Camboja, invadindo o Afeganistão, alimentando distúrbios na Etiópia e Iemen do Sul, sustentando a independência fictícia de países africanos como Moçambique, Angola, Benin, Guiné-Bissau, e aguardando os resultados em favor das esquerdas que poderão advir da chamada "volta à democracia" nos países do Cone Sul — Chile, Argentina,

Uruguai e Brasil, onde falta-lhe o arremate para o flechamento de rotas em Drake.

Por sua vez, o Ocidente enfrenta crises em divergências que refletem o declínio do potencial estadunidense na corrida armamentista, enquanto cresce a influência de uma Europa Ocidental e Japão já refeitos da crise bélica. Contribuem ainda para a vulnerabilidade do Ocidente as vacilações crônicas dos Estados Unidos tão afeitas ao seu regime democrático, enquanto a Rússia prima por manter uma política externa coerente e segura.

A Rússia, por sua vez, procura também tirar proveito das divergências entre os Estados Unidos e seus aliados, induzindo os grupos de esquerda desses países a uma "ofensiva de paz". Em nome da democracia e dos direitos humanos vão se sucedendo no Ocidente os movimentos pela desmilitarização e desnuclearização; contrastando com o Bloco Comunista que em nome da unidade que faz a força e dos deveres humanos, apoia o Kremlin que mantém seu crescimento do Poder Militar equivalente ou talvez superior ao estadunidense, bem como a sua avassaladora vantagem nuclear estratégica.

A disciplina no Pacto de Varsóvia contrasta com a displicência na OTAN, onde a Espanha e a Grécia sempre claudicaram, a França e a Inglaterra desejaram se impor, muito embora reduzindo, ao lado da Bélgica e da Holanda suas contribuições à Aliança Atlântica, apoiadas pela Alemanha Ocidental que manteve os gastos com a defesa em apenas 3%. O perigo

russo é para os Ocidentais em geral, mas praticamente só os Estados Unidos arcaram com o ônus, contribuindo com 6% de seu Produto Bruto.

Tal fato demonstra claramente a tendência dos Ocidentais a *delegar aos Estados Unidos a mundialização de seus problemas*, enquanto acreditam que para a sorte da Europa, os russos não estão interessados numa ação militar a curto prazo, nesta área do continente.

Baseam-se esses europeus na *teoria da política defensiva soviética*, visto que o Kremlin se vem comprometendo a não ser um agressor, orientando suas forças a se defenderem no caso de um ataque. Não nos devemos porém esquecer de que a *Doutrina Militar Soviética* se mostra bem influenciada pela invasão alemã na Segunda Guerra Mundial — ou seja, *assumir a ofensiva se for iminente um conflito militar*. Assim agiu a Rússia na Hungria, na Tchecoslováquia e Afeganistão, mas manteve-se na defensiva ante a questão polonesa. Defensiva que isolou "a doença polonesa" através de um "cordão sanitário" estendido do Báltico ao Mar Vermelho, onde os líderes comunistas aplicaram velhas normas e impuseram novas restrições para anular qualquer indício do tipo de descontentamento que levou Varsóvia ao reconhecimento, sem precedentes, de um movimento sindical independente.

Nesse contexto ainda, não nos devemos esquecer de que, a 6 de agosto de 1934, falando a um jornal londrino, o "Daily Mail", Hitler reafirmava o seu desejo de

paz: — "Uma guerra só poderá causar a ruina total da humanidade. A menos que a Inglaterra nos ataque, jamais entraremos em conflito, nem às margens do Reno, nem em qualquer outro ponto da Europa".

O Kremlin, é fato, não aceita aventuras; como jogador de xadrez e não de pôquer sua tática é a de impedir que o adversário recorra primeiro à força, enquanto são utilizadas contra ele todas as armas da "coexistência pacífica" ou da "guerra fria".

Várias razões levam o Kremlin a esse *tempero na geopolítica do confronto*. Sabe-se muito bem que apesar dos pesares os Estados Unidos também não estão jogando para perder, muito embora saibam que as Forças Terrestres soviéticas, o dobro das tropas do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais estadunidenses, estão instaladas em áreas geoestratégicas da União Soviética. Mas sabe também o Pentágono que o Kremlin precisa de reformas e soluções alternativas que exigem muita imaginação para a descentralização e delegação de responsabilidades. Neste caso, situa-se o "affaire Afeganistão", para o qual o Kremlin ainda não encontrou a solução para se desembalar do problema e sair com a cabeça erguida. Afé se depara sobretudo, com o *problema do crescimento de grupos étnicos nas suas Forças Armadas*: ao terminar a Segunda Guerra Mundial, 4,7% dos soldados eram não eslavos, oriundos, em sua maioria das Repúblicas Soviéticas Centrais do Usbequistão, Tadziquistão e Kazaque-

tão; atualmente esse percentual é calculado em 20%.

No entanto, é fato notório que a Rússia tende sempre, diante das dificuldades, a adotar a política do "esperar para ver" e se "moderar para compor", já que o poder não cabe aos 16 milhões de membros do Partido Comunista, mas à sua Cúpula apoiada em determinados grupos ou "clientela". Essa Cúpula é formada por homens da mesma geração com experiência política semelhante. Já os Estados Unidos, longe de serem uma democracia racial à semelhança da Rússia, pretende ser, em contraste com sua rival, uma democracia política; assim, a sua Cúpula é formada por um Congresso heterogêneo que nem sempre age de conformidade com uma sã e segura política exterior.

E assim a geopolítica do confronto se vem caracterizando não por um terceiro conflito bélico mundial, mas por guerras que se espalham pelos quatro continentes. Consequentemente, dos 164 países do mundo, 45 estão envolvidos em conflitos, guerras reais ou latentes assim dispostos segundo o Centro de Informações de Defesa dos Estados Unidos (1983):

— *Guerras Convencionais e Conflitos de Fronteira:* China X Vietnã, Coréia do Norte X Coréia do Sul, Irã X Iraque, Iemen do Norte X Iemen do Sul, Somália X Etiópia.

— *Conflitos e Guerrilhas:* Nova Guiné, Timor-Leste, Indonésia, Malásia, Brunei, Filipinas, Singapura, Bornéu, Cambodja, Tailândia, Laos, Birmânia, Butan, Índia, Síria, Líbano, Israel, Turquia, Paquistão, Afeganistão, Irã, Iraque, Etiópia, Tchad, Uganda, Angola, Moçambique, Zimbábue, Malawi, Namíbia, África do Sul, Marrocos, Sahara (Espanhol), Espanha, Itália, Malta, Irlanda do Norte, Argentina, Peru, Colômbia, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala.

— *Conflitos Potenciais:* Formosa, Bangladesh, Arábia Saudita, Katar, Oman, Bahrein, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Egito, Jordânia, Sudão, República Centro-Africana, Zâmbia, Zaire, Quênia, Líbia, Lesoto, Argélia, Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Libéria, República Voltagrada, Ghana, Nigéria, Polônia, Iugoslávia, Albânia, Córsega, Chipre, Chile, Bolívia, Equador, Venezuela, Malvinas, Guiana, Suriname, Porto Rico, Cuba, México.

Tomada essa classificação, observamos que em face do conflito leste-oeste inexiste o diálogo norte-sul. O mundo está em guerra, sem haver guerra mundial; enquanto na geopolítica do confronto as super-potências procuram resguardar-se belicamente no norte, é no sul que se encontra aceso o rastilho da pólvora.

Por outro lado, sem definir o que vem a ser agressão, a ONU se limita a determinar como conceito de guerra apenas o conflito armado de tropas regulares de Estados Soberanos. Consequentemente, as guerrilhas organizadas no estrangeiro não se constituem em agressão; daí a proliferação das

mesmas, via de regra fomentadas por Moscou.

Embora a Carta da ONU vele a ingerência nos assuntos internos dos países-membros, admite a intervenção militar num Estado desde que solicitada por seu governo legal; aí se encontra, pois, a legalidade das intervenções — da Rússia no Afeganistão e dos Estados Unidos no Líbano.

Conseqüentemente, além de ser um instrumento duvidoso de segurança coletiva, a ONU não tem a qualificação da Santa Aliança ou mesmo do Sistema de Alianças que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. É que no passado predominava a homogeneidade entre as nações que se pactuavam, contrastando de maneira sintomática com alianças no sentido exato da palavra, da qual participam micro-organismos políticos que se dizem nações ou de países que nem ao menos são nações. Na ONU em vez da qualidade predomina a quantidade.

Deve pertencer ao mesmo Terceiro Mundo uma República Federativa do Brasil com 8.511.000 km² e população de 120 milhões de habitantes ao lado de um Reino de Tonga com 748 km² e 100 mil habitantes? Devem ter o mesmo direito de voto na ONU, quando este mesmo Organismo mantém para poucos privilegiados o poder do voto? Em face, pois, do conflito leste-oeste inexiste o diálogo norte-sul. E assim atingimos a década dos 80 com uma geopolítica de confronto caracterizada pela difusão e proliferação do poder mundial além do eixo leste-oeste tam-

bém se transferiu para o norte-sul. Eixo norte-sul bem mais complicado que o leste-oeste pela heterogeneidade das nações.

No entanto, é válido afirmar a existência de um eixo norte-sul senão tão homogêneo, pelo menos muita mais coerente em sua origem cultural e civilização ocidental. Esse eixo é justamente formado pela América, Ilha-Continente cercada pelos dois maiores oceanos — o Atlântico e o Pacífico. Daí Haushoffer haver argumentado que numa geopolítica do confronto a uma Ilha-Mundial unida (Eurasiáfrica) só uma Pan-América poderia vir a contrabalançar.

Reforça a tese de Spykman ao afirmar que o equilíbrio só pode ser completamente definido levando-se em conta a integração relativa das áreas. E neste contexto, sabe-se que o continente americano possui de norte a sul maior quantidade de matérias primas e equipamento industrial do que qualquer área do mundo de extensão comparável. Isto confere ao continente uma base sólida para invejável poder político-econômico e em seu bojo, o poder militar.

Por outro lado o conceito de unidade hemisférica é bem mais notório na América do que na Eurasiáfrica. Mas a verdade é que os Estados Unidos ante a geopolítica do confronto, com a mundialização de seus problemas, ainda não atentaram para esse fato de suma importância. Ante a geopolítica do confronto uma geopolítica de integração poderá levar a América a transformar a atual configuração do mundo.

BIBLIOGRAFIA

- Dr. Donald Chipman — O Almirante Gorshkov e a Marinha Soviética — Air University Review — Verão de 1983 — Edição Brasileira.
- Sun Tzu — *The War of War* — traduzido para o inglês por Samuel B. Griffith — Oxford University Press — N. York, 1963.
- Kenneth N. Waltz — *Theory of International Politics* — Addison Wesley — N. York, 1979.
- S.G. Gorshkov — *The Sea Power of the State* — Annapolis — Maryland, 1979.
- Nicholas John Spykman — *America's Strategy in World Politics* — Harcourt Brace — Nova York, 1942.
- J. Oxford Frankel — *International Relations in a Changing World* — Oxford University Press — 1979.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



YOM KIPPUR: A GUERRA REGIONAL NA ERA ATÔMICA

Flávio Acauan Souto

INTRODUÇÃO

O feriado religioso do "Yom Kippur" — o dia do perdão — praticamente acarreta a paralisação completa de Israel. O movimento nas cidades e nas estradas é interrompido, as atividades normais são suspensas e o povo judeu se recolhe em oração. As quatorze horas do dia 6 de outubro de 1973 — O Yom Kippur — os ataques coordenados dos exércitos egípcio e sírio surpreenderam Israel com suas reservas desmobilizadas e suas forças com efetivos de paz.

A guerra irrompida naquele sábado não pode ser encarada como um simples confronto regional, limitado no tempo e no espaço. Ela foi mais um episódio do crônico conflito árabe-israelense cujo início se confunde com a criação do moderno Estado de Israel e que tem suas motivações entranhadas na própria alma dos povos árabes.

Por outro lado, a importância estratégica do Oriente Médio — fronteira onde se chocam os interesses internacionais — a faz extrapolar, de muito, o teatro de operações compreendido entre o Canal de Suez e as colinas de Golan.

O ensaio pretende oferecer, sob este dúblice enfoque, uma sumária abordagem dos antecedentes e do desenrolar do confronto, com ênfase nos aspectos políticos e militares. Muito embora as conclusões representem a opinião pessoal do autor, o trabalho se baseou, em essência, na detalhada narrativa de Chaim Herzog em seu livro "A Guerra do Yom Kippur".

ANTECEDENTES

A grande transformação — Este último confronto começou a delinear-se no dia imediato à completa derrota dos países árabes em 1967, na "Guerra dos Seis Dias". Naque-

la ocasião, a firme liderança de Gamal Abdel Nasser transmudou a humilhação da derrota em verdadeira obsessão pelo desagravo do orgulho islâmico ferido. Anwar Sadat, que o sucedeu na presidência do Egito, conseguiu preencher a lacuna deixada por seu antecessor; a preparação para a guerra continuou sendo a atividade fundamental do povo egípcio e a vitória sobre Israel a sua maior emulação.

No período que medeou as duas guerras processou-se uma completa transformação das forças egípcias. O reaparelhamento, proporcionado de forma ampla e generosa pela União Soviética, foi acompanhado de profunda reestruturação profissional, psicológica e moral. Elevou-se o nível intelectual dos quadros, enquanto as doutrinas e técnicas do inimigo comprovadamente eficientes eram estudadas e assimiladas em seus mínimos detalhes.

Com o propósito de testar e enfraquecer as defesas israelenses, e visando ao adestramento e ao preparo psicológico das forças egípcias, Nasser desencadeou a chamada "guerra de atrito", caracterizada por freqüentes incursões e pesados bombardeios, em recíprocas tentativas de desgaste. O cessar-fogo, em agosto de 1970, foi aproveitado pelos egípcios para cerrar à frente seu eficiente sistema de mísseis, de modo a ampliar a cobertura anti-aérea a leste do canal.

Com Sadat, a preparação prosseguiu com igual intensidade. A articulação dos meios e a travessia

foram exaustivamente ensaiadas, a ponto de inculcar em cada soldado os reflexos das ações a serem empreendidas no dia da invasão. No âmbito da tropa, estabeleceu-se um clima de ansiedade que tornava irreversível a invasão.

Concomitantemente, a União Soviética desembarcava na Síria enormes quantidades dos mais sofisticados armamentos, especialmente blindados, aviões e modernos mísseis anti-carro e anti-aéreos.

O notável progresso das forças árabes não foi capaz, entretanto, de diminuir o respeito que haviam adquiridos pela formidável máquina de guerra de Israel, o que levou seus chefes a preferir uma estratégia prudente e pragmática. Os objetivos políticos e militares passaram a ser realisticamente limitados: conquistar ainda que fosse uma pequena faixa dos territórios ocupados, para posteriormente, em uma vantajosa guerra de desgaste, estender as ações até as antigas fronteiras. O realismo desta concepção era sintetizado por Sadat: "Dez centímetros a leste do canal são suficientes" (3:2).

Confiança x prudência — A grande deficiência estratégica de Israel sempre fora a completa falta de profundidade nas três frentes hostis, com os egípcios na fronteira seca do Sinai, os sírios montados em Golan com total domínio sobre as cidades do norte e os jordanianos a um passo de cortar o país ao meio. Os territórios incorporados na Guerra dos Seis Dias modificaram decisivamente o quadro. A situação no norte se inverteu: os

israelenses passaram a dominar amplamente a planície síria. Ao leste, uma ofensiva partida da Jordânia teria de vencer duas notáveis barreiras naturais: o corte do Rio Jordão e a verdadeira muralha das elevações da Samaria e do Deserto da Judéia. Na frente egípcia, o Canal de Suez e o árido e acidentado Deserto do Sinai estavam interpostos. A antecipação das ações deixou de ter, assim, o caráter vital do período anterior (Figura 1). Por outro lado, a vitória de 1967 incutira no ânimo judeu enorme confiança na indiscutível superioridade operativa de suas forças.

Estas circunstâncias favoreceram uma nova concepção estratégica, que admitia uma postura inicial defensiva, mais simpática à opinião internacional — Israel não ignorava o alto preço político de sua imagem de agressor e da manutenção dos territórios ocupados. A presteza das informações estratégicas, o arrasador poder aéreo e a comprovada eficiência operativa das forças blindadas israelenses, rapidamente mobilizáveis, constituíam garantia de uma pronta reação.

Alguns fatos posteriores vieram reforçar o otimismo israelense, entre eles o desmantelamento do levante palestino na Jordânia, em 1970, que praticamente pacificou a conturbada frente leste, e a morte do Presidente Nasser, no mesmo ano, considerada um verdadeiro desastre para a unidade árabe.

Com o correr dos anos, se foi instaurando em Israel uma certa descrença quanto à probabilidade de uma nova invasão árabe. O per-

manente estado de prontidão do país já não era tão rígido. No Sinai, optou-se por uma defesa mais em profundidade, aliviando a ocupação da faixa mais avançada da "Linha Barlev" — um poderoso complexo defensivo com vários escalões, característico da nova atitude assumida. A "Linha Púrpura", sólido conjunto de fortificações e obstáculos ao longo da nova fronteira norte, teve também reduzidos os efetivos de suas guarnições de defesa. Esboçava-se o cenário para o êxito inicial da invasão árabe.

AS OPERAÇÕES

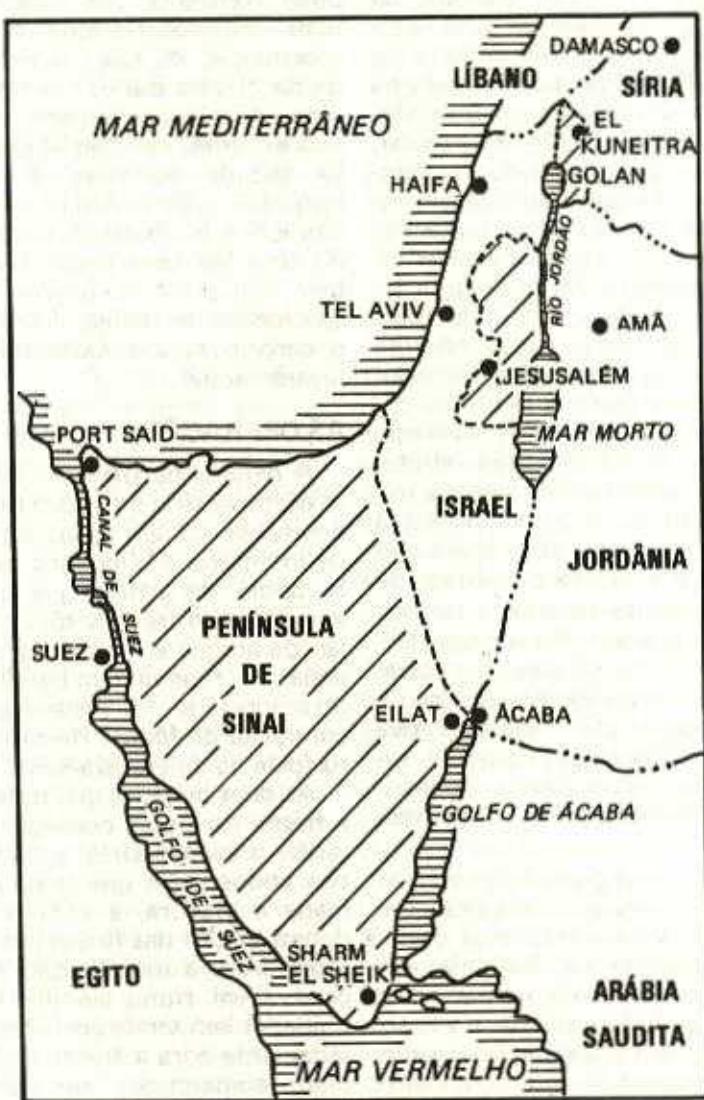
A batalha de Golan — A potente ofensiva síria na frente norte foi desencadeada em vagas sucessivas de infantaria e blindados, sob forte apoio de artilharia e aviação, empregando três divisões no escalação de ataque e duas divisões blindadas em reserva. Um batalhão helitransportado foi encarregado da conquista do Monte Hermon, ponto forte na defesa israelense.

As duas brigadas que defendiam a frente do Golan conseguiram retardar o avanço sírio, após dramática epopeia em que ficou confirmada a bravura, a eficiência e a determinação das forças judias. Na retaguarda, a mobilização se processava em ritmo alucinante e as unidades iam sendo enviadas apressadamente para a frente e de imediato empregadas em combate. Em razão do maior risco que representava, a frente norte recebeu prioridade de meios.

Com a contínua chegada dos reforços, a ofensiva síria foi detida.

FIGURA 1

SITUAÇÃO ESTRATÉGICA



Ocupado por Israel em 1967

Fonte: ECUME

No dia 10, a Linha Púrpura era retomada em violenta contra-ofensiva, que se estendeu pelo território sírio a dentro, deixando em sua esteira uma inacreditável quantidade de blindados, canhões e todo o tipo de armamento moderno, de origem soviética. Igual sorte tiveram os reforços da Jordânia, do Iraque e do Marrocos.

O que restou do exército sírio, que alguns dias atrás chegara a surpreender pela disciplina e pelo adestramento, passou a preocupar-se com a defesa de Damasco. No dia 22 de outubro, a Síria aceitava o cessar-fogo imposto pela ONU (Figura 2).

A leste e a oeste do canal — Após maciça preparação de artilharia, as forças egípcias transpuseram o Canal de Suez, em toda a frente de contacto, com seus 2º e 3º Exércitos, num total de nove divisões, sendo duas blindadas e duas mecanizadas. Dois mil pára-quedistas foram lançados na retaguarda das linhas israelenses, para bloquear a chegada de reforços. Em curto espaço de tempo as duas primeiras linhas da defesa Bar-Lev eram submetidas e a engenharia egípcia pôde construir as pontes sobre as quais, seis horas após o início da operação, as brigadas de segundo escalão transpunham o canal.

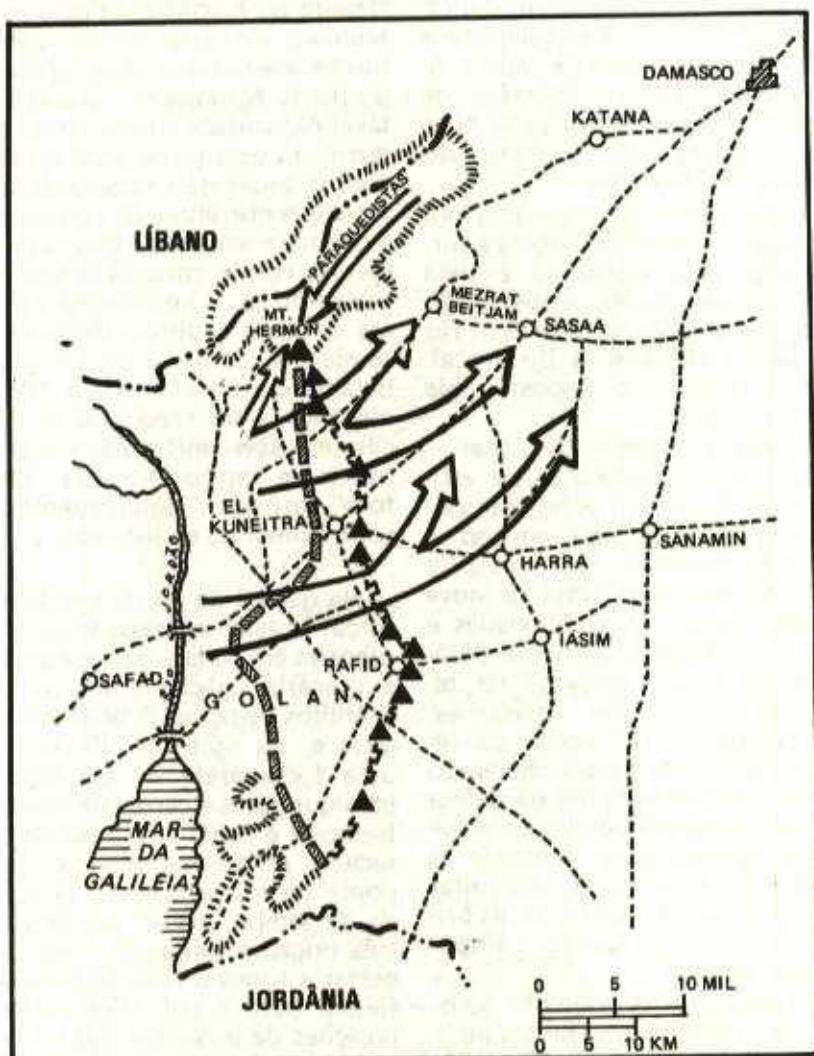
Em dois dias de violento combate, os egípcios conquistavam a terceira linha de defesa, dez quilômetros à frente, e estabeleciam duas cabeças de ponte, ao norte e ao sul dos Lagos Amargos, respectivamente com os 2º e 3º Exércitos.

A falha dos serviços de informações de Israel em detectar a tempo a invasão resultou no desastroso retardado da mobilização e do aprestamento de suas forças, efetivamente alertadas apenas na manhã do dia 6. No entanto, graças à notável capacidade israelense de conduzir um esforço de guerra, os primeiros sinais de recuperação já se faziam sentir antes de completada a primeira semana de combate. No dia 10, com a chegada dos primeiros reforços, a penetração egípcia era detida e as forças de Israel assumiam o controle do campo de batalha do Sinai. No dia 13, começaram a ser recebidas as maciças remessas norte-americanas de carros de combate, aviões "Phantom", mísseis e equipamentos de contra-medidas eletrônicas.

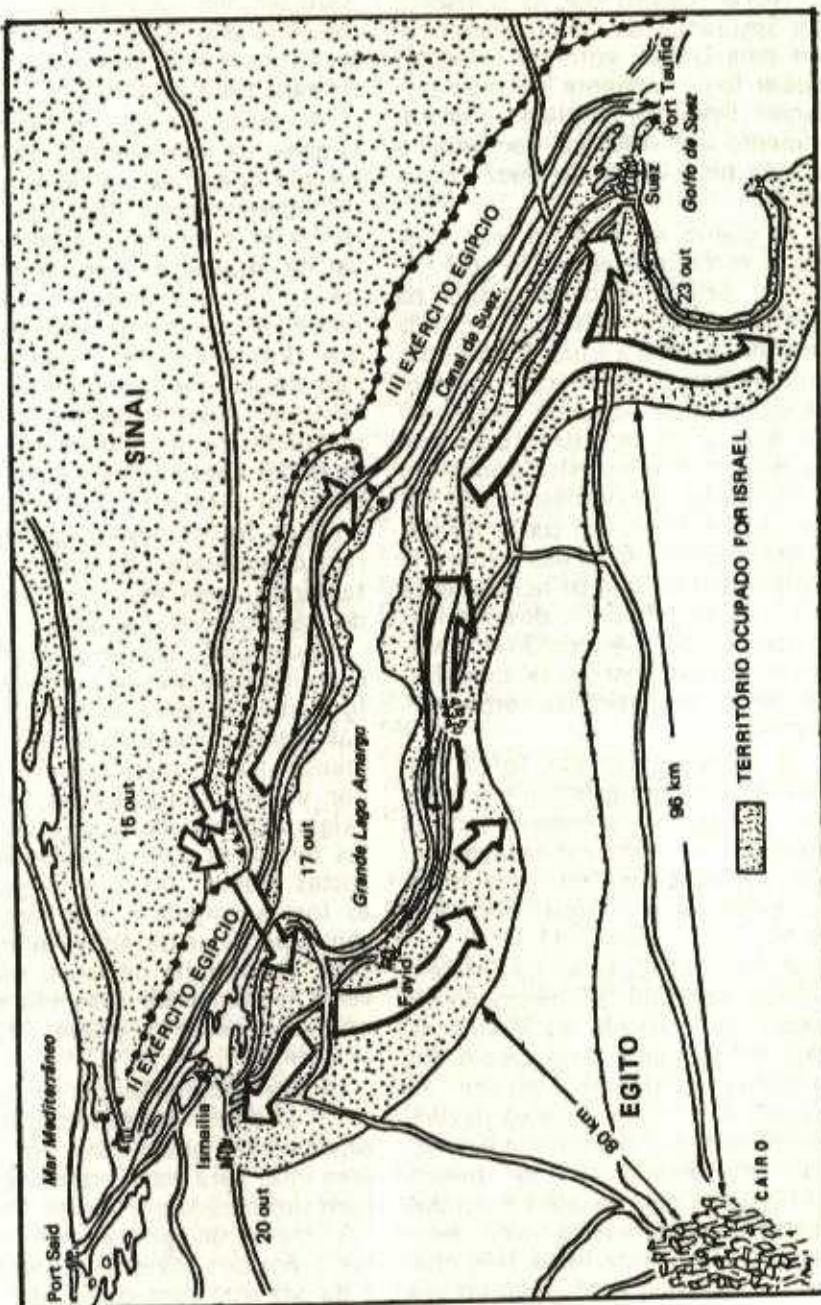
Na manhã de 14 de outubro, as forças israelenses passam à contra-ofensiva em toda a frente e cortam a precária ligação entre os dois exércitos egípcios. A brecha é alargada e, na noite de 15 para 16, uma força-tarefa de batalhão de pára-quedistas e carros de combate transpõe o canal em botes de borracha e estabelece uma cabeça de ponte na margem oeste. Sem perda de tempo, por ali são lançadas três brigadas blindadas, que, após cortar a rodovia Ismailia-Cairo, infletem para o sul, destruindo as posições de mísseis e tudo o mais que encontram naquele lado do canal. No dia 22, interceptada a outra importante ligação com o Cairo, a força israelense atinge Suez e completa o cerco do 3º Exército egípcio.

FIGURA 2

A BATALHA DE GOLAN



- ▲ PONTO FORTE
- LINHA PÚRPURA
- ===== PENETRAÇÃO SÍRIA
- CONTRA-OFFENSIVA ISRAELENSE



Nesse mesmo dia, o Conselho de Segurança da ONU, pressionado pela URSS, votou o imediato cessar-fogo, somente acatado por Israel depois de ampliado o envolvimento até Adabiya, fechando o acesso pelo Golfo de Suez (Figura 3).

A guerra no ar e no mar — A força aérea israelense não pôde bissar o brilhante desempenho da guerra anterior. Desde o início da invasão, a crítica situação das duas frentes exigiu da aviação um contínuo esforço de apoio aproximado das forças terrestres, com prejuízo das missões estratégicas tão a seu gosto. Os resultados não foram expressivos, em parte devido às grandes extensões das frentes de ataque árabes, mas principalmente em razão da eficiência dos precisos mísseis SAM-6. A aviação dos países árabes concentrou-se, também, no apoio aerotático às forças terrestres.

O desequilíbrio das forças navais era também gritante em favor dos árabes, que somavam setenta unidades de combate contra apenas quatorze lanchas israelenses, equipadas com mísseis "Gabriel", de fabricação própria (1:7).

A Marinha Egípcia fora desenvolvida segundo a conceção de Nasser de controle do Mediterrâneo, influenciada pelo receio das marinhas ocidentais sempre ali presentes. Incluía grandes navios, como contra-torpedeiros e submarinos de grande alcance, pouco apropriados para as ágeis e rápidas operações próximas ao litoral, nem mais em águas interiores. Não obstante, recentemente incorporara

doze lanchas porta-mísseis soviéticas da classe "OSA", semelhantes às outras trinta que equipavam a Armada Síria (4:444).

A inferioridade numérica foi largamente compensada pela eficiência operativa e pelo alto grau de adestramento das tripulações de Israel. O primeiro combate naval de mísseis da história, em Latakia, iniciou a série de ataques israelenses ao litoral mediterrâneo dos dois adversários, quando foram destruídos terminais de combustível, instalações militares e portuárias e grande número de unidades navais inimigas. Igual sucesso foi obtido no Golfo de Suez, onde as forças navais egípcias foram completamente batidas, após tentarem, sem êxito, o bloqueio do tráfego israelense naquela área.

O completo domínio dos mares exercido pela Marinha de Israel foi fundamental para o recebimento das grandes quantidades de suprimento norte-americano enviados por via marítima. Em acréscimo, exigiu o desvio de tropas das frentes terrestres para a proteção das costas árabes. Ao fim da guerra, as forças egípcia e síria lamentavam a perda de dezenove embarcações. A Marinha de Israel não tivera nenhuma de suas eficientes unidades posta a pique (2:366) (Figura 4).

A internacionalização do conflito — O papel das superpotências, obviamente envolvidas em uma área vital para seus interesses, fora bem sintetizado por Moshe Dayan: "A chave da guerra encontra-se nas mãos dos soviéticos, enquanto a da paz está com os Estados Uni-

dos" (2:389). De fato, a União Soviética tirou proveito da derrota de 1967 para viabilizar e incentivar o novo confronto, assim como exigiu o cessar-fogo ao ver frustradas as suas intenções e ameaçados os seus interesses. Os Estados Unidos, por sua vez, procuraram manter-se equidistantes, conduzindo negociações para a restituição dos territórios ocupados, visando à obtenção do equilíbrio da área. Não hesitaram, porém, em definir-se claramente a favor de Israel quando o sucesso inicial da invasão árabe configurava a provável prevalência dos interesses soviéticos.

As potências européias tradicionalmente alinhadas com Israel permaneceram omissas, momente depois que a "guerra do petróleo", desencadeada pelos países árabes após o início das operações, desnudou a vulnerabilidade de suas economias. Os Estados Unidos foram a única potência ocidental pouparada das amargas queixas israelenses no pós-guerra (2:394).

CONCLUSÕES

Aspectos militares — A Guerra do Yom Kippur constituiu uma das mais expressivas páginas da história militar de Israel. Apesar de surpreendidas e duramente abaladas pelas pesadas perdas e pelos duros reveses iniciais, as forças israelenses lograram reverter a situação, aniquilando o exército sírio na frente norte e obtendo, ao sul, uma vantagem estratégica decisiva,

em brilhante e audaciosa manobra de cerco.

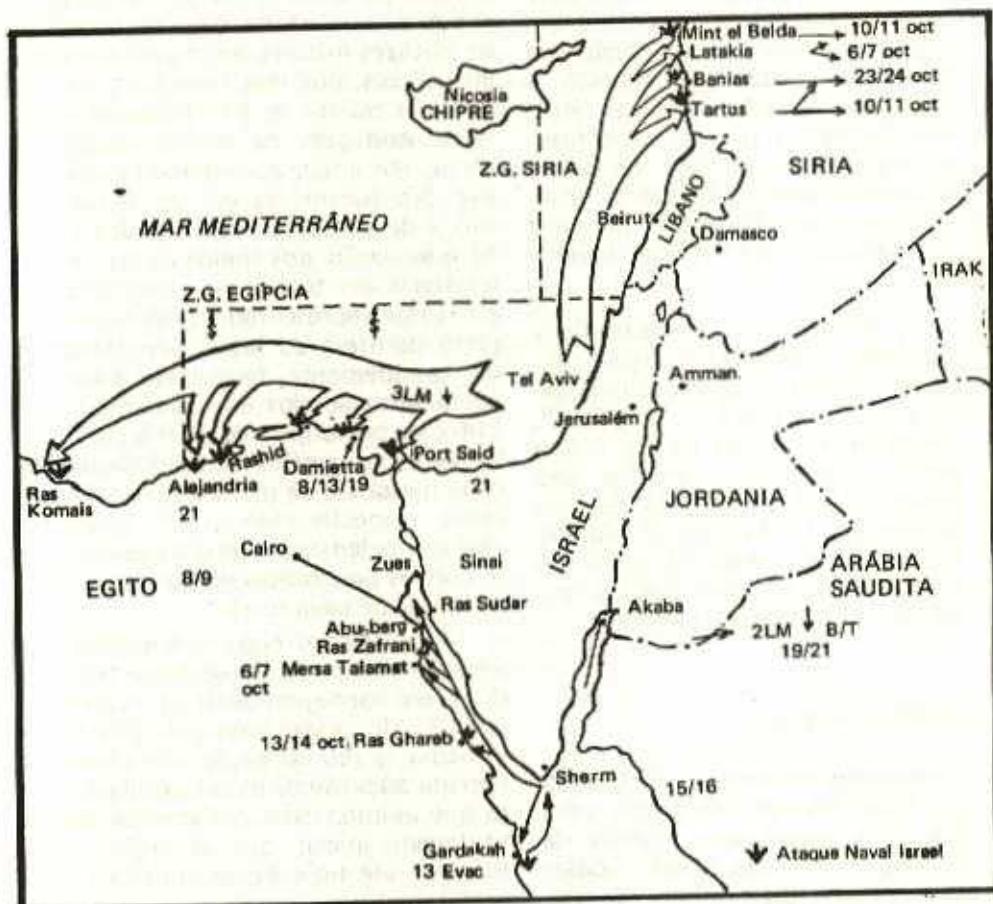
Simultaneamente com os duros combates, desenvolveu-se um amplo teste dos mais sofisticados armamentos e equipamentos bélicos, alguns inéditos à época. Ainda que a maior parte das lições decorrentes já não seja oportuna, cabe destacar os eficazes mísseis, em especial os anti-aéreos, que demonstraram ser possível reduzir-se acentuadamente a vantagem da superioridade aérea, até então considerada decisiva. No tocante às operações navais, é de se ressaltar a importância da adequação dos meios às características do teatro de operações e o valor representado pelo completo domínio do fator tecnológico, grandemente favorecido pela nacionalização dos equipamentos. Entre os princípios de guerra confirmados no conflito, sobressaíram o da massa e o da manobra, explorados respectivamente por egípcios e israelenses de forma coerente com as possibilidades e as características de cada força.

Aspectos políticos — A grande vitória militar não chegou a se traduzir em vantagem política. A imposição do cessar-fogo pela ONU impediu a consumação de uma derrota árabe ainda mais humilhante que as anteriores, preservando a vantagem inicial que o orgulho islâmico até hoje exibe como expressiva vitória.

A aparente indefinição dos resultados da guerra acabou sendo positiva em termos de um futuro de paz no Oriente Médio. Além de configurar a tão almejada "desforra", ela propiciou a posterior re-

FIGURA 4

OPERAÇÕES NAVAIS



Fonte: Revista de Marina - Chile

cuperação do Sinai, obtida nos acordos de Camp David, quando ficou caracterizada a decisão do Egito de negociar em separado com Israel, desistindo de liderar a frustrada e explosiva unidade árabe.

A União Soviética foi, sem dúvida, a grande perdedora. A derrota árabe marcou o início do declínio de sua influência no Oriente Médio e, por extensão, na maioria das áreas africanas. E de recear-se que, fracassadas as dispendiosas tentativas pela via indireta, os soviéticos venham a evoluir para o emprego da estratégia direta na área, em seguimento ao que vem ocorrendo no Afeganistão, peça inicial do mesmo conjunto geopolítico. Quanto aos Estados Unidos, ficou provado que dispõem de um braço de ação indireta bem mais confiável na região. Tudo indica que tenham fortalecido sua posição, não só evitando que prevalescesssem os interesses soviéticos, como proporcionando, através da habilidade diplomática do Secretário de Estado Kissinger, a posterior estabilização do conflito e o realinhamento do Egito no bloco ocidental.

Mais uma vez ficou demonstrado que a dimensão do caráter regional dos conflitos está na razão inversa da amplitude dos interesses internacionais em jogo. Em realidade, foram duas as guerras do Yom Kippur: a de árabes e israelenses em disputa de territórios e a do Leste contra o Oeste pelo controle de importante área estratégica. A primeira, como se viu, não era a mais importante.

A nova arma — Embora a crise mundial do petróleo envolva aspectos bem mais abrangentes, foi a Guerra do Yom Kippur que precipitou, mostrando aos árabes que eles tinham nas mãos uma arma muito mais poderosa do que os sofisticados engenhos russos, que aliás nunca lhes foram de grande proveito.

Os efeitos dessa nova arma foram fundamentalmente econômicos, mas seus desdobramentos políticos e, mesmo, militares ficaram evidentes. O poder político dos países produtores assumiu proporções inéditas e a causa árabe recebeu fervorosas adesões nunca imaginadas. Paradoxalmente, porém, os resultados inicialmente pretendidos — pressão contrária a Israel e fortalecimento da unidade árabe — não se concretizaram. A questão sionista foi relegada a um plano secundário, enquanto Israel assiste prazerosamente à crescente fragmentação do mundo islâmico, decorrente do surgimento de expressivos núcleos de poder que não tardam a atritar-se mutuamente.

Decorrida mais de uma década da Guerra do Yom Kippur, embora não se tenha desatado o “nó górdio” da questão — o problema palestino — e o Oriente Médio se encontre ainda mais convulsionado, tudo indica que o conflito árabe-israelense, pelo menos em futuro próximo, deverá permanecer em compasso de espera.

BIBLIOGRAFIA

1. CANELLAS, Sérgio Rodrigues et alii. *Os poderes marítimo e naval nas guerras limítrofes*.

- tadas. Rio de Janeiro, EGN, 1984. Trabalho em grupo III-S-2.
2. HERZOG, Chaim. *A guerra do Yom Kippur*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.
 3. REZENDE, Ney Riopardense. A guerra do Yom Kippur. In: Evolução da Arte na Guerra e do Pensamento Militar. Rio de Janeiro, ECEME, 1984. An. D. Doc. 1-A.
 4. ROMERO, Jaime Urdandarin. Guerra árabe-israeli año 1973: operaciones navales. *Revista de Marinha*, Valparaíso, 100(755): 439-48, jul./ago. 1983.
 5. SILVA, Nelson Vitorino da. *A conjuntura do Oriente Médio*. Rio de Janeiro, EGN, 1981. Monografia.



O Cel de Cavalaria QEMA Flávio Acauan Souto, natural do Rio Grande do Sul, pertence à turma de formação de 1958. Foi instrutor nas três escolas – AMAN, EsAO e ECEME – e integrou a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai. Até janeiro do corrente ano, exerceu o comando do 2º R C Mec – Regimento João Manuel – em São Borja, RS. Atualmente é aluno do Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro.



O COMBATE DE VENDA GRANDE EM 1842

Celso Maria de Mello Pupo

Cessado o período regencial e declarada a maioria de nosso imperador Dom Pedro II, por iniciativa dos liberais apoiados pelo povo e forças do exército, foi o imperador coroado a 18 de julho de 1841. Era vitória liberal que iniciava o segundo reinado com "estrondosa popularidade" e júbilo geral no país inteiro. Generalizada uma opinião política em favor do restabelecimento de um Conselho de Estado, extinto em 1834, sua forma, entretanto, era motivo de divergência política, agravada por demais atitudes dos conservadores no poder, levando os liberais à revolta de 1842.

Conspirou-se, estabeleceu-se o plano de revolução que eclodiria

na capital da província e outras cidades do interior, o que se fez, não nos moldes estabelecidos, mas fracionadamente, falhando na capital onde já havia a formação de grupos de ação com armamento distribuído. Sorocaba, cidades próximas, Campinas e outros centros municipais marcharam para a revolução.

Em Campinas como os revolucionários não compunham a maioria da Câmara Municipal, concentraram suas tropas em área rural, com sede no sobrado desabitado do engenho da Lagoa, bairro de Venda Grande, sendo aí atacados por tropa imperial enviada por Caxias a Campinas, sob o comando do coronel José Vicente de Amorim Bezerra.

Nesta cidade já se achava uma tropa mercenária organizada e mantida pelo chefe conservador de Moji-Mirim, João José Vieira Ramalho, que também participou do ataque à concentração dos revolucionários, aos 7 de junho de 1842, desbaratados estes com poucas mortes e prisões, recolhidos os feridos ao sobrado do engenho onde, durante a noite, vitimou-se uma chacina.

MISTÉRIO A DESVENDAR

Vimos agora movidos por uma imposição de justiça, no sentido de desvendar o mistério do massacre de Venda Grande, relativamente ao fato do século passado que tanto emocionou a gente de Campinas.¹

A permanência do mistério perpetuou injustiça de suspeição a órgãos que têm direito à pesquisa esclarecedora e à eliminação de qualquer dúvida sobre seu passado. Isto, mesmo depois de nossa publicação anterior, não foi eliminado de nossos cuidados, de nossas pesquisas, buscando o justo agora com oportunidade de divulgação.

As afirmativas reticentes do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt e de Zaluar, e o queixume de Ana Gabriela, podem hoje ser esclarecidos levantando-se "a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena" causadora de profunda e duradoura mágoa como, ainda nas primeiras décadas do século vinte, pudemos sentir. Discorremos sobre este único encontro

cruento na província de São Paulo transcrevendo:

"*As legendas desse dia funesto correm no entanto na boca do povo com toda a mágoa de uma tradição fraticida. Não serei eu quem levante a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena*" (Zaluar)².

"*Prenderam-no e no ato propósitamente feriram-no levando-o para a casa antiga da fazenda que era sobrado. Ai atiraram-no na cama e na mesma noite os soldados assassinaram-no a sangue frio*" (Dr. Daunt)³.

"*Morreram na ação Joaquim Camarada e Pedro Aleixo; ficaram baleados muitos que morreram assassinados depois da ação, Comandante Boaventura e mais pessoas*" (Ana Gabriela)⁴.

O combate se iniciou com a presença da cavalaria imperial "no alto do pasto", Fazenda Chapadão, recebida com tiros da artilharia dos revolucionários. Se tivesse havido revide da cavalaria (que não houve) contra os disparos da arcaica artilharia revolucionária, nada haveria de crítica, assim como não se pode estranhar a reação dos revolucionários ao serem atacados pela retaguarda, pela infantaria, esta com armas de maior alcance contra as armas de caça dos liberais; os fatos posteriores relatados pelos cronistas da época é que exigem uma revisão.

O relato do Dr. Ricardo é posterior a 1845, quando ele aportou a Campinas. Em 1846 Dom Pedro II visitou esta cidade e condecorou muitos liberais e, apenas, um conservador, não podendo haver qual-

quer temor em se dizer a verdade. Zaluar só veio para o Brasil em 1849 e passou pela nossa província em 1860-61, quando nada o impedia de denunciar a tropa responsável; mas se limitou a dizer: "não serei eu quem levante a cortina", quando poderia e deveria relatar a verdade.

Os contemporâneos de 42 eternizaram o mistério, hoje injustificável, mas, então, fundamentado pelo profundo e unânime pendor religioso da população. O século dezenove se classifica pela convicção religiosa dominadora de todas as consciências, com seus princípios sólidos e com suas credêncies e exageros naturais da enraizada fé religiosa.

Gozavam os sacerdotes de uma aura de respeito que chegava ao rigor de se encobrirem faltas nunca referidas no temor de atingir o que neles havia de sagrado. Os desmandos de alguns não tisnavam sua reputação e eram resguardados por uma discrição temerosa que não ousava transpor os limites de restrita intimidade, conservando mistérios não desvendados até hoje, como resultou para a moderna discussão sobre a paternidade de Feijó.

HISTORIADORES DO EVENTO

Sem pretender atingir a totalidade, vamos recordar nomes que se dedicaram à história de Venda Grande inserida, muitas vezes, em relatos de ampla exposição sobre o movimento liberal de 1842. E podemos indicar o que tivemos em

mãos, quase todos em arquivo particular:

I — Em "Almanaque de Campinas para 1871" organizado e publicado por José Maria Lisboa, Francisco Quirino dos Santos historiou a pré-revolução e a revolução em resumida e interessante exposição, quando ainda viviam partícipes do movimento.

II — Amador Bueno Machado Florence, filho de Hércules Florence que o acompanhou em 1842 viajando de Campinas para Itu e foi testemunha ocular de fatos da revolução liberal, escreveu, de sua lembrança, esses fatos, publicando-os em artigos seguidos, de 7 de junho a 15 de julho de 1882. Tais artigos contam valiosos detalhes da revolução, e têm servido para fonte de muitos trabalhos e até para serem transcritos por inescrupulosos que os copiam sem referência ao original de onde tiraram; mas o confronto das publicações revela claramente o plágio.

III — João Batista de Moraes, em 1907, escreveu e apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, memória sob o título de "Revolução de 1842", na qual fez um estudo da vida política do Brasil, desde 1831 até o final da revolução, com a correspondência trocada entre muitos próceres.

IV — Leopoldo Amaral, em 1927, pelas colunas de "A Gazeta de Campinas" do dia sete de junho, em alentado artigo, relembra particularidades de Venda Grande, úteis e orientadoras para quem deseja se inteirar desta revolução.

V – A 27/1/1925, o "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro publicou noticiário com reprodução de correspondência sobre o aniversário da decisão do Senado isentando de culpa os senadores Diogo Antônio Feijó, Nicolau de Campos Vergueiro e Francisco de Paula Sousa.

VI – Heitor Muniz tratando de "A Revolução Liberal Mineira de 1842" faz um histórico útil da pré-revolução.

VII – O mesmo faz "O Estado de Minas" de 20/8/1929, com o inteiro teor da representação da Assembléia Provincial de São Paulo, ao Imperador, "pedindo a sussegação das Leis das Reformas do Código e do Conselho d'Estado, e a demissão do Ministério".

VIII – "O Estado de São Paulo" de 27/2/1930, em correspondência de Itapetininga, relata os ocorridos na cidade.

IX – Felix Guisard Filho, o historiador do Vale, em "A Razão" de 12/7/1931, trata de desfazer o que intitula "Quem Conta um Conto".

X – Pode-se relembrar um historiador de pulso, E. Vilhena de Moraes que, pelas colunas de "A Razão" de 12/9/1931 e número seguinte, retorna ao "Quem Conta um Conto".

XI – Abundante correspondência de Caxias ao presidente da Província de São Paulo, trazem os Anais do Museu Paulista, tomo quinto, de 1931.

XII – Felix Guisard Filho, ainda em "A Razão" de 12 e 13 de dezembro de 1931, tratou de "Taubaté e a Revolução de 1842".

XIII – Devemos ao campinense Omar Simões Magro que pelo "Diário Popular" de 16/5/1932 historiou Venda Grande sob o título "Os Apuros de Um Chimango" com referência ao revolucionário que se ocultou em um valo passando a prisioneiro de uma cascavel.

XIV – Documentação provinda dos arquivos do 1º Barão de Jundiaí, referente ao movimento de 1842, foi incluída no volume XXXI (1933-1934) da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

XV – Do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Martins de Andrade é autor de trabalho sobre "A Revolução de 1842", tratando do movimento em São Paulo, Curitiba e Campinas.

XVI – Aluísio de Almeida em 1944, na coleção "Documentos Brasileiros", teve seu trabalho publicado "A Revolução Liberal de 1842".

Tivemos ainda em mãos o segundo volume do processo criminal procedido pela autoridade civil da província, com depoimentos e testemunhos em várias cidades do interior onde agiram os revolucionários, e do qual copiamos declarações testemunhais de elementos de Campinas. Outros trabalhos terão sido publicados em nosso país, porém até hoje não se desvendou o mistério do massacre do engenho da Lagoa transformado em bairro da Venda Grande, o que vamos tentar.

AS TROPAS ATACANTES

Deste ressentimento da população de Campinas e dos relatos de

escritores acima citados e que não quiserem levantar o véu do mistério que vem atravessando os séculos mas, que facilmente pode ser considerado como excesso de uma tropa sem culpa, que se busque a verdade a fim de que não se consolide alguma injustiça; assim, mesmo tarde, que "se levante o véu" de verdade.

Justo é que se inicie julgando a atuação militar, a partir do comandante em chefe das forças, preferencialmente chamadas pacificadoras. Significativamente o guerreiro Caxias teve a alcunha de pacificador; e esta alcunha mais se justifica em pesquisas que se faça na história do movimento armado de 1842.

Caxias não quis atacar os revolucionários em Pinheiros; preferiu a inércia, sua e do inimigo, precursora do desânimo de revoltosos. Enviou o Coronel Bezerra com tropas para evitar a tomada de Campinas pelos revolucionários que para tanto se preparavam, que acumulavam forças sem esconder o próprio objetivo militar. Estrategicamente agiu a tropa imperial chegando a Campinas e desenvolvendo seu ataque já no dia seguinte, quando tudo levava a crer que se demorasse no desfecho deste ataque. O imediatismo da ação, para o comando Bezerra, justificava-se por surpreender os liberais, como realmente surpreenderam, tão displicentes que se achavam afastados do seu quartel general, pescando ou ocupados em folganças, o que permitiu um encontro sangrento com pequeno número de revoltosos, encontro

desastroso para estes, não só pelas baixas causadas, mas, principalmente, pelo desânimo produzido em toda a falange liberal da província.

Sabidamente pacifista a conduita de Caxias, nunca poderia ele autorizar a seus comandados a execução de um massacre de prisioneiros de guerra, como se realizou em Venda Grande. Mas se procurarmos algum outro motor para o massacre, o primeiro passo seria pesquisar sobre a composição das forças atacantes.

Os imperiais se compunham de cavalaria e infantaria para combater artilharia e infantaria. O comando Bezerra tinha, é evidente, perfeitas informações sobre o inimigo e, assim, iniciou o ataque com a cavalaria transpondo a fazenda Chapadão pela "velha estrada da Limeira". Melhor diremos que iniciou uma provocação, pois, apenas se fizeram ver produzindo a reação dos revolucionários com disparos de dois pequenos canhões já arcaicos e não mais em uso por forças regulares que dispunham de material moderno, quando já não mais se utilizavam de canhões de projétil esférico não explosivo, como tinham os liberais.

Despertados os cuidados dos liberais para o possível ataque vindo do Chapadão e colocando-se em posição para esta defesa, surgiu então a infantaria imperial pela retaguarda percorrendo a nova estrada — Campinas-Piracicaba — (atual Campinas-Barão Geraldo) a surpreender pela segunda vez os revoltosos levando-os ao desânimo e à derrota breve com o seu arma-

mento de armas de caça contra fuzis de maior alcance de infantaria imperial⁵.

Terminado o combate, reunida a tropa, após as chamadas, verificações, descansos, etc., a tropa imperial "pondô pela frente os prisioneiros, rompia a marcha em direção a Campinas, onde chegou pelas onze horas da noite"; diz Omar Simões Magro⁶. De Venda Grande à cidade, levaria uma tropa em marcha normal, com prisioneiros, pelos seus oito quilômetros da estrada primitiva e irregular, o mínimo de tempo oitenta minutos, devendo, portanto, ter deixado a Venda Grande depois das vinte e uma horas, o que a exclui da acusação do massacre.

Colaborando com a tropa imperial, participou do combate a tropa irregular de mercenários organizada e sustentada por Monsenhor João José Vieira Ramalho, como relata Lauro Monteiro de Carvalho e Silva a fls. 29 do seu "Mojim-Mirim (subsídios para a sua história)":

"Mons. João Vieira Ramalho, português, veio moço para o Brasil. É um dos vultos mais importantes na história da Província de São Paulo na primeira metade do século XIX. Foi um dos fundadores de São João da Boa Vista, de onde veio para Moji-Mirim, onde fixou residência. Foi deputado provincial em quatro legislaturas. Em 1842, fervoroso legalista, organizou e manteve numeroso contingente de milicianos, impedindo que a revolta se alastrasse pelos municípios de Oeste. Comandante militar de Moji-Mirim em 1842,

para combater a revolução chefiada por Rafael Tobias de Aguiar. Eleito deputado geral nas 8.^a e 9.^a legislaturas (1850-1856) e escolhido senador do Império (1853). Faleceu em 26 de junho de 1853, como monsenhor honorário da Capela Imperial e comendador da Ordem do Cruzeiro e da de Cristo".

A TROPA MERCENÁRIA

Não podemos responsabilizar diretamente pelo massacre, o Monsenhor Ramalho; mas responde ele por omissão trazendo e aqui deixando tropa de façanudos desordeiros comandada por irresponsável. Seus asseclas, desde que chegaram a Campinas, permitiram a Florence informar em seu artigo de 8/6/1882: "A força paisana atinge a mil homens depois que chegou o padre João Ramalho com seu avultado contingente de sequazes meio fanáticos das bandas de S. João do Jaguarí, os quais prometem fazer e acontecer, que há de ser um dia de juízo". E disse mais: "senão fosse a vinda de força de linha, ao mando do Coronel Bezerra, com o que já tudo mudou em organização e disciplina".

Sendo a força de Bezerra o fator de organização e disciplina, infelizes foram os prisioneiros feridos liberais, acomodados no sobrado do engenho que, retirada a tropa imperial, ficaram à mercê dos fanáticos do padre Ramalho, evidentemente os algozes dos prisioneiros feridos. É ainda Florence (publicação de 14/06/1882) quem relata a maldade contra Antônio Joaquim Viana, seriamente ferido

em combate e tomado como morto, mas salvo pelo seu amigo Antônio Roxo-Forte que o trouxe para a cidade a procura de socorro médico. Ao chegarem à cidade, não faltou o fanático que sabendo da presença de Viana ferido, que com as mãos comprimia as feridas para conter o sangue, atingiu-o covardemente com novos balões desejando matá-lo. E na mesma publicação conta Florence o caso de assassinato de "uma criança inerme" servindo na venda grande, "que, apesar de implorar piedade, fora varada pela bala da infame arma".

Então, o pânico foi trazido a Campinas pelos fanáticos mercenários do Padre Ramalho, e a ordem, a disciplina estabelecida pela tropa imperial sob o comando do tenente-coronel Bezerra. Terminado o combate de Venda Grande, retirou-se a tropa imperial para a cidade com os prisioneiros, cabendo aos assalariados cuidar dos feridos, não podendo fazer supor ao comando militar, tanta covardia de uma tropa apresentada como de voluntários paulistas, expressão esta usada em comentários.

Conservou-se a tropa imperial com o seu comandante José Vicente de Amorim Bezerra, em Campinas, até 18 de junho, quando ainda subscrevia ofício datado nesta cidade.⁷ As tropas de Campinas entraram em Sorocaba, como conta Amador Florence, a 21, com o coronel Quirino à frente de força local de Campinas. Em 20 já ali havia chegado o Barão de Caxias, à frente de sua tropa, e a 23, da mesma cidade, escrevia ao presidente da Província: "O Juiz de

Direito desta Comarca, já entrou em exercício, e amanhã pretende fazer um passeio Militar pelas vilas de Paraíba e Porto Feliz, e pela cidade de Itu, para fazer empossar as autoridades civis de tais lugares e depois voltarei a essa Capital para colher notícias sobre as Vilas do Norte, e saber quais as operações que virão praticar em relação à Província de Minas Gerais".⁸ Mais este documento atesta que em Campinas não esteve Caxias, como temos opinado.⁹

O CAPITÃO BOAVENTURA

Tornou-se figura principal pela sua bravura na defesa das hostes liberais da Venda Grande, o capitão Boaventura do Amaral Camargo. Havia ele nascido em Itu onde foi batizado, em 1789. Participou das guerras do Sul, estando ali já em 1812. Falecendo seu pai, e feito o inventário dos bens deixados, nas declarações prestadas no processo está Boaventura citado como "solteiro, com 27 anos, soldado pago destacado no sul", com os nomes de "Tenente Boaventura Soares de Camargo", "Boaventura de Camargo e Amaral, estante na Capitania de São Pedro do Sul, estando de partida para o Rio de Janeiro" (isto em abril de 1818), e "Boaventura do Amaral Camargo Alferes da Legião de São Pedro que se acha no Sul", "que na ocasião de sua marcha levou um escravo de seu pai". Em 1842 estava residindo em Capivari ou Itu, e desta cidade partiu, em 2 de junho, comandando uma força de cavalaria

de 60 homens com destino à Venda Grande, em Campinas, aqui falecendo na noite do combate. Deixou quatro filhos, Francisco Boaventura do Amaral, Cândido do Amaral, Filadelfo do Amaral e Boaventura Anselmo do Amaral.¹⁰

Omar Simões Magro, discorrendo sobre oficiais que participaram da Venda Grande, cita "militar distinto": Boaventura do Amaral, um veterano. Tendo partido para o Sul com a legião de São Paulo, acompanhara-a em suas glorioas marchas até que em Montevideo, foi a infantaria de que fazia parte, transformada no 7º batalhão de Caçadores. Com este regressou a São Paulo em 1829, e nele se conservou com o posto de tenente. Aí o foi buscar o brigadeiro Tobias para comandar, comissionado em capitão, o Corpo Municipal de Permanentes — origem da atual Força Pública — e nesse cargo permaneceu desde 30 de novembro de 1832 até 5 de julho de 1834. Voltando à sua unidade, obteve reforma, ainda como capitão, passando então a residir em Campinas".¹¹ Discordamos desta última afirmativa de ter o capitão Boaventura residido em Campinas, já que a documentação que conhecemos não nos autoriza a concordar com o ilustre historiador.

O MOVIMENTO EM SÃO PAULO

A qualquer observador não escapa a estranha omissão da capital da Província no movimento revolucionário de 1842, quando nesta cidade havia maior concen-

tração de liberais, combativos e exaltados como os pronunciamentos veementes na Assembléia Legislativa.

Não poderiam os revoltosos ignorar que as revoluções fracassam quando deixam o governo central que almejam derrubar, com os seus movimentos normais e sua força moral de investidura em posições de mando. E a revolução de 1842 explodiu em Sorocaba, em outras cidades do interior da Província, permitindo estabilidade e ação do governo que desejavam derrubar, contrariando o pensamento do mentor deste movimento que ele reputava "perdido desde que não realizou na capital da Província".¹²

Rafael Tobias acusou os liberais da cidade de São Paulo, de defecção, o que não foi, como podia parecer, uma simples justificativa para seu fracasso, mas uma realidade que se comprova. Os correlegionários da capital estavam integrados e comprometidos nos projetos e preparativos da revolta¹³ como afirma Francisco de Assis Vieira Bueno: "Seguiu-se logo a rebelião de 1842, que infalivelmente me teria colhido em sua rede, se tivesse rompido na Capital, pois eu me achava filiado a um dos clubes revolucionários chamados — os patriarcas invisíveis, sendo chefe do meu o Dr. Antônio Manuel de Campos Melo; e também já tinha em meu poder um clavinote, que recebi quando se fez a distribuição de armamento".¹⁴

Indica este liberal que até armamento já se tinha distribuído na Capital entre os seus correlegioná-

rios, devendo o movimento se ter iniciado na cidade de São Paulo. A eclosão em Sorocaba, teria contado com a manifestação dos elementos da Capital, e se fez na certeza desta ação e de novas adesões de outras cidades da Província e da Comarca de Curitiba, com população na sua maioria liberal, apoiando a revolução, mas cuja elite de autoridades, aspirando a transformação da Comarca em Província, ficou "arquietada ante a promessa governamental", mantendo-se "neutra ao movimento".¹⁵

A marcha das tropas do Coronel Galvão, de Sorocaba para a Capital; a incumbência a Francisco de Castro de ocupar a freguesia do Ó e o reforço que iria de Campinas sob o comando dos irmãos capitão Francisco e Luciano Teixeira Nogueira, e do tenente Antônio Rodrigues de Almeida;¹⁶ a inatividade da primeira e não execução das outras, indicam alterações dos planos, evidenciando que estes movimentos se fariam como reforço ao levante na Capital que se não realizou.

Revela-se nestas circunstâncias, o sacrifício do coronel Galvão, subordinando-se a um juízo que o apontaria como comandante inepto ou medroso, por não ordenar um ataque para o qual as suas tropas teriam vindo de Sorocaba. Evitou um sacrifício inútil de seus comandados que formavam uma tropa de reforço e consolidação, o que não era estranho a Rafael Tobias, pois este, em carta, recomendava a Antônio Teixeira que se conservasse na defensiva.¹⁷

Francisco Galvão de Barros

França, era "um bravo soldado das guerras do Sul, onde terçara armas em companhia de outros liberais, envolvidos nos acontecimentos, como os tenentes-coronéis Bento José de Moraes e Joaquim José de Sant'Ana, o capitão Boaventura do Amaral Camargo e o alferes Francisco Teixeira Nogueira. Todos haviam pertencido à famosa Legião de São Paulo que tanto se distinguiu de 1811 a 1820, e todos se acham citados nas ordens do dia dos ilustres chefes daquelas memoráveis campanhas: Alegrete, Curado, Oliveira Alvares".¹⁸

A notícia da derrota dos liberais de Venda Grande, chegou a São Paulo no dia 11, o que se confirma por carta do Barão de Cáxias a Antônio de Queirós Teles, escrita em 10, com determinações próprias de quem dela não tinha conhecimento: "Constando-me pelo Capitão Pupo,¹⁹ que nesta vila existem cerca de trinta cavalos da Nação e algumas praças da Guarda Nacional da Cavalaria, determino em consequência que V.Sa. monte tais Guardas Nacionais, que deverão servir para explorarem os arredores da Vila e entrarem em operações caso seja mister".²⁰

O INQUÉRITO

Presos e levados para o Rio os revolucionários oficiais reformados do Exército, iniciou-se em São Paulo, na chefatura de Polícia, o inquérito policial-militar presidido pelo chefe de Polícia, José Augusto Gomes de Meneses, que percorreu as cidades sublevadas, tomando para escrivães do processo

elementos locais onde havia inquições. Esteve em Porto Feliz a 15/10/1842, de onde foram considerados cabeças do movimento, com prisão decretada, José Rodrigues Leite, Dr. João Viegas Jort Muniz, Luís Antônio da Fonseca e Reverendo José de Almeida Campos. A 17/10, em Itú, com prisão decretada de Tristão de Abreu Rangel, Manuel Martins de Melo, capitão João Floriano Ortiz e Cândido José da Mota. Em Capivari, a 20/10, responsabilizado o cabeça capitão José Correia Leite. Na Constituição (Piracicaba) em 22/10, apurando a ação do responsável Vigário Manuel José de França. Em Limeira a 24/10 com prisão do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Em Moji-Mirim a 26/10, apurada a culpa dos cabeças capitão Joaquim Floriano de Araújo e capitão Francisco José da Silva. E, finalmente, em Campinas a 31/10, de cujo processo consta:

"Tendo no termo desta cidade aparecido reuniões de gente armada no sítio do finado Teodoro, junto à Venda Grande, e se praticado outros atos a prol da rebelião de Sorocaba, que se procurou aqui propagar, o Escrivão que serve perante o Sr. Delegado de Polícia notifique de três a cinco testemunhas para deporem a respeito de Antônio Manuel Teixeira e outros comprometidos, para amanhã às 11 horas da manhã na casa de minha residência. Cidade de Campinas 30 de outubro de 1842", (a) José Augusto Gomes de Meneses, chefe de Polícia.

*Certifico que notifiquei em próprias pessoas as testemunhas Cândido Gonçalves Gomide, José Teodoro de Barros Cruz, e por carta ao Capitão Joaquim da Silva Leme, e não notifiquei mais testemunhas por se acharem ausentes, Geraldo Rodrigues Pires, José Vaz da Cruz, José Manuel de Castro, João Pinto Barreto e Antônio da Cunha, tudo para o que acima declarado na Portaria supra. O referido é verdade e dou fé do que assino. Campinas 31 de outubro de 1842".
(a) Joaquim Roberto Alves.*

Cândido Gonçalves Gomide, casado, natural da cidade de Marina, Província de Minas Gerais, morador desta cidade de Campinas onde vive do seu emprego de Cirurgia, da idade que disse ter cinqüenta e um para cinqüenta e dois anos".

Ao 1º

"Diz que sabe por ser público e geral, mesmo pelo que mesmo anteriormente se dizia, que fora o Coronel Rafael Tobias proclamado Presidente da Província na cidade de Sorocaba no dia dezesseste de Maio, e que já no dia cinco de Maio tal era o estado de agitação no povo e tão conhecidos os preparativos que se julgou necessário um destacamento de trinta homens reforçados quase todas as noites por Guardas Nacionais e mais moradores da cidade; e pela mesma razão sabe e por ter visto peças e ofícios por ele assinados, que ele aceitaria o emprego e o exercera e que tem também ouvido dizer que dito Tenente-Coronel digo dito Coronel Tobias, fora

constrangido a dar esse passo por Tristão, Lacerda e outros".

Ao 2º

"Disse que parece ter havido algum concerto entre Tristão de Abreu Rangel e algum outro, com Antônio Manuel Teixeira, Reginaldo Antônio de Moraes Sales, Francisco Teixeira Nogueira, Luciano Teixeira Nogueira e Ângelo Custódio²¹; e que dito Tristão consta ter vindo a esta cidade por vezes, tendo em uma delas ele testemunha, o visto e é público que com os referidos tratava; que a respeito de quem dera por si só conselho para a rebelião, nada sabe, antes supõe que fosse concerto comum entre muitos; que é público que nesta cidade nas proximidades do rompimento de Sorocaba, se reuniam algumas noites em casa de Antônio Manuel Teixeira e também em casa de Reginaldo Antônio de Moraes Sales, determinadas pessoas em clubes, aonde e também se vinha reunir Antônio Alves de Almeida Lima, da Limeira, e que geralmente se diz que nestes clubes se tratavam do rompimento nesta cidade, o que parece ser confirmado pelo que posteriormente se passou.

Ao 3º

Disse que a Câmara desta cidade não reconheceu o Governo intruso de Sorocaba, bem que nela algum fermento parece existir e que não se desenvolveu por falta de ocasião, não só porque desde onze de Maio não se reuniu mais, como também porque a rebelião nunca se desen-

volveu dentro da mesma cidade pela energia e resistência que mostraram seus habitantes.

Ao 4º

Disse que supõe serem os principais motores da rebelião neste termo, Antônio Manuel Teixeira, Reginaldo Antônio de Moraes Sales, Francisco Teixeira Nogueira, Alferes das extintas Milícias, Luciano Teixeira Nogueira, Ângelo Custódio e outros que com eles cooperaram e trabalharam no mesmo sentido. Que quanto a Antônio Manuel Teixeira sabe por haver a portaria, digo sabe por ter visto a Portaria do Governo intruso, que fora ele nomeado Comandante Militar neste termo, que em consequência dessa nomeação reunira gente com que se pusera em observação nesta cidade, trazendo duas peças de artilharia que em seu Engenho tinha, que com essa gente se colocara no sítio do finado Teodoro junto da Venda Grande, na estrada para esta cidade, digo para Piracicaba e Limeira que segue desta cidade, onde reunindo outros contingentes dispunha-se a vir tomar esta cidade por ordem do Governo intruso, quando foi batida pela força do Governo Imperial, no dia sete de Junho. Quanto a Reginaldo Antônio de Moraes Sales, sabe que muito influiu reunindo seus partidários deste termo e gente da Limeira e São João e que correu que ele se entendia com o Senador Vergueiro e com o Padre França, vigário de Piracicaba e que consta que ele comandava a força que do Salto de Itú seguira para a Venda Grande e largando aí essa força

voltara a Piracicaba a reunir mais, segundo se colige duma carta dele a Antônio Manuel Teixeira, e é voz pública. Quanto a Francisco Teixeira Nogueira, sabe por ser voz pública que reunira gente no Capivari de Cima²¹ e com ela marchara para a Venda Grande e aí a comandava, assim como se achou no ataque feito pelas forças Imperiais. Quanto a Luciano Teixeira Nogueira, sabe por ser público e notório que reunira gente em sua casa, tanto isso é verdade que mandando o Coronel Chefe da Legião a sua casa chamá-lo pelo Sargento José Manuel fora esse pelo dito Luciano mandado prender como recruta e remetido logo para Sorocaba. Quanto a Ângelo Custódio, sabe que na sua casa iam poupar todos os comprometidos que iam e vinham nesta direção e consta que além de se prestar com agasalho e serviços particulares, também oferecera um filho para as forças da Venda Grande e dera mantimentos assim como que reunira gente. Que além destes o Capitão Francisco José da Silva, instrutor da Guarda Nacional de Moji-Mirim e desta cidade, andou com toda essa gente, e consta ter ensinado manejo em diversos lugares e na Venda Grande e foi também instrutor, assistiu ao ataque e até foi ferido. Que lhe dissera José Ferraz, da Limeira, que o Senador Vergueiro recebera próprios do Barão do Pontal, de Minas e que supunha que traziam cartas que tratavam do plano da revolução, e que ele testemunha viu uma Portaria do Governo intruso, a Antônio José da Silva, declarando-lhe que

quando na Coletoria não houvesse dinheiro necessário para as despesas, o houvesse do Senador Vergueiro.

Ao 5º

Disse que quanto à força reunida só houve neste termo a da Venda Grande onde se fundiram diversas reuniões e que daí não saiu porém que indivíduos consta que muitos acudiram a Sorocaba e outros pontos, que a força da Venda Grande se achava armada com duas peças de Antônio Manuel Teixeira, e de clavinas, pistolas e lanças, e que Luís Batista dos Santos, vindo a esta cidade dera notícia que de Sorocaba se enviara para aqui duzentas armas que consta foram recebidas por Francisco Teixeira Nogueira e que se não sabe que tais armas foram ou não distribuídas.

Ao 6º

Disse que se referia ao que já dissera em outros artigos.

Ao 7º

Disse que sabe que os rebeldes não gastaram aqui dinheiro da Nação ou Públicos a prol da revolução, mas que corre que Antônio Manuel Teixeira recebera quantias de diversas pessoas para as mandar dar em Santos e que essas ordens não foram cumpridas e que hoje se desconfia que fosse o meio que, digo meio de que lançou mão para haver dinheiro para a revolução e ao mesmo tempo de libertar (?) os amigos da ordem. Declarou aqui a testemunha que quando havia dito

sobre os artigos era quanto nesta ocorriam se lembrava e que por ter estado no meio da agitação e presenciado os fatos e em muitas pessoas de algumas se pode ter esquecido e que quando se lembre de fatos maiores, em ocasião oportuna a declarará. Quanto aos costumes disse não era Parente amigo nem inimigo aliás inimigo das pessoas mencionadas e que sim ser desafeiçado a algumas delas por motivos políticos e particulares. E lido o depoimento por estar conforme o que depoz assina-se com o Juiz. Neste notifiquei a testemunha para não mudar de residência sem participar ao mesmo Juiz. Eu Joaquim Roberto Alves Escrivão o escrevi". (a) G. Meneses. (a) Cândido Gonçalves Gomide.

TESTEMUNHA SEGUNDA

"O Tenente José Teodoro de Barros Cruz, solteiro, natural de Moji-Mirim e morador desta cidade onde vive de seu negócio de fazendas, de idade que disse ter trinta e três anos. Testemunha Jurada aos Santos Avengelhos Sob cargo do qual prometeu dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse.

Ao 1º

Disse que sabia que por ser público e notório, que o Coronel Rafael Tobias fora em dias de Maio, proclamado Presidente da Província na cidade de Sorocaba, e pela mesma razão e por ter visto cópias da Proclamação e sabido quanto mais se passou na Província, sabe

que ele aceitou esse emprego e o exercera.

Ao 2º

Disse que sobre plant digo sobre planos e concertos nada sabia de ciência certa, porém que supunha que os havia, porque antes do rompimento de Sorocaba já se pressentia na Povoação alguma agitação, faziam-se certas reuniões noturnas mais freqüentes em certas casas onde concorriam pessoas hoje comprometidas, assim como outros preparativos que faziam suspeitar e que supõe que nesta Cidade o maior instigador e conselheiro da rebelião era Reginaldo Antônio de Moraes Sales que na casa dele testemunha em sua presença e na de Manuel Cardoso de Almeida e Silva disse que o negócio devia dar em alguma coisa, e que a não ser assim não contasse com ele.

Ao 3º

Disse que nem a Câmara nem o povo reconheceu neste termo o Governo rebelde e só sim os comprometidos que se achavam na Venda Grande.

Ao 4º

Disse que supõe serem principais propugnadores da Rebelião nesta cidade e seu termo, Antônio Manuel Teixeira e o mesmo Reginaldo Antônio de Moraes Sales, Ângelo Custódio Teixeira Nogueira, Luciano Lec digo Luciano Teixeira Nogueira, o Alferes Francisco Teixeira Nogueira e outros que os coadjuvaram e cooperaram tam-

bém a favor da Rebelião. Que quanto a Antônio Manuel Teixeira era em sua casa que antes mesmo da revolução se faziam os clubes noturnos, e que fora ele que mandara buscar de sua fazenda duas peças de artilharia que ele tinha com que pretendia assaltar a esta cidade; que fora nomeado Comandante Militar pelo Governo intrujo, e em observância de suas ordens fizera reunir gente, e se colocara no ponto do sítio do finado Teodoro, junto à Venda Grande, donde se dispunha tomar a esta cidade. Que quanto a Reginaldo Antônio de Moraes Sales, declarou a testemunha que quanto às reuniões em casa de Antônio Manuel Teixeira, sabia de ver por ser vizinho. Que quanto a Reginaldo sabia de ouvido que também reunira por vezes gente em sua casa para tratar dos planos da Rebelião, e que ele ouvira o que já declarou no artigo segundo, que depois de ter aparecido o rompimento de Sorocaba ausentara-se desta cidade e consta a ele testemunha que seguiria para Limeira e Piracicaba, e que por aí andara reunindo gente, que sabe que Reginaldo se correspondia com algumas pessoas a respeito de reunião de gente e que virá uma carta dele ao Alferes José Estanislau de Oliveira a este respeito a qual ele respondia na mesma carta que não tinha podido arranjar vinte e oito digo podido arranjar mais de vinte e oito pessoas. Quanto a Luciano Teixeira Nogueira disse que sabia que também era grande influente da rebelião que reunira gente em sua casa, o que sabe de ouvir dizer: assim co-

mo sabia mandando-lhe o Coronel da Legião chamar por ser ele Capitão da Guarda, por um Sargento de nome José Manuel de Castro, ele prendera dito Sargento e o mandara logo para Sorocaba como recruta o que sabe por ter ouvido depois do mesmo Sargento. Quanto a Ângelo Custódio Teixeira Nogueira disse que sabia que também reunira gente em seu sítio, que aí tivera ocultas as duas peças de Antônio Manuel Teixeira até que se reunisse a gente que em sua casa hospedavam a reunisse todos quantos andavam tratando da rebelião. Quanto ao Alferes Francisco Teixeira Nogueira disse que sabia que também reunira gente e trabalhou a favor da reunião de força da Venda Grande onde em cujo ataque se achou, o que sabe por ouvir dizer. Disse também que sabia que o Capitão Francisco José da Silva andara com essa gente e ensinara manejo aos rebeldes.

Ao 5º

Disse que sabia que nenhuma força reunida fora para Sorocaba, mas sim que para lá só foram alguns indivíduos e enquanto a armamento lhe consta que os soldados se achavam na Venda Grande com espingardas fulminantes caçadeiras pela maior parte e com trabucos e com lanças e pelo mesmo modo sabe que tendo o Coronel ou Tenente-Coronel exigido do Capitão Luciano conta do armamento reunião que tinha recebido, este lhe dera conta de parte, faltando algum.

Ao 6º

Disse que além de Antônio Manuel Teixeira ninguém mais foi nomeado Comandante Militar neste termo.

Ao 7º

Disse que nada sabia. Sobre os costumes disse nada. Neste ato notifiquei a testemunha para não mudar de residência sem dar parte a este Juízo. E lido o seu depoimento por estar conforme o que depõe assina com o Juiz. Eu Joaquim Roberto Alves, Escrivão que escrevi". (a) G. de Meneses. (a) José Teodoro de Barros Cruz.

TESTEMUNHA TERCEIRA

"O Capitão Joaquim da Silva Leme, casado, natural e morador do termo desta cidade onde vive de seu Engenho de fabricar açúcar e de sua tropa e de idade que disse ter quarenta e oito anos mais ou menos. Testemunha jurada aos Santos Evangelhos sob cargo do qual prometeu dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse.

Ao 1º

Disse que sabia por ser público e notório que o Coronel Rafael Tobias fora em dias de maio deste ano proclamado Presidente da Província na cidade de Sorocaba e pela mesma razão sabe que ele aceitara e exercera esse emprego.

Ao 2º

Disse que sobre plano ou concerto entre pessoas de outros luga-

res com algumas desta cidade, não sabe e o mesmo quanto a quem aconselhasse sobre a revolução.

Ao 3º

Disse que nem a Câmara nem parte alguma do povo deste termo reconheceu formalmente o Governo de Sorocaba.

Ao 4º

Disse que sabe por ouvir dizer que Antônio Manuel Teixeira aceitara o Comando Militar que lhe fora dado pelo Governo intrujo e que reunira gente e que se pusera a testa dela na Venda Grande e quanto se assistiu ou não ao ataque não sabe, e que consta a ele testemunha que dito Antônio Manuel fora algumas vezes a casa do Senador Diogo Antônio Feijó, o qual lhe dava a direção para a revolução. Que a respeito de Reginaldo Antônio de Moraes Sales nada sabe, só que ele daqui saiu para as partes da Limeira e Piracicaba, e que por lá andou. Que quanto a Luciano Teixeira Nogueira, Ângelo Custódio, Francisco Teixeira Nogueira, alferes das extintas milícias, consta a ele testemunha que todos andaram metidos na rebelião e se acharam no ataque da Venda Grande; que constava a ele testemunha que Antônio Manuel Teixeira tinha emprestado duas peças de artilharia de sua fazenda para a força da Venda Grande, que também consta a ele testemunha que o Capitão Francisco José da Silva andava com todos esses e se achava também no ataque onde fora ferido.

Ao 5º

Disse que as armas de que se serviram na Venda Grande são pela maior parte fulminantes de caça.

a Antônio Manuel Teixeira e Reginaldo Antônio de Moraes Sales. Cidade de Campinas 3 de Novembro de 1842" (a) G. de Meneses.

Ao 6º

Disse que se referia ao que já havia dito.

O ENGENHO DA LAGOA

Ao 7º

Disse nada. Aos costumes disse que não é parente nem inimigo de ninguém, mas antes amigo de alguns; peste ato notifiquei a testemunha para não mudar de residência dentro de um ano sem participar este Juízo. E lido o seu depoimento por achar conforme o que depôs assina-se com o Juiz. Eu Joaquim Roberto Alves escrivão que escrevi" (a) G. de Meneses. (a) Joaquim de S. Lima.

"Certifico que procurando a testemunha referida Manuel Cardoso de Almeida e Silva não achei; consta ter saído fora da cidade. O referido é verdade e dou fé do que assino. Campinas 1º de Novembro de 1842". (a) Joaquim Roberto Alves.

"Aos três dias do mês de Novembro de mil oitocentos e quarenta e dois anos nesta cidade de Campinas e em meu cartório sendo aí, faço estes autos conclusos ao Dr. Chefe de Polícia desta Província José Augusto de Meneses, do que para constar faço este termo. Eu Joaquim Roberto Alves Escrivão que assino". (a) Alves.

"Os documentos que decorrem de fls. 181 a 185, e inquirições, obrigam, desde já, à prisão e livramento, como cabeças da rebelião,

Estiveram os liberais aquartelados no antigo engenho de açúcar denominado Engenho da Lagoa, cujos senhores eram o major Teodoro Ferraz Leite e sua segunda mulher Maria Luísa Teixeira Nogueira de Camargo, ambos falecidos. Um sobrado constituía a sede do engenho com residência da família. Em tempos nos referimos à vida particular dos senhores deste engenho, quando o Departamento de História do Centro de Ciências, Letras e Artes promoveu a ereção do marco comemorativo da Venda Grande²³.

Pelos primeiros lustros do século passado, existia o engenho da lagoa, florescente indústria açucareira. Grande sobradão era sua sede com a fábrica de açúcar; além a casa de purgar onde se clarificava o produto a ser exportado para Santos; alambiques, caldeiras de cobre, tachos e escumadeiras, de pois o moinho e demais montagens, compunham o rico senhorio com as pastarias, muito gado e os quartéis de cana, tudo servido por uma quase centena de escravos, com os animais de sela ajaezados de prata e as bestas arreadas para transporte das cargas e da elegante e encortinada liteira.

Mas lá, o alto do sobrado é que abrigava o lar senhorial de um casal feliz; numerosas janelas iluminavam os salões e câmaras de uma

residência abastada. A jovem senhora, no encanto dos seus verdes anos, de corpo exuberante e rara formosura, a mais bela mulher de Campinas no dizer dos seus contemporâneos, na faina doméstica de mãe estremorosa perpassava e dirigia sua casa; seu vasto salão de jantar era bem paulista, sóbrio e de discreta riqueza; a baixela era de louça inglesa, de jantar e de chá, as salvas e talheres de prata entre os copos e cálices de cristal lapidado; ao centro a mesa com suas cadeiras e escabelos e, de encosto à parede, não só a marquesa ampla e os canapés, como um nobre e alto relógio com suas cadeias e pesos de marcar o tempo de ventura e de abastança; tudo era alegrado com os cilindros musicais de um realejo, o instrumento da época, que sonorizava este aconchego de paz e de encantamento.

O senhor do engenho, sargento-mór de milícia, era de apuramento de hábitos, trajando sua casaca e calções de seda, manteu de renda, espada e faixa militar. No seu nobre solar, nasceram-lhe os filhos, aumentou grandemente sua fortuna, mas viu também o triste dia em que sua bela esposa, ao nascer o nono rebento morria mártir da maternidade. Foi ainda aí que se casaram as filhas do altivo senhor; a menor delas, menina-moça no florescer dos seus catorze anos, casou-se em meio de festas e esplendores, vestida nas suas rendas de imaculado alvor bordadas a fio de ouro, com um jovem bacharel, das arcadas²⁴, futuro juiz e cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi a última festa do grande sobrado.

Depois, os filhos se foram para seus novos lares, e o senhor envelhecido abeirou-se do túmulo: morria em 1837, deixando ermo o engenho de passado glorioso²⁵.

NOTAS

1. Celso Maria de Mello Pupo, "Campinas, seu Berço e Juventude", 133.
2. Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit., 133.
3. Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit., 134.
4. Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit., 134.
5. Amador Florence, "Revolução de 1842" na "Gazeta de Campinas de 10/6/1882".
6. Omar Simões Magro, "Apuros de Um Chimango" no "Diário Popular" de 16/5/1932.
7. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo XXXI, 209 e 301.
8. Anais do Museu Paulista, V, 378.
9. Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit., 131.
10. Tabellonato de Capivari, Inventário iniciado e não concluído de bens deixados pelo Padre Melchior de Pontes do Amaral, irmão de Boaventura do Amaral.
11. Omar Simões Magro, ob. cit.
12. Dizia o Regente Feijó, sobre o movimento revolucionário de 1842, que "ele reputava perdido, desde que não se realizou na capital da província" — Amador Florence, ob. cit., de 13/7/1882.
13. Participavam do mesmo pensamento, "Tobias de Aguiar, Feijó, Vergueiro, Álvares Machado, Floriano de Toledo, Gurgel, Dias de Toledo, Campos Mello, Rodrigues dos Santos e tantos outros paulistas distintos aderiram de todo o coração ao movimento revolucionário que se preparava e nele tomaram a mais ativa parte" — Amador Florence, ob. cit., de 13/7/1882.
14. Francisco de Assis Vieira Bueno, "Minhas Memórias" 4.
15. Martins de Andrade, "A Revolução de 1842", 141.
16. João Batista de Moraes, "Revolução de 1842" na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo XII, 553.
17. Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit., 128.
18. Omar Simões Magro, ob. cit.
19. Ramo de família, de Jundiaí.
20. Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo XXXI, 294.

21. Seu nome era Ângelo Custódio Teixeira Nogueira.
22. Monte-Mór.
23. O Departamento tinha como presidente e Vice, os acadêmicos Luís Filipe da Sil-va Wiedmann e Celso Maria de Melo Pupo.
24. Dr. Francisco de Assis Pupo.
25. Celso Maria de Melo Pupo, no "Diário do Povo" de 30 de agosto de 1956.

O Professor Celso Maria de Melo Pupo é historiador e membro da Academia Campinense de Letras, Campinas, São Paulo.



BNH ANALISA MEDIDAS PARA RECUPERAR SFH

Informe Especial

Em recente palestra realizada na Escola Superior de Propaganda e Marketing, o Diretor do Banco Nacional da Habitação, da área financeira, Antonio Luiz Candal Fonseca, fez um balanço das medidas que o BNH adotou, juntamente com o Governo Federal, para solucionar as dificuldades dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Em seu pronunciamento Candal Fonseca falou desde a criação das opções de pagamento até a instituição do bônus da adução da equivalência salarial pelo Decreto-Lei nº 2.164, além de mencionar proposta do Poder Executivo que consiste em dotar anualmente, durante os próximos 10 anos, com Cr\$ 200 bilhões o orçamento da União, visando beneficiar os adquirentes de moradia própria com renda familiar de até 3 salários mínimos.

Otimista, o Diretor Financeiro do BNH revelou que para 1985 pretende-se ampliar, em termos reais, o volume das aplicações do Banco, prevendo-se uma dotação de recursos superior a Cr\$ 6 trilhões, em valores médios estimados para 1985. Quase ao fim de sua palestra, Candal da Fonseca ressaltou a necessidade do empresariado da construção civil ampliar a eficiência econômica dos seus projetos e ajustar a oferta de imóveis concluídas à realidade do mercado, sem o que o esforço de ampliação dos investimentos propostos pelo BNH poderia ficar comprometido.

CRISE ECONÔMICA E SFH

O impacto negativo sobre o Sistema Financeiro da Habitação pode ser ilustrado considerando-se a evolução do comprometimento da renda familiar dos assalariados de todas as faixas, sobretudo daqueles que ingressaram no Sistema a partir de 1981/1982. Para esses compradores que, ao ingressarem no Sistema, assumiram prestações que comprometiam entre 30% a 40% da sua renda familiar, hoje têm encargos, originados da aquisição da casa própria, que variam entre 35% e 60% da sua renda familiar.

Para as faixas de menor renda, deve-se ressaltar ainda o impacto da inflação sobre os itens essenciais do orçamento doméstico, como a alimentação, o transporte, o vestuário e a higiene. O cálculo do custo desses itens para uma família de 4 pessoas, considerando-se os dispositivos legais pertinentes, indica as crescentes dificuldades deste segmento da população urbana brasileira, o qual corresponde a cerca de 30% do total dos mutuários do SFH.

AS MEDIDAS DO BNH

A atual administração do BNH vem se esforçando, nos limites da sua competência institucional, para a implementação de medidas destinadas à preservação do equilíbrio econômico dos sistemas sob sua gestão, sempre consciente da importância estratégica da construção civil na economia nacional e do papel social do SFH.

Desde o início de sua gestão, a atual diretoria fez aprovar e operacionalizar medidas destinadas a cobrir o hiato entre os custos da produção habitacional e a capacidade de pagamento das famílias que aspiram à casa própria. O primeiro passo foi o estabelecimento de novas opções para o pagamento das prestações da casa própria, atenuando o desconforto econômico de seus compradores. Em sequência, foram instituídas quatro medidas que, embora aplicáveis apenas no período 1984/1985, possibilitaram aos compradores de moradias próprias uma redução efetiva de até 42% no valor de suas prestações iniciais, quando tomadas em conjunto.

A primeira dessas medidas, foi o Sistema Misto de Amortização com Prestações Reais Crescentes (SIMC), que garante uma prestação inicial menor em 15% à da Tabela Price, e com a garantia de que o valor da prestação, em termos reais, ficará inalterado nos primeiros 24 meses. A compensação será feita a partir da vigésima quinta prestação, com um pequeno acréscimo mensal no seu valor.

A segunda medida aprovada, a ampliação em até cinco anos, dos prazos máximos de financiamento, permitiu uma redução adicional de até cinco por cento no valor das prestações iniciais da casa própria.

A terceira medida, estendeu a todos os novos financiamentos os benefícios da Tabela Price, antes limitados a duas mil e setecentas UPC, passando a ter uma redução de doze por cento no valor das

prestações iniciais em relação ao sistema anterior.

Uma quarta medida foi a redução das taxas de juros, em até dois pontos percentuais ao ano, para os financiamentos a serem concedidos no Programa de Cooperativas Habitacionais, ampliou o atendimento do BNH a faixas de menor poder aquisitivo.

Ao mesmo tempo, o Banco abriu aos agentes financeiros a alternativa de estabelecerem condições especiais de amortização aos agentes promotores do Plano Empresário, para empreendimentos já concluídos, com "habite-se", que apresentavam dificuldades de comercialização. Nesses casos, o agente promotor passou a ter possibilidade de amortizar ele mesmo esses imóveis, num período de até sessenta meses. Com isso, criou-se condições para futuras comercializações.

FAHBRE E FUNDHAB

Para garantir a viabilidade das medidas adotadas e para que os problemas estruturais já identificados não ficassem sem solução, além de garantir e preservar a estrutura do sistema e de seus ativos, conseguiu-se a criação do Fundo de Assistência Habitacional (Fundhab) que reuniu os resultados do BNH, recursos de seus Agentes Financeiros e dos vendedores de habitações, buscando garantir a liquidez das futuras diferenças de saldos que não sejam de responsabilidade do comprador da casa própria. Ao mesmo tempo da criação do Fundhab, criou-se também

o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para as Populações de Baixa Renda (Fahbre), que visa complementar os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) no financiamento da casa própria aos mais carentes. Estes são recursos que chegam ao Banco a custos menores do que os de captação.

OUTRAS MEDIDAS

Com a constatação da ampliação do desequilíbrio entre a capacidade de pagamento dos mutuários do SFH e o reajuste legal das prestações, concedeu-se a todos os mutuários do SFH a opção de reajustamento, no período 1984/1985, com base em 80% da variação do maior salário-mínimo, além da possibilidade de mudança dos sistemas de amortização: SAC e SAM para Tabela Price e Tabela Price para SIMC.

Com a manutenção da política salarial e os altos índices inflacionários impedindo a recuperação de níveis satisfatórios de comprometimento da renda familiar na aquisição da casa própria, mesmo com o conjunto de medidas então adotadas, sentia-se a necessidade de adoção de medidas complementares que propiciasse níveis de comprometimento mais adequados à conjuntura, em particular para os mutuários que ingressaram no sistema nos últimos quatro anos, o que se alinhavam como potenciais adquirentes da moradia própria.

A aprovação do Decreto-Lei 2.164, de 19 de setembro de 1984,

e sua regulamentação permitiu ao BNH conceder aos adquirentes da casa própria, no período de outubro de 1984 a setembro de 1985, um incentivo financeiro especial, proporcional ao valor das prestações mensais, mediante a emissão de bônus pelos agentes financeiros, que reduzem as prestações em percentagens que variam de 5% a 35% do seu valor, conforme o seguinte esquema:

1) 25%, em média, do valor das prestações, nos casos de adquirentes com contratos firmados a partir de 1º de janeiro de 1981 até 30 de setembro de 1984, e que não tenham sido beneficiados com reajuste parcial de suas prestações com base em 80% do salário mínimo, e 15%, em média, nos demais casos de adquirentes com contratos firmados naquele período;

2) 10%, em média, do valor das prestações, nos casos de adquirentes com contratos firmados até 31 de dezembro de 1980 e que não tenham sido beneficiados com reajuste parcial de suas prestações com base em 80% do salário-mínimo; e 5% nos demais casos de adquirentes com contratos firmados até aquela data;

3) 15%, em média, nos casos de adquirentes com contratos firmados a partir de 1º de outubro de 1984 ate agosto de 1985, sendo que, neste caso, farão jus ao bônus a partir do mês seguinte ao da assinatura do contrato, até setembro de 1985.

Além do bônus, concedeu-se aos mutuários que não exerceram a opção de reajustamento com base em 80% do salário mínimo para

o período 1984/1985, a possibilidade de ainda se beneficiarem dessa medida até 30 de novembro do corrente, simultaneamente ou não à mudança do sistema de amortização, inclusive com efeito retroativo à data do último reajuste. Isso se dará sem prejuízo do exercício futuro da opção que consideramos essencial para o equilíbrio estrutural do SFH.

OS RESULTADOS

Os resultados positivos das medidas aprovadas no Decreto-lei 2.164 já se fazem refletir no escoamento dos estoques, na redução da inadimplência e no volume de renegociações. Diante da evidente recuperação da economia, manifestadas inclusive pelo desempenho recente favorável do FGTS quando comparado ao último trimestre de 1983, pode-se antecipar uma reversão das expectativas que contribuíram para a inviabilização do SFH. Trata-se da renovação da confiança do setor empresarial na realização de novos investimentos e da disposição efetiva das famílias ingressarem no Sistema Financeiro da Habitação.

Em apoio ao processo de recuperação econômica dos setores produtivos ligados aos sistemas geridos pelo BNH, pretende-se ampliar, em termos reais, o volume de aplicações do Banco em 1985, preventivamente uma dotação de recursos superior a Cr\$ 6 trilhões, em valores médios estimados para 1985. Isso significará um aumento real de cerca de 20% em relação a 1984,

é consequentemente, uma ampliação correspondente do apoio técnico e financeiro do BNH à oferta habitacional dirigida à população com renda inferior a 10 salários mínimos. A esses recursos somam-se os empréstimos a serem concedidos pelo SBPE com base na livre captação de poupanças do público, porém prioritariamente aplicados em habitação para os grupos de renda média e média-baixa, prevê-se um significativo aumento dos níveis de investimento no setor.

Consciente do seu papel de agência de desenvolvimento, o BNH está estudando a produção de indicadores realistas das características da demanda efetiva por novas habitações nos principais centros urbanos do país. Trata-se de um aperfeiçoamento indispensável da base de informações necessárias à racionalização da oferta habitacional tanto de iniciativa pública como privada. Esta medida se enquadra num conjunto de providências do BNH destinadas à ampliação da

eficiência do desenvolvimento urbano nacional, dentro dos limites de suas atribuições legais e estatutárias, entre as quais cabe destacar a racionalização de processos construtivos; a difusão de tecnologias alternativas de baixo custo, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura urbana; e a utilização de programas e projetos integrados de investimento público, os quais permitirão reduções no custo dos investimentos por força da melhor coordenação que propiciarão às ações setoriais.

Com a concessão do bônus, a implementação da equivalência salarial e a aplicação das demais medidas em estudo, modifica-se, de fato, o quadro de perspectivas do SFH. Para a concretização dessas mudanças impõe-se, todavia, a participação efetiva dos diversos setores envolvidos na problemática habitacional, em particular no que se refere, no atual estágio, à correta divulgação e aplicação das medidas já aprovadas.

COMO REDUZIR A PRESTAÇÃO DA SUA CASA PRÓPRIA

Com as novas medidas decretadas pelo Governo ficou mais fácil pagar o imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação.

O Bônus é um desconto mensal a que têm direito todos os compradores de Casa Própria em dia com suas prestações. Esse desconto começou a ser dado agora em

outubro, e vai continuar até setembro de 1985.

Um detalhe importante: cada Bônus só vale até 30 dias após o vencimento da prestação mensal a que está vinculado. Também quem não está em dia com suas prestações pode conquistar o direito ao Bônus: se não tiver condições de

pagar as prestações em atraso, é só procurar o Agente Financeiro e pedir para incorporar ao saldo do financiamento os compromissos em atraso, vencidos até 30 de setembro de 1984.

A Equivalência Salarial no reajuste das prestações da Casa Própria entra em vigor a partir de 1985. Assim, os atuais adquirentes de moradia própria através do Sistema Financeiro da Habitação podem ter a garantia de que o índice de reajuste da sua prestação nunca mais será maior que o índice de reajuste do salário da sua categoria profissional.

Mas a equivalência não é obrigatória para quem já tem sua Casa Própria: quem preferir pode continuar com o sistema atual de reajuste pela correção monetária ou com base no salário-mínimo, na forma prevista no seu contrato.

No caso de novos contratos (financiamentos concedidos a partir de 19/11/84), a Equivalência Salarial é obrigatória.

Além disso, você ainda poderá ter também a vantagem do reajuste da sua prestação com base em 80% da variação do salário mínimo.



INFORMAÇÕES

COMERCIALIZAÇÃO DO CARVÃO MINERAL

A Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB, é a entidade responsável pela execução do ciclo completo da comercialização do carvão mineral nacional não coqueificável e de seus subprodutos. Essa responsabilidade abrange todas as iniciativas no sentido de incrementar o uso do carvão energético nacional.

As reservas brasileiras de carvão mineral já ultrapassam a 22 bilhões de toneladas, e a meta a atingir é a minimização da dependência brasileira em relação ao petróleo importado.

Em 1984, a comercialização do carvão atingiu os valores previstos, graças aos esforços da CAEEB no setor, que conseguiu superar a crise que atingiu a indústria cimenteira, principal consumidora de carvão energético.

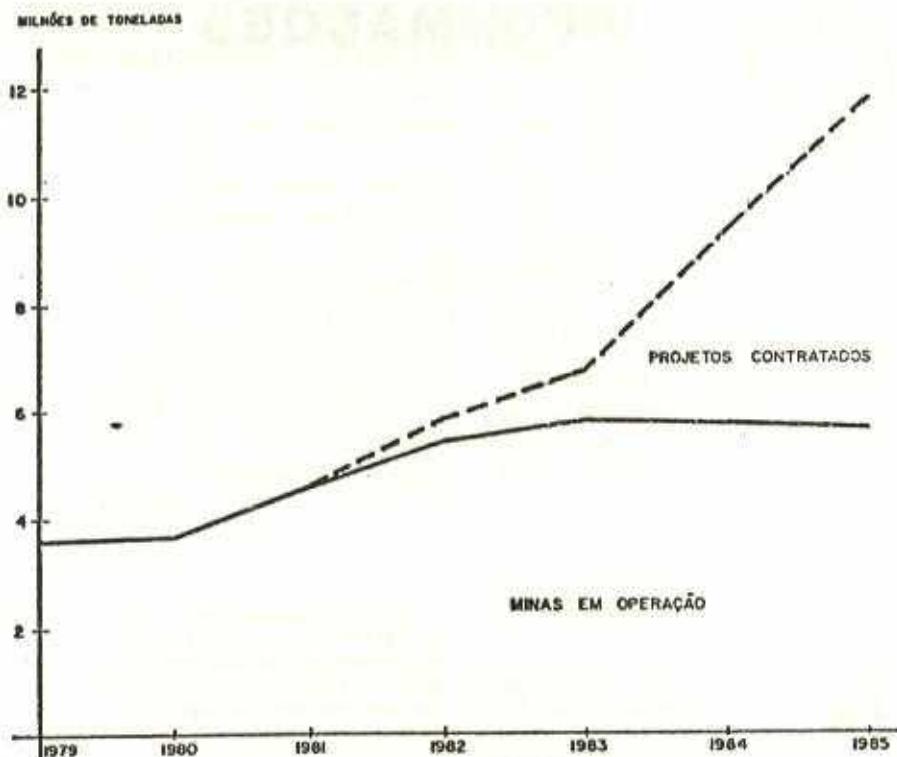
Comparando-se o comportamento da comercialização do carvão entre 1983 e 1984, observa-se que as vendas ao setor termelétrico cresceu em termos de consumo médio, sendo que alguns setores industriais, como o da química, papel e celulose, fumo, siderurgia e petroquímica, também aumentaram o consumo de carvão mineral em 1984, enquanto os de cerâmica e têxtil tiveram um pequeno decréscimo.

São promissoras as perspectivas da comercialização do carvão nos próximos anos, em decorrência das medidas que estão sendo adotadas no sentido de incrementar as atividades, quer no setor administrativo, quer no campo da conquista de novos mercados.

Em contrato firmado entre o Ministério das Minas e Energia e a CAEEB, as atribuições da Empresa foram ampliadas, passando a sua competência também à fiscalização e controle da implantação de 15 dos Projetos contemplados com financiamentos do Programa de Mobilização Energética — PME, sendo oito referentes à implantação e ampliação de minas de carvão, um de beneficiamento de carvão, dois para a implantação de unidades de gaseificação de carvão, um de infra-estrutura de energia elétrica para a Região Carbonífera de Santa Catarina, um de lavra e beneficiamento de xisto, um de utilização do gás natural proveniente da Bacia de Campos para o Rio de Janeiro e um de substituição de derivados de petróleo por energia elétrica.

Os projetos de lavra e beneficiamento de carvão, cujas implantações vêm sendo financiadas pelo PME, deverão colocar no mercado, quando em operação regular, uma oferta adicional de 500 mil toneladas anuais de carvão.

Informações



vão metalúrgica e, o que é especialmente importante, 6 milhões de toneladas anuais de carvão energético, o que equivale a cerca de 53.000 bpe's/dia.

Durante o biênio de 1983/84, os serviços de implantação desses empreendimentos minerários desenvolver-se satisfatoriamente, resultando num progresso significativo em relação à situação verificada no final de 1982. Merecem destaque cinco dos nove Projetos de lavra e beneficiamento que recebem apoio do Programa e que deverão ter suas implantações concluídas em curto espaço de tempo: Projeto Mina do Faxinal, Projeto do Lavador Reacreio, Projeto Mina Esperança, Projeto Unidade Mineira IV e Projeto Mina São Geraldo.

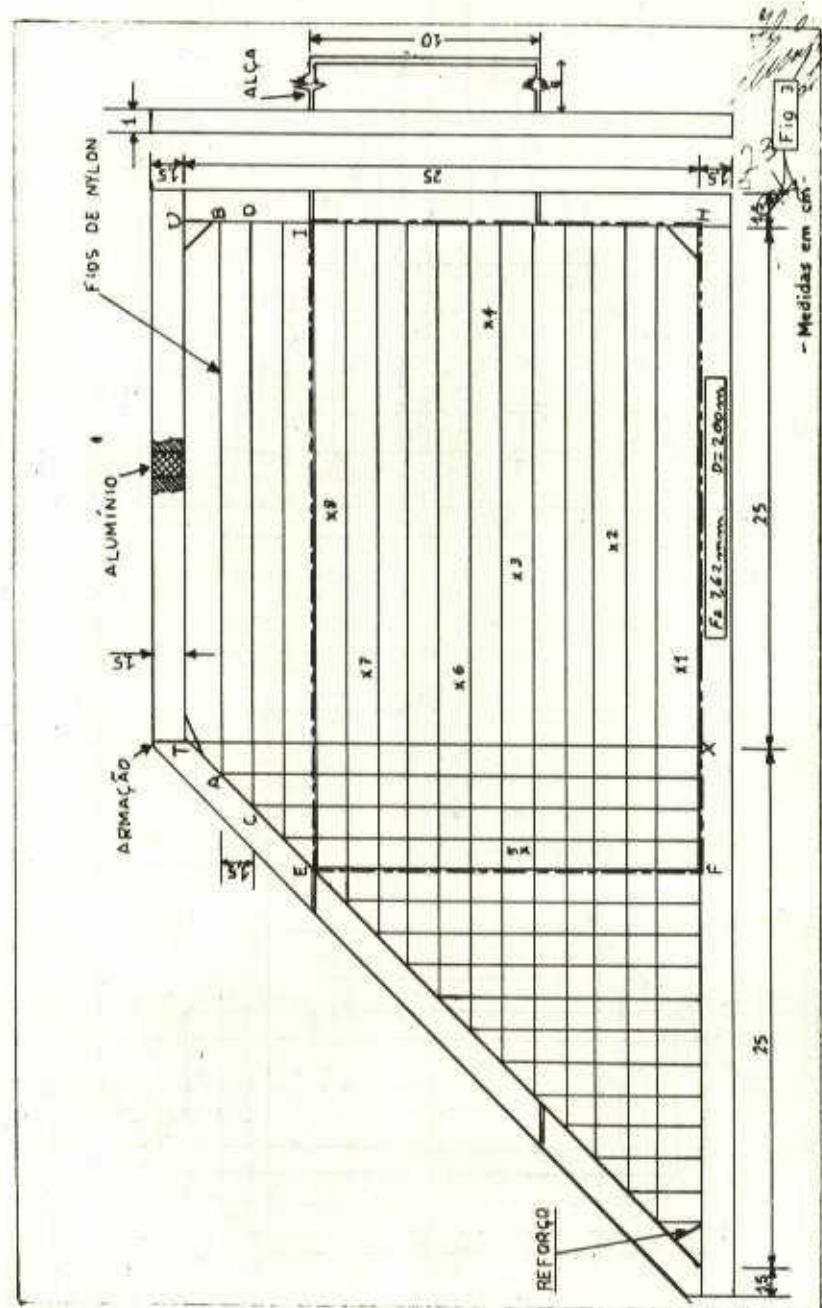
Uma vez implantados, estes Projetos colocarão no mercado uma produção de carvão equivalente a 17.868 bpe's/dia, gerando uma economia de divisas anual da ordem de US\$196 milhões.

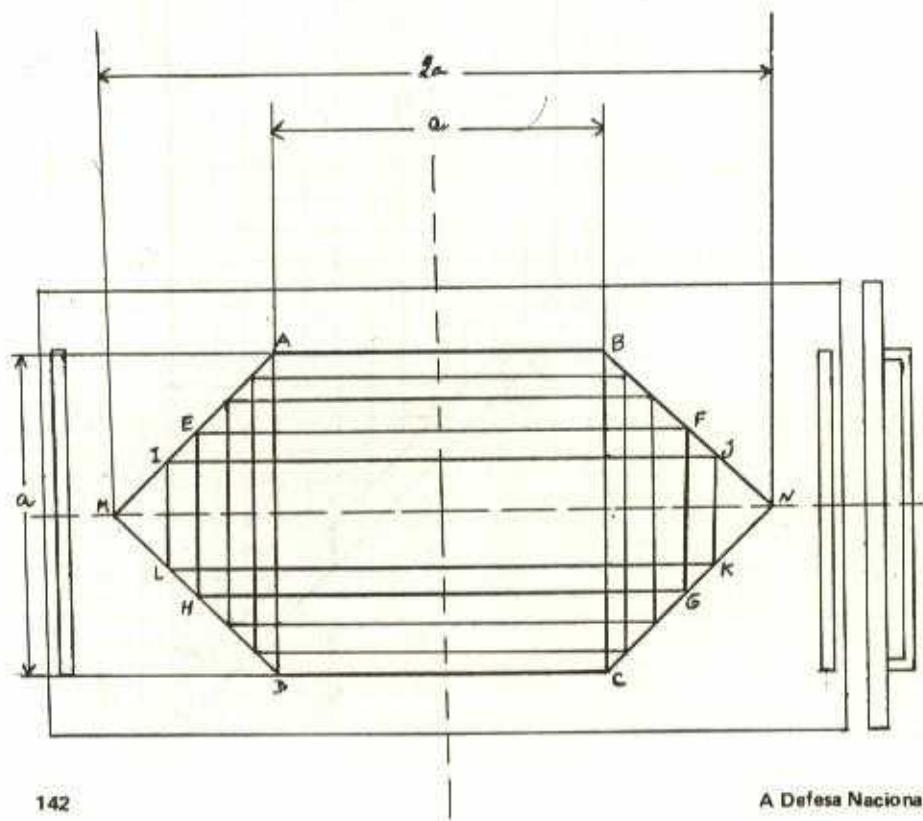
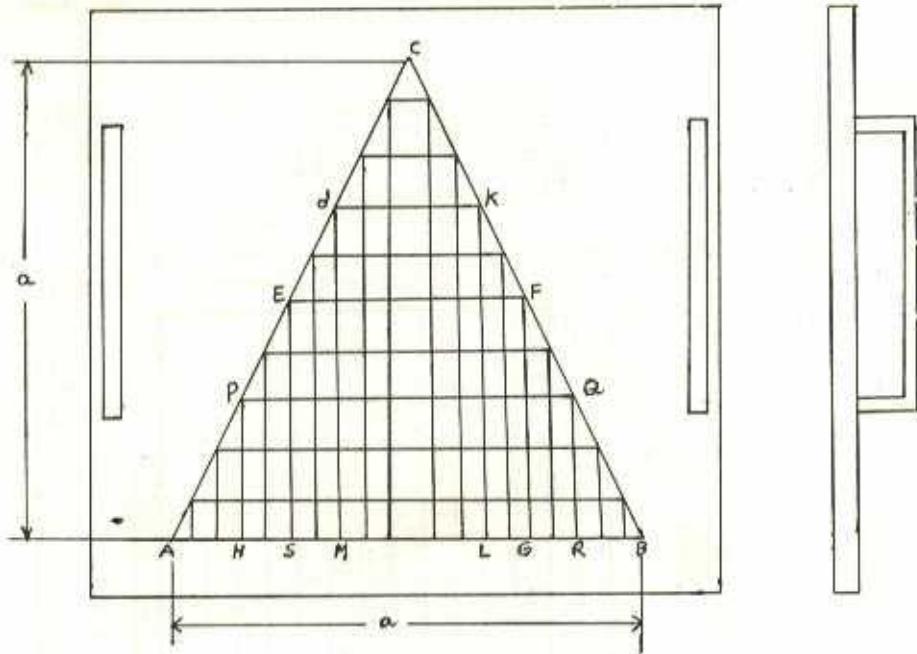
ESCATILHÃO PARA MEDIDA DA PRECISÃO DE TIROS DE ARMAS PORTÁTEIS

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão do Ministério da Indústria e Comércio, resolviu conceder ao Engenheiro Industrial-Armatamento José Carlos Zamprogno a Patente nº 7409156, relativa à invenção do "Escatilhão para medida da precisão de tiros de armas portáteis", baseada no critério do semiperímetro. Esse sistema é adotado pela OTAN e pelo FN-Bélgica, detentora da patente do FzFAL 7,62 mm adotado pelo Exército Brasileiro.

O projeto, idealizado para atender aos tiros de instrução da citada arma, foi aprovado em provas realizadas no Campo de Provas da Marombaia, conhecido internacionalmente pelo rigor com que são conduzidas as provas e os exames com armamento e munição. Também

Escancilhão para o controle de tiro de grupos de Fuz. P.A.U. 7,62mm
Distância: 200m SP: 50cm





foram realizadas provas com o protótipo no Regimento Sampaio, cujos resultados foram considerados excelentes.

A nova invenção apresenta as seguintes vantagens:

a) Independente do calibre e do tipo da arma, podendo ser empregado em qualquer arma portátil, desde que se conheça o valor do semiperímetro correspondente;

b) Classifica os tiros com rapidez, não exigindo operador especializado;

c) O custo é baixo, podendo ser fabricado de plástico, alumínio com fios de nylon, madeira, etc.

d) Apresenta alta precisão, compatível com a tecnologia do FzFAL, 62 mm usado pela OTAN;

e) Utiliza o sistema do semiperímetro, utilizado pela FN-Bélgica, para os tiros da citada arma no caso de tiros de grupamento ou de recebimento de munição.

Em resumo, refere-se a Patente a três novos escantilhões para a medida da precisão de tiros de armas portáteis (tiros de grupamento), independente do tipo e do calibre da arma, adotando-se o critério do semiperímetro, aceito atualmente pela maioria dos países e pela OTAN.

O primeiro escantilhão é de forma trapezoidal (trapézio retângulo), o segundo de forma triangular, e o terceiro de forma hexagonal. Os escantilhões poderão ser usados no exame de munição nova, antes da entrega para o consumo e nos tiros de instrução da tropa, tiros de guerra, etc.

LANÇADO COM SUCESSO O SONDA IV

Com a presença do Presidente João Figueiredo foi lançado em Barreira do Inferno, Natal, RN, a 21 de novembro de 1984, o foguete Sonda IV, o maior já fabricado no Brasil. Medindo 11 metros de comprimento, pesando mais de sete toneladas e impulsionado a propelente sólido, o Sonda IV atingiu seu apogeu a 611 quilômetros de altura, numa operação que durou apenas oito minutos. A duração total do voo — a uma velocidade de 11 mil quilômetros por hora — foi de aproximadamente 15 minutos, desde sua arrancada até a queda no mar, a 250 quilômetros da costa de Natal.

Segundo o Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, Diretor-Geral do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e principal responsável pelo programa espacial brasileiro, o Sonda IV tem três pontos de grande importância para a continuação do programa espacial brasileiro. O primeiro é a conquista de inúmeras tecnologias ao longo do seu desenvolvimento. Em segundo lugar está o domínio de tecnologia essen-



cial à fabricação e operação de foguetes de médio porte, controlados. Em terceiro vem o domínio de competências básicas, específicas, para serem empregadas no veículo lançador do satélite brasileiro. Como se sabe, o Sonda IV é a base do Véículo Lançador de Satélite (VLS) que em 1989 colocará em órbita o primeiro satélite brasileiro do Centro Espacial de Alcântara, Maranhão.

"BRAÇO LONGO" SKYGUARD ATINGE ALVO COM 100% DE PROBABILIDADE

Osistema de defesa aérea Skyguard, desenvolvido pela firma Contraves, de Zurique, Suíça, demonstrou recentemente a precisão e a eficiência de seu



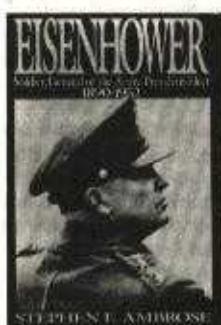
"braço comprido" Sparrow, ao cabo de vários anos de provas bem sucedidas. Em outubro passado, esse sistema Skyguard/Sparrow, em dois lançamentos, atingiu dois alvos com precisão absoluta de 100%. A demonstração ocorreu na base de lançamentos de mísseis

da OTAN, no norte de Creta. Ressalte-se ainda que os alvos tinham uma silhueta excepcionalmente pequena. Esses resultados podem ser obtidos por operadores não-especializados, o que constitui um outro ponto de extraordinária eficácia e precisão do sistema Skyguard.



LIVROS

EISENHOWER, SOLDADO, GENERAL DO EXÉRCITO, PRESIDENTE ELEITO (1890-1952) – (1º volume), Stephen E. Ambrose, Simon and Shuster – Nova York, EUA – 1983 – 637 páginas.



O livro sobre Eisenhower de Stephen E. Ambrose, publicado pela primeira vez no ano de 1983 é, basicamente, uma biografia onde a vida do general é coberta com detalhes desde a infância, fato por fato, episódio por episódio; o autor beneficiou-se da extensa bibliografia e de outras fontes já publicadas e fez do livro um relato de alto interesse histórico.

Os três primeiros capítulos tratam das origens holandesas da família Eisenhower, da vida da família nos séculos XVIII e XIX nos Estados Unidos da América, da infância do General Eisenhower e da sua vida na Academia Militar de West Point, onde ele se diplomou em junho de 1915, na arma de Infantaria.

Os cinco capítulos seguintes tratam da vida do casal Eisenhower até o posto de Tenente Coronel, com serviço na Texas, em Fort Leavenworth durante a I Guerra Mundial e no Panamá; em 1925 Eisenhower tirou o curso da Escola de Estado Maior do Exército, tendo se classificado em 1º lugar na sua turma; entre 1928 e 1935, Eisenhower serviu em Paris e em Washington no Departamento da Guerra, inclusive como assistente do General Mac Arthur.

Em setembro de 1935 Eisenhower foi servir com o General Mac Arthur nas Filipinas, onde ficou até o fim de 1939 quando começou na Europa a II Guerra Mundial.

Em 1940 e 1941 Eisenhower serviu nos Estados Unidos da América, em Fort Lewis e Fort Houston.

Nas grandes manobras do exército norte-americano, realizadas em agosto e setembro de 1941 envolvendo mais de 400.000 homens, o então Coronel Eisenhower se destacou, sendo considerado o arquiteto da "vitória" do partido vencedor.

A parte mais interessante do livro começa no 9º capítulo, isto é, a partir da página 133, depois que os Estados Unidos da América entraram na II Guerra Mundial com o ataque a Pearl Harbour em 7 de dezembro de 1941.

Cinco dias depois, Eisenhower foi chamado para Washington, para trabalhar com o General Marshall na Chefia do Estado Maior do Exército; aí começou a ascensão espetacular da carreira militar de Eisenhower; em abril de 1942, o Coronel Eisenhower já tinha 107 oficiais trabalhando diretamente sob as suas ordens, na Divisão de Operações do Estado Maior do Exército; Eisenhower começou a participar, também, das reuniões do Alto Comando Aliado, em Londres.

Em junho de 1942, Eisenhower foi nomeado Comandante das Forças Norte-Americanas na Inglaterra e, um mês depois, foi encarregado de comandar e preparar as forças aliadas para a invasão do Norte da África, operação que tomou o nome de código de "Torch".

No ano seguinte, 1943, Eisenhower comandou a invasão da Sicília e o começo da invasão da Itália, como Comandante de todas as Forças Aliadas no Teatro de Operações do Mediterrâneo.

Em dezembro de 1943, regressando da Conferência do Cairo com Stalin e Churchill, o Presidente Roosevelt comunicou a Eisenhower que ele seria o Comandante de todas as Forças Aliadas na invasão da Normandia, na operação designada "Overlord" e que foi desencadeada no dia 6 de junho de 1944.

Eisenhower comandou as Forças Aliadas na Europa até a derrota final da Alemanha em 7 de maio de 1945 e continuou no comando das forças de ocupação até dezembro de 1945.

A partir do capítulo 22 do livro começa o relato da atuação de Eisenhower, no pós-guerra, já de regresso em Washington e nas funções de Chefe do Estado Maior do Exército Norte-Americano, no penoso processo da desmobilização em massa.

Em junho de 1948, Eisenhower assumiu a presidência da Universidade de Columbia em Nova Iorque, onde permaneceu até 1950; em 1951 e até maio de 1952 foi Comandante Supremo da NATO (capítulo 25).

Os dois últimos capítulos do livro tratam da campanha eleitoral de Eisenhower para Presidente dos Estados Unidos da América.

O 2º volume do livro, ainda não publicado, tratará dos dois períodos de Eisenhower como Presidente da República até 1960 e do restante da sua vida, até a morte.

Ten Brig (Ref) N.F. Lavençons-Wanderley

OS OLHOS INOCENTES, Leandro Tocantins, Philobiblion Livros de Arte Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 205 págs.



Não é comum na literatura brasileira o memorialismo de infância. Contam-se nos dedos das mãos os nossos autores que se detiveram num olhar retrospectivo sobre seus verdes anos. Os que o fizeram saíram-se admiravelmente bem e, bastante curioso, todos ou quase todos de origem nortista ou nordestina. É um Gilberto Amado com "História de Minha Infância", um Povina Cavalcanti com "Volta à Infância" como é agora Leandro Tocantins com "Os Olhos Inocentes".

Em se dizendo infância, diz-se também uma certa forma de poesia. E foi o próprio Baudelaire quem assim o quis, "la poésie est l'enfance retrouvée", ou como o quer, entre nós, Hermes Fontes quando diz que "a poesia é uma segunda infância". Em "Os Olhos Inocentes" Leandro Tocantins reencontra-se com sua meninice numa narrativa impregnada de poesia, não tivesse sido o Autor privilegiado com uma meninice transcorrida no ambiente telúrico e algo maravilhoso da Amazônia.

É sabido que a sintaxe do memorialismo estrutura-se em alguns elementos indispensáveis como o "eu", os "outros", o "meio" e o "tempo", a que se poderia acrescentar um quinto elemento, o "espírito de época". Pois todos esses elementos estão encantatoriamente articulados em "Os Olhos Inocentes", olhos com que o Autor-menino reviu aquele mundo que já o deslumbrara como adulto, e que também deslumbrou tantos outros escritores, de Gastão Cruls a Raul Bopp, de Peregrino Junior a Jarbas Passarinho — o sempre surpreendente reencontro do homem com a natureza envolvente e misteriosa como é a natureza amazônica.

"Olhos Inocentes" é esse reencontro. "Tudo aqui é a presença descomunal de natureza... Menino-região, menino ecológico, menino-rio, menino-amazônico. Tudo aqui é líquido, aquoso, a fluir da selva espessa", afirma Antônio Carlos Villaça no prefácio.

J.L.D.



REGISTROS

DIA DA BANDEIRA

Ordem do Dia

Meus Comandados!

É dia 19 de novembro. Eleva-se, desde os confins de nossa terra, um preito de ardor cívico à Bandeira, símbolo maior e perene síntese da Pátria. Invicto pavilhão dos campos de batalha, alma da nacionalidade, que hoje solememente hasteamos à luz do meio-dia, evoca-nos a laboriosa travessia empreendida com desassombro pelos construtores desta Nação.

Ao tremular sob a amplidão dos céus, reviva ante nossos olhos reverentes as históricas empreitadas da paz e da guerra. Remete-nos às raízes da nacionalidade. Alista-nos nas hostes bandeirantes, a arrostar a penosa trilha do sertão. Engaja-nos nas árduas lutas nativistas pela liberdade. Transporta-nos às margens do IPIRANGA. Convoca-nos às campanhas do PRATA e dos APENINOS. Descobre-nos, sobretudo, o rico véu de nossas mais caras tradições de amor à liberdade, abnegação, coragem, desprendimento, desambição pessoal e brasiliadez perfilhadas por TIRADENTES, CAXIAS, RONDON, MASCARENHAS e outros insignes brasileiros.

Bandeira da República, consubstância os históricos estandartes de nossos antepassados, sob cuja inspiração desbravaram-se espaços ignorados, miscigenaram-se as raças, assegurou-se a unidade nacional, debelaram-se as crises, pacificaram-se as dissidências, harmonizaram-se os homens, aperfeiçoaram-se as instituições, cultuaram-se as virtudes cívicas e cristãs, imolaram-se os heróis e edificou-se a grandeza de que somos os fiéis legatários. Desfraldada em cívica devoção, representa a Bandeira a comunhão dos verdadeiros patriotas que, incansáveis, se consagram ao serviço do BRASIL e que se engajam na árdua jornada de construir o futuro de nossas aspirações, sem os descaminhos da cupidez pessoal, sem concessões ao interesse soez, sem a hesitação dos tibios e o apetite dos ambiciosos. Ao reverenciarmos hoje a Bandeira, reafirmemos nossas crenças cristãs e democráticas e renovemos o solene compromisso que nos honra como Soldados do Brasil.

Brasília-DF, em 19 de novembro de 1984.

*Gen Ex WALTER PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE
Ministro do Exército*

INTENTONA COMUNISTA DE 1935 ORDEM DO DIA

Meus comandados!

O Dia 27 de Novembro lembra à Nação a trágica Intentona Comunista de 1935, um dos mais sombrios e tristes episódios da nossa história.

O Exército Brasileiro — alvo maior da brutal e infame empreitada — jamais conformado, reverenciava a memória de seus bravos imolados no cumprimento do dever, verdadeiros mártires do ideal democrático. Nesta data, em todos os quartéis, os mais jovens ouvem dos mais experientes a lição do passado, de modo a compreenderem o presente e a posicionarem-se em face do amanhã.

O momento desse preito enseja graves reflexões a todos os brasileiros, sobretudo aos democratas desavisados que por força do esquecimento fácil, do liberalismo equivocado, quando não do interesse pessoal, têm permitido a inimigo de sempre — o comunismo — mesmo na ilegalidade, subsistir, organizar-se, infiltrar-se no corpo inteiro da sociedade, e, de tempos em tempos, tentar a tomada do poder.

As investidas dos comunistas, adaptadas às realidades momentâneas dos países onde atuam, evidenciam, invariavelmente, o caráter materialista, internacionalista e totalitário de seu credo mistificador. Retirado o disfarce, ficam patentes o ardil de suas pregações humanistas, o engodo das composições políticas que engendram, o desprezo pelos valores morais e espirituais e o total desapreço pela cultura, pelas tradições e pelos sentimentos das nações que subjugam.

O Brasil sempre mereceu caráter prioritário nessa escalada universal. Em 1935, ao tempo em que o ilegal Partido Comunista Brasileiro constituía-se em frente política, a matriz internacional do comunismo enviava ao nosso País agentes especialmente preparados para subverter a ordem. Era o sinal para a tresloucada e sangrenta intentona.

De 23 a 27 de novembro, acodiram sucessivos movimentos nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. O terror e a traição conseguiram penetrar nos quartéis. Muitos foram os que perceram, vitimados pelos combates que se feriram ou covardemente assassinados durante o sono, sem que ao menos pudessem esboçar um gesto de defesa. A Nação, perple-

xa, confrangia-se ante a ação violenta e cínica, jamais vista em terras brasileiras.

Alguns anos mais tarde, apesar dos crimes perpetrados, nosso povo relegou ao esquecimento a vergonha daqueles dias. A Pátria generosa anistiou os revoltosos de 1935, acolhendo-os em seu seio magnânimo. Ao ato de compreensão e grandeza eles e seus sectários responderam com o caos e a subversão dos idos de 1964 e com a onda terrorista dos anos 70.

Meus comandados!

Nosso País continua sendo um dos grandes objetivos do comunismo internacional, em face de sua posição estratégica, de seus limites com inúmeros outros países e de sua importância no cenário mundial. Torna-se impossível, portanto, conhecermos, cada vez mais, o modo de atuação dos comunistas.

Na atualidade, as táticas empregadas pelo inimigo, para a tomada do poder, permanecem, em tese, as mesmas do passado.

Hoje como ontem, tenta infiltrar-se nos partidos políticos, órgãos de comunicação social, sindicatos, quartéis e em toda e qualquer organização que lhe permita, direta ou indiretamente, solapar o regime democrático.

Hoje como ontem, tenta desacreditar as Forças Armadas perante a opinião pública, uma vez que essas instituições constituem, historicamente, o maior obstáculo à concretização de seu designio.

Hoje como ontem, alardeia reivindicações populares, como se fosse prerrogativa somente sua defendê-las, e compõe-se em novas frentes capazes de arregimentar ingênuos e ambiciosos, que, mais tarde, sem qualquer constrangimento, serão afastados.

Hoje como ontem, prega ardorosamente a liberdade e a democracia, para, após a conquista do poder, transformar o homem em objeto do Estado, cerceando-lhe todos os direitos e liberdades.

Meus comandados!

Dentre as características do Exército, que o tornam uma das mais autênticas instituições nacionais, sobreleva sua permanente sintonia com os legítimos anseios da nossa gente. O soldado tem plena consciência de que o povo brasileiro, acima de tudo, preza a liberdade.

Reafirmemos, pois, à Nação, neste momento em que preiteamos a memória dos que tombaram, nosso inarredável compromisso de

preservar a democracia, como fonte perene de liberdade para o Brasil e para seu admirável povo.

Saiba o inimigo de 1935 que nenhuma violência, artifício, ou pressão poderá demover o Exército Brasileiro desse propósito.

Brasília - DF, em 27 de novembro de 1984.

**Gen Ex WALTER PIRES DE CARVALHO
E ALBUQUERQUE**
Ministro do Exército

*

PEQUENA HISTÓRIA DA INTENTONA COMUNISTA DE 1935

Todos os anos, no dia 27 de novembro, as Forças Armadas reverenciam as vítimas da Intentona Comunista de 1935. A cerimônia principal tem lugar na Praia Vermelha (Rio de Janeiro) em frente ao monumento erigido em memória aos heróis que tombaram na luta contra os amotinados.

Como e por que ocorreu, entretanto, a Intentona Comunista? Quais os locais em que houve combates? Como a rebelião foi sufocada? O que aconteceu aos que a arquitetaram?

Para responder a essas perguntas, precisamos remontar ao início da década de 1930, quando o País se debatia entre duas correntes políticas antagônicas, ambas radicais: O comunismo e o fascismo.

O comunismo — surgido formalmente em 1922, com a criação do Partido Comunista Brasileiro — acabara de incorporar um importante adepto: o ex-captão do Exército Luiz Carlos Prestes que, anos antes, agitara o país ao percorrer grande parte do território nacional à frente de um grupo de homens armados. Sob sua liderança, o comunismo expandia-se a passos largos, infiltrando-se, inclusive nas Forças Armadas. Muitos jovens oficiais, cadetes e sargentos abraçaram a nova ideologia.

O fascismo, por seu turno, tomou corpo, no Brasil, com o Movimento Integralista, surgido em 1932 e chefiado por Plínio Salgado. Apesar de seu elevado propósito de oportunamente barreirar a expansão do comunismo, sua concepção era igualmente totalitária: um chefe e um partido únicos. Os sucessos de Hitler e Mussolini na Europa, os uniformes e as demonstrações militarizadas empolgavam grande parte da juventude.

No clima agitado daqueles dias, em que não raro ocorriam choques sangrentos entre as duas junções rivais, tanto Prestes como Plínio Salgado acalentavam o sonho de uma revolução para a conquista do poder. O levante comunista deu-se em 1935. O integralista, em 1938. Ambos foram sufocados graças à pronta ação das Forças Armadas e das Polícias Militares. Não nos adiantemos, porém...

Em março de 1935, chegou ao Brasil, com passaporte americano, o indivíduo Harry Berger. Na realidade, porém, tratava-se de um agente comunista alemão, de nome Arthur Ernest Berger. Sua missão consistia em assessorar o planejamento da rebelião comunista. Pouco depois, chegaram Rodolfo Guioldi, Secretário-Geral do PC argentino, Luiz Carlos Prestes e outros. Prestes regressava do exterior, onde realizara diversos cursos.

Essa equipe macabra — ansiosa por ver os frutos de seu investimento — marcou, finalmente, a data do levante: 27 de novembro de 1935.

Por razões que nunca ficaram convenientemente esclarecidas, o movimento, todavia, eclodiu em Natal no dia 23 de novembro, sábado. Os revoltosos, aproveitando-se da surpresa, prenderam o oficial de dia e se apoderaram do armamento e da munição do 21º Batalhão de Caçadores. A oficialidade foi aprisionada e, na manhã seguinte, a cidade estava dominada.

Cenas impressionantes ocorreram então. No dizer de Enoque Garcia, "três dias e três noites de horror viveu a população pacata de Natal, constrangida a assistir, inerte, a dramaticidade dessas horas trágicas. Seques, estupros e arrombamentos sucederam-se".

A reação, contudo, não tardou. Uma força de sertanejos escassamente armados, conduzida por líderes civis, derrotou, na Serra do Doutor, o grosso das tropas revolucionárias. A seguir, colunas do Exército e da polícia estadual capturaram todos os implicados.

Em Recife, o movimento irrompeu na manhã do dia 25, simultaneamente no quartel do 29º Batalhão de Caçadores (hoje 14º Batalhão de Infantaria Motorizado) e no Quartel-General da 7ª Região Militar. O combate principal se deu no largo da Paz, onde tropas estaduais barraram o avanço dos amotinados sobre Recife, até a chegada de elementos do 22º BC e de uma Bateria de Artilharia, ambos sediados em João Pessoa.

Registro

Na manhã de 25, as tropas rebeldes bateram em retirada e, na altura do Engenho de Santana, foram completamente derrotadas pelo 20º BC, de Maceió.

No Rio de Janeiro, na madrugada de 27 de novembro, o Cap Agildo da Gama Barata Ribeiro comandou a sedição no 3º Regimento de Infantaria, então aquartelado na Praia Vermelha. Um núcleo de resistência, todavia, organizado pelo Comandante do Regimento, Coronel José Fernando Afonso Ferreira, opôs-se fortemente aos amotinados. Apesar da rendição desse grupo, horas mais tarde, sua ação foi suficiente para conter os revoltosos no interior do quartel com a chegada das tropas da 1ª Região Militar, comandadas pelo Gen Eurico Gaspar Dutra, que dominaram o motim.

Simultaneamente com a eclosão do movimento no 3º RI, sublevou-se parte da guarnição da Escola de Aviação Militar, situada no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, foram assassinados o Cap Armando de Souza e Melo e os Ten Danilo Paladini e Benedito Lopes Bragança, todos legalistas. Às 17h e 30 minutos, porém, o 1º Regimento de Aviação, comandado pelo Ten Cel Eduardo Gomes, e o Regimento Andrade Neves dominaram completamente a rebelião.

Esta é uma pequena história da Intentona Comunista de 1935. Para que o leitor melhor possa avaliar o trauma que esses acontecimentos produziram, vale a pena citar um trecho da Ordem do Dia do Gen Dutra, em 27 de novembro de 1937:

"É preciso relembrar o vandalismo desencadeado naquele dia, a atitude afrontosa com que saíram das ruínas do 3º Regimento de Infantaria os autores daquele crime, a maneira cestiosa com que alardeavam os processos traíçoeiros e infames com que abateram os companheiros que conseguiram dominar pelo terror."

Esta foi a primeira página da luta de nossa sociedade contra o comunismo. Os revoltosos de 1935 foram anistiados. O povo, as Forças Armadas e as Polícias Militares jamais esquecerão, porém, aquela dorosa experiência.

GEÓGRAFOS LATINO-AMERICANOS REÚNEM-SE NO CANADÁ

Organizada pelos professores François Béïsse, do International Development Research

Center, e Rolf Wesche, da Universidade de Ottawa, realizou-se de 27 a 29 de setembro passado, em Ottawa, Canadá, a Conferência Anual de Geógrafos Latino-americanos, que desenvolveu amplo temário. Entre os conferencistas figurou o General Carlos de Meira Mattos, que dissertou sobre o tema "Geopolitics and the Tropics: Confrontation, Controversy, History and Synthesis".

Foram debatedores do painel em que usou da palavra o General Meira Mattos os professores Steven Driver, da Universidade de Missouri - Kansas City, John Finan, da American University, Ronaldo Foresta, da Universidade do Tennessee, Frank McCann, da Universidade de New Hampshire, William Perry, da Georgetown University, Jordan Young, da Pace University, Kempton Webb, da Columbia University, and Ronald Schneider, da Queen's University, Nova York.

O BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL "O GLOBO EXPEDICIONÁRIO"

Há 40 anos, no dia 8 de maio, terminava a II Guerra Mundial. Dias antes, encerrava-se, com a ocupação de Turim, na Itália, a ação da Força Expedicionária Brasileira.



O Reich de Mil Anos sucumbia, junto com outras fantasias de poder. E iniciava-se um período de grandes transformações. No Brasil,

esse tempo de mudança se abriria com o restabelecimento da democracia, a preocupação com o desenvolvimento e a modernização, a busca de espaços novos em um mundo novo.

Este livro é uma homenagem à FEB. É também testemunho de quem viveu a II Guerra Mundial e especialmente a participação brasileira no conflito como tempo de servir e tempo de aprender.

Da declaração de guerra, em agosto de 1942, ao embarque do primeiro escalão, em julho de 1944, a Nação inteira se mobilizou. A Marinha preparou-se para as missões de patrulhamento da costa e de proteção aos combóios; definiu-se a estrutura da força de combate terrestre; a Força Aérea Brasileira organizou e aperfeiçoou seus grupos de aviação de caça e de ligação e observação.

Era tempo de servir. E para isso *O Globo* se preparou. Tivemos como correspondente de guerra nosso companheiro Egydio Squeff, presença quase constante na linha de frente e em seus postos mais avançados. O próprio jornal foi às trincheiras, através do *Globo Expedicionário*, tablóide feito com especial carinho e com a mais ampla liberdade editorial, pois era preciso transmitir aos pracinhas, junto com a idéia de que não estavam sós, a noção de que seu sofrimento tinha o sentido de participação na construção de um mundo novo.

A chegada do *Globo Expedicionário* aos alojamentos e às trincheiras era momento de comovedora alegria: tratava-se afinal de um eficiente correio, que levava aos soldados as mensagens, as brincadeiras, as palavras de ânimo de familiares e de amigos.

Era tempo de aprender. No livro que agora publicamos, Joel Silveira, correspondente de guerra que esteve sempre ao lado de Squeff nas incursões às zonas de combate mais perigosas, nos conta: "Pouca gente sabe disso, mas o fato é que o governo da época (o Estado Novo de Vargas) não queria que os jornais enviasssem à Itália seus próprios corresponden-

tes". E completa, "Foi uma luta que durou quase dois meses". Aprendeu-se, pois, que nas ditaduras a resistência à verdade sobrepuja a sensatez, que o Poder com pretensões de absolutismo desconfia da Nação até nos momentos de mais eloquente solidariedade.

Essa guerra também vencemos. E, ao contrário do que supunha o Estado Novo, estabeleceu-se um clima de amistosa cooperação entre os homens da tropa, comandantes ou soldados, e os *pracinhas desarmados*.

De novembro de 1944 — entrada na linha de frente da tropa brasileira — aos últimos dias de abril de 1945 fizemos com a FEB a Campanha da Itália. Acompanhamos o esforço da Marinha, sofremos e vibraramos nas investidas sobre Monte Castelo, vimos crescer a força e a fama do *Senta a Pua* e do *Olho Nele*. Seguimos os passos de um contingente que chegou a somar perto de 26 mil homens, fomos testemunhas próximas da ação de comando de chefes cujos nomes estão incorporados à História do Brasil, como Mascarenhas de Moraes, Castelo Branco, Cordeiro de Farias,

Nos dias 28 e 29 de abril, a FEB cumpriu suas últimas missões. Nesses mesmos dias o que restava do fascismo viveu o último drama: o fuzilamento de Benito Mussolini e Clara Petacci em Milão, a retirada de seus corpos do posto de gasolina onde haviam sido pendurados.

Faltava pouco para acabar a guerra na Europa. Dia 30, Hitler, derradeiro fantasma, retirou-se de cena, suicidando-se. Veio a rendição, primeiro em Reims, a 7 de maio; no dia seguinte, com os formalismos que instituem as grandes datas e as grandes comemorações, na Berlim que fora quartel-general da loucura nazista.

Tempo de aprender: por maior que seja, a ilusão de poder é incapaz de resistir ao amor à liberdade, à força das transformações.

Roberto Marinho

AOS COLEÇÃOADORES DE A DEFESA NACIONAL

A Diretoria de A DEFESA NACIONAL, empenhada em preencher os claros existentes na coleção de sua Revista (a partir do Nº 1 de 10-10-1913) deseja entrar em contato com assinantes ou ex-assinantes que porventura possuam os exemplares abaixo:

- Agosto de 1922
- Janeiro-novembro-dezembro de 1923
- Ano de 1924
- Ano de 1927
- Ano de 1928
- Outubro e novembro de 1930
- Agosto-setembro, outubro, novembro e dezembro de 1932
- Janeiro e fevereiro de 1950

É propósito da Diretoria editar, em 1985, o Índice Geral da Revista, desde sua fundação, segundo modernos critérios de Biblioteconomia, que facilitam a recuperação das informações, inclusive através do processamento eletrônico de dados. Será um trabalho cooperativo com a Fundação Getúlio Vargas, via Sistema Bibliodata-CALCO.



INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

A DEFESA DAS FRONTEIRAS TERRESTRES 1750 - 1780

Gen. Francisco de Paula e Azevedo Pondé

A política de Sebastião José de Carvalho e Melo, (Conde de Oeiras, em 1759, Marquês de Pombal, em 1770), primeiro ministro da, D. José I, se caracterizou por três pontos principais — a defesa do território, a expansão econômica e o fortalecimento do poder regente.¹ E sua originalidade consistia na continuidade da sua execução, no rigor dos seus atos e na obsessão em combater a Companhia de Jesus, julgada por ele um grande mal. Sua preocupação constante era defender o território brasileiro de ambições estranhas, desde quando ainda exercia um cargo na missão diplomática portuguesa em Londres. Ali, procurava ficar sempre vigilante ao movimento dos navios ingleses, que rumavam para o Sul, em tentativa ou não de estabelecer-se nas proximidades da América portuguesa. Julgava o futuro Marquês de Pombal que o domínio inglês de alguma possessão sul-americana ameaçaria à Colônia do Sacramento, criando maior dificuldade no ajustamento da fronteira sul do que com a casa reinante espanhola. As animosidades entre espanhóis e portugueses continuavam intensas em toda a área do atual Uruguai, apesar da assinatura do Tratado de Utrecht a 11 de abril de 1713; e os espanhóis, querendo garantir a posse dessa região do Rio da Prata, ergueram em 1726, além de outros

núcleos, o povoado de Montevidéu. Por sua vez, os portugueses, que já haviam fundado a Colônia do Sacramento em 1680, por intermédio de D. Manoel Lobo, desenvolviam a colonização do atual Estado do Rio Grande do Sul.

Para finalizar essas contendas, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, a 13 de janeiro de 1750, definindo os limites, entre as Américas portuguesa e espanhola, com os acidentes físicos naturais, como os rios, serras e cordilheiras, estabelecendo com clareza a linha divisória entre as duas colônias. Contudo, dois anos depois, quando os comissários dos dois países, Gomes Freire de Andrade e o Marquês de Valdelfírios, iniciaram a demarcação, encontraram grande resistência por parte dos índios dos Sete Povos do Uruguai. Insuflados pelos padres jesuítas, eles não queriam ser incorporados à colônia portuguesa ou abandonarem suas casas e tudo que levaram tanto tempo a construir, para reiniciar vida nova em lugar distante. Conhecendo-se o que foram os Sete Povos do Uruguai, pode-se bem compreender a razão da revolta. Quando os dois exércitos, o espanhol e o português, chegaram à vista de S. Miguel, para submeterem os índios, descobrindo-a no alto de um outeiro, a sete ou oito milhas de distância, registraram as-

crônicas, que D. José Joaquim de Viana, governador de Montevideu, que acompanhava a expedição, ficara extasiado. E apesar de ser um dos mais avessos aos jesuítas, olhando por um telescópio e vendo à grandeza de S. Miguel com sete mil habitantes, a regularidade e o assento das construções, e o majestoso aspecto da igreja, teria dito estar certamente doída a gente de Madri, para entregar assim aos portugueses um lugar que a nenhuma vila ou cidade do Paraguai cedia o passo.²

O Professor e historiador Lucas Mayerhofer, que restaurou a fachada da Igreja de S. Miguel, desmontando a torre direita que ameaçava desmoronar e levantando-a novamente sobre base de concreto, conta-nos, em sua tese de concurso, o que eram os Sete Povos das Missões: Os soberanos espanhóis, havendo compreendido a impossibilidade de conseguir catequizar os indígenas sujeitos aos colonos, que os obrigavam aos mais duros trabalhos, os maltratavam e viam nos senhores brancos o contrário do homem cristão exemplar citado pela doutrina, criaram expedições para catequizá-los no seu próprio meio, longe do convívio do europeu. As primeiras Missões, acompanhando os índios nômades, alcançaram resultados insignificantes. E, por isso, os jesuítas do Paraguai e de Tucuman, reunidos em Salta, em 1602, pronunciaram-se pela catequese estável. Adotou-se, como resultado, o sistema de reduções, aldeamentos em os quais os índios eram conduzidos (*reducere*) à fé cristã. Neles se fixaram os índios nômades, sob a direção dos jesuítas, reunindo o poder temporal ao espiritual.

O mais importante dos povos³ — o de São Miguel, teve origem em um aldeamento fundado em 1632 pelo padre Cristobal de Méndozza, à margem direita do Rio Ibicuí, num rincão da serra de S. Pedro. Receiosos, todavia, das invasões dos predadores de índios que, em princípios de 1637, ameaçavam as Reduções do Uruguai, os jesuítas se transportaram para além rio. E São Miguel emigrou, como as outras, localizando-se nas proximidades de Concepcion. Contudo, faltando-lhe terras para sua expansão, transladou-se, em 1687, para local definitivo, à margem esquerda do Rio Uruguay, ao norte do Rio Piratini.⁴ Nessa época, São Miguel era a mais populosa das missões e o povo já contava com 4.000 almas. Para os Povos, a Companhia de Jesus enviava técnicos da Europa, como cartógrafos, etnólogos, relojoeiros, armeiros e outros, a matéria-

prima era obtida na própria região e nela fabricavam as ferramentas de que necessitavam.

São Miguel possuía uma das mais importantes estâncias de gado da região missionária, abrangendo 40 léguas de largura por 20 léguas de comprimento; e, segundo uma estatística de 1732, os Sete Povos possuíam, em conjunto, 60.000 vacas, 7.000 cavalos e 1.500 ovelhas; e produziam muita lã cardada e tecido pelos índios.⁵ Colhiam ainda, abundantemente, erva-mate, algodão, trigo, mandioca, cana-de-açúcar, batatas, ervilhas, uvas, feijões, abóbora, e outros cereais.⁶

A decadência dos Sete Povos do Uruguai teve início com o Tratado de Madri estipulando que a Colônia do Sacramento seria permutada pelos Sete Povos; e que seus habitantes deviam transpor o rio com todos os bens móveis, o que ocasionou a revolta e a luta que tomou o nome de Guerra das Reduções ou Guerra Guaranítica (1753-1756). Nela, os jesuítas, aliados aos índios, lutaram contra os espanhóis e portugueses, para não abandonarem o que construíram, a comunidade formada com idealismo, com muito trabalho, amor, dedicação e dinheiro.

Informa ainda Mayerhofer que o traçado das aldeias e os programas das construções, deviam obedecer ao padrão determinado nas "Leys de Índios", variando a plástica geral e as minúcias. E que o estilo da Igreja de São Miguel é o barroco italiano, por ter sido seu construtor o irmão arquiteto milanês Gian Batista Prinoti, que também projetou e construiu as grandes igrejas dos Povos de Concepción e Trinidad.⁷

Tantas foram as discussões entre os demarcadores que as nações confinadas acordaram em substituir o Tratado de Madri pelo Tratado do Pardo a 12 de fevereiro de 1761. Mas não houve trégua, porque, na época, já se negociava o *pacto de família*, assinado a 12 de agosto do mesmo ano; e os espanhóis e portugueses passaram a lutar novamente; os primeiros, sob as ordens de D. Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires, atacam e ocupam a Colônia de Sacramento e adentrando a fronteira sul, tomam os fortes de Santa Teresa e de São Miguel na linha de Castilhos e ocupam a Vila do Rio Grande. Ao mesmo tempo, os portugueses invadiam a fronteira com Mato Grosso e atacavam os povos de Santa Rosa e Itenez. Estavam nessa situação, quando foi assinado o tratado, pondo fim às hostilidades e estipulando que as fronteiras seriam as an-

teriores ao inicio das provocações. Apesar disso, os espanhóis se estendem pelo continente e levantam o forte de Santa Tecla, perto de Jaguariaí, enquanto o general D. José Verdum ocupava a Vila do Rio Grande, devastando o território brasileiro na direção do Rio Pardo. Para expulsá-los, reuniram-se as forças riograndenses e paulistas com as chegadas da Europa sob o comando do General João Henrique Böhn, além da esquadra de Mac Dualt, terminando vitoriosos. A 20 de fevereiro do ano seguinte, regressando D. Pedro Cebalos da Europa, com uma esquadra de 19 navios de guerra, 640 canhões, 96 transportes e 9.400 homens de desembarque, ataca e ocupa a Ilha de Santa Catarina com as fortalezas desprovistas de guarnição e víveres.⁵ A assinatura do Tratado Santo Ildefonso, datado de 1º de outubro de 1777, mandou entregar a Ilha de Santa Catarina aos portugueses e a Colônia do Sacramento aos espanhóis, tendo inicio nova demarcação de fronteiras, que manteve a linha de limites traçada anteriormente pelo Tratado de Madri.

Para expulsar os espanhóis com estabelecimentos junto aos Rios Solimões e Amazonas e defender e garantir a nossa fronteira terrestre dos espanhóis e indios, determinou o futuro Marquês de Pombal fossem levantadas várias fortificações e restauradas e modernizadas as existentes.

Grandes marcos para a história dos limites terrestres do Brasil constituem os tratados de Madri, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777, com as demarcações correspondentes, a Guerra da Reduções provocada inicialmente por eles antes da anulação do Tratado de Pardo, a Grande Guerra do Sul, antes do segundo desses convênios, de 1762 a 1777, e a Pequena Guerra do Sul, em 1801, da reação às injustiças contidas neles. Não se pode deixar de assinalar o grande desvelo demonstrado pela administração do Marquês de Pombal, balisando militarmente nossas fronteiras através do melhoramento das fortificações do litoral e da criação de série de fortes para defender nossos limites terrestres, apesar de nem sempre ter sido guerreira sua missão, contudo, foi notável à diplomacia posterior.⁹ E são esses fortes que descreveremos: Jesus, Maria, José do Rio Pardo à esquerda desse rio em 1752; São José de Marabitenas e São Gabriel da Cachoeira no Rio Negro em 1760; São José do Macapá no Rio Amazonas em 1764; Nossa Senhora da Conceição no Rio Guaporé em

1768; Nossa Senhora dos Prazeres de Iguaçum em 1775; o Príncipe da Beira no Rio Guaporé em 1776; São Francisco Xavier de Tabatinga em frente ao Rio Javari em 1776; São Joaquim no Rio Branco em 1775. A descrição dessas fortificações seguem suas posições nas fronteiras, a partir do atual Estado do Amapá. Incluímos, no final, o de Santa Tecla, construído pelos espanhóis em nosso território, pela importância que ele representou na época. Há pouco tempo, sobre suas ruínas, foi erguido um museu com peças retiradas em escavações em suas proximidades. (Fig. 1)



1. FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DO MACAPÁ

Esta fortaleza não deve ser confundida com a antiga de *Santo Antônio de Macapá* ou de *Cumé* de cuja posição há dúvidas. O Histórico da Fortaleza de São José do Macapá, publicado em 1980, afirma ter ela sido levantada no mesmo local da anterior,¹⁰ que se encontra sob a linha equinocial.

A idéia da sua construção partiu, em 5 de outubro de 1738, do governador do Grão Pará, João de Abreu Castelo Branco, para defender o Rio Amazonas das investidas dos filibusteiros ingleses e holandeses; e os que lhe seguiram, Francisco Pedro de Mendonça Furtado em 8 de março de 1749 e Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 1º de novembro de 1752, a adotaram. D. José I, Rei de Portugal, aprovou o plano de organização da Compa-



Figura 2 – Projeto do Forte de São José do Macapá (Biblioteca Nacional)

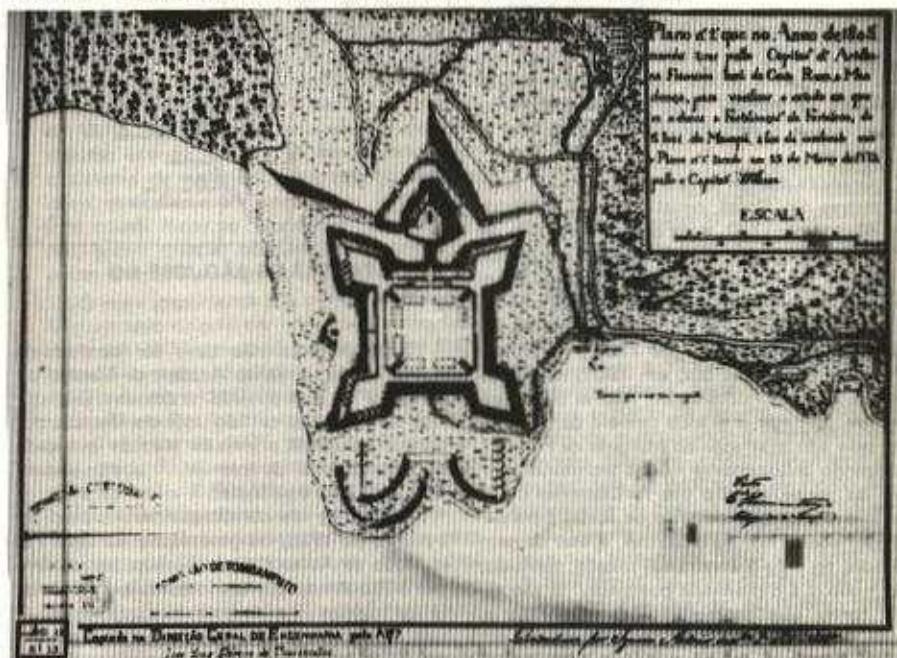


Figura 3 – Forte de São José do Macapá em construção. Desenho levantado pelo capitão de artilharia Francisco José da Costa Reis e Mendonça para verificar o estado em que se encontravam as obras. Ano de 1805. (Biblioteca Nacional)



Figura 4 – Forte São José do Macapá. Situação em 1983. Restaurado (Mercator-gráfico brunner Ltda.)

nhia do Grão Pará, planejada depois em 4 de novembro de 1758, assim como a construção de uma poderosa fortificação. Mas só no governo do Capitão-General Fernando da Costa Athayde Teive, em 1764, pensou-se em levantar a planta da Fortaleza de São José do Macapá e iniciar sua construção, por ordem do Marquês de Pombal. O projeto e a construção coube ao engenheiro sargento-mor Henrique A. Galuzzi e nela foram gastos de 3 a 4 milhões de cruzados. A pedra fundamental foi lançada em 29 de junho do mesmo ano, dia da comemoração de São Pedro, no ângulo do baluarte que recebeu a invocação desse santo. Achavam-se presentes o Governador Athayde, o Coronel Nuno da Cunha de Athayde Varona, comandante militar da praça, o engenheiro Galuzzi, o Senado da Câmara e todas as autoridades civis, militares e religiosas da Vila.¹¹ A fortaleza, obedecendo ao sistema Vauban, é um quadrado de fortificação rasante, edificado sobre terreno elevado de 20 palmos acima das águas. Nos ângulos do quadrado se estendem quatro baluartes de forma pentagonal, com quatorze canhoneiras cada um, denominados pelo Governador Athayde sob os oragos de São Pedro, Madre de Deus, Nossa Senhora da Conceição e São José. Em julho de 1766,

já se achavam construídos os de São Pedro e o de Nossa Senhora da Conceição, estando o de Madre de Deus em conclusão. A artilharia que guarnecia as canhoneiras estavam montadas em reparos à Onofre, tão altas que os artilheiros de pequena estatura necessitavam subir em banqueta para fazer a pontaria; e os canhões corriam terraplano por não terem plataforma. A fortaleza foi construída com cantaria escrava, habilmente trabalhada e extraída das rochas existentes duas marés acima da embocadura do Rio Pedreira, que desagua a vinte e meia milhas ao norte de Macapá. A altura da fortaleza, no lado externo, corresponde a um oitavo do comprimento do mesmo lado e permite o tiro rasante ao nível do solo. No centro de cada uma das cortinas do Norte, Leste e Sul há uma sólida poterna.* No recinto da praça foram levantados oito edifícios necessários aos trabalhos da guarnição: pátio de pólvora, hospital, capela, praça d'armas, arma-

* Poterna — é uma porta falsa estreita, ou postigo, por onde se realizam as sortidas ou se recebem reforços. Devem ficar fechadas com pedras e cal, para não obrigar a guarnição a manter guarda para evitar surpresa ou sua abertura no caso da praça estar sendo sitiada.

zéns, quartinas, todas à prova de bombas. No centro da praça, uma cisterna de tijolo cru para esgoto das águas; e, encostada à rampa transversal, que dá serventia para o baluarte de Nossa Senhora da Conceição, existia a cisterna que supria a praça de água potável e que se encontra entupida. Por baixo do terrapleno ficam as casernas com sólidas abóbadas, com vinte e quatro celas, para quartel da tropa, cozinha, prisões e outras.

A praça é circundada de um fosso e, por três lados, da parte Oeste, por um revetimento, cercado de um fosso. Não existe a ponte levadiça que deveria servir de comunicação ao revetimento com a porta principal da praça, nem a do revetimento para comunicar com a esplanada. Ficaram faltando um revetimento ao Norte, duas baterias ao Leste e um redente ao Sul.

Os engenheiros e técnicos que a levantaram enfrentaram grandes contratemplos e dificuldades na movimentação do terreno, no transporte dos grandes blocos de pedra e da edificação propriamente dita e, nessas circunstâncias, trabalharam durante dezoito anos; e, apesar da dedicação e boa vontade de todos e do esforço do Governador Athayde em cumprir o desejo do Marquês de Pombal, a construção foi lenta em virtude da dificuldade da mão de obra negra, em menor escala, que recebia, por homem, 140 réis; e da indígena, difícil de manter no trabalho e de capturá-la, e que recebia, apenas 40 réis por pessoa.

Na construção dessa majestosa praça de guerra, trabalhou por mais de dois anos o sargento-mor A. Galuzzi que faleceu em 27 de outubro de 1769, tendo concluído uma parte da fortaleza, na qual chegou a montar 54 das 103 praças de grosso calibre, previstas para armamento da fortaleza quando terminada. Substituído Galuzzi, provisoriamente, o Capitão Henrique João Wickens, que nela trabalhava desde o início e que permaneceu até chegar o sargento-mor Gaspar João Geraldo Gronfeldt, escolhido pelo Governador para concluir a obra. Quase todas as obras internas da fortaleza ficaram prontas antes do meado de 1771; e as internas e externas complementares, em estado de acabamento. A Fortaleza, embora incompleta, foi inaugurada a 19 de março de 1782. Em 1857, embora já abandonada, foi classificada na categoria de 1^a ordem e, em 1874, o padre Francisco Bernardino de Souza, relator da comissão do Madeira dela falava.

Atualmente, Macapá está restaurada e é conservada pelo Governador do Território Federal do Amapá, Secretaria do Planejamento e Coordenação, Departamento de Turismo, que explora esse gênero de indústria, mantendo pequena guarnição com uniforme da época do seu funcionamento.

Ela, e o do Príncipe da Beira, no Guaporé, são os mais belos, exemplos do sistema Vauban; e guardá-las conservando-as é respeitar os nossos antepassados, que nos legaram uma grande pátria com a mesma língua.

2. FORTE DE SÃO JOAQUIM (Fig. 5)

O Forte de São Joaquim, foi construído de pedra e barro e iniciado em 1775, por ordem do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na margem esquerda do Rio Branco, a 98 léguas da sua foz no Rio Negro. Sua finalidade era evitar a invasão dos espanhóis que projetavam adentrar-se em nosso território depois de ter construído os fortões de Santa Rosa e de São José Batista. Sua construção durou três anos.

A informação mais perfeita sobre esse forte é a de Baena, em "Ensaio Corográfico do Pará". O Forte não mais existe e suas pedras e fundações foram aproveitadas em construções e, principalmente, o que foi um absurdo, na Quarte General.

Tinha a forma de um paralelograma, com o lado maior, ao longo da margem do rio, com um só reentrante no meio, como se vê nas fotografias. Armado de uma peça de artilharia para flanqueamento do mesmo lado; e para a mesma finalidade existia outro do lado oposto. O pequeno lado onde se encontrava a porta era uma cortina com dois meios baluartes em cada extremo, que existiam também no lado oposto, exceto quanto à porta. No pavimento existiam dezesseis canhoneiras, das quais só dez estavam artilhadas com canhões de calibres de um a seis, contando-se entre eles três pedreiros tomados aos espanhóis e que pertenciam ao forte de São João Batista, e duas peças de bronze de calibre fundidas na cidade de Belém, em 1763.

O terreno em que fora levantado o forte; não estava sujeito a inundações e constituiam um ponto estratégico, defendendo o canal do Rio Tucutú que é mais navegável que o Rio Urariquera, cheio de cachoeiras. Assim, o forte defendia os canais desses rios pelos quais podia haver comunicação do Rio Branco com

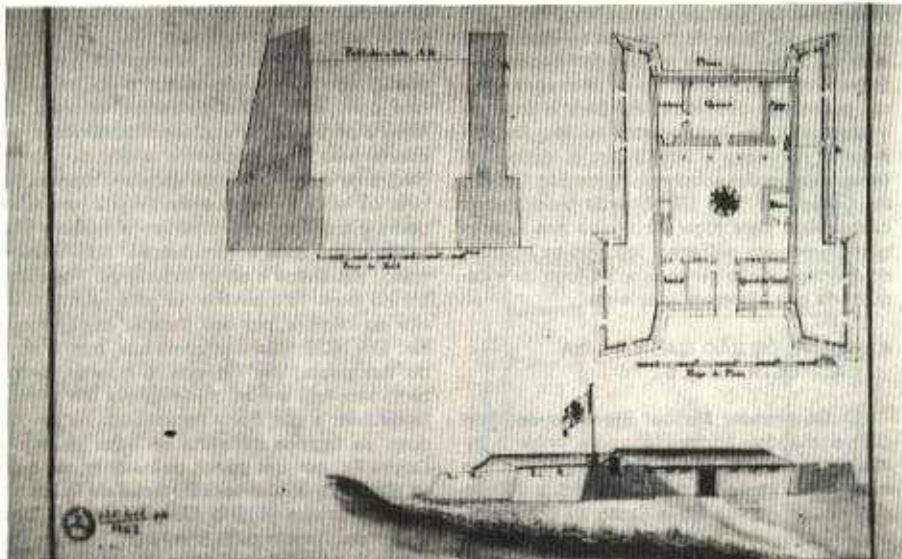


Figura 5 – Forte de São Joaquim. (Biblioteca Nacional)

as nações confinantes. Seu construtor foi o Capitão alemão Felipe Sturm, vindo para as demarcações dos domínios lusitanos e espanhóis da América.

3. FORTE DE SÃO JOSÉ DE MARABITENAS

Construído sobre a margem do Rio Negro em 1763 por ordem do Governador Manoel Bernardo de Melo Castro, para opor-se aos espanhóis que já haviam fortificado os pontos de São Carlos e de São Fernando, nas margens do mesmo rio, um pouco acima do Cucuí. O território era habitado pelos índios Marabitenas e no lugar em que foi construído o forte eles se aldeavam, isto é, 9 léguas abaixo do canal de Cassiquiare que reúne as águas do Amazonas e do Orinoco e a 5 léguas da Ilha de São José e do serra de Cucuí, marcos da nossa divisa com a Venezuela.¹² Diz o escritor Inácio Acioli, em sua Corografia Paraense, que em 1833, enquanto os fortes espanhóis eram bem conservados, os nossos estavam abandonados.¹³

Em 1857, o padre F. Bernardino de Souza, tratando dele no folheto da Comissão do Madeira, informa que, apesar dos reparos sofridos, em 1843, ele já se encontrava em completa ruína. Baena, segundo Fausto de Souza,

anota que ele era de madeira cheia de terra e de forma quadrada, tendo do lado do Rio Negro dois baluartes com seu terrapleno e 12 cañoneiras; e o resto do perímetro, um muro dividido em seteiras para espingardas. Do lado oposto, havia no centro um redente; e, externamente, quatro baterias; dedicadas a São Pedro, São Luís, São Simão e São Miguel, sendo que a de São Luís e a de São Simão não podiam atirar nas enchentes por ficarem submersas. A fortificação foi mal concebida como se vê e, em 1843, já estava mal conservada. O seu armamento constava de 19 peças de artilharia de ferro dos calibres 4 a 1/2, sendo que na época acima só quatro podiam atirar.

Sobre a Fortaleza de Marabitenas, escrevia Manoel Gama Lobo d'Almada em 12 de julho de 1785 (Arquivo Histórico do Itamarati) ao Sr. João Pereira Caldas que: "A parte desta fronteira primeira atacada deve crer-se que seja Marabitenas, para depois se atacar o Forte de S. Gabriel. Huma de madeira, outra de pedra e barro, nenhuma delas há bos, a matéria e a forma tudo há nellas máo. Marabitenas que entra a estar outra vez mais arruinada, he um quadrado de pós a pique, assentados à maneira pouco mais ou menos de Palissada de uma Estrada Coberta; o lado que lhe fica sobre o Rio he fortificado por huma cortina, e

dois Baluartes com seu terraplano. E há Nos Baluartes 12 Peças de ferro dos calibres de 40 e de 1/2 Libra. O mais recinto da Fortaleza he fechado da mesma estacada de pãos com seteiras praticadas por toda ella para o fogo de mosquetaria; do lado oposto ao Rio faz um redente no mayo". Continuando, depois de fazer observações sobre o forte de São Gabriel da Cachoeira: "Em Marabitenas devem abrir canhoneiras para jogar Artilharia nos lugares que oferecerem defensas segundo os Ataques do Inimigo e não ter-se simples fogo de mosquetaria que oferecam as seteiras".¹⁴

4. FORTE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (Fig. 6)

O Governador Manoel Bernardo de Melo Castro¹⁵ mandou construí-lo, para evitar a invasão dos espanhóis, sobre a aba de um morro na margem esquerda do Rio Negro, a 200 léguas acima da sua foz e junto da grande cachoeira Crocuby, a décima na ordem da subida do rio, no ponto em que ele mude bruscamente de direção. Do local onde foi levantada

do se descontina grande extensão do rio, constituindo assim uma excelente atalaia.

Segundo Baena, era pentagonal irregular, com o lado maior defrontando o rio, uma cortina com dois meios baluartes, estando no meio a porta que servia, simultaneamente, ao quartel e ao forte, que com o calabouço, corpo da guarda e praça d'armas abraçava toda a cortina; os lados menores eram singela parede de pedra e argila, que constituiam o material empregado em toda a fortificação. Não tinham fosso, esplanada e obras exteriores. Foi construído com 16 canhoneiras para calibre inferior ao médio e, por isso, incapaz de contrabater. Em 1839, Baena informa que, com o estado das peças, das carretas, o quartel, armazém, seteiras, enfim, tudo estava em estado lastimável, e que havia necessidade de um reduto de fachina em cima do lugar chamado *Caldeirão*, por um ponto dominante, do qual se desdobre o interior do forte até o pé do muro. O major Hilário Gurjão em sua "Descrição de Viagem pelo Rio Negro" fez grande elogio à posição dominante do forte sobre a navegação do rio.¹⁶

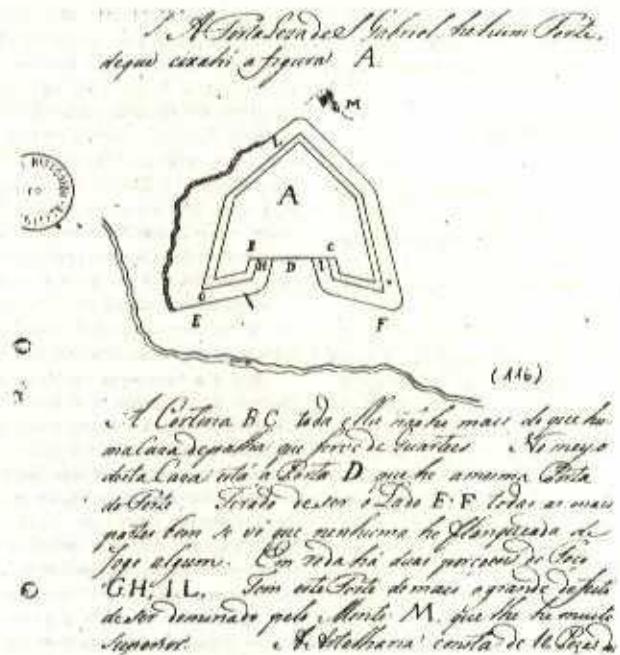


Figura 6 — Forte de São Gabriel. (Arquivo Histórico do Itamarati)

Manoel da Gama Lobo d'Almada, em 12 de julho de 1786, respondendo ao ofício de João Pereira Celdas¹⁶ informa como estava o **Forte de São Gabriel** e acrescentava "A artilharia consta de 10 peças de calibres 4 e 1/2 libra todas de ferro em muito mau estado com reparos muito diferentes. O que vale em ambas as fortalezas (referindo-se a de Marabitanas e a de São Gabriel) de municões de guerra, não vale nada, igualmente pela quantidade e pela qualidade, a exceção de 50 espingardas que ultimamente vieram. As suas guarnições fracas em dois sentidos, porque são diminutas e compostas pela maior parte de muito maus soldados do País, uns que são puramente índios, outras extração ou mistura deles, gente naturalmente fugitiva e indolente, falta de honra, de experiência, de capacidade necessária para uma defesa gloriosa".¹⁷

5. FORTE DE SÃO FRANCISCO XAVIER DE TABATINGA (Fig. 7)

Foi erguido na margem esquerda do Amazonas, quase em frente do rio Javari, na nossa fronteira com o Perú, em posição elevada. Inicialmente, em 1766, montou-se um registro para inspeção de canoas destinado para a povoação espanhola de Loreto. Dez anos depois, o Governador Joaquim de Melo Povoas mandou fortificá-lo pelo sargento-mor Domingos Franco, por ser um ponto de grande importância, chave da fronteira com o Perú. Baena, em seu "Ensaio Corográfico, descreve o que existia em 1839:

O forte, construído no ponto mais elevado da planície, em frente do antigo quartel do comandante, possuía grande área. À esquerda do quartel estava o rio, e à direita a igreja e os quartéis dos soldados, um em ruínas e outro iniciado. Era um hexágono regular, de madeira grossa, de 7 palmos de projeção vertical e sem reparo interno, palissada e esplanada. Parte de fosso era formado pelo rio e a outra pela "cortadura que fez o rio que mete por ela uma exígua corrente, quando enche". Entre a cortadura e o forte, um mato densíssimo. Armado com nove peças de artilharia, das quais 3 de bronze de calibre 1 1/2 colocadas em cepos, "junto à porta do quartel do comandante, o qual ainda em 1827 não tinha uma bandeira para alçar no seu chamado forte".

O forte continuou em abandono até em 1862, quando o governo pensou fortificá-lo em virtude da questão dos vapores peruanos

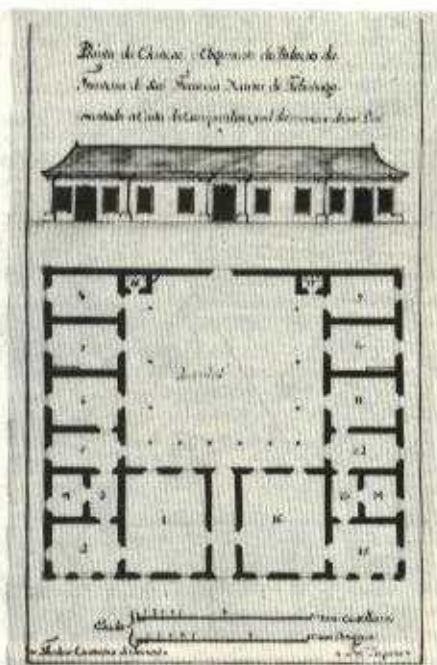


Figura 7 – Palácio da Fronteira de São Francisco Xavier de Tabatinga mandado construir às custas da Companhia de Comércio do Grão Pará. (Biblioteca Nacional).

Morona e Pastazza. Só, porém, em 1867, foi aprovado um plano de defesa, começando-se uma frente abaluartada sobre o quadrado do quartel.

No século passado, existia ainda o *Presídio de São Fernando*, erguido em 1763 pelo governador Fernando da Costa Athayde Teve, em frente ao presídio espanhol de São-Joaquim, à pequena distância da foz do rio Içá ou Putamaio, não existindo dele nada mais que a recordação.

Em Tabatinga existia o *Palácio de São Francisco Xavier de Tabatinga* mandado construir pela Companhia do Grão Pará. Véde foto.

6. FORTE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO OU FORTE DE BRAGANÇA (Fig. 8)

Foi fundado em 1759 pelo Capitão-General Antônio Rolim de Moura Tavares no mesmo local onde ele destruíra, cinco anos

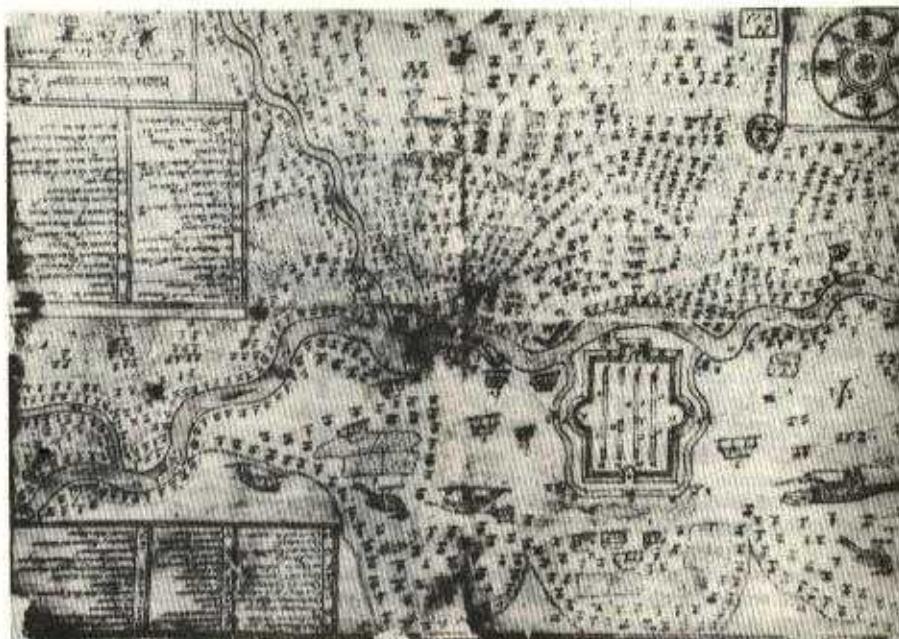


Figura 8 – Forte de N.S. da Conceição. (Biblioteca Nacional).

antes, a missão espanhola de Santa Rosa, situada à margem direita do rio Guaporé, em frente à boca do Itonamas, onde teria havido um entrincheiramento e palissada.¹⁸

Rolim de Moura, em 1756, procurou criar nesse local um distrito militar, a fim de assegurar a posse daquele ponto conquistado. O forte foi construído com material e armado com artilharia vinda do Pará e transportada pelo rio Madeira. Posteriormente, o Capitão-General João Pedro da Câmara lhe deu a forma abaluartada de Vauban. O corpo principal do forte media 40 braças de frente e 20 de profundidade. Severiano da Fonseca, quando da Missão Barão de Maracaju informa que o forte já estava em ruínas e que, medindo a cortina do lado de terra, encontrou 88 metros e, para a muralha, uma espessura de 22 decímetros; e a dos flancos, conquanto menos, 24 decímetros.¹⁹ Sua função visava assegurar a posse definitiva da margem direita do Guaporé, onde desde 1743 missionários espanhóis se haviam estabelecido com os povos de Santana, São Miguel e Santa Rosa. Ativadas as obras, na previsão de um ataque, o forte recebeu a artilharia em 1768. Antes, em

1765, mesmo em construção, resistiu, sob o comando do Capitão-General João Pedro da Câmara, à investida do Governador da Real Audiência de Charias ou de La Plata, que trouxera, como seu lugartenente, o Coronel de engenheiros Antônio Aysmerich de Vitasuma, que, chegando à margem do Guaporé a 1º de outubro, atacou o forte no dia 23 de dezembro. Em 1763, entre as mudanças efetuadas da localidade da capitania, houve a do nome do forte que passou a chamar-se *Forte de Bragança*, em homenagem a casa reinante em Portugal, o que deu lugar a reclamação por parte dos espanhóis, que nela viram intenção de burla ao Tratado de 1761.

Estevam de Mendonça²⁰ informa que o forte sofreu vários estragos pela grande enchente do Guaporé em 1771 e que, já quatro anos antes, o Sargento-Mór de Engenheiros José Mathias de Oliveira condenara o local em que ele fora construído por estar muito próximo ao rio. O Capital General, em 1763, determinou, no entanto, a continuação dos trabalhos, gastando entre 1769 e 1771, a quantia 82.803\$200 réis. Finalmente, com a continuação da erosão provocada pelo rio, o Capi-

tão General Luis de Albuquerque determinou o seu abandono e o Guaporé continuou sua destruição. Nele residiram Rolim de Moura e João Pereira da Câmara, e o forte cumpriu sua missão política e militar para o qual foi construído (Ferraz).

7. FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA (Figs. 9, 10, 11 e 12)

O Príncipe da Beira foi construído a um quarto de léguas a montante do Forte de N. S. da Conceição (ou de Bragança), que, nas grandes enchentes do rio Guaporé, vinha sendo destruído pelas águas. Deu início as obras o Capitão-General Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 1778. Foi lavrada a ata da fundação do teor seguinte: "Ano do Nascimento do Nossa Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e seis anos, aos vinte dias do corrente mês de junho, vindo o Ilmo.



Figura 9 — Forte Príncipe da Beira. Projeto.
(Biblioteca Nacional)

e Exmo. Sr. Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a este lugar situado na margem oriental ou direita do rio Guaporé desta Capitania, em distância de mil braças pouco mais ou menos da antiga Fortaleza da Conceição; o qual lugar tinha sido escolhido e aprovado pelo mesmo Senr. depois de circunspectamente o reconhecer, ouvindo a vários engenheiros, com particularidade ao Ajudante de Infantaria, com o dito exercício, Domingos Sambuceti, a quem pela sua inteligência, tem cometido a direção principal das obras, para nele se fundar a outra nova Fortaleza que Sua Majestade, ordenou, assim porque está livre de

maiores excrescências do dito Rio, como porque o terreno é naturalmente o mais sólido e o mais acomodado em todos os sentidos que podia desertar-se; aí por Sua Excel. foi pessoalmente lançada a primeira pedra nos Alicerces, depois de se lhe gravar a Inscrição seguinte:

Josepho I

Luzitaniae et Brasiliæ Rege Fidelissimo

Ludovicos Albuquerquius a Melo

Pererius Caceres

*Regiae Magestatis a conciliis amplissimae
hujus Matto Grosso Provinciae Governator ac
due supremus ipsius fidelissimae regis nutu sub
Augustissimo Beirensis Principis nomine soli-
dum hujus arcis fundamentum factendum
curavit et primus lapidem*

Ano Christi MDCCCLXXVI

Die XX — Mensis Junh.

cuja pedra foi com efeito posta no Alicerce do Ângulo flanqueado no Baluarte, em que de presente se trabalha, cujo Ângulo, com pequena diferença, olha para o Poente; e determinou o dito Sr. que a mesma Fortaleza de hoje em diante se denominasse — Real Forte do Príncipe da Beira — consagrando-se os quatro Baluartes em que há de consistir a saber: A Nossa Senhora da Conceição, o referido em que se trabalha, com direção geral Poente; a Santa Bárbara, o outro que viria para o Sul, ambos adjacentes ao rio; e a Santo Antônio de Paula e a Santo André Avelino, os outros dois que devem corresponder-lhes, o que tudo se faz sendo presentes o Capitão de Dragões da Capitania de Goliás, José de Melo Castro Vi Vilhena e Silva; o engenheiro Domingos Sambuceti; o Tenente de Dragões Joseph Manoel Cardoso da Cunha; o Tenente em segundo-de Artilharia Tomé José de Azevedo; o Alferes de Dragões Joaquim Pereira de Albuquerque; o Capitão Joaquim Lopes Poupino, Intendente das Obras, de que se faz esse auto em mais quatro cópias em que o dito Senhor Governador e Capitão General assinou e, da mesma forma, os sobreditos com as pessoas que abaixo constam; e eu Antônio Ferreira Coelho, Escrivão da Fazenda Real que o escrevi" (seguem-se as assinaturas).

Destinado a receber 56 canhões, só ficou concluído em 1783, custando quantia muito elevada. Monsenhor Pizarro descreve-o e informa que é de "cantaria, com um majestoso portal na face do norte, tendo na frente um revellim com ponte levadiça, um famoso fosso,



Figura 10 – Forte do Príncipe da Beira. Situação em junho de 1976.

cisterna, paiol subterrâneo, hospital, armazéns, quartéis, prisões, capela, casa do governador, etc.”

A entrada no forte era feita por uma ponte levadiça sobre um largo e profundo fosso que conduzia à monumental e única porta com cerca de 3 metros de largura, aberta na muralha norte. Em seu interior existiam quatorze residências, destinadas ao Comandante e demais oficiais, uma capela, armazéns e depósitos.

A cal empregada na construção foi enviada de Corumbá pela via fluvial do Jaurú e de lá à Guaporé. Só em 1782, as pedras necessárias vieram inicialmente de Belém pelos rios Amazonas e Madeira. Posteriormente, passou a vir de Albuquerque, ou de Corumbá, em Mato Grosso, subindo o rio Paraguai até o Jaurú e daí, por terra, até a margem do Guaporé num total para o fabrico de 2.000 alqueires.²¹ As obras de cantaria eram executadas no Jaurú e o restante do material vinha do Pará pelo Rio Madeira.

Informa Estevão de Mendonça (Vol. 2º, p. 342) que a fundação do Forte do Príncipe da Beira, como a do Viseu, obrigaram os espanhóis a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, cujo ajuste foi terminado em 1777.

O Príncipe da Beira é abaluartado, obedecendo como o de Macapá, ao sistema Vauban,

e construído sobre um quadrado medindo cada face 119 metros e 50 centímetros e tendo em cada ângulo um baluarte de 59 metros sobre 48 na altura máxima. Em cada baluarte há 14 canhoneiras, sendo três por flanco e quatro por face. As cortinas, que ligam os baluartes entre si, medem cada uma 92 metros e 40 centímetros e as goletas, 22 metros. O fosso, variável na largura, tem entre 3 metros e 1 metro e meio, sendo que em frente ao baluarte da Conceição tem, em todo seu desenvolvimento, a profundidade de 2 metros. O portão do forte, voltado para o Norte, dá acesso a um saguão, dividido em dois compartimentos. Ligan ao outro lado do fosso uma ponte de 31 metros de comprimento. As muralhas do forte são de alvenaria de pedra com revestimento de cantaria e medem da esplanada ao fosso oito metros e 24 centímetros. Na cortina, voltada para o Oeste, há também um portão, que dá passagem para o rio. O forte está assentado em uma colina que dista 180 léguas aproximadamente da atual Cidade de Mato Grosso e 14, em linha reta, da foz do Mamoré.

O Forte Príncipe da Beira e o de Macapá, de menor dimensão, mas do mesmo sistema Vauban, constituem os mais belos e suntuosos exemplos de fortificações daquela época e, felizmente, hoje restaurados, estão conservados.



Figura 11 – Forte Príncipe da Beira. Situação em 1982.

B. FORTE DE NOIMBRA (Fig. 13 e 14)

Em 1761, o padre Simão de Toledo Rodovalho propôs ao capitão-general Rolim a mudança de uma aldeia de índios chefiada por ele, da Freguezia de Santana da Chapada, para Fecho dos Morros, no rio Paraguai. O governador não considerou a proposta pela despesa que acarretaria. Todavia, em 1773, Dom Agostinho de Pinedo, governador do Paraguai, tendo erguido, na boca do Ipaná, um povoado com o nome de Vila Real ou Vila Concepcion, o governador da capitania Luís de Albuquerque, participando o acontecimento ao governo de Portugal, lembrou-lhe a necessidade de se estabelecer um povoado no Fecho dos Morros, idéia que não fora estranha a Luís Pinto, quando governador da Capitania²². Correndo o tempo, a 9 de maio de 1775, o capitão Matias Ribeiro da Costa, partiu de Vila Bela para Cuiabá para realizar o que havia proposto o padre Rodovalho em 1761. E as instruções de Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres lhe recomendavam executar a importante diligência de que ia encarregado; e, mais adiante, recomendava que se não fosse possível praticar essas defensas em grande extensão, fará diligência por estabelecer algum reduto próprio e dominante que não seja convencionado e que melhor se possa defender.

A 13 de setembro chega, enfim, Matias Ribeiro da Costa a um local do rio Paraguai, chamado estreito de São Francisco, distante 40 léguas a montante de Fecho dos Morros, mas que julgou pela semelhança, ter atingido seu destino. Nessa persuação, lançou, na mesma data, a primeira pedra do presídio de Nova

Coimbra, lavrando do respectivo ato um termo.

Erguido o presídio, o Governador do Paraguai, Dom Joaquim Ales, alarmado com a atividade do nosso capitão-general, mandou construir o forte Bourbon, depois chamado forte Olimpo, a 129 milhas a jusante do presídio Nova Coimbra, fortificação quadrangular executada em 1792, pelo tenente-coronel José Zavala e Delgadilho, com intenção de impedir aos portugueses a navegação para Mato Grosso.

Matias Ribeiro da Costa, pelo erro cometido e suas consequências, foi exonerado do cargo de comandante do presídio e ficou privado de exercer funções públicas, de ordem do governador Luís de Albuquerque²³.

O Real Presídio de Nova Coimbra constava de um reduto de forma quadrangular com baluartes, sendo o do Norte consagrado a São Gonçalo, o do Sul à Santana, e o Este à Santiago e o do Oeste à Nossa Senhora da Conceição. Em 1777, um incêndio destruía os ranchos e os quartéis, salvando-se apenas o paiol de pólvoras; e os índios guaicurús que passaram a dar sinais de amizade, em 6 de janeiro de 1791, mataram traçoeiramente 54 pessoas. Seis anos depois, em 1797, o capitão general Caetano Pinto de Miranda Montenegro manda reconstruir o presídio pelo tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, que opina por uma nova construção, distante 130 metros do local da antiga estacada. Desse modo, foi construído um forte de pedra e cal com muralhas asseteiradas na ponta do morro onde dois estirões do rio Paraguai fazem um grande ângulo obtuso e que assim ficaram flanquea-



Figura 12 – Detalhe do capitel da capela do Forte Príncipe da Beira. (Serviço do Patrimônio Nacional)

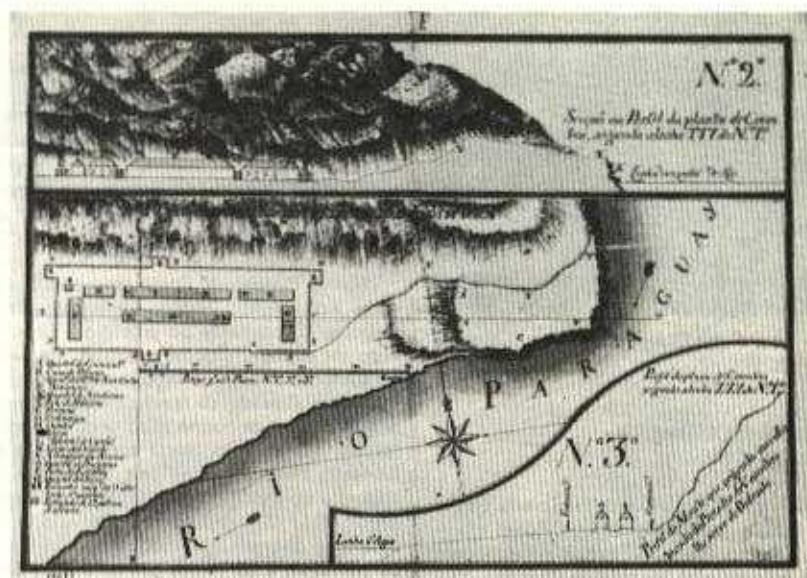


Figura 13 – Forte de Coimbra, Projeto. (Biblioteca Nacional)



Figura 14 – Planta da Nova Forte de Coimbra (Biblioteca Nacional)

dos pelo novo forte, o que não acontecia com o primeiro. Esse *novo forte* tem o traçado de uma figura irregular e comporta a duas baterias cruzando fogos sobre o rio. Dispunha de dez canheneiras, dois baluartes e cortinas assenteiradas. As baterias estão em plano horizontal e a fortificação é cercada por muralhas que acompanham o declive do morro. Seu interior, no entanto, é enfiado às vistas e ao tiro do inimigo sem que ele necessite ocupar o Morro Grande na margem fronteira. A S. O. foi construída com uma cortina que o protegia de um assalto por terra e que unia uma garganta existente no alto do morro formada por uma depressão do terreno.

A história do Forte de Coimbra foi escrita pelo historiador general Raul de Melo em dois volumes, nos quais descreve os ataques que sofreu e as cenas de heroísmo em 1801, durante a Guerra da Tríplice Aliança. Na década de 1950, foi ele armado com canhões do antigo Cruzador Tamandaré e ainda possui pequena guarnição.

9. FORTE DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES DE IGUATEMI (Fig. 15 e 16)

O Governador de São Paulo Luís Antônio de Souza, cumprindo ordem do Marquês de Pombal, mandou levantar uma fortaleza que impedisse a invasão dos espanhóis pela fronteira do Iguatemi. O local escolhido foi a margem deste rio, perto da foz do rio dos Bóges, começando logo o Capitão João Martins de Barros com 326 paulistas a construir o forte, que, concluído, ficaria a cavaleiro da esplanada vizinha, tendo do lado da terra cinco baluartes e dois meios baluartes, formando 6 frentes abaluartadas. Iniciado em 1765, foi concluído em 1770 e armado com 14 bocas de fogo, conforme relatório do governador Luís Pinto. Os Guaicurús o atacaram em 1774 e, três anos depois, antes que chegasse a notícia da suspensão de armas, o governador D. Agostinho Penedo o assaltou e o demoliu com uma grande força de espanhóis e índios. Em 1854 estava em ruínas.

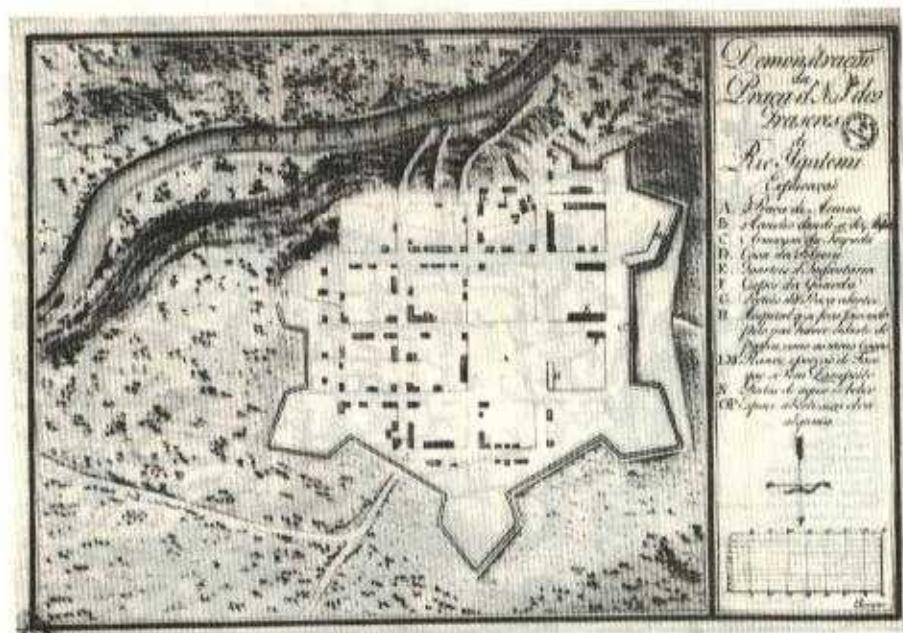


Figura 15 – Forte de N.S. dos Prazeres de Iguatemi. Situação. (biblioteca Nacional).

A Defesa das Fronteiras Terrestres 1750-1780

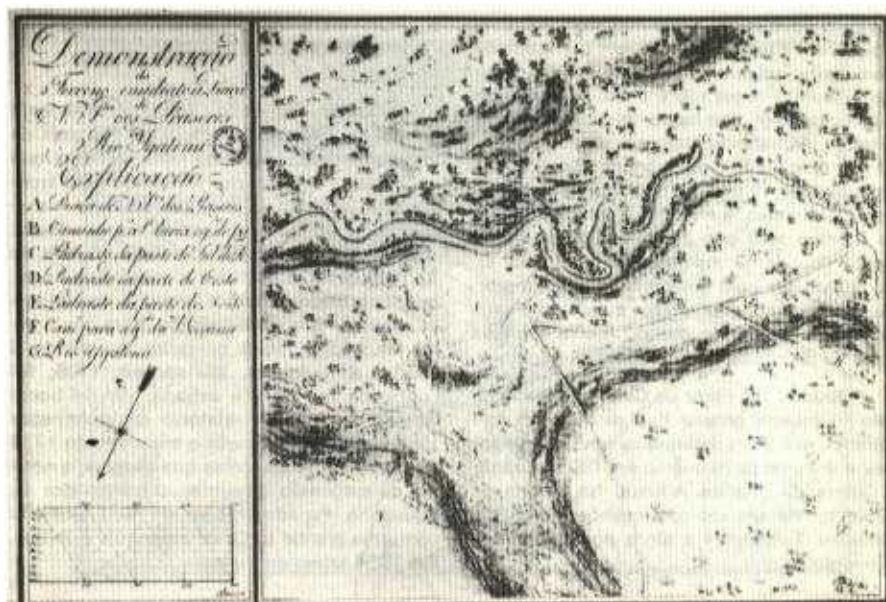


Figura 16 – Forte de N.S. dos Prazeres de Iguatemi. (Biblioteca Nacional).

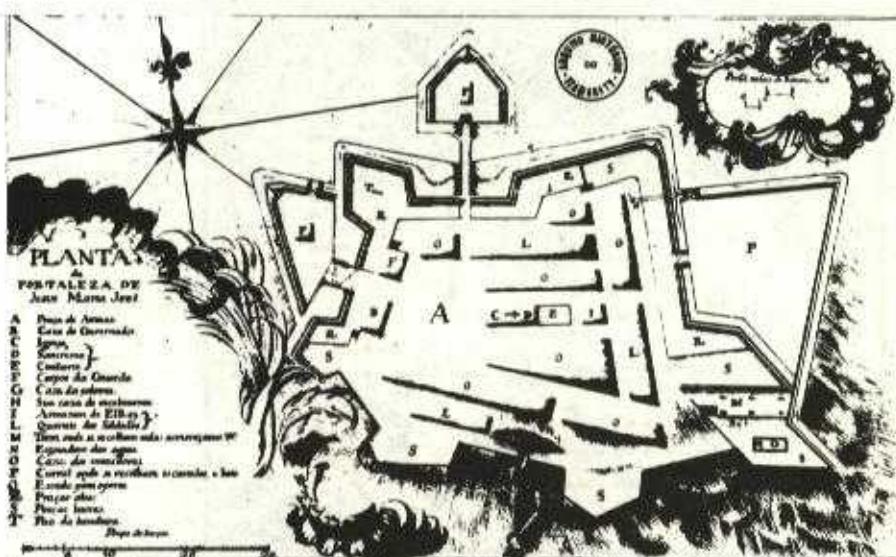


Figura 17 – Forte Jesus, Maria, José. (Biblioteca Nacional).

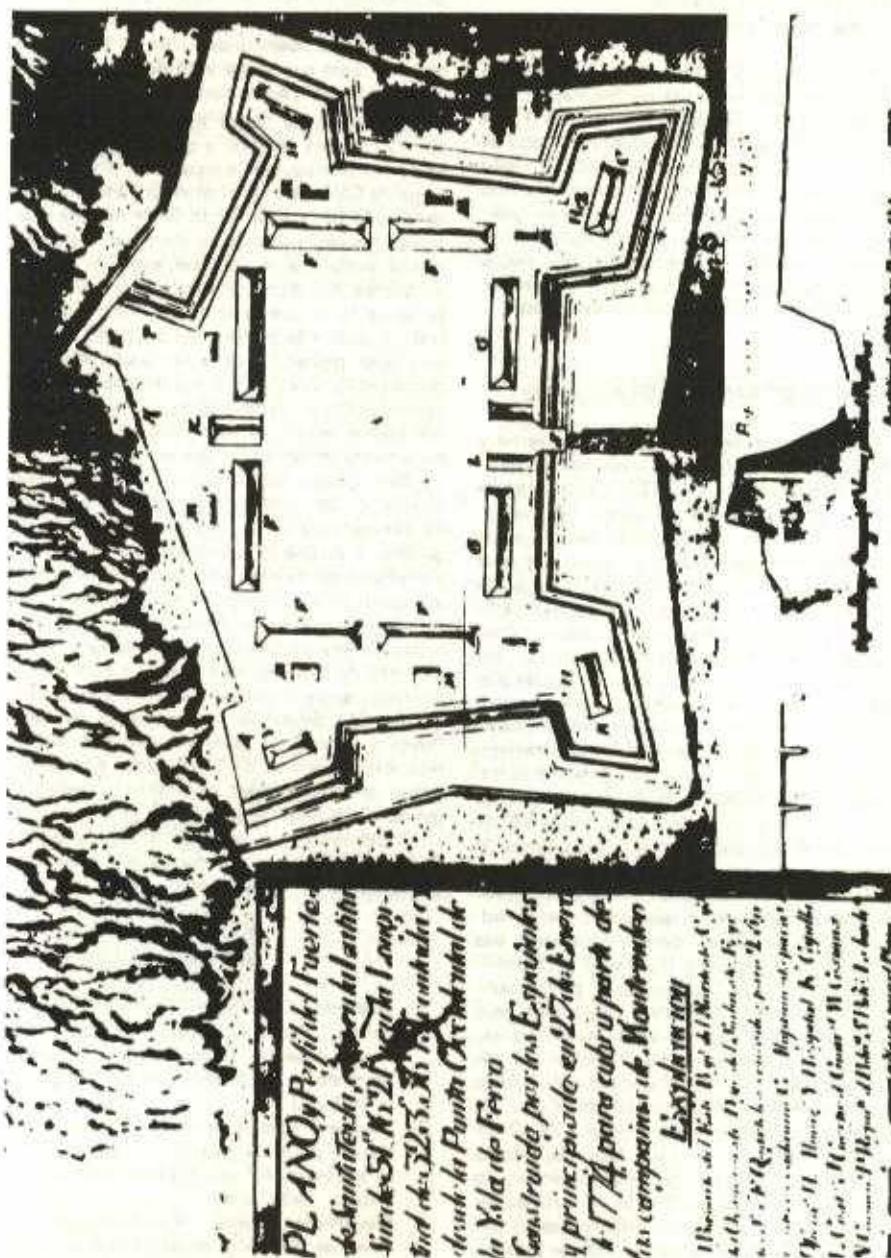


Figura 18 – Forte Santa Tecla. (Arquivo Histórico do Itamarati)

10. FORTE JESUS, MARIA, JOSÉ DO RIO PARDO (Fig. 17)

Foi construído durante a demarcação de 1752 na margem esquerda do Rio Pardo, nessa fronteira pelo Tratado de Madri. Os Tapes o atacaram e foram rechassados em março de 1754. Em 1775, o oficial espanhol D. João José de Vertiz tentou também atacá-lo, mas não conseguiu seu intento por ter sua vanguarda sido batida pelo sargento-mór Rafael Pinto Bandeira, fazendo fugir o corpo de sua tropa, comandada por D. Bruno Zabala, que ia reunir-se a ela para juntos tentarem a empresa.

11. FORTE DE SANTA TECLA (Fig. 18)

O marechal espanhol D. Juan José Vertiz y Salcedo, partindo com sua tropa de Montevideu a 9 de setembro de 1773, marcou contra Bagé e, entrando pelas pontas do Rio Negro, atingiu Santa Tecla. Nesse local mandou construir um forte para servir de apoio aos seus movimentos e constituir um marco da posse espanhola. O forte que tomou a denominação de Santa Tecla era pentagonal irregular, com quatro e meio baluartes, sistema Vauban, foi construído sobre um rochedo servindo de plataforma e em local dominante. Sua construção foi de torrão e pau a pique com terra calcada (taipa de pilão). Suas muralhas mediham, até o alto do parapeito, treze palmos; os baluartes de São Miguel e Santo Agostinho ficavam a cavaleiro mais altos das muralhas de sete palmos, somando, assim, vinte palmos de altura. O fosso, em volta do recinto, foi aberto na rocha e um dos lados era defendido, naturalmente, pelo perau que o fechava ao sul. Guarnecido o forte, Vertiz continuou sua marcha rumando para o Rio Pardo. A denominação espanhola durou, contudo, pouco tempo. Rafael Pinto Bandeira, designado pelo governador riograndense José Marcelino expulsou os espanhóis até seus limites. E, em fevereiro de 1776, Rafael iniciou os trabalhos para surpreender a guarnição do Forte de Santa Tecla, aproximando-se dele a 28. O comandante do forte D. Luis Ramires, não se deixando surpreender, fez Rafael recuar, ao sentir sua aproximação. O sítio ao forte durou 26 dias com várias sortidas infrutíferas. O forte, pela sua posição e defesa, não se deixava escalar. Desanimado Rafael e estando disposto a abandonar a empresa foi impedido pelo Ma-

jer Patrício Corrêa da Câmara que, insistindo mais alguns dias no cerco, conseguiu que D. Luis Ramires abandonasse Santa Tecla e se retirasse com sua tropa a 26 de março. A 27 iniciou a demolição do forte.

O Tratado de Santo Ildefonso, elaborado em 1777, para resolver a questão dos limites entre os portugueses e espanhóis, fixou a entrega da Colônia do Sacramento à Espanha e a devolução da ilha de Santa Catarina, que suas tropas haviam ocupado, a Portugal, determinando ainda que se deixasse, entre os limites existentes nas duas colônias americanas, uma faixa de terra que se chamaria "terreno neutral" o qual não poderia ser ocupado até demarcação posterior. Sem ter ainda havido a demarcação, os espanhóis e portugueses começaram a ocupar de fato as terras cedidas pelo tratado, e, assim, os espanhóis se apossaram novamente de Santa Tecla e se estenderam até os Sete Povos das Missões, ficando o Rio Grande de São Pedro confinado a uma pequena extensão de terra para o norte. A revolta gaúcha, à ocupação espanhola das terras missionárias e da fronteira sudoeste, motivou novas lutas para a incorporação de grandes extensões territoriais ao Brasil. O Ten. Cel. Patrício Corrêa da Câmara, comandante do Regimento de Dragões, que passou a defender a fronteira entre a cidade marítima até a coxilha de São Sebastião, reconquistou os Sete Povos e venceu os espanhóis em São Martinho, expulsando-os de São Gabriel e, atravessando o Santa Maria, reconquistou, pela segunda vez, Santa Tecla²⁴.

Atualmente, no local do forte de Santa Tecla foi levantado um museu que reúne peças retiradas em escavações.

NOTAS

1. Azevedo, J. Lúcio — "Política de Portugal em relação ao Brasil" in Rev. IHGB, Tomo especial, Congresso Internacional de História da América. Vol. III, 1922 — p. 107-203.
2. Southey, Robert. *História do Brasil*. Traduzido pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro. 6º vol. Editora Obelisco Limitada. 1965. p. 42.
3. Mayerhofer, Lucas. *Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões*. Tese mandada imprimir pelo autor. Rio, 1947. 128 p.

4. Idem.
5. Porto, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. Rio, 1943. p. 222, conforme Mayerhofer.
6. Idem.
7. Mayerhofer, Lucas. Ob. cit. em 3. p. 22.
8. Rev. IHGB, nº 148, pte. II, vol. 71 ano de 1889.
9. Viana, Hélio. *História das fronteiras do Brasil*. Biblioteca Militar Editora, 1948. p. 9.
10. *Histórico do Forte de Macapá*. Governo do Território Federal do Amapá. Macapá.
11. Idem.
12. Idem.
13. Idem.
14. Lobo d'Almada, Manoel Gama, ofício manuscrito respondendo ao of. de João Pereira Cândias de 12 de julho de 1786. Arquivo Histórico do Itamarati.
15. Rev. IHGB, 1855.
16. Lobo d'Almada, ob. cit.
17. Idem.
18. Ferrez, A. L.
19. Fonseca, Severiano. *Viagens ao redor do Brasil*.
20. Mendonça, Estevão. *Datas Matogrossenses*. Vol. 1, p. 227, 1919. Edit. Tip. Salsiano. Niterói.
21. Informou-nos verbalmente o historiador Marc Ferrez que verificou no que as pedras foram retiradas no próprio local do fosso, quando da sua abertura.

BIBLIOGRAFIA

Além das obras citadas nas notas foram consultadas as seguintes:

- Soares, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, Biblioteca do Exército editora, 1973.
- Viana, Hélio. *História das Fronteiras do Brasil*. Biblioteca Militar editora, 1948.
- Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina*. 3 vols. S. Paulo, 1963.
- Cortesão, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. 2 tomos. Instituto Rio Branco. Dep. Imprensa Nacional. Rio, 1951.
- Barreto, Aníbal. *Fortificações do Brasil*, Biblioteca Militar.



Gen Francisco de Paula e Azevedo Pondé tem os seguintes cursos: Artilharia para Escola Militar (Realengo); Engenheiro Industrial e de Armamento pela Escola Técnica do Exército (IME); Mestre em Ciências de Engenharia pela Universidade de Michigan (EE.UU) mandado cursar pelo Exército Brasileiro; Superior de Guerra pela Escola Superior de Guerra. Funções exercidas: Professor da ETE (IME); como Coronel, Diretor da Fábrica do Andaraí; como General de Brigada, Diretor do Arsenal de Guerra do Rio; como General de Divisão, Diretor de Fabricação e Recuperação. Como oficial da reserva, Diretor Financeiro da Companhia Nacional de Álcalis. Medalhas e condecorações: Medalha de Ouro com passador de platina; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha do Pacificador. Pertence ao Instituto de Geografia e História Militar, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outros.

LIVROS À VENDA NA SEDE DA REVISTA
"A DEFESA NACIONAL"

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA – *Therezinha de Castro*

Edição revista e aumentada. Um estudo, do ponto de vista político, econômico e social, dos três períodos que marcam nossa História: o colonial, o monárquico e o republicano . Cr\$ 5.000,00

ATLAS-TEXTO DE GEOPOLÍTICA DO BRASIL – *Therezinha de Castro*

Uma combinação de texto e mapas ilustrativos repassando, em termos geopolíticos, as diversas variedades estratégicas que nossa História registra Cr\$ 5.000,00

A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DO FUTURO – *Eurípedes Cardoso de Menezes*

Uma apresentação do problema da Antártica, com todos os seus desdobramentos e envolvimentos. Os direitos do Brasil na repartição futura daquela importante "terra de ninguém" Cr\$ 4.000,00

O DESAFIO DA CRISE ENERGÉTICA – *João B. Peixoto*

Um panorama do quadro energético mundial, o ciclo do petróleo, a esperança da energia nuclear, a contribuição do carvão e a importância da energia hidrelétrica. Uma síntese da evolução do problema petrolífero no Brasil Cr\$ 4.000,00

Pedidos à

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias, Térreo, Fone: 283-3030

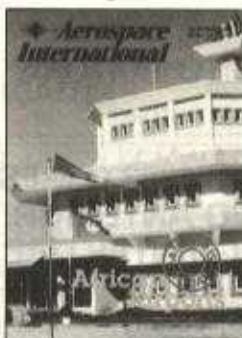
Praça Duque de Caxias, 25

20455 Rio de Janeiro, RJ

Informação de alto nível aos que decidem

AEROSPACE INTERNATIONAL

se ocupa com todos os aspectos da aviação militar, dos equipamentos de aeroportos, navegação aérea, da defesa aérea e da pesquisa do espaço aéreo. Número apresenta programas sobre o espaço e a força aérea, fornecendo também informações sobre novos aeroportos no mundo inteiro.



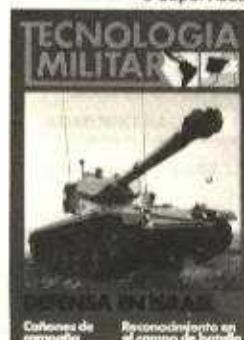
NAVAL FORCES

é uma nova revista naval internacional, editada em inglês. A meta declarada do corpo redacional é a informação sobre crescente importância dos sete mares como um fator militar. NAVAL FORCES apresentará artigos sobre assuntos navais internacionais e sobre as forças navais mundiais. As questões estratégicas são tratadas tanto do ponto de vista das super-potências como dos países em desenvolvimento.



NATO'S FIFTEEN NATIONS

é a revista de defesa internacional de maior tradição, sendo editada há um quarto de século. Tal como a OTAN, também a NFN está vivendo uma renascença. NFN dispõe de uma nova equipe de redação e de um conselho editorial formado por membros de 15 países, que se dedicam à orientação e supervisão.



TECNOLOGIA MILITAR

As necessidades de segurança peculiares tornam fundamental o estabelecimento de linhas especiais de comunicação entre o mundo industrializado e a América Latina. O conteúdo desta revista, editada em espanhol e português, se ocupa com os temas relevantes com respeito a isto continente: os recursos econômicos, as costas marítimas longas, a riqueza em matérias-primas no continente e no fundo dos mares, com a industrialização crescente e o desejo de garantir a soberania por meio de forças armadas seguras.

Envie-me, por favor, um exemplar gratuito e um formulário para assinatura:

- NATO'S FIFTEEN NATIONS** **MILITARY TECHNOLOGY** **AEROSPACE INTERNATIONAL**
 TECNOLOGIA MILITAR **NAVAL FORCES**

Sobrenome

Nome

Endereço/título

País

Rua

Cidade, CEP, Estado

Destaque o cupom e envie para:

Grupo Editora MONCH Departamento de Distribuição,
C.P. 140187, D-5300 Bonn 1, República Federal da Alemanha



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

**A BIBLIEIX OBTEVE EM 1983 O MESMO
SUCESSO DO ANO ANTERIOR,
PUBLICANDO AS SEGUINTE OBRAS:**



**DELINAMENTOS
DA ESTRATÉGIA**
Vols. 2 e 3
Vice-Almirante
João Carlos
Gonçalves Caminha



**O MARECHAL
MASCARENHAS
DE MORAES
E SUA ÉPOCA**
Vols. 1 e 2
General Meira Mattos



**OS VOLUNTÁRIOS
DA PÁTRIA
NA GUERRA
DO PARAGUAI**
Vol. 2 - Tomo II
General Paulo
de Queiroz Duarte



**EU QUERIA TANTO
AINDA VIVER**
Rutina U.



O MITO DA CAVERNA
Jorge Boaventura



A ESPIÃ
C. Virgil Gheorghiu



HISTÓRIA DO 4º GAC
Coronel Oswaldo
Pereira Gomes



**NOS CONFINS
DOS TRÊS MARES...
A ANTÁRTIDA**
Aristides Pinto Coelho

Como já era previsto o sucesso alcançado em 83, a Bibliex imprimiu algumas coleções do editorial, além do número necessário para distribuição aos assinantes, e coloca essas coleções à disposição do público em geral, atendendo a pedido pelo reembolso postal. Para tanto basta preencher o pedido na página ao lado e remeter para:

APROVEITE

Ainda existem, em pequena quantidade, coleções de 80, 81 e 82 por apenas Cr\$ 5.000,00 cada uma.

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Pq Duque de Caxias, 25
3º andar, Ala Marcião Dias
CEP 20465
Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (021) 263-3881

**Seguindo a nossa linha de sucessos editoriais, apresentamos a
PROGRAMAÇÃO 84**

OBRAS JÁ SELECIONADAS

**OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI
VOL. 2 - TOMO III**

General Paulo de Queiroz Duarte

GEOPOLÍTICA E TRÓPICOS

General Carlos de Meira Mattos

BRASILEIROS NO SINISTRO TRIÂNGULO DAS BERMUDAS

Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama

JOSÉ BONIFÁCIO E A UNIDADE NACIONAL

Professor Therezinha de Castro

UMA VISÃO DA ANTÁRTICA

Coronel Elber de Mello Henriques

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtois

**OBRAS EM APRECIAÇÃO PARA SELEÇÃO DE MAIS
QUATRO "BEST-SELLERS".**

A ESPADA E A PENA

Liddell Hart

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO

Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidalgal

A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO

General Teixeira Fregoso

DIALOGUES SUR LE COMMANDEMENT

André Maurois

GRIGORENKO - MEMOIRS

Petro G. Grigorenko

DEUS SÓ RECEBE AOS DOMINGOS

Monsenhor C. Virgil Gheorghiu

ADMINISTRAÇÃO PARA CRESCIMENTO ORGANIZACIONAL

Francisco Gomes de Mattos

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA

Emano Fornari

ASSINATURA 84
Cr\$ 7.800,00

Você receberá 10 livros
anualmente no seu endereço
em qualquer ponto do País.



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORIA**

ASSINATURAS

80 81 82

VALOR DE CADA UMA - Cr\$ 5.000,00

83 - VALOR - Cr\$ 7.000,00

84 - VALOR - Cr\$ 7.800,00

Você somente pagará sua assinatura(s) solicitada(s)
quando receber-las) pelo Reembolso Postal.

PEDIDO DE ASSINATURA

NOME _____

ENDERECO _____

ENDERECO PARA REMESSA _____

CEP _____

ASSINATURA _____

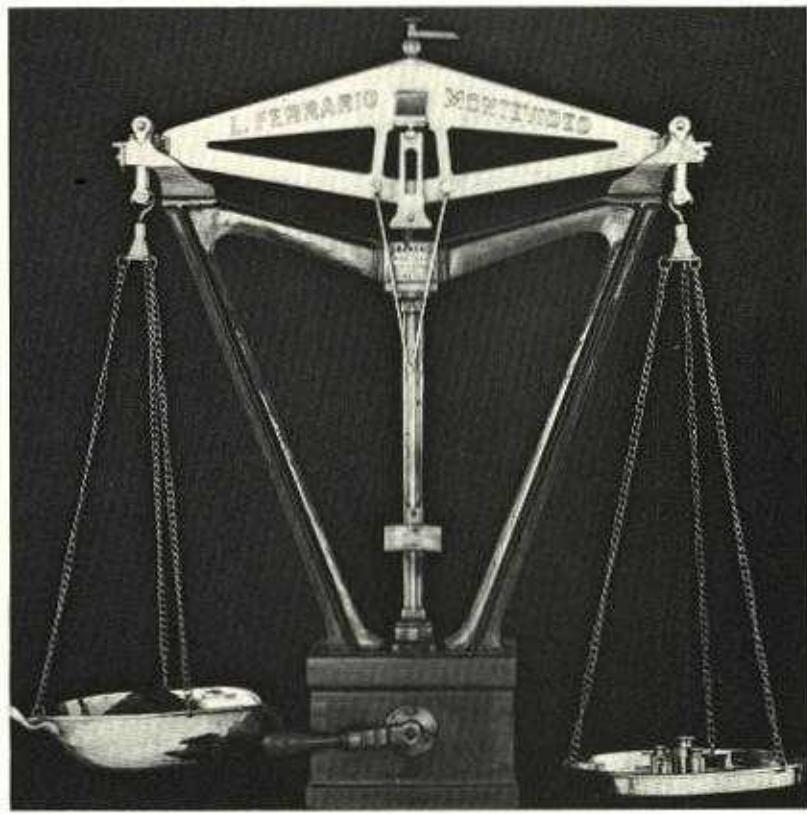
- VALE POSTAL - AGÊNCIA 520641 CORREIO CG I Ex.

- CHEQUE NOMINAL Nº _____ BANCO _____

- ORDEM DE PAGAMENTO - BANCO DO BRASIL - AG. TRADENTES/RJ
CONTA 396 000-5.

O Perfeito Equilíbrio De Um Sistema Financeiro É Essencial Para Desenvolver Seus Negócios.

Relação entre moedas ouro em mil dinheiros da época XIX. Exemplo no Moinho Sulbrasileiro na página 45.



Sempre atualizando boas idéias através de iniciativas cuidadosamente planejadas, o Sistema Financeiro Sulbrasileiro garante a seus clientes uma completa e eficiente estrutura de operações e serviços bancários. Isso é resultado direto de um trabalho que reúne muita experiência.

Uma especialidade que fazemos questão de aprimorar a cada dia. Conte com o perfeito equilíbrio do Sulbrasileiro para desenvolver seus negócios. Essa arte só o tempo ensina.

SISTEMA FINANCEIRO
Subbrasileiro
Muito perto de você.

uma organização MFM

A OUTRA FORÇA DE ITUMBIARA: A FORÇA DA NOSSA GENTE.



Bota força nisso.

Para começar, Itumbiara é a maior usina hidrelétrica do sistema FURNAS, situada na divisa de Minas Gerais e Goiás. Ela soma mais 2 milhões e 100 mil quilowatts de energia para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, sobretudo Goiânia e Brasília.

E o melhor é que FURNAS construiu uma usina deste

tamanho com um projeto, técnica e mão-de-obra exclusivamente brasileiros, alcançando um índice de nacionalização de 91%. E fez mais: antecipou prazos e gastou apenas 730 milhões de dólares, incluindo juros durante a construção — o que dá um custo de 370 dólares por quilowatt instalado, um dos mais baixos do mundo em obras do gênero.

É assim que FURNAS mostra a sua força. A força do Brasil.

Ministério das Minas e Energia

